

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS**

**A TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO PARA O
NORDESTE NOS JORNAIS DO RIO GRANDE DO NORTE E SÃO PAULO:
UM ESTUDO ENUNCIATIVO**

Gilberto de Oliveira Silva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna M. F. S. Nascimento

Araraquara, 2006

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS**

**A TRANSPOSIÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO PARA O
NORDESTE NOS JORNAIS DO RIO GRANDE DO NORTE E SÃO PAULO:
UM ESTUDO ENUNCIATIVO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara, como exigência parcial para a obtenção do grau de Doutor em Letras na área de Lingüística e Língua Portuguesa, sob a orientação da Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edna M. F. S. Nascimento.

Gilberto de Oliveira Silva

Araraquara, 2006

FICHA CATALOGRÁFICA

S586 Silva, Gilberto de Oliveira.
A transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste nos jornais do Rio Grande do Norte e São Paulo. / Gilberto de Oliveira Silva. -- Araraquara (SP), 2006.
263 f. ; 30cm.
Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, 2006.
Orientadora: Prof. Dr^a. Edna Maria Fernandes S. Nascimento

Ficha catalográfica elaborada pela biblio
Elvira Fernandes de Araújo Oliveira - CRB4/1162

Um galo sozinho não tece uma manhã
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

(João Cabral de Melo Neto, *Tecendo a Manhã*, 1979, p.345)

Banca examinadora

Prof^a. Dr^a. Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento _____
Prof. Dr. Luiz Antônio Ferreira _____
Prof^a. Dr^a. Maria Sílvia Olivi Louzada _____
Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Rodella Abriata _____
Prof^a. Dr^a. Renata Maria Facuri Coelho Marchezan _____

Dedicatória

Aos meus pais, Maria José e Osvaldo Martins (in memoriam) que me proporcionaram este momento.

Às minhas filhas, Tatiany, Tassiane e Klara Sophia, com amor.

Agradecimento

À minha família, que me deu apoio, torcendo muito por mim.

À Edna Nascimento, que me orientou com segurança, competência e responsabilidade.

A Rosário Gregolin, pela amizade, responsabilidade, tino de justiça e pelas valiosas contribuições fornecidas nas disciplinas.

Aos amigos do Geada (Grupo de Estudos em Análise do Discurso de Araraquara/SP), pelo convívio fraterno.

Ao amigo Leontino, pelo apoio fraterno e poético.

A Talita, pela amizade e carinho.

A Francisco Paulo, pela amizade e carinho.

Ao amigo Manoel Rosa, pela amizade e momentos reflexivos e lúdicos.

A Rita e demais funcionários da seção de Pós-Graduação, pela prestatividade e afeto.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

À Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, em especial ao Departamento de Letras Estrangeiras, pelo apoio institucional na viabilização desse doutorado.

Resumo

Esta tese, denominada **A transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste nos jornais do Rio Grande do Norte e São Paulo: um estudo enunciativo** inscreve-se na lingüística da enunciação, na medida em que se utiliza das perspectivas do dialogismo de Mikhail Bakhtin e das heterogeneidades enunciativas de Authier-Revuz na análise dos enunciados circulados, em 1994, nos jornais do Rio Grande do Norte e São Paulo a respeito do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará.

Possui dois objetivos básicos: a) detectar a representação feita pelos enunciados nos jornais potiguares e paulistas do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste; e b) verificar os principais procedimentos enunciativos da construção dessa representação.

Para isso, apresenta, no primeiro capítulo, um resumo dos trabalhos dos citados autores, descrevendo o conceito de dialogismo, elaborado por Mikhail Bakhtin, articulando-o com outros, como a natureza sócio-ideológica da linguagem, interação verbal, signo lingüístico, enunciado/enunciação; e a teoria das heterogeneidades enunciativas de Authier-Revuz, com as noções de heterogeneidade mostrada e constitutiva.

No segundo, de forma sucinta, apresenta alguns elementos da situação econômica, política, social, no Brasil da época, especialmente na região nordestina, e a problematização desta pesquisa juntamente com a caracterização de seu *corpus*.

No terceiro, efetiva-se uma análise dos enunciados de tais jornais que falam do projeto de transposição, circulados em 1994, em que se verifica o modo de sua construção e a identificação dos discursos que dialogam com esses enunciados.

Teremos, por último, a conclusão, conjuntamente com os resultados desta análise.

Palavras-chave: Dialogismo, heterogeneidade, enunciação, enunciado.

Resumé

Cette thèse nommée **La Transposition des l'eux du Rio São Francisco vers le Nordeste dans les journaux du Rio Grande do Norte et São Paulo** :

Un étude énonciatif s'inscrive dans la langage de l'énonciation dans la mesure que s'utilise les perspectifs du dialogisme de Mikhail Bakhtin et des hétérogénéités énonciatifs de Authier-Revuz dans l'analyse des énoncées circulées, en 1994, dans les journaux du Rio Grande do Norte et São Paulo au sujet de projet de transportation des l'eux du Rio São Francisco vers le Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernanbuco et Ceará.

Possède deux objectifs basiques: a) Détecter la représentation faite pour l'énoncées dans les journaux potiguares(journaux du Rio Grande do Norte) et paulistas (Journaux de São Paulo)le projet des l'eux du Rio São Francisco vers le Nordeste ; et b) Vérifié les principaux procédures énonciatifs de la construction de cette représentation.

Pour ça, représenter, dans le première chapitre, un résumé des travaux des les auteurs citées

Décrive le concept de dialogisme, élaboré par Mikhail Bakhtin, articulant avec les autres, comme la nature socio idéologique de la langage, interaction verbale, signe linguistique, énoncée/énonciation ; et la théorie des hétérogénéités es énonciatives de Authier-Revu, avec les notions de hétérogénéités montrée et constructive.

Dans le deuxième, de façon succincte, représente quelques uns éléments de la situation économique, politique, sociale, au Brésil de l'époque, spécialement dans la région nordestina,

Et la problématisation de cette recherche assemblé avec la caractérisation de son corpus.

Dans le troisième, s'approche d'une analyse des énoncées de tels journaux que parlent de projet de transportation, circulées en 1994, en que se vérifie la façon de sa construction et son identification des discours que dialoguent avec ces énoncées.

Nous aurons, par dernière, la conclusion, assemblé avec les résultats de cette analyse.

Mots-clé ; Dialogisme, hétérogénéités, énonciation, énoncée.

Sumário

Resumo	vii
Résumé	viii
Introdução	01
Capítulo 1 – A natureza dialógica e a heterogeneidade enunciativa da linguagem	04
1.1 Considerações iniciais	04
1.2 A teoria dialógica da linguagem de Mikhail Bakhtin	04
1.2.1 Interação verbal	04
1.2.2 A noção de dialogismo	07
1.2.3 O signo lingüístico e sua porção ideológica em Bakhtin	11
1.2.4 Enunciado/Enunciação	17
1.2.5 Significação	22
1.2.6 Tema ou sentido	24
1.3 A teoria das heterogeneidades enunciativas de Authier-Revuz	28
1.3.1 Considerações iniciais	28
1.3.2 Heterogeneidade mostrada	31
1.3.2.1 Formas marcadas de heterogeneidade mostrada	31
1.3.2.2 Formas não-marcadas de heterogeneidade mostrada	32
1.3.3 Heterogeneidade constitutiva	32
Capítulo 2 – A transposição do rio São Francisco para o Nordeste	38
2.1 Preliminares	38
2.2 O projeto de transposição das águas do rio do São Francisco para o Nordeste	38
2.3 Problematização e caracterização do corpus	46
Capítulo 3 – Construção de sentido e heterogeneidade enunciativa nos jornais do Nordeste e Sudeste – o projeto de transposição do São Francisco: análise	51
– <i>Gazeta do Oeste</i>	51
Enunciado 01 – Sonho nordestino	51
Enunciado 02 – Água do São Francisco para o semi-árido	66
Enunciado 03 – A transposição corre risco	69
Enunciado 04 – A transposição intransponível	72

– <i>O Mossoroense</i>	75
Enunciado 01 – Análise & Fatos.....	75
Enunciado 02 – Análise & Fatos.....	84
Enunciado 03 – Aluízio não tem mais direito a perseguição política.....	85
Enunciado 04 – Reflexões I: Chegando água do R. S. F. aos sertões.....	88
– <i>Diário de Natal</i>	90
Enunciado 01 – AA define início da transposição	90
Enunciado 02 – Aluízio censura FHC sobre obra	102
Enunciado 03 – Itamar cria projeto de transposição das águas.....	106
Enunciado 04 – Itamar quer apressar empréstimo p/ obras de transp. do rio ..	107
– <i>Tribuna do Norte</i>	109
Enunciado 01 – O Projeto do São Francisco.....	109
Enunciado 02 – O velho Chico e as urnas.....	124
Enunciado 03 – Preconceito contra o Nordeste	128
Enunciado 04 – A utopia, o sonho, as águas... ..	130
– <i>Folha de S. Paulo</i>	133
Enunciado 01 – Nordeste ganha obra faraônica contra a seca.....	133
Enunciado 02 – A Bahia e o velho Chico.....	140
Enunciado 03 – Projeto do São Francisco opõe Ricupero a Itamar.....	144
Enunciado 04 – Eleição e irrigação.....	146
– <i>Estado de S. Paulo</i>	147
Enunciado 01 – Desvio do São Francisco cauda polêmica.....	147
Enunciado 02 – Ricupero rejeita projeto de irrigação.....	154
Enunciado 03 – Revivendo os projetos faraônicos.....	157
Enunciado 04 – Ministro lança obra s/ verba orçamentária.....	160
– <i>Jornal da Tarde</i>	163
Enunciado 01 – Projeto faraônico.....	163
Enunciado 02 – S. Francisco: Alves ataca políticos.....	168
Enunciado 03 – S. Francisco: ministro lança obra.....	171
Enunciado 04 – São Francisco - Alves: ‘Reflexo eleitoreiro’.....	174
3.3 Formas de representação e de heterogeneidades enunciativas nos jornais do Rio Grande do Norte e São Paulo: transposição do São Francisco para o Nordeste	178
Conclusão	212
Referências bibliográficas	216
Anexos	221

Introdução

Esta tese, intitulada **A transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste nos jornais do Rio Grande do Norte e São Paulo: um estudo enunciativo**, é um trabalho final do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita”/ UNESP, campus de Araraquara/SP.

Possui dois **objetivos**: a) detectar a representação feita pelos enunciados nos jornais do Rio Grande do Norte e São Paulo do projeto de transposição das águas do rio São Francisco para o Nordeste; e b) verificar os principais procedimentos enunciativos da construção dessa representação.

Os **dados** da pesquisa foram formados pela coleta de artigos de opinião e notícias do jornalismo impresso, em sete jornais diários, no período de sete meses, em diferentes dias, e somente os enunciados de um foram extraídos via Internet, e os outros diretamente das empresas.

Coletaram-se oitenta e oito enunciados: *Gazeta do Oeste* - dez; *O mossoroense* - sete; *Diário de Natal* - oito; *Tribuna do norte* - nove; *Folha de S. Paulo* - trinta e três; *Estado de S. Paulo* - dezesseis; *Jornal da Tarde* - quatro. Os quatro primeiros, potiguares, os três últimos, paulistas. Destes, vinte e oito foram analisados de duas maneiras, levando-se em conta suas datas de circulação - janeiro até dezembro de 1994: na primeira, são analisados em sua construção interna; e na segunda, verifica-se a presença das heterogeneidades enunciativas.

O **referencial teórico e metodológico** inscreve-se na abordagem dialógica da linguagem, nos trabalhos do historiador e filósofo russo Mikhail Bakhtin e na teoria das heterogeneidades enunciativas desenvolvida pela autora francesa Jacqueline Authier-Revuz.

O primeiro capítulo, *A natureza dialógica e a heterogeneidade enunciativa da linguagem*, é uma releitura dos trabalhos desses autores, nos quais se busca descrever o conceito de dialogismo, elaborado por Mikhail Bakhtin, articulando-o com outros, como a natureza sócio-ideológica da linguagem, interação verbal, signo lingüístico, enunciado/enunciação; e a teoria das heterogeneidades enunciativas de Authier-Revuz, com as noções de heterogeneidade mostrada e constitutiva.

O segundo capítulo, denominado *A transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste*, objetiva: a) apresentar, de forma sucinta, elementos da situação econômica, política e social no Brasil, especialmente na região nordestina; e b) explicitar a problematização desta pesquisa e a caracterização de seu *corpus*, constituído pelos enunciados desses jornais.

Para a **análise e a descrição dos enunciados**, que constitui o terceiro capítulo, denominado *Construção de sentido e heterogeneidade enunciativa nos jornais do Nordeste e Sul: a transposição do São Francisco*, seguiu-se a ordem metodológica proposta por Bakhtin, esboçada, mais especialmente, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, para o estudo da língua,

“1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza;

2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal;

3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação lingüística habitual¹.

Outrossim, os tipos e formas dos enunciados devem ser analisados considerando suas condições históricas concretas em que se materializaram.

Por último, teremos as conclusões, conjuntamente com os resultados desta análise.

¹ Bakhtin, Voloshinov, *Marxismo e filosofia da linguagem*, 1986, p. 124.

Capítulo 1

A natureza dialógica e a heterogeneidade enunciativa da linguagem

1.1. Considerações iniciais

Este capítulo objetiva apresentar sucintamente elementos de duas teorias da linguagem. A primeira concebe a linguagem como um fenômeno de natureza dialógica, a partir do ponto de vista de M. Bakhtin, principalmente da forma que é explicitado em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*; a segunda, a teoria das heterogeneidades enunciativas de J. Authier-Revuz.

Para isso, apresentaremos noções consideradas básicas dessas perspectivas: interação verbal, dialogismo, signo lingüístico, enunciado/enunciação, pertencentes à abordagem dialógica de M. Bakhtin, e as heterogeneidades mostradas (marcada/não-marcada) e constitutivas da teoria enunciativa de J. Authier-Revuz.

1.2. A teoria dialógica da linguagem de Mikhail Bakhtin²

1.2.1. Interação verbal

A verdadeira substância da língua é a *interação verbal*. Essa afirmação, feita por Mikhail Bakhtin em *Marxismo e Filosofia da linguagem* (1986, p. 123),

² Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1895-1975): pensador russo, nasceu em Oriol estudou na Universidade de Odessa e diplomou-se em História e Filologia na Universidade de São Petesburgo. Casou-se e transferiu-se para Vitebsk, onde trabalha como professor e participa de um grupo de intelectuais formado por: Marc Chagal, P. N. Medviédiev e V. N. Volochinov, a partir da década dos anos 70 do século 20, entrou, de forma definitiva para o universo dos estudos da linguagem, estabelecendo relação entre esta e a história, as culturas e as sociedades. Desenvolveu vários temas em diversos domínios – teoria da literatura, lingüística, antropologia, pedagogia e filosofia – por meio de seus textos consagrados como *Marxismo e filosofia da linguagem* (Hucitec), *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de Rabelais* (Hucitec), *Questões de literatura e estética* (Hucitec), *A estética da criação verbal* (Martins Fontes) e *Problemas da poética de Dostoievski* (Forense universitária). Não resta dúvida que a obra de Mikhail Bakhtin ganhou espaços nas chamadas ciências humanas, marcada pelo diálogo polêmico com o estruturalismo, o formalismo, o ideologismo e até mesmo o freudismo.

encerra uma profunda ruptura metodológica e teórica no terreno dos estudos do fenômeno da linguagem. Em sua reflexão, o autor russo refere-se às duas outras formas de abordá-la – o *subjetivismo idealista* e o *objetivismo abstrato* –, encarnadas em várias teorias específicas, como no romantismo (na literatura) e no estruturalismo (no campo da lingüística). O mais importante, nesta reflexão, é compreender que essa maneira de abordar a atividade languageira acarretou uma série de conseqüências teórico-epistemológicas no campo das reflexões lingüísticas, a partir da década de 20, nos primeiros anos após a Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, quais sejam:

a) mudança quanto ao objeto da lingüística - até então a língua é vista como sistema formal passível de análise;

b) verificação de outra dimensão da linguagem, a ideológica, que terá primazia como espaço de análise; e

c) substituição da própria nomenclatura do termo Lingüística, que designa a ciência da linguagem, por translingüística.

É na interação verbal que a linguagem viabiliza as relações de sociabilidade entre os humanos, na medida em que utiliza suas diversas formas de relacionamento nos campos social, político, cultural e histórico. É pertinente pontuar que tais formas não se dão mecanicamente, numa simples relação de causa e efeito, mas dialeticamente, pois, numa perspectiva histórico-materialista, ambas se efetivam e, simultaneamente, constituem-se para a possibilidade de produção entre os homens a partir do trabalho. A propósito, o autor russo Leontiev compreende que

O trabalho força os homens à comunicação. No início, as ações de trabalho e a comunicação formam um processo único. Agindo sobre a natureza, os movimentos agem, igualmente, sobre os outros participantes na produção. Portanto, as ações dos homens têm, nessas condições, uma dupla função: a produtiva e de comunicação. Posteriormente essas duas funções se separaram. Isso verifica quando, por razões que não vêm ao caso, um movimento laboral não leva aos fins práticos dele esperados.

Mas, a despeito disso, continua agindo sobre os participantes do grupo. Nessa circunstância, o movimento – bem como os sons vocais que o acompanham – separam-se da ação de trabalho, conservando, tão somente, a função que consiste em agir sobre os outros membros da coletividade: a de comunicação. (Apud BIANCHETTI, 1996, p. 20).

O que justifica a existência da linguagem nos homens, como se observa, é a necessidade de produção, na medida em que o trabalho os força a estabelecerem relações entre si, gerando uma necessária vinculação entre a linguagem, a comunicação verbal e a situação concreta. Eis as palavras do próprio Bakhtin:

A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção. Não se pode, evidentemente, isolar a comunicação verbal dessa comunicação global em perpétua evolução. Graças a esse vínculo concreto com a situação, a comunicação verbal é sempre acompanhada por atos sociais de caráter não verbal (gestos do trabalho, atos simbólicos de um ritual, cerimônias, etc.), dos quais ela é muitas vezes apenas o complemento, desempenhando um papel meramente auxiliar. (BAKHTIN, 1986, p. 124).

Quanto a esse ponto, estamos diante de outra concepção de linguagem que não apenas possibilita transmissão de informações e mensagens de um emissor a um receptor, mas, sobretudo, atua como lugar de interlocução humana. Através dela, o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria realizar a não ser falando; com ela, o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não pré-existiam à fala. Tais aspectos percebidos representam condições teóricas da postura de Bakhtin a respeito do fundamento da língua:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1986, p. 123).

É importante notar que essa noção, segundo Bakhtin (1986), revela que a linguagem exerce uma função fundamental, pelo fato de que toda e qualquer palavra

possui duas faces em movimento, por se constituir no produto de interação, em que se torna território comum do locutor e interlocutor, espaço de definição de ambos.

1.2.2. A noção de dialogismo

Interação verbal e dialogismo talvez sejam as noções mais fundamentais da teoria dialógica de Mikhail Bakhtin. Todas estão entre si entrelaçadas, de sorte que é impossível isolar uma única, em face da vinculação que uma mantém com as demais. Com esse procedimento teórico-epistemológico, a teoria bakhtiniana é posicionada como dialética e não como uma postura metafísica cujas noções são separadas e isoladas umas das outras, mantendo entre si uma tênue relação de interdependência e não de interconstrução.

Vale ressaltar que a dimensão dialógica da linguagem, especificamente a natureza da relação entre o “eu” e o “outro”, figurava como um dos temas contemporâneos em voga no contexto sócio-histórico e epistemológico de Bakhtin, no início do século XX. A essa relação, o autor dá uma tonalidade bem ao seu modo, gerando uma compreensão de que o dizer do homem está preso a um lugar e um tempo específicos, em função da responsabilidade pelas suas atividades, incluindo as semióticas.

Para a teoria bakhtiniana, o princípio dialógico da linguagem, de que todo discurso por natureza tem a dimensão dialogal como constitutiva, não pode ser compreendido de forma simplista, no sentido estrito do termo, como simples diálogo que ocorre entre duas pessoas face a face, mas de forma ampla, manifestando-se, no espaço da interação verbal, exatamente no momento de sua efetivação em qualquer comunicação verbal. A respeito dessa extensão do princípio, afirma-se que

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.

O livro, isto é, o ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior, sem contar as reações impressas, institucionalizadas, que se encontram nas diferentes esferas da comunicação verbal (críticas, resenhas, que exercem influência sobre os trabalhos posteriores, etc.). Além disso, o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc. (BAKHTIN, 1986, p. 123).

A acepção de diálogo não recepciona somente um encontro empírico-comunicativo entre dois indivíduos face a face, mas é estendido, desdobrado para todo tipo de comunicação verbal. Bakhtin estabelece outras formas dialogais mais complexas, quando afirma: “[...] diálogo real [...] é a forma mais simples e mais clássica da comunicação verbal. A alternância dos sujeitos falantes (dos locutores) que determina a fronteira entre os enunciados apresenta-se no diálogo com excepcional clareza. [...] o mesmo sucede nas outras esferas da comunicação verbal, mesmo nas áreas com organização complexa da comunicação cultural (nas ciências e nas artes)”. (BAKHTIN, 1992, p. 298)

Destaca-se, aqui, o livro como um ato impresso, uma exemplificação da concretização discursiva do princípio dialógico, enquanto um material escrito que se constitui numa comunicação verbal mais ampla, pois, ao desenvolver-se, o livro é objeto de discussões ativas, gerando reações impressas e também não-impressas por parte das esferas interessadas em criticar, refutar, resenhar etc. Seu discurso é, de certa forma, parte constitutiva de uma discussão ideológica mais ampla, fazendo com que o discurso veiculado passe a ocupar uma posição ideológica que se pronuncia sobre um assunto, e, com isso, acabe respondendo, refutando,

confirmando, antecipando futuras respostas e objeções. É por essa razão que Bakhtin também aponta que “a linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da *vida* da linguagem. Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas”. (BAKHTIN, 2002, p. 183).

A vida da linguagem só é encontrada na comunicação dialógica, pois fora de seu emprego real não teria existência. Pode-se até dizer, por meio de uma analogia, que a comunicação dialógica pode ser considerada uma espécie de útero, local de sua geração e nutrição, já que toda sua vida está impregnada de relações dialógicas, haja vista serem nestas sua constituição. Assim, a dialogicidade passa a ser compreendida como princípio constitutivo da linguagem verbal, sua dimensão ontológica, condição de existência.

No primeiro lado, o dialogismo refere-se ao diálogo constante em que as vozes participantes entram em colisão, estabelecendo relações assimétricas, desarmônicas, ou então simétricas, harmônicas, pois o que importa é o reconhecimento desse caráter da linguagem, nas primeiras e nas últimas relações.

No segundo lado, constatamos que tanto os sujeitos instauram planos assimétricos ou simétricos como são instaurados por estes. Ao mesmo tempo em que os sujeitos, no mínimo dois, instauram historicamente tais relações, são, por sua vez, por elas instaurados, constatando-se uma relação dialética e dialógica e não de causa e efeito: a primeira, das partes se constroem mutuamente; a segunda, da existência, no mínimo, de duas vozes, de duas posições sociais historicamente construídas.

Por fim, entendemos que no dialogismo interacional a noção de sujeito linear, central, perde sua significação e condição, sendo substituído por diferentes vozes participantes que encarnam um sujeito construído e instituído pela história. Desse modo,

- toda palavra está marcada pelas instâncias históricas em que o outro exerce um papel fundamental na relação com o eu; e

- ao ser descentrado, o sujeito torna-se dividido, cindido, em fim: um efeito de linguagem. Sintetizando:

a) Sobre o dialogismo, em termos bakhtinianos, constatamos as seguintes variáveis:

- o dialogismo é, antes de mais, uma *propriedade do discurso*, do emprego da linguagem, o lugar onde as vozes se encontram;

- todo e qualquer enunciado tem conexões com outros enunciados;

- um enunciado nunca é autônomo, ou seja, *depende* sempre de outros;

- qualquer texto (literário ou não) é – por nele *convergirem* sempre outros textos – um “grande diálogo”, um espaço que patenteia, implícita ou explicitamente, um intercâmbio discursivo assente em uma relação dialógica;

- qualquer enunciado *contém* sempre enunciados alheios que, ainda que *condicionando* a liberdade discursiva do sujeito, permitem configurar um enunciado novo como um espaço de pergunta-resposta, originando, assim, uma contínua dinâmica de *transformação*, uma vez que os sentidos e os valores se modificam;

- o dialogismo é, intrinsecamente, *compreensão ativa*: compreender (interpretar e produzir) um outro enunciado gera um enriquecimento do significado e uma *dilatação* do ato produtivo desse enunciado, pois aquele que interpreta prolonga, por si só, o ato criador do primeiro enunciado, pelo que o “intérprete” se

torna, também ele, “autor”; logo, o dialogismo é dinâmico, acarretando sempre alguma *transcensão de sentido*.

– todo enunciado, sendo dialógico, orienta-se sempre para o *outro* – exterior ou não ao enunciador, porque o dialogismo pode ser também expressão do desdobramento do *eu* num *tu*, também *outro* –, para alguém capaz de o compreender e de dar uma resposta (ou seja: há sempre uma “responsividade intrínseca” em toda a produção discursiva; por isso, um enunciado é sempre uma pergunta);

– em todo enunciado, enquanto corpo verbal produzido e atualizado, há sempre uma dimensão instigativa inerente, pois pressupõe sempre um destinatário, uma instância que o leia (e, se o lê, responde-lhe), reclama a sua escuta, *exige uma réplica*; e

b) Sobre a relação entre o “eu” e o “outro”

– toda palavra dita por um eu traz em si a perspectiva do dito do outro. Isso quer dizer que não há uma só voz pura, fora dessa configuração dialógica por natureza.

1.2.3. O signo lingüístico e sua porção ideológica em Bakhtin

O ponto de partida, nessa descrição da noção de signo lingüístico, na visão bakhtiniana, é evidenciar: de todas reflexões semiológico-lingüísticas forjadas, desenvolvidas e expostas por Bakhtin, e seu Círculo de estudos, o que nos chama mais a atenção é a *noção de signo*, por considerá-la fundamental do ponto de vista interno e operacional de sua teoria. Tal constatação pode ser evidenciada de muitas maneiras: uma delas é o fato dessa concepção ter ultrapassado outras quanto ao

aspecto da natureza do signo, como a própria postura sistêmica desenvolvida por Ferdinand de Saussure no *Curso de Lingüística Geral* - CLG, classificada por Bakhtin de *objetivismo abstrato*.

Em suas reflexões no *CLG*, o autor desenvolve uma concepção do signo enquanto uma realidade total constituída de dois elementos: conceito (significado) e imagem acústica (significante): esta é parte perceptível do signo e aquele sua parte inteligível, “[...] são ambos psíquicos e estão unidos em nosso cérebro por um princípio de associação”. (SAUSSURE, 1995, p. 79-80). Portanto, estão numa relação de interdependência em que cada parte depende da outra: embora tais dimensões estejam no espaço psíquico do homem, o significante é o elemento que manterá contato com o mundo exterior.

A posição de Bakhtin percorre caminho inverso ao de Saussure ao dizer que o significado é ideológico. O autor russo coloca o signo, especificamente em sua dimensão do significado, na experiência exterior e na própria construção da consciência, que só se afirma mediante a encarnação material em signos, pois, para o autor, a “[...] *consciência individual é um fato sócio-ideológico* [...] não pode derivar diretamente da natureza [...] adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis”. (1986, p. 35-6)

Visualizada desse modo, a consciência passa a ser compreendida não apenas como um elemento que reflete, de forma mecânica, a realidade social e histórica, mas provida de força de poder, participante do espaço de contenda e discussão dos homens. Assim, a ciência, a arte, a ética e a lei são expressões ou materializações do “discurso interno” do homem, enquanto forma semiótica de sua

consciência, sendo capaz de atuar efetivamente sobre a realidade até mesmo nas instâncias econômicas.

Bakhtin, ao dizer que o signo tem sua dimensão ideológica, evidencia a vida do significante no campo das relações sociais:

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia. (BAKHTIN, 1986, p. 31).

Numa palavra, trata-se de estabelecermos entre signo, ideologia, significado e o mundo exterior uma relação umbilical, pois tudo aquilo que é ideológico tem um *significado* em que remete a algo situado fora de si mesmo, pois sem signo não há ideologia, sem ideologia não há significação, sem a ideologia não existiria a consciência:

A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento, e ela reflete sua lógica e suas leis. A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação semiótica de um grupo social. Se privarmos a consciência de seu conteúdo semiótico e ideológico, não sobra nada. A imagem, a palavra, o gesto significante, etc. constituem seu único abrigo. Fora desse material, há apenas o simples ato fisiológico, não esclarecido pela consciência, desprovido do sentido que os signos lhe conferem. (BAKHTIN, 1986, p. 35-6).

A existência da forma da consciência dependerá dos signos construídos, instituídos por um grupo de pessoas organizado no percurso das relações desenvolvidas pelo grupo social, já que a consciência individual é nutrida e desenvolvida pelo material sígnico, refletindo a lógica deste, e, conseqüentemente, traduzindo a própria lógica da comunicação ideológica presente nos signos. Caso seja privado desse material sígnico, ao mesmo tempo semiótico e ideológico, não

restará nada do que chamamos de consciência, pois o gesto, a palavra, a imagem são os seus únicos abrigos; desaparecendo tais abrigos, restarão apenas atos fisiológico-anatômicos, e o signo perderá aquilo que lhe custa mais caro, seu sentido; sem este, o signo não teria razão de viver. Desse ponto de vista, um signo é um fenômeno do mundo exterior e não da mente, é um fenômeno externo, objetivo e não uma realidade interna, subjetiva, passível de uma análise metodologicamente objetiva.

Ao afirmar que um signo só se torna signo no processo de interação social entre os homens, no curso de suas relações sociais, Bakhtin chega à postulação central de seu quadro teórico: *o signo é construído e instituído no espaço interindividual* e, assim sendo, reflete e refrata o ser, sendo palco do confronto de interesses sociais. É exatamente na pluralidade social que ele se nutre, torna-se vivo e dinâmico, capaz de evoluir,

Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de “natural” no sentido usual da palavra: não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. (BAKHTIN, 1986, p. 35).

Como a consciência individual tem sua explicação a partir do meio de natureza ideológica e social, é justamente nele que os seres não apenas são refletidos, mas também refratados no signo, justificando a presença de diferentes posições a respeito dos objetos e seres, mesmo nos limites de uma comunidade semiótica, no conflito ideológico entre as classes sociais com interesses distintos.

O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se *refrata*. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: *a luta de classe*.

Classe social e comunidade semiótica não confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Conseqüentemente, *em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios*. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. (BAKKTIN, 1986, p. 46).

Assim, a noção de luta de classe se justifica, na medida em que esta fica circunscrita ao confronto de interesses sociais de cada classe que constitui uma dada comunidade. O signo, assim, torna-se um espaço semiótico em que tais interesses não apenas são refletidos, mas refrangidos em razão das diferentes posições ideológicas e políticas das classes sociais.

Assim, Bakhtin coloca a natureza do signo lingüístico nas instâncias social e individual, nascendo, desse modo, uma nova visão, dialética e dialógica, em que o signo reflete e refrata:

Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico*. (BAKHTIN, 1986, p. 32).

O universo dos signos, para o autor, é o lugar singular da materialização ideológica, e dentre eles destaca-se a palavra, fenômeno ideológico por excelência.

A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais sensível de relação social. [...]

Mas a palavra não é somente o signo mais puro, mais indicativo; é também um signo *neutro*. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Cada domínio possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e que não são aplicáveis a outros domínios. O signo, então, é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. A palavra, ao contrário, é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa. (BAKHTIN, 1986, p. 36-7).

Bakhtin aduz que tanto os instrumentos de produção como qualquer produto de consumo podem se revestir de um sentido ideológico, da mesma forma que podem ser transformados em signos ideológicos, pois, ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, *o universo de signos*. (1986, p. 32). Isso quer dizer que qualquer material, seja instrumento de produção ou produto de consumo, pode ser revestido de sentido, além de sua função primária. Uma balança, por exemplo, ao representar (simbolizar) no mundo ocidental a idéia de justiça, está transcendendo sua função primária, que é de verificar o peso de um objeto.

No caso específico da palavra, tem-se a função sógnica como primária, ideológica, pois a palavra não possui, não comporta outra atividade a não ser a de signo, tendo sido gerada para tal e não outra coisa: “a palavra acompanha e comenta todo ato ideológico. Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior. Todas as manifestações da criação ideológica – todos os signos não-verbais – banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas nem totalmente separadas dele”. (BAKHTIN, 1986, p. 37-8).

Em síntese, sua essência é sógnica, ideológica por excelência. Palavra e ideologia são duas realidades inseparáveis, e, por seu caráter, comportando duas faces como produto da interação verbal entre o locutor e ouvinte, sujeitos construídos a partir da interação social. Assim, toda e qualquer palavra deve a sua condição a dois interlocutores:

Essa orientação da palavra em função do interlocutor tem uma importância muito grande. Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação*

do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 1986, p. 113).

Por ser produto de uma interação verbal, é social na medida em que é determinada pelo movimento de **proceder de alguém e se dirigir para alguém**. Essa afirmação possui uma força sociológica acentuada, já que a palavra passa a ser percebida como espaço, lugar comum do contrato social entre os homens, o solo do encontro semiótico entre interlocutores, entre sujeitos que estão ocupando posições sociais.

1.2.4. Enunciado/Enunciação

As noções enunciado/enunciação exercem, na teoria de Bakhtin, especialmente no que diz respeito à sua concepção de linguagem, um importante papel, na medida em que são vistas como históricas, culturais e sociais na comunicação efetiva. Para Bakhtin (1992, p. 293), o “*enunciado é a unidade real da comunicação verbal*”,

A fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma. Quaisquer que sejam o volume, o conteúdo, a composição, os enunciados sempre possuem, como unidades da comunicação verbal, características estruturais que lhe são comuns, e, acima de tudo, *fronteiras* claramente delimitadas. (BAKHTIN, 1992, p. 293)

O enunciado, para o autor, está no plano da realização concreta da fala na medida em que esta representa a materialização do discurso, este se moldando à forma do enunciado pertencente a um sujeito que se manifesta falando, e que não

pode existir fora da instância enunciativa, cujas fronteiras tanto existem como são claramente delimitadas. Assim, o enunciado, olhado por Bakhtin, é um elo na cadeia da comunicação verbal,

[...] o enunciado se caracteriza acima de tudo pelo conteúdo preciso do objeto do sentido. A escolha dos recursos lingüísticos e do gênero do discurso é determinada principalmente pelos problemas de execução que o objeto do sentido implica para o locutor (o autor). [...] A segunda fase do enunciado, que lhe determina a composição e o estilo, corresponde à necessidade de *expressividade* do locutor ante o objeto de seu enunciado. (BAKHTIN, 1992, p. 308)

O enunciado possui três planos: conteúdo, composição e estilo. O conteúdo diz respeito à esfera temática; o estilo e a composição estão no plano da expressão. O estilo refere-se à escolha dos recursos lexicais, gramaticais, enquanto a composição diz respeito à esfera do modo de compor, de estruturar. Vale ressaltar que, para Bakhtin, não existe um enunciado absolutamente neutro ao se referir ao caráter ideológico de todo e qualquer enunciado, sua alteridade, pois esse dialoga com outro por meio de “reações-respostas”, materializadas em formas e graus variados.

[...] o enunciado é repleto de reações-respostas a outros enunciados numa dada esfera da comunicação verbal. Estas reações assumem formas variáveis: podemos introduzir diretamente o enunciado alheio no contexto do nosso próprio enunciado, podemos introduzir-lhe apenas palavras isoladas ou orações que então figuram nele a título de representantes de enunciados completos. [...] também é possível, num grau variável, parafrasear o enunciado do outro de depois de repensá-lo, ou simplesmente referir-se a ele como a opiniões bem conhecidas de um parceiro discursivo; é possível pressupô-lo explicitamente; nossa reação-resposta também pode refletir-se unicamente na expressão de nossa própria fala – na seleção dos recursos lingüísticos e de entonações, determinados não pelo objeto de nosso discurso e sim pelo enunciado do outro acerca do mesmo objeto (BAKHTIN, 1992, p. 316).

O enunciado, assumindo uma posição de reação-resposta de outro, utiliza-se de formas para estabelecer-se, condição *sine qua non* para sua existência, pois é

por meio delas que encontraremos a representação³ dessa alteridade em suas mais diversas manifestações. O fato é que muitos estudiosos têm procurado refletir a natureza dialógica da linguagem, buscando examinar de perto tais formas e graus de representação. Enfim, é uma unidade concreta da comunicação verbal, possuindo sentido, com juízos de valor, implicando em uma compreensão responsiva, não podendo ser apreendido fora da relação dialógica, mas nela, com sujeitos concretos em que os valores são definidos pelas formas de sua relação.

Buscar as estratégias, os procedimentos, os recursos que fazem um enunciado dialógico, polifônico (várias vozes), representam os objetivos principais desses estudiosos da linguagem, pois “o discurso exige procedimentos formais especiais do enunciado e da representação verbal”. (BAKHTIN, 1988, p.135). Para o autor (1986), a enunciação é o resultado da interação verbal de dois indivíduos socialmente organizados. Isso evidencia que essa não existe fora dos contornos de um contexto sócio-político-ideológico, em que cada locutor real tem um “horizonte social” definido, pensado e dirigido a um auditório que também é social e definido. Vejamos como Bakhtin apresenta sua posição:

[...] a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. [...] Na maior parte dos casos, é preciso supor além disso um certo *horizonte social* definido e

³ O termo “representação” aqui tem o sentido de manifestação avaliativa a partir de um posicionamento social valorativo, ou seja, ideológico. Bakhtin (Volochinov), ao iniciar seu livro *Marxismo e filosofia da linguagem* (1986) identifica *ideologia* com o universo da produção imaterial do ser humano. O autor afirma que “as bases de uma teoria marxista da criação da ideologia – as dos estudos sobre o conhecimento científico, a literatura, a religião, a moral, etc. – estão estreitamente ligadas aos problemas de filosofia da linguagem” (p. 31). Mais adiante, o autor afirmará que todo o universo da produção considerada imaterial humana tem significado. Nestes termos, tem-se o signo. Sendo assim, todo signo é ideológico. Em outras palavras: “tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. Um corpo físico vale por si próprio: não significa nada e coincide inteiramente com sua própria natureza. Neste caso, não se trata de ideologia” (p.31).

estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época que pertencemos, um horizonte contemporâneo de nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito. (BAKHTIN, 1986, p. 112).

Para ele, não existe um interlocutor abstrato, fora das condições sociais, históricas e ideológicas, e que, mesmo não havendo um interlocutor real, a voz do grupo medial social pode desempenhar o papel de interlocutor, na qual também pertence o locutor. Isso evidencia que toda e qualquer fala é dirigida a um interlocutor, variando conforme a pessoa pertencente a um grupo social ou não, se diz respeito aos laços de natureza familiar ou conforme a posição de ambos na hierarquia social. Além disso, é necessário supor um horizonte social no qual estão envolvidos o locutor e interlocutor, encerrando um limite sócio-político, da mesma época, nos diversos domínios da vida, como nos da literatura, ciência, moral e direito. Esses elementos nos mostram que a fala está ligada às condições de comunicação, encontrando no plano da condição de expressão das estruturas sociais: “a fala está indissoluvelmente ligada às condições de comunicação, que, por sua vez, estão ligadas às estruturas sociais” (BAKHTIN, 1986, p. 14). Conforme se observa, há, na vertente bakhtiniana, uma acentuada valorização da enunciação enquanto fenômeno social:

De tudo o que dissemos, decorre que o problema das formas da enunciação considerada como um todo adquire uma enorme importância. Já indicamos que o que falta à lingüística, [sic] contemporânea é uma abordagem da enunciação em si. Sua análise não ultrapassa a segmentação em constituintes imediatos. E, no entanto, as unidades reais da cadeia verbal são as enunciações. Mas, justamente, para estudar as formas dessas unidades, convém não separá-las do curso histórico das enunciações. Enquanto um todo, a enunciação só se realiza no curso da comunicação verbal, pois o todo é determinado pelos seus limites, que se configuram pelos pontos de contato de uma determinada enunciação com o meio extraverbal e verbal (isto é, outras enunciações). (BAKHTIN, 1986, p. 124-5).

A enunciação é, para Bakhtin, a unidade real da cadeia verbal que está em constante evolução histórica da comunicação verbal inserida nos âmbitos

sociais, não se realizando fora do curso dessa comunicação face às necessidades e objetivos sociais, pois, como um todo, realiza-se no discurso como atividade de linguagem ininterrupta da comunicação: “a primeira palavra e a última, o começo e o fim de uma enunciação permitem-nos já colocar o problema do todo. O processo da fala, compreendida no sentido amplo como processo de atividade de linguagem tanto exterior como interior, é ininterrupto não tem começo nem fim”. (BAKHTIN, 1986, p. 125).

A fala, nesses moldes, amplo processo em atividade de linguagem, não tem início nem fim. Toda e qualquer palavra está marcada pela parcialidade, incompletude externa e interna.

A enunciação realizada é como uma ilha emergindo de um oceano sem limites, o discurso interior. As dimensões e as formas dessa ilha são determinadas pela situação da enunciação e por *seu auditório*. A situação e o auditório obrigam o discurso interior a realizar-se em uma expressão exterior definida, que se insere diretamente no contexto não verbalizado da vida corrente, e nele se amplia pela ação, pelo gesto ou pela resposta verbal dos outros participantes na situação de enunciação. Uma questão completa, a exclamação, a ordem, o pedido são enunciações completas típicas da vida corrente. Todas (particularmente as ordens, os pedidos) exigem um complemento extraverbal assim como um início não verbal. Esses tipos de discursos menores da vida cotidiana são modelados pela fricção da palavra contra o meio extraverbal e contra a palavra do outro. (BAKHTIN, 1986, p. 125).

Bakhtin, como notamos, mostra que um enunciado, entendido como discurso, um ato de fala, é sempre produzido no interior de um determinado contexto, para efetivação de seu sentido.

Toda enunciação completa é constituída de significação e de tema, ou sentido, e tais elementos integram-se, formando um todo, e sua compreensão só é possível na interação. No dizer de Mikhail Bakhtin, ela é o lugar onde a interação verbal se realiza como fenômeno social, e a conseqüência é o surgimento de uma concepção em que as interações verbais, como todas as formas de diálogo, são atos

de fala que podem ser resumidos sob o termo **discurso**, escrito ou oral. “Na realidade, o ato de fala, ou, mais precisamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. A *enunciação é de natureza social*” (BAKHTIN, 1986, p. 109).

Não admira, portanto, que, desse ponto de vista, constatemos uma implicação teórica entre uma abordagem de natureza social e outra de natureza individual. Na primeira, o ato não pode ser considerado individual no plano discursivo, em vista deste ser identificado como um mero ato psicofisiológico produzido por um indivíduo. Na segunda, é compreendido como um ato meramente individual, um sujeito assumindo totalmente a responsabilidade, constituindo-se, então, autônomo diante de seu dizer.

1.2.5. Significação

Em *Marxismo e Filosofia da linguagem* (1986), Bakhtin inicia o capítulo “Tema e Significação na língua” alertando para a problemática da significação, ao afirmar ser essa dimensão da língua um dos mais difíceis problemas da lingüística, especificamente em relação às suas dificuldades analíticas. Eis suas palavras:

O problema da significação é um dos mais difíceis da lingüística. As tentativas de resolução desse problema têm revelado o estreito solilóquio da ciência lingüística com particular clareza. [...] Dentro dos limites da nossa investigação, limitar-nos-emos a um exame muito breve e superficial dessa questão. Procuraremos simplesmente traçar as grandes linhas de uma investigação produtiva nesse campo. (BAKHTIN, 1986, p. 128).

A significação na língua, como vemos, já era considerada uma questão complexa, e mesmo assim o autor acaba propondo uma postura da significação

numa perspectiva histórica, traçando, como ele mesmo diz, de forma simples, as grandes linhas de uma investigação nesse campo. Mais adiante, no mesmo capítulo, Bakhtin retorna a esta questão afirmando que, para constituir uma ciência sólida da significação, era extremamente necessário estabelecer a diferença entre tema e significação, compreendendo bem essa inter-relação, e, por fim, aduz que até aquele momento ninguém compreendera a pertinência dessa conduta teórica.

Ocupemo-nos da idéia de Bakhtin por significação. Por significação, “[...] entendemos os elementos da enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que são repetidos. Naturalmente, esses elementos são abstratos: fundados sobre uma convenção, eles não têm existência concreta independente, o que não os impede de formar uma parte inalienável, indispensável, da enunciação” (BAKHTIN, 1986, p. 129). Na efetivação da enunciação, entram em cena elementos reiterativos e semelhantes na medida em que se repetem nas atividades de produção do mundo dos homens; tais elementos de natureza abstrata, fundados a partir de uma convenção, constituem a significação da enunciação. Assim, a significação é parte constitutiva da enunciação.

Surge uma indagação pertinente: A significação possui um lugar? Caso exista esse lugar, onde? Para Bakhtin, a significação “[...] não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da *interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro*. É como uma faísca elétrica que só se produz quando há contato dos pólos opostos” (BAKHTIN, 1986, p. 132). A significação é resultado do encontro interativo entre locutor e receptor na interlocução realizada através do material sonoro pertencente a uma determinada configuração sonora. Essas duas e diferentes instâncias interlocutivas são responsáveis pelo aparecimento da

significação e, portanto, dependentes dela. Vale ressaltar que a palavra, para Bakhtin, é o signo ideológico por excelência, tendo o significar como função primeira, pois “*A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, 1986, p. 95). No caso específico da significação: “[...] se nós perdemos de vista a significação da palavra, perdemos a própria palavra, que fica, assim, reduzida à sua realidade física, acompanhada do processo fisiológico de sua produção. O que faz da palavra uma palavra é sua significação*” (BAKHTIN, 1986, p. 49) (Grifo nosso).

Assim, entendemos que a palavra, enquanto um tipo de signo, teria duas partes: a realidade física, acompanhada de sua própria produção fisiológica, e sua significação. A esta cabe exercer o papel de fundamento da palavra, isso porque, desprovida de significação, não seria uma palavra, mas uma mera seqüência sonora.

1.2.6. Tema ou sentido

Antes de apresentar uma noção mais técnica de tema, ouçamos algumas palavras de Bakhtin da natureza desta, sua relação com a enunciação e a situação histórica concreta:

Um sentido definido e único, uma significação unitária, é uma propriedade que pertence a cada enunciação *como um todo*. Vamos chamar o sentido da enunciação completa o seu *tema*. O tema deve ser único. Caso contrário, não teríamos nenhuma base para definir a significação. O tema da enunciação é, na verdade, assim como a própria enunciação, individual e não reiterável. Ele se apresenta como a expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação. A enunciação: “Que horas são?” tem um sentido diferente cada vez que é usada e também, conseqüentemente, na nossa terminologia, um outro tema, que depende da situação histórica concreta (histórica, numa escala microscópica) em que é pronunciada e da qual constitui na verdade um elemento. (BAKHTIN, 1986, p. 128).

Toda e qualquer enunciação, conforme Bakhtin, possui um sentido definido e único, uma significação unitária propriedade daquela em sua totalidade. É nesse sentido da enunciação completa que o autor reconhece o tema; surge como resultado, na qualidade de expressão de uma situação histórica concreta no mundo dos homens, pois o tema, enquanto propriedade da enunciação, está ligado às condições concretas históricas, que não se repetem jamais: “[...] O tema da enunciação é, na verdade, assim como a própria enunciação, individual e não reiterável” (BAKHTIN, 1986, p. 128). Sintetizando: o tema não se repete em razão de sua vinculação com a realidade histórica concreta, tendo a enunciação como sua expressão, já que ambos não se reiteram, não se repetem, pois, conforme Bakhtin, o campo temático da enunciação

[...] é determinado não só pelas formas lingüísticas que entram na composição (as palavras, as formas morfológicas ou sintáticas, os sons, as entoações), mas igualmente pelos elementos não verbais da situação. Se perdermos de vista os elementos da situação, estaremos tão pouco aptos a compreender a enunciação como se perdêssemos suas palavras mais importantes. O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o instante histórico ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda a sua amplitude concreta, como fenômeno histórico, possui um tema. (BAKHTIN, 1986, p. 128-9).

Existe uma vinculação ontológica entre o tema e a situação concreta histórica, pelo fato de que todo tema está existencialmente preso a determinado momento histórico, poderíamos até dizer que aquele é parte da própria situação concreta e histórica. Assim, para Bakhtin, tema é: “[...] *um sistema de signos dinâmico e complexo, que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução. O tema é uma reação da consciência em devir ao ser em devir*” (BAKHTIN, 1986, p. 129). Dito isso, entendemos que existe uma relação estreita entre o tema e as condições históricas, em que o primeiro busca incessantemente adaptar-se aos diferentes momentos de evolução destas, já o tema

surge como uma resposta da consciência do homem à sua concreta existência, ao seu devir. Poderíamos arriscar dizer que a compreensão é um fenômeno da consciência, enquanto uma função cuja tematização seria um fenômeno gerado pelo diálogo que o homem estabelece com a natureza e com o mundo construído juntamente com os demais. Assim, compreender é desenvolver uma forma de diálogo.

A compreensão é uma forma de *diálogo*; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma *contrapalavra*. Só na compreensão de uma língua estrangeira é que se procura encontrar para cada palavra uma palavra *equivalente* na própria língua. É por isso que não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. (BAKHTIN, 1986, p. 132).

Em termos técnicos, é necessário existir a relação entre dois interlocutores para a produção da significação, que só existe no processo de compreensão ativa e responsiva. Bakhtin esclarece:

[...] Qualquer tipo genuíno de compreensão deve ser *ativo* deve conter já o germe de uma resposta. Só a compreensão ativa nos permite apreender o tema, pois a evolução não pode ser apreendida senão com a ajuda de um outro processo evolutivo. Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profundas e real é a nossa compreensão. (BAKHTIN, 1986, p. 131-2).

Somente a compreensão ativa permite apreender o tema, e isso só pode ser feito com a ajuda de outro processo evolutivo, ou seja, a procura da relação da mesma com a realidade contextual.

De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras

palavras emitidas pelo locutor. A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude *responsiva ativa* (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão é prenda de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor. (BAKHTIN, 1992, p. 290).

Além desse comportamento do ouvinte, diante de um discurso produzido, a atitude *responsiva ativa*, há também para o autor a compreensão passiva:

A compreensão passiva das significações do discurso ouvido é apenas o elemento abstrato de um fato real que é o todo constituído pela *compreensão responsiva ativa* e que se materializa no ato real da resposta fônica subsequente. Uma resposta fônica, claro, não se sucede infalivelmente ao enunciado fônico que a suscita: a compreensão responsiva ativa do que foi ouvido (por exemplo, no caso de uma ordem dada) pode realizar-se diretamente como um ato (a execução da ordem compreendida acatada), pode permanecer, por certo lapso de tempo, compreensão responsiva muda (certos gêneros do discurso fundamentalmente apenas nesse tipo de compreensão, como, por exemplo, os gêneros líricos), mas neste caso trata-se, poderíamos dizer, de uma compreensão responsiva de ação retardada: cedo ou tarde, o que foi ouvido e compreendido de modo ativo encontrará um eco no discurso ou no comportamento subsequente do ouvinte. (BAKHTIN, 1992, p. 290-1).

E, por fim, consideramos pertinente expor a inter-relação entre tema e significação:

A maneira mais correta de formular a inter-relação do tema e da significação é a seguinte: o tema constitui o *estágio superior real da capacidade lingüística de significar*. De fato, apenas o tema significa de maneira determinada. A significação é o *estágio inferior da capacidade de significar*. A significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um potencial, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto. A investigação da significação de um ou outro elemento lingüístico pode, segundo a definição que demos, orientar-se para duas direções: para o estágio superior, o tema; nesse caso, tratar-se-ia da investigação da significação contextual de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta. Ou então ela pode tender para o estágio inferior, o da significação [...]: da palavra no sistema da língua, ou em outros termos a investigação da palavra dicionarizada. (BAKHTIN, 1986, p. 131).

A significação está na esfera da potência, no campo da possibilidade, enquanto o tema ou sentido encontra-se na instância concreta da história humana. Conforme ainda Bakhtin, “a distinção entre tema e significação adquire particular clareza em conexão com o *problema da compreensão [...]*” (1986, p. 131).

1.3. A teoria das heterogeneidades enunciativas de Authier-Revuz⁴

1.3.1. Considerações iniciais

A noção de heterogeneidade torna-se muito valiosa a esta reflexão em face de seus objetivos. Através dela, procuraremos mostrar o princípio dialógico da linguagem, expor à vista que as relações dialógicas estão presentes nos enunciados presentes nos jornais potiguares e paulistas, os quais elegemos como objeto de análise. Sua origem dá-se a partir do conceito de “dialogismo”, desenvolvido por M. Bakhtin (1986), princípio segundo o qual nós sempre falamos com as palavras dos outros. Em *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*, especificamente no item o *discurso na poesia e o discurso no romance*, este autor, ao focalizar as diversas formas e graus de orientação dialógica do discurso, trata dessa orientação para os discursos de outrem:

[...] todo o discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado envolvido pela névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros; e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico. (Bakhtin, 1988, p. 86).

Com essas palavras, o autor passa a explicar o aspecto dialógico inerente a toda e qualquer linguagem humana, pois tudo o que é dito não pode ser concebido como uma fala original, digamos, uma fala adâmica, pois nela se cruzam o já-dito no/do diálogo social. Ainda nas palavras do autor, a concepção do objeto do

⁴ Jacqueline Authier-Revuz, autora francesa, professora na Universidade da Sorbonne Nouvelle (Paris 3). É bastante conhecida internacionalmente em razão de seus trabalhos na área da enunciação. A obra principal de Authier-Revuz chama-se *Ces mots qui ne vont pas de soi*, tendo, inclusive, recebido o prêmio Larousse das Ciências da Linguagem. Esteve algumas vezes no Brasil ministrando vários cursos.

discurso é um diálogo tecido pelas consciências ideológicas, pela entonação e pelos julgamentos feitos por outros em relação a esse objeto. Por conseguinte, podemos entender que a dimensão da dialogicidade do discurso transcende a concepção do objeto, pois “[...] todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada” (BAKHTIN, 1988, p. 89).

A enunciação, construída pelo sujeito, é determinada pela resposta que já se encontra contida nela mesma, pela própria enunciação, ao se constituir no ambiente do já-dito, o que se diz está comprometido com o já-dito e com o que pode ser dito, por isso é que Bakhtin afirma que todo discurso está prenhe, grávido de respostas.

Porém, foi J. Authier-Revuz quem introduziu, em *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso*⁵, uma distinção amplamente utilizada entre **heterogeneidade mostrada** e **heterogeneidade constitutiva**, duas categorias que representam duas ordens de realidade diferentes na constituição do discurso.

Heterogeneidade constitutiva do discurso e heterogeneidade mostrada no discurso representam duas ordens de realidade diferentes: a dos processos reais de constituição dum discurso e a dos processos não menos reais, de representação, num discurso, de sua constituição. [...] A uma heterogeneidade radical, exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, **não localizável** e **não representável** no discurso que constitui, aquela do **Outro do discurso** – onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente –, se opõe à **representação**, no discurso, as diferenciações, disjunções, fronteiras interior/exterior pelas quais o **um** – sujeito, discurso – **se delimita na pluralidade dos outros**, e ao mesmo tempo afirma a figura dum enunciador exterior ao seu discurso. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 32).

As ordens a que se refere Authier-Revuz consistem nas dos processos reais dum discurso e nas dos processos não menos reais de representação, num

⁵ *Hétérogénéité montrée et Hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours* D.R.L.A.V., Paris, n. 26, p. 91-151, 1982.

discurso, de sua constituição, quais sejam: *heterogeneidade constitutiva* e *heterogeneidade mostrada*, respectivamente.

J. Authier-Revuz (Barros, 1999, p. 37; Barros, 2003, p. 4; Brait, 1996⁶, p.104) torna-se um dos autores que desenvolveu o conceito – considerado substantivo – de **dialogismo** do autor russo Mikhail Bakhtin, na medida em que o incorpora, em seu quadro teórico, à análise do discurso de orientação francesa. Vale ressaltar que outros estudiosos também buscaram desenvolvê-lo, como os autores franceses O. Ducrot e Maingueneau (Barros, 1999). Ao refletir essa categoria, Authier-Revuz constrói o conceito de heterogeneidade (Teixeira, 2001, p.193), enquanto uma maneira de configurar seu arcabouço analítico-descritivo.

Esta classificação de Authier-Revuz, no exame das formas de representação do outro, apóia-se no conceito de discurso de Bakhtin e na abordagem do sujeito e sua relação com a linguagem do psicanalista Sigmund Freud. O primeiro, em função da natureza dialógica da linguagem; o segundo, em razão do olhar psicanalítico do sujeito, este a partir de uma releitura dos enunciados de Sigmund Freud (1856-1939) feita pelo psiquiatra francês Jacques Lacan. Segundo a autora (1990), tanto a heterogeneidade constitutiva como a mostrada pertencem de fato ao plano discursivo, mas em diferentes ordens. A constitutiva está na ordem **do discurso**, na esfera da constituição, enquanto a mostrada encontra-se **no discurso**, na esfera das formas e graus de representação da alteridade inscrita no enunciado ou na “seqüência do discurso”.

Em relação à heterogeneidade mostrada, Authier-Revuz (1990) faz uma classificação entre formas marcadas e não-marcadas, conforme os modos de

⁶ Neste texto, *Ironia em perspectiva polifônica*, Beth Brait afirma que os trabalhos de Althier-Revuz nasceram da “articulação entre as concepções de Benveniste, Bakhtin, Pêcheux e Ducrot e Lacan”.(1996, p.104).

codificação do outro no discurso. As formas marcadas apresentam o outro de forma unívoca e as não-marcadas sem marcação unívoca.

Essa posição teórica de Authier-Revuz nos guiará no exame da alteridade discursiva existente nos enunciados dos jornais potiguares e paulistas abaixo.

1.3.2. Heterogeneidade mostrada

1.3.2.1. Formas marcadas de heterogeneidade mostrada

Processo de representação **num** discurso que se refere à heterogeneidade num discurso, em seu plano da representação, em que as distinções, disjunções, espaços fronteiros interior/exterior de um sujeito no discurso demarcam seus limites na multiplicidade dos outros, e, simultaneamente, afirmando a figura dum anunciador externo ao seu próprio discurso: são as formas explícitas da heterogeneidade que estão “no fio do discurso que, real e materialmente, um locutor *único* produz, um certo número de formas, lingüisticamente detectáveis no nível da frase ou do discurso, inscrevem, em sua linearidade, *o outro*” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.12). Nesses termos, *o outro* é encontrado materialmente inscrito na seqüência discursiva, no plano da materialização lingüística. É justamente nesse plano que se constata a presença do *outro* no discurso do autor, enquanto espaço do um.

As formas marcadas da heterogeneidade mostrada são aquelas que, sendo explícitas, podem ser recuperadas no nível enunciativo, são as formas assinaladas de maneira unívoca no fio do discurso: *discurso direto*, *discurso indireto*, *aspas*, *itálicos*, *negrito*, *formas de retoque* ou *incisos de glosa (parafrasagem)*, *a negação*, *a paráfrase* e *o metadiscurso do enunciador* ou do *locutor*. Nessas formas discursivas, o locutor designa claramente o lugar do Outro no seu discurso.

1.3.2.2. Formas não-marcadas de heterogeneidade mostrada

As formas não-marcadas da heterogeneidade mostrada, ao contrário, são aquelas em que o co-enunciador identifica, combinando em proporções variáveis, a seleção de índices textuais ou para-textuais diversos e a ativação de sua cultura pessoal: *discurso indireto livre, ironia, alusões, pastiche, imitação, as metáforas, a antífrase, os jogos de palavras, slogan, a reminiscência*. Poderiam ser incluídas as paráfrases (que fazem parte das imitações) e as citações, tais como provérbios, máximas etc. Aqui, a presença do outro está dissimulada, implícita, mesmo pertencendo ao campo da heterogeneidade mostrada. Em tais formas,

[...] a presença do outro [...] não é explicitada por marcas unívocas na frase: a “menção” que duplica o “uso” que é feito das palavras só é *dada a reconhecer, a interpretar, a partir de índices recuperáveis no discurso* em função de seu exterior.

Esse modo de “jogo com o outro” no discurso opera no espaço do não-explicito, do “semidesvelado”, do “sugerido”, mais do que do mostrado e do dito: é desse jogo que tiram sua eficácia retórica muitos discursos irônicos, antífrases, discursos indiretos livres, colocando a presença do outro em evidência tanto mais que é sem o auxílio do “dito” que ela se manifesta: é desse jogo, “no limite”, que vêm o prazer – e os fracassos – da decodificação dessas formas. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.17-8).

Como se observa, a autora estabelece uma distinção entre heterogeneidades enunciativas explícitas e não-explicitas. As primeiras são as mostradas marcadas, presentes no plano da seqüência discursiva, enquanto as últimas – mostradas não-marcadas – são recuperáveis no discurso a partir de seu exterior.

1.3.3. Heterogeneidade constitutiva

Essa heterogeneidade do discurso refere-se a uma heterogeneidade da raiz, interna ao próprio discurso, portanto, não localizável e não representável, e, como tal, não é encontrada no fio do discurso por não estar presente e nem se fazer

manifestada no mesmo. Diríamos que esta categoria pertence ao plano do discurso, enquanto uma realidade formal, uma realidade que participa da própria constituição discursiva. Aqui, encontramos o Outro do discurso. Assim, o “Outro” passa a ser compreendido como “Uma outra língua, um outro registro discursivo, familiar, pedante, adolescente, grosseiro, etc., um outro discurso, técnico, feminista, marxista, jacobino, moralista, uma outra modalidade de consideração de sentido para uma palavra, um outro, o interlocutor” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 30-1).

Enquanto discurso, o Outro tem um caráter de participação de constituição a um certo discurso, na medida em que ambos mantêm uma relação de comunhão, de consenso, defrontamento, ou mesmo de indiferença aparente. Por conseguinte, podemos dizer que o Outro é aquilo que sistematicamente faz falta a um discurso, pois todo discurso já nasce com essa falta, a falta de um outro discurso, a falta inerente a todo e qualquer discurso, de um discurso que lhe traga a sensação de acabamento.

Ouçamos, mais uma vez, algumas palavras de Authier-Revuz, ao destacar o aspecto da constitutividade desse Outro no sujeito e no seu discurso:

Em ruptura com o EU, fundamento da subjetividade clássica concebida como o interior diante da exterioridade do mundo, o fundamento do sujeito é aqui deslocado, desalojado, “em um lugar múltiplo, fundamentalmente heterônimo, em que a exterioridade está no interior do sujeito”. Nesta afirmação de que, **constitutivamente**, no sujeito e no seu discurso está o **Outro**, reencontram-se as concepções do discurso, da ideologia, e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a lingüística, esquecer. (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 29).

Authier-Revuz chama a atenção da questão do Outro, enquanto instância constitutiva do sujeito no seu discurso, na medida em que se instala uma necessidade de refleti-lo nos planos das teorias da enunciação, nas concepções de discurso e nas teorias que abordam o campo do inconsciente. E arrisca, ao afirmar que isso a lingüística tem que lembrar: “O próprio de toda formação discursiva é o

dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso determinante desta formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que “isso fala” (ça parle) sempre, **antes, alhures, e independentemente** (sic) [...] (ALTHIER-REVUZ, 1990, p. 27). A respeito do caráter constitutivo da palavra, a própria autora afirma que

Sempre sob as palavras, “outras palavras” são ditas: é a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo o discurso, através da qual a análise pode tentar recuperar os indícios da “pontuação do inconsciente”.

Esta concepção do discurso atravessado pelo inconsciente se articula àquela do sujeito que não é uma entidade homogênea exterior à linguagem, mas o resultado de uma estrutura complexa, efeito da linguagem: sujeito **descentrado**, dividido, clivado, barrado ... pouco importa a palavra desde que longe do desdobramento do sujeito ou da divisão como efeito sobre o sujeito do seu encontro com o mundo exterior, divisão que se poderia tentar apagar por um trabalho de restauração da unidade da pessoa, mantido o caráter **estrutural** (sic) **constitutivo da clivagem** pelo sujeito (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28).

Como se vê, a heterogeneidade de natureza constitutiva não mostra a existência do outro por estar compreendida no plano do interdiscurso e do inconsciente. A heterogeneidade constitutiva passa a ser constituída a partir de uma compreensão da interdiscursividade, já que um discurso só tem existência a partir de outro, como fora concebido pela teoria da Análise do discurso de linha francesa, no momento em esta abordagem efetiva uma retomada do princípio dialógico da linguagem de linha bakhtiniana, com o tema do sujeito e de sua relação com a linguagem, através da perspectiva psicanalítica lacaniana, em que se tem um viés da psicanálise atravessada pelas leituras (reinterpretação de quase todos os conceitos freudianos) do psiquiatra e psicanalista francês Jacques-Marie Émile Lacan (1901-1981) aos enunciados do médico vienense, fundador da psicanálise, Sigmund Freud.

Nestes termos, a heterogeneidade constitutiva está na ordem **do discurso**, e faz parte dos processos reais de constituição dum discurso. Vale ressaltar que o conceito de heterogeneidade está incorporado à concepção dialógica da linguagem, de Mikhail Bakhtin, que percebe essa orientação como um fenômeno presente em todo discurso. Tomando-se a obra *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance* (1988, p. 88), o autor, discutindo a questão das ressonâncias dialógicas, vozes e entonações presentes no plurilingüismo em face de um objeto, aponta para essa orientação da linguagem,

Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra num mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua-orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isso não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar.

Assim, a orientação dialógica está presente em todo e qualquer discurso, e é justamente devido à dialogicidade que os discursos se encontram em todas as direções. A especificidade da linguagem reside exatamente no fato de que ela representa um espaço de encontro de, no mínimo, dois discursos em interação, pois, fora deste contexto, seria possível encontrar-se com Adão mítico, na condição do primeiro a manifestar-se discursivamente em volta do objeto, sem o discurso alheio, condição essa impossível para o discurso humano, concreto e histórico.

É nessa direção que se tem a heterogeneidade constitutiva como um espaço conceitual em que o discurso de **um** delimita-se com os discursos de **outros**. Como se observou, essa heterogeneidade difere-se da mostrada, levando-se em consideração o lugar que ocupa na ordem da discursividade, pois, como vimos, as

duas heterogeneidades pertencem a ordens distintas. Afirma Authier-Revuz (1990, p. 32):

A uma heterogeneidade radical, exterioridade interna ao sujeito e ao discurso, **não localizável e não representável** no discurso que constitui, aquela do **Outro do discurso** – onde estão em jogo o interdiscurso e o inconsciente -, se opõe à *representação*, no discurso, as diferenciações, disjunções, fronteiras interior/exterior pelas quais o **um** – sujeito, discurso – **se delimita na pluralidade dos outros**, e ao mesmo tempo afirma a figura dum enunciador exterior ao seu discurso.

Em síntese, Authier considera a heterogeneidade constitutiva como uma forma não representável, não localizável, como também pertencente à ordem do processo real de constituição do discurso. Isso não quer dizer que essa heterogeneidade não possa estabelecer relações com a mostrada, que elas não sejam articuláveis entre si. Ambas possuem planos distintos de manifestação: a primeira está na própria raiz do discurso; a segunda no fio, na “seqüência do discurso”, no plano da representação em suas diversas formas e graus.

A questão agora é saber de forma específica a noção de “outro” desenvolvida por Authier-Revuz em seu quadro teórico. A autora (1990) afirma que existem discursos chamados como “exteriores”, que interferem na cadeia do discurso em enunciação gerando um espaço de heterogeneidade, quais sejam: as palavras de outro; uma outra língua (Exemplo: *Good night*, como dizem os americanos); um outro registro discursivo (Exemplos: *jovem porreta*, *broto legal*, *para tomar uma expressão da geração jovem dos anos 60*); um outro discurso – técnico, familiar, feminista, marxista, socialista, comunista, capitalista (Exemplo: *A sexualidade humana, como dizem os psicanalistas. Ou: Língua como sistema, como dizem os estruturalistas*); uma outra forma (modalidade) de tomar o sentido de uma palavra (Exemplo: *democracia, no sentido dos gregos; materialismo, no sentido dos marxistas*); o outro, o interlocutor (Exemplo: Imagine o termo que utilizei; desculpe a

expressão). Nesse procedimento, o enunciador estabelece uma relação de si para fora do discurso, buscando o interlocutor.

Capítulo 2

A transposição do Rio São Francisco para o Nordeste

2.1. Preliminares

Este capítulo inicia-se apresentando sucintamente elementos que fizeram parte da conjuntura econômica, da atividade política, das condições de vida⁷ do Brasil em 1994, especificamente no Nordeste, para, em seguida, mostrar a problematização e a caracterização do *corpus* desta pesquisa, envolvendo enunciados que circularam em jornais no Rio Grande do Norte e São Paulo, nesse período, tendo como um de seus temas o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco.

2.2. O projeto de transposição das águas do rio do São Francisco para o Nordeste

O tema da enunciação, conforme Bakhtin, o sentido do enunciado, além de ser determinado pelas formas lingüísticas também o é, e igualmente, pelos elementos não verbais da situação, expressão esta utilizada pelo autor, muitas vezes, para nomear o contexto. As afirmações a seguir, selecionadas em *Marxismo e filosofia da linguagem*, podem ser tomadas como gestos de percepção da profunda vinculação feita entre enunciação e situação histórica:

A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela *situação imediata ou pelo contexto* mais amplo que constitui o conjunto das *condições de vida* de

⁷ Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1986), estabelece que o conjunto das condições de vida é constituído: pela *situação imediata e pelo contexto* de uma determinada comunidade lingüística.

uma determinada comunidade lingüística. (BAKHTIN, 1986, p. 121). (Grifo nosso)

Se perdermos de vista os *elementos da situação*, estaremos tão pouco aptos a compreender a enunciação como se perdêssemos suas palavras mais importantes. O tema da enunciação é concreto, tão concreto como o *instante histórico* ao qual ela pertence. Somente a enunciação tomada em toda a sua amplitude concreta, como *fenômeno histórico*, possui um tema. (BAKHTIN, 1986, p. 128-9). (Grifo nosso)

O contexto histórico e o momento situacional imediato, segundo o autor, são partes integrantes e determinantes à compreensão da enunciação pelo fato de que a concretude temática está organicamente incorporada à dimensão sócio-histórica, mediata e imediata do homem. Em outras palavras, estamos diante da impossibilidade de produzirmos sentido fora dos elementos não verbais da enunciação, em face da imbricação entre tais esferas. Nos trechos acima, existe a expressão “enquanto tal”, em que o autor circunscreve o sentido de enunciação nas condições concretas de vida e não nas abstratas, pontuando a representação total da materialização enunciativa em sua condição histórica. Bakhtin (p. 154) retorna a esse ponto relacionando a língua com a estruturação individual:

As condições da comunicação verbal, suas formas e seus métodos de diferenciação são determinados pelas *condições sociais e econômicas da época*. As condições mutáveis da comunicação sócio-verbal precisamente são determinantes para as mudanças de formas que observamos no que concerne à transmissão do discurso de outrem. Além disso, aventuramo-nos mesmo a dizer que, nas formas pelas quais a língua registra as impressões do discurso de outrem e da personalidade do locutor, os tipos de *comunicação sócio-ideológica* em transformação no curso da *história* manifestam-se com um relevo especial. (Grifo nosso)

Ao se referir à dimensão situacional, o autor a especifica como uma realidade constituída pelas esferas social, econômica e ideológica, histórica, com as variáveis de tempo e espaço, sugerindo a nossa reflexão à exposição de elementos não verbais vinculados aos enunciados dos citados jornais. A respeito de linguagem verbal, ideologia e condições históricas, Bakhtin afirma:

Cada época histórica da vida ideológica e verbal, cada geração, em cada uma das suas camadas sociais, tem a sua linguagem: ademais, cada idade tem a sua linguagem, seu vocabulário, seu sistema de acentos específicos, os quais, por sua vez, variam em função da camada social, do estabelecimento de ensino (a linguagem do cadete, do ginasiano, do realista são linguagens diferentes) e de outros fatores de estratificação. Trata-se de linguagens socialmente típicas por mais restrito que seja o seu meio social [...] (BAKHTIN, 1988, 97-8).

Há uma profunda relação entre as vidas da linguagem, da ideologia e da sociedade em que se especifica a natureza histórica das atividades do homem, já que a compreensão de tais enunciados, sua significação histórica e o peso discursivo de seu legado do projeto de transposição das águas do rio São Francisco para o Nordeste requer o resgate de seus traços contextuais, tanto em nível regional como nacional.

A constituição brasileira de 1988 estabelece que o Brasil é uma República Federativa formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. É considerado, a partir de sua própria Carta Magna, um Estado Democrático de Direito com seus diversos fundamentos.

Como um dos países do continente sul-americano, descoberto em 22 de abril de 1500, e colonizado, fundamentalmente, pelos portugueses, o Brasil é atualmente composto de 27 estados e uma população de 169 milhões, 872 mil e 859 habitantes, em 42 milhões de domicílios, dos 5.507 municípios, de acordo com o Censo Demográfico de 2000, feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Possui uma superfície de 8.547.403,5 Km², distribuída em cinco regiões – **Região Norte:** Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins (população: 12.911.170); **Região Nordeste:** Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (população: 47.782.488); **Região Sudeste:** São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo (população: 72.430.194); **Região Sul:** Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

(população: 25.110.349); e **Região Centro-Oeste:** Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal (população: 11.638.658); e uma série de problemas e contradições sociais, políticos, econômicos e culturais. Um desses problemas (Souza, 1994) encontra-se na região Nordeste, a segunda mais populosa do país: **a seca.**

Como consequência da freqüente ausência de água nos estados que a compõem, esse fenômeno natural tem produzido efeitos crônicos de degradação em níveis relativamente altos nas condições de vida vegetal, animal e de sua população. A falta de uma política de resolução efetiva de seus efeitos tem levado alguns a denominar essa situação, nos últimos anos, de *indústria da seca do Nordeste* (Alves, 1994; Seild, 1994; Barbosa, 1994; Folha de S. Paulo, 1994), significando a forma como a questão tem, até o momento, sido tratada pelas instâncias oficiais e competentes do país.

A idéia de um projeto de transposição das águas do rio São Francisco para alguns estados nordestinos, viabilizando uma solução para os efeitos da seca dessa região, considerada pioneira, nasceu no reinado de D. João VI (Guerra, 1994), aclamado como rei em 1818, no início do século XIX, quando recomendou estudo de viabilização de um projeto para canalizar as águas do rio São Francisco, visando o fornecimento d'água para essa parte do país. Por volta de 1847, Marco Macedo (Guerra, 1994) lembrou a idéia de canalizar as águas do rio São Francisco em direção ao Rio Salgado, formador do Jaguaribe, com o intuito de materializar tal projeto.

Não é difícil perceber que a viabilização desse projeto, visto por muitos (Souza, 1994; Alves, 1994) como resolução de problemas do Nordeste, passa a ser compreendida como uma questão revestida de interesses políticos, sociais e

ideológicos. Essa transposição, na qual se desvia uma realidade física e material denominada água de uma região para outra, passa a ser vista como muito mais do que um simples desvio, incorporando mais valor ainda no mundo dos homens: transforma-se, portanto, em uma realidade nomeada, tematizada e agendada. Assim, tal projeto se transforma em produto ideológico, recebendo e refletindo “pontos de vista” em face de sua materialização, em conformidade com a representação feita pelos grupos sociais envolvidos.

O Brasil de 1994 é um país governado por um presidente mineiro e engenheiro, Itamar Augusto Cautiero Franco, que assumiu a presidência de 02/10/1992 a 19/12/1992, na condição de Vice-Presidente da República, exercendo efetivamente a presidência em 20/12/1992, em razão da vacância do Presidente Fernando Collor de Mello, afastado pelo processo de “impeachment”.

Nesse ano, o país tem uma *conjuntura econômica* combalida pela inflação e assombrada pela corrupção do governo de Fernando Collor de Mello. Após cinco meses de implantação do Plano Real, por parte do governo federal, regulamentado pelo Banco do Brasil, através da Resolução nº 2.010 de 28 de julho de 1993, como a unidade circulante do sistema monetário brasileiro, que passou a vigorar em 1º de agosto de 1993, em substituição à moeda “cruzeiro”, o governo estabelece uma política de consolidação desse Plano, visando enfrentar o retorno da inflação, que, de fato, ocorreu, e de questões como elevação de concentração de renda, recessão econômica, desemprego e fome. Essa herança, que o presidente Itamar Franco recebeu para governar o Brasil, do final de 1992 a janeiro de 1995, não fora resolvida.

Ocorrem, nesse período, as crises do Banco do Estado de São Paulo – Banespa, e do Banco do Estado do Rio de Janeiro – Banerj, duas importantes

instituições financeiras nacionais, e o registro do nascimento do Mercosul – Mercado Comum do Sul –, o quarto maior bloco econômico do mundo, reunindo Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que inicia a união aduaneira como comércio em alta. Vale ressaltar que, em 1993, Fernando Henrique Cardoso, então Ministro da Fazenda, executou o Plano Real como principal mentor, cujo sucesso foi decisivo à sua candidatura à sucessão presidencial, em que saiu vitorioso no 1º turno da eleição de 1994, tendo governado o Brasil por oitos anos, de 01/01/1995 a 01/01/1999 (primeiro mandato) e 01/01/1999 a 01/01/2003 (segundo mandato).

Com relação às condições de existência, observa-se uma *degradação das condições de vida* da população, nos diversos e diferentes aspectos, dos quais se destacam a seca no Nordeste e o desemprego, tornados crônicos e relativamente altos. O artigo *Como na África*, publicado pela *Folha de S. Paulo*, em edição Nacional de 25/06/1994 - Editorial: Opinião, página 1-2, apresenta um levantamento feito pelo Ministério da Saúde dos índices de mortalidade infantil no Nordeste. Segundo essa pesquisa, o Rio Grande do Norte tem mortalidade infantil que pode ser comparada à do Benin⁸ - superando até mesmo a do Paquistão. Mais grave ainda que os índices em si, entretanto, é o crescimento assustador que estes sofreram nos últimos 12 meses: 74% no Rio Grande do Norte, 56% na Paraíba, 54% no Ceará, 45% em Alagoas.

Especificamente na Paraíba, por exemplo, a mortalidade infantil atingiu um percentual bastante alto. No município de Junco do Seridó (233 km a oeste de João Pessoa), o índice foi recorde. De janeiro a junho, a taxa foi de 46,1% – 461 mortes para cada mil crianças, segundo a Secretaria Municipal de Saúde. Tais índices estão no patamar dos países mais pobres da África e da Ásia, cuja alta taxa de

⁸ País da África.

mortalidade infantil, de acordo com a prefeitura, é conseqüência da falta de chuvas. É pertinente relatar que em 1994 não houve incidência do “El Nino”, um fenômeno que ocorre no oceano Pacífico e afeta o clima de todo o país, aumentando as chuvas no sul e piorando a seca no Nordeste, mas foi exatamente nesse ano que ocorreu mais uma seca na região e muita chuva no sudeste e sul do país. A pobreza é endêmica, a concentração de renda é grave nos níveis pessoal e regional, existindo 12,6 milhões de depauperados na parte agrária, que representam 63% da pobreza rural do país e 32% dos pobres brasileiros.

É reconhecido, pelo próprio presidente do Brasil, que o país encontra-se em estado de calamidade social, revelando a existência de 32 milhões de brasileiros na indigência. Desses, 17 milhões estão no Nordeste, dos quais 2,3 milhões em Pernambuco; 1 milhão na zona rural, 600 mil na região metropolitana do Recife e outro tanto nas cidades do interior. No Nordeste, antes de Pernambuco, estão Piauí, Paraíba, Ceará, Bahia e Alagoas, com índices maiores do que os 32% da população em situação de extrema dificuldade, uma população submetida a duras condições de vida.

Simultaneamente a tais fatos, o ano fora marcado pelas ações eleitorais dos candidatos e partidos, apoios, acusações, promessas, agenda de visitas e comícios etc., com eleição para presidente e vice-presidente, senador, governador, deputado federal e estadual, portanto, um acontecimento especial constitutivo do cenário social da *atividade política* do país. Tais elementos contextuais podem ser sintetizados da seguinte maneira:

1. *Na conjuntura econômica*

- a) consolidação do Plano Real.

- b) queda da inflação.

- c) nascimento do Mercosul.
- d) crise no Banco do Estado de São Paulo – Banespa.
- e) crise no Banco do Estado do Rio de Janeiro - Banerj.

2. *Condições de vida*

- a) seca no Nordeste e bastante chuva na região Sudeste.
- b) recorde de mortalidade infantil na região nordestina.
- c) calamidade social no país, com 32 milhões de brasileiros na indigência.
- d) calamidade social no nordeste, com 17 milhões de indigentes.
- e) extrema pobreza de 32% da população do Piauí, Paraíba, Ceará, Bahia,

Alagoas e Pernambuco.

3. *Atividade política*

- a) eleição para presidente e vice-presidente, senador, governador, deputado federal e estadual.

Foi nesse contexto que ocorreram, em todo o Brasil, as mais diversas manifestações enunciativas sobre o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste envolvendo o Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Paraíba. A partir de então, os discursos a respeito do projeto desembocaram e intensificaram-se nos jornais de todo o país, dentre os quais os do Rio Grande do Norte e São Paulo, originando intensos debates sobre seus efeitos e riscos.

Foram, então, produzidos enunciados constituídos e repletos de reações-respostas a outros, na esfera da comunicação verbal de 1994, a respeito do tema, assumindo, em suas materializações enunciativas, formas variáveis. Nas palavras de Bakhtin, necessário se faz: “[...] introduzir diretamente o enunciado alheio no contexto do nosso próprio enunciado, [...] introduzir-lhe apenas palavras isoladas ou

orações que então figuram nele a título de representantes de enunciados completos” (BAKHTIN, 1992, p. 316) sobre tal projeto.

Assim, analisaremos as marcas de heterogeneidade constitutiva, reações-respostas, réplicas que refletem posições ideológicas⁹ do projeto, na posição de objeto em vista e de outros enunciados¹⁰, utilizadas em tais enunciados, circulados em jornais potiguares e paulistas, que materializam uma representação.

2.3. Problematização e caracterização do *corpus*

A materialização ou não do projeto de transposição das águas do rio São Francisco para Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba dependerá de correlação de forças ideológicas dos grupos sociais interessados, cujas potencialidades, materializadas no universo de signos, estão presentes em tais dizeres.

Ao se referir ao signo, Mikhail Bakhtin, em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1986), assinado por Voloshinov, afirma que os objetos de natureza físico-material do mundo recebem função no sistema da vida social, oriunda de um grupo organizado no transcurso de suas relações sociais, passando a ter significação além de suas próprias particularidades físico-materiais, que não significa nada por coincidir inteiramente com sua própria natureza. É a partir dessa

⁹ No texto *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance* (1988), Bakhtin, quando reflete sobre “a pessoa que fala no romance”, esclarece que o sujeito que fala no romance é sempre, em certo grau, um *ideólogo* e suas palavras são sempre um *ideologema*. Uma linguagem particular no romance representa sempre um ponto de vista particular sobre o mundo, [...]” (p.135).

¹⁰ Como salienta Mikhail Bakhtin (1986, p. 98): “Toda enunciação, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Não passa de um elo da cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. Cada inscrição constitui uma parte inalienável da ciência ou da literatura ou da vida política. Uma inscrição, como toda enunciação monológica, é produzida para ser compreendida, é orientada para uma leitura no contexto da vida científica ou da realidade literária do momento, isto é, no contexto do processo ideológico do qual ela é parte integrante”.

perspectiva que a pesquisa que ora pretendemos desenvolver tem o interesse de refletir os enunciados que versam sobre a viabilização do projeto.

Nesses termos, poder-se-ia caracterizá-lo, da perspectiva bakhtiniana, como uma realidade sógnica, de natureza ideológica, cuja viabilização o transforma em objeto polêmico, conflituoso, disputado por vários pontos de vista, efeitos das representações ideológicas. Poder-se-ia encontrá-lo em vários lugares, mas é no espaço do gênero jornalístico que o verificaremos.

No que se refere ao espaço jornalístico, de forma bastante genérica, diremos que a região Nordeste estará representado pela *Gazeta do Oeste*, *O Mossoroense*, *Tribuna do Norte* e *Diário de Natal*, jornais de maior circulação no Rio Grande do Norte, enquanto a *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*, os dois primeiros de grande circulação no país, e o último circunscrito ao Estado de São Paulo, representando a região Sudeste.

O objetivo maior desta reflexão, como já foi dito, é verificar as representações e seus procedimentos enunciativos, feitas e utilizadas pelos enunciados desses jornais, em 1994, em relação ao projeto de transposição. Duas questões são colocadas: a) *Qual a representação feita pelos enunciados dos jornais do Nordeste (Rio Grande do Norte) e do Sudeste (São Paulo) sobre o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste?* e b) *Como são construídos tais enunciados na elaboração dessas representações?* Diante dessas indagações, esta reflexão propõe-se a investigar as questões:

a) como se dá a produção de sentido nesse gênero de discurso?

b) quais os procedimentos discursivos utilizados nesses enunciados para criar a representação do projeto de transposição do Rio São Francisco para o Nordeste?

c) como o espaço da região do Nordeste é construído nesses enunciados?

d) quais as estratégias empregadas nesses enunciados, visando persuadir e/ou convencer os leitores?

e) com quem tais enunciados dialogam?

f) quais são os tipos de heterogeneidade que neles se encontram?

A motivação responsável pela escolha dessa temática deve-se a dois fatores: a) do projeto representar uma questão polêmica, política e econômica, e, sobretudo, ideológica, não somente para o Nordeste, mas para o Brasil, em face dos interesses dos grupos sociais envolvidos; e b) do próprio pesquisador, há décadas, ter uma relação direta com os vários efeitos da seca. No rastro dessas motivações: a) do Nordeste ser foco desse projeto; e b) de no Sudeste não existir o fenômeno da seca, e desta circular em jornais cuja repercussão atinge São Paulo e outros estados.

Ao consultar bibliotecas universitárias do país, como a UERN, UFC, USP e UNESP em Araraquara/SP, durante o período de 2002 a 2005, na área de linguagem, em especial em Análise do Discurso, encontramos trabalhos que abordam o discurso jornalístico, mas nenhum versando sobre o projeto de transposição das águas do rio São Francisco para o Nordeste em quatro jornais do Rio Grande do Norte e três de São Paulo. Acreditamos ser esta a primeira iniciativa de tornar os enunciados desses jornais objeto de estudo. A importância e relevância desta reflexão residem no fato de que seus resultados poderão fornecer contribuições, no plano do entendimento enunciativo e social, àqueles interessados nas reflexões da relação entre discurso, sociedade e jornal, especificamente o jornalístico. Analistas de discurso, sociólogos, profissionais da educação, formadores de opinião, jornalistas, trabalhadores em geral, serão os beneficiários diretos.

Foram coletados oitenta e oito enunciados de jornais potiguares: *Gazeta do Oeste*, *O Mossoroense*, *Tribuna do Norte* e *Diário de Natal*; e paulistas, *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *Jornal da tarde*, mas, para a constituição do *corpus*, selecionamos (abaixo), conforme ordem cronológica de circulação, vinte e oito. Nestes termos, os elementos do item 2.2 constituem o contexto situacional de 1994, que determinaram o falar do projeto de transposição das águas do rio São Francisco para o Nordeste.

1. *Gazeta do Oeste*

N	Título do enunciado	Autor	Circulação
01	Sonho nordestino	Ney Lopes de Souza	20/02/1994
02	Água do São Francisco para o semi-árido	Valter de Brito Guerra	22/05/1994
03	A transposição corre risco	Rubens Coelho	06/08/1994
04	A transposição intransponível	Emerson Linhares	19/08/1994

2. *O Mossoroense*

01	Análise & Fatos	Laíre Rosado	13/03/1994
02	Análise & Fatos	Laíre Rosado	26/05/1994
03	Aluízio não tem mais direito a perseguição política	Crispiniano Neto	16/06/1994
04	Reflexões I: Chegando água do R.S.F. aos sertões	Manuel L. Martins	17/06/1994

3. *Diário de Natal*

01	Itamar cria projeto de transposição das águas	-	07/07/1994
02	Itamar quer apressar empréstimo para obras de transposição do rio	-	07/07/1994
03	AA define início da transposição	-	12/08/1994
04	Aluízio censura FHC sobre obra	Magno Martins	26/08/1994

4. *Tribuna do Norte*

01	O Projeto do São Francisco	Aluízio Alves	-
02	O velho Chico e as urnas	João Emílio Falcão	-
03	Preconceito contra o Nordeste	-	-
04	A utopia, o sonho, as águas	Agnelo Alves	03/07/1994

5. *Folha de S. Paulo*

01	Nordeste ganha obra faraônica contra a seca	Editoria	28/04/1994
02	A Bahia e o velho Chico	Ruy Bacelar	09/06/1994
03	Projeto do São Francisco opõe Ricupero a Itamar	Editoria Brasil	14/07/1994
04	Eleição e irrigação	Marcelo Beraba	18/07/1994

6. O Estado de S. Paulo

01	Desvio do São Francisco cauda polêmica	M. Morais/M.Bergamaschi	10/06/1994
02	Ricupero rejeita projeto de irrigação	Guilherme Evelin	11/06/1994
03	Revivendo os projetos faraônicos	-	12/06/1994
04	Ministro lança obra s/ verba orçamentária	José Casado	18/06/1994

7. Jornal da Tarde

01	Projeto faraônico	-	27/06/1994
02	S. Francisco: Alves ataca políticos	-	25/07/1994
03	S. Francisco: ministro lança obra	Vannildo Mendes	23/08/1994
04	Alves: 'Reflexo eleitoreiro'	-	30/08/1994

Capítulo 3

Construção de sentido e heterogeneidade enunciativa nos jornais do Nordeste e Sudeste – o projeto de transposição do São Francisco: análise

– Estamos no meio de uma batalha. De agora em diante quero ler todas as reportagens que ele escrever e todos os retratos que ele tirar. *Nada mais sai daqui sem minha autorização, nada, nada!*

(General do exército aos seus oficiais sobre as informações do jornalista que cobria a invasão à cidade de Conselheiro, no sertão da Bahia (Filme “Guerra de Canudos”)

Analisaremos, neste capítulo, os enunciados nos jornais potiguares e paulistas, considerando a construção interna do sentido, no primeiro enunciado de cada jornal, e as alteridades em tais enunciados, que materializam “reações-respostas”, em formas e graus variados, pelos mecanismos utilizados por seus enunciadadores quando falam do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste.

– **Gazeta do Oeste**

Enunciado 01

SONHO NORDESTINO (Anexo 01)

Este enunciado foi publicado no *Gazeta do Oeste*, no dia 20/02/1994, página 17, Coluna Opinião, ocupando $\frac{1}{4}$ da folha, lado superior e esquerdo da primeira coluna. A matéria contém, acima do enunciado verbal, uma foto do autor, ao lado da rubrica e título compostos em letras garrafais. Este enunciado opinativo encontra-se, no meio do jornal, sendo publicado somente aos domingos, dia em que esse jornal tem maior circulação no interior e na região litorânea do Rio Grande do

Norte. O autor exercia o mandato de deputado federal, sendo candidato à reeleição, em 1994, como deputado federal pelo Partido da Frente Liberal/PFL do citado estado. Nesse período, ocupava os cargos de Representante da América Latina junto ao Global Fórum - entidade internacional com sede em Nova York - indicado em setembro de 1993; Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano (Parlatino) eleito em 20/08/93 - Montevideu - Uruguai; Presidente no Congresso Nacional do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano - 1991/1994, e continua como deputado federal; atualmente, é Procurador Parlamentar Geral nomeado pelo Presidente da Câmara dos Deputados - 2005/2006 - Brasília DF.

O público alvo desse jornal são os leitores interioranos do oeste, embora sua circulação também se dê na capital e cidades circunvizinhas. Vale ressaltar que este enunciado também fora publicado, no mesmo dia, n' *O Poti*, jornal cuja circulação ocorre na capital e cidades litorâneas somente aos domingos. Sua veiculação atinge um público no interior e no litoral; é muito popular e pertence a um dos grupos políticos tradicionais, tendo destinação certa: a maioria da população.

Temos aqui um enunciado verbo-visual construído por meio de dois discursos: seqüências verbais e imagens. Considerando-se o enunciado como um todo, observa-se que ele apresenta, de forma destacada, dois elementos que ficam acima do texto verbal: a rubrica e a foto do autor. O título fica numa posição secundária. Essa sobreposição tem suas razões: ao observarmos outros enunciados opinativos, constatamos que eles (com raras exceções) não trazem fotos dos autores nem tampouco a entrada recebe tal destaque, significando que existe uma relação estreita entre o termo da entrada e a foto. Esses dois modos expressivos (verbal e visual) marcam o caráter sincrético do enunciado, apontando para as questões como: a) o autor deve ser identificado pelo seu nome e foto. Nestes

termos, o autor passa a ser duplamente identificado: nome (expressão verbal) e fotografia (expressão não verbal); b) o autor não é qualquer personalidade, mas uma autoridade que exerce um mandato em nível nacional, com pretensões à reeleição, desejando ser governador. Nesses termos, a foto evidencia um recurso enunciativo mostrando uma posição, pelas informações e, simultaneamente, afirmando *eu sou isto e não sou aquilo*. A fotografia passa a exercer uma espécie de “fiador” para garantir e legitimar o que está sendo enunciado pela palavra.

O autor assume a posição de defensor do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste, como solução da seca da região, por meio de marcas da primeira pessoa, ao se colocar como futuro candidato à governador: “Caso algum dia *venha* a ser candidato ao Governo do RN, *pregarei* um acordo, já em campanha, com o governador do Ceará para *juntos fazermos* essa perenização do Assu e Jaguaribe”, e um sonhador da concretização de tal projeto: “Na *minha vida* pública este sonho sempre *levarei* comigo. Porque, como UNAMUNO, é bom sonhar com o absurdo, para conseguir o impossível”. Vale ressaltar que o primeiro parágrafo da introdução é muito significativo dessa intenção, embora não esteja na primeira pessoa.

O enunciado “Sonho nordestino”, construído em primeira pessoa, revela um fato antigo e atual (a aspiração da população da região do Nordeste pela irrigação como solução para os efeitos da seca), como também a posição de seu autor a favor do projeto, que se torna cada vez mais evidente em sua progressão. Ao enunciar em primeira pessoa, o autor estabelece uma maior aproximação com os leitores, haja vista expressar um tom de subjetividade. Outro recurso utilizado pelo enunciadador foi a identificação de seu desejo com o desejo da população dos nove

estados do nordeste, através do espaço do sonho, que não é somente dele, mas de toda a população nordestina.

No primeiro trecho, nota-se a presença da posição de adesão do autor ao projeto, ao propor a inclusão do tema da irrigação como solução para os efeitos da seca na pauta dos debates na campanha eleitoral de 1994. A expressão “nunca é demais lembrar” revela esse sentido, na medida em que esta passa a ter muito mais a idéia de um pedido, quase um lembrete, àqueles que farão o debate eleitoral, do que uma postura reveladora de um poder explicitado: um pedido para que não haja esquecimento da realização de um projeto que pode determinar as condições de vida de boa parte da população nordestina.

O enunciador apresenta uma relação bastante estreita da campanha eleitoral com a irrigação, enquanto solução única para o Nordeste.

Com US\$ 3.000 dólares de investimento cria-se um emprego, com retorno desse investimento a curto prazo, para uso em outros setores. Isto está sendo provado no Baixo Assu.

Em seguida, há informação sobre custo-benefício da operação em moeda americana e não em moeda nacional, conjuntamente com um exemplo para demonstração do que fora dito a respeito da proposta. Visando sustentar e validar a sua proposta de inclusão do projeto de transposição do São Francisco na pauta da campanha política de 1994, o enunciador utiliza dois recursos argumentativos para dar ao enunciado um caráter de objetividade: o primeiro, no plano custo-benefício, no campo da economia (com a expressão “investimento”); o segundo, no campo da demonstração de resultados de um projeto de irrigação em andamento. E o mais interessante é que, no primeiro caso, a relação é feita com a moeda estrangeira, o dólar, e não com o real. É possível que a expressão feita em dólar, para representar

a moeda do custo de investimento da obra, dê maior credibilidade ao discurso junto ao leitor, afinal de contas a moeda estrangeira tem maior valor no câmbio.

O enunciado possui quatro parágrafos. Em três, visando dar um caráter de objetividade, utiliza-se, em 21 linhas, do discurso científico; 14 trechos possuem esse recurso: 2/3 de expressões evidenciam esse caráter. Eis algumas: expressões que denotam locais onde deverão passar a água do Rio São Francisco, especificamente onde se inicia e termina: “Rios Assu e Jaguaribe”; tamanho da área a ser irrigada: “600 quilômetros de área irrigada”; informações sobre o “modus operandi” quanto à técnica de funcionamento das águas no processo de abastecimento em expressões da Física: “gravidade”, “energia elétrica”; das Ciências Agrônômicas: “perenização dos rios”, “área irrigada” “agricultura”; Engenharia: “barragens” “usinas”; Economia: “custo menor”; Geografia “350 metros acima do nível do mar”, dentre outros.

Nesses termos, o caráter de objetividade é um recurso utilizado para dar maior credibilidade ao enunciado, este pontuado de aspectos concretos da realidade circunscrita. Não se trata somente de uma posição, efeito de um desejo ou sonho do autor, enquanto realidade subjetiva anunciada do autor e da população nordestina, mas da representação que este faz de sua experiência histórica dos efeitos da irrigação através do projeto de transposição do São Francisco.

É necessário pensar o Nordeste globalmente. Sem paternalismos. Sem favores. Mas com tratamento diferenciado dentro da federação.

Na introdução, a proposta do enunciador da presença do tema “irrigação do Nordeste” na agenda da campanha eleitoral é justificada desde o início, depreendendo-se desse espaço aspectos concernentes à representação feita da

região nordestina, a idéia que o enunciador e outros fazem do nordeste com as demais regiões:

a) o Nordeste não é pensado como uma região que faz parte da dimensão global do país, na medida em que recebe tratamento diferenciado, marginalizado, negativo, face às demais regiões;

b) o Nordeste é pensado a partir de figuras que se apresentam como seus “legítimos representantes” com a função de “apadrinhar” e “cuidar” do mesmo, como se a região não possuísse condições suficientes de sobrevivência, necessitando de proteção;

c) o Nordeste é uma região cujos estados não têm condições de sobrevivência, por isso vive de favores de outras regiões, um peso para a nação;

O enunciador, após descrever a forma como a região Nordeste é pensada, na condição de indigente, propõe a necessidade de vê-la de forma diferenciada. Tal procedimento acaba revelando como a mesma vem sendo tratada pelos outros estados, na medida em que pontua a existência de duas posições na relação da região como unidade regional, tendo o país como totalidade.

De um lado, tem-se a posição do autor, que propõe a inclusão dessa unidade na totalidade do país; de outro, tem-se a posição de divisão. Como se verifica, operam-se duas posições: inclusão e divisão. Na primeira, o autor propõe uma perspectiva de inclusão do Nordeste, levando-se em consideração suas idiossincrasias, no âmbito global; na segunda, acentua-se uma regionalização marginalizada sobre a região. Tais fatores revelam fortes indícios de que o discurso de viabilidade do projeto de transposição não é homogêneo, único, mas polêmico, heterogêneo.

O motivo da transposição é construído por meio de outro discurso: o enunciador apresenta o modo como o Nordeste é pensado, representado. Não temos aqui, de forma explícita, a posição da representação do autor, tem-se a afirmação de existência de um pensar.

Outro aspecto interessante, nas estratégias existentes no enunciado, refere-se ao processo de repetição que ocorre em todos os parágrafos: da posição de adesão do autor à transposição. Essa adesão encontra-se na introdução de cada parágrafo. Conforme foi dito, 2/3 é composto de enunciados que procuram oferecer um caráter de cientificidade para dar credibilidade e produzir melhor convencimento ao leitor; os outros dizeres, constituídos de 1/3 de enunciados, explicitam a posição do enunciador, desde sua proposta de agendamento na campanha eleitoral do tema da irrigação do Nordeste, posto na introdução, até o enunciado, no final, que convoca os nordestinos para a realização de um sonho, numa abordagem unamariana, ou seja, impossível. Temos abaixo os enunciados e comentários que explicitam a posição do autor:

1) Na hora em que a campanha eleitoral leva idéias ao debate nunca é demais lembrar a irrigação como única solução para o Nordeste

2) Das discussões até agora realizadas o caminho certo é o de encaminhar as águas do São Francisco para os vales ou bacias hidrográficas dos rios secos da região, inundando-os.

3) Caso algum dia venha a ser candidato ao Governo do RN, pregarei um acordo, já em campanha, como o governador do Ceará para juntos fazermos essa perenização do Assu e Jaguaribe

4) Na minha vida pública este sonho sempre levarei comigo. Porque, como UNAMUNO, é bom sonhar com o absurdo, para conseguir o impossível.

A introdução do discurso, propondo a presença do tema da irrigação na agenda da campanha eleitoral, serve para anunciar a posição do autor em relação à transposição, solicitando outros sujeitos a participarem do agendamento dessa idéia,

que anda esquecida, não somente em momentos de campanha eleitoral, mas, sobretudo, em momentos não-eleitorais.

No segundo parágrafo, o autor reedita sua posição ao reafirmar que a solução correta é a de transpor as águas do São Francisco para regiões e vales secos, utilizando duas palavras que possuem o mesmo morfema lexical: “caminho” e “caminhar”. Essas expressões fornecem a idéia de solução e de movimento, de ato, de realização.

No terceiro parágrafo da introdução, o autor reforça sua posição propondo e se comprometendo a ser o responsável pela materialização do projeto de transposição, na condição de governador, quando premuniza uma futura parceria com o governador de outro estado, visando criar maior credibilidade política à sua proposta. Quer dizer, a campanha não será feita com um senador, deputado ou vereador, mas com um governador, na posição de maior autoridade de um estado no campo do poder político.

O autor, no quarto e último parágrafos da introdução, reforça sua posição através do recurso de identificação duplamente, ao fazer uso da idéia de que os nordestinos têm o mesmo sonho do autor e do filósofo espanhol Miguel Unamuno. Lembrar e sonhar, dois verbos utilizados, no início e fim, respectivamente, para dar um tom de personalidade e identificação com anseios comuns dele e da população.

O lugar desses enunciados no início de cada parágrafo é bastante relevante e contribui para fazer o leitor aderir à opinião do deputado.

Caso algum dia venha a ser candidato ao Governo do RN, pregarei um acordo, já em campanha, como o governador do Ceará para juntos fazermos essa perenização do Assu e Jaguaribe

O enunciador, na metade do enunciado, apresenta-se como candidato a governador, utilizando novamente o recurso de identificação entre ele e a população

nordestina quanto ao sonho de irrigação, como materializador do sonho da perenização do rio do Assu/RN e do Jaquaribe/CE, juntamente com o governador do Ceará. A utilização de enunciados que revelam acordo com o governador do Ceará serve para reforçar sua posição de defensor da transposição, à medida que confere maior grau de credibilidade ao enunciado: o sonho não pertence somente ao enunciador, mas também aos nordestinos.

Na minha vida pública este sonho sempre levarei comigo. Porque, como UNAMUNO, é bom sonhar com o absurdo, para conseguir o impossível.

No final do enunciado, usa-se novamente a identificação, levando-a ao ponto mais alto em termo discursivo, estabelecendo, logo de saída, que sua condição de homem público está fadada a permanecer para sempre com o sonho do projeto de transposição. A comparação é utilizada pelo enunciador como último recurso discursivo, quando se compara a Miguel de Unamuno¹¹. Tal descrição retrata a real situação de Miguel Unamuno em seus últimos dias, o autor estabelece a possibilidade de que nem ele mesmo acredita na viabilidade do projeto, pois na condição de Unamuno continua dizendo aos outros que haverá a transposição.

Na hora em que a campanha eleitoral leva idéias ao debate nunca é demais lembrar a irrigação como única solução para o Nordeste.

Selecionou-se uma gama de vocábulos que revela a intenção do autor ao fornecer informações importantes sobre os objetos participantes de seu ato enunciativo. O projeto de transposição do rio, na condição de realidade

¹¹ Miguel de Unamuno (1864-1936), filósofo e escritor espanhol, considerado um dos pensadores espanhóis mais destacados da época moderna, pertencente à geração de 98, e foi poeta, romancista, autor teatral, existencialista e crítico literário. Este filósofo escreveu o romance *San Manuel Bueno* (1933), que é a história de um padre que, em seus últimos dias de vida, fica em estado melancólico e triste, perde a fé e finge conservá-la para não destruir a crença dos fiéis. Pertenceu à geração de 98 e seus ensaios compreendem: *Ao redor do casticismo* (1895), *Vida de Dom Quixote e Sancho* (1905), *Do sentimento trágico da vida* (1913) e *A agonia do cristianismo* (1925). Seus romances incluem: *Paz na Guerra* (1897), *Névoa* (1914), *A tia Tula* e *São Manuel Bueno, mártir* (1933). Entre suas obras poéticas destaca-se *O Cristo de Velázquez* (1920). Para Unamuno o que mais importa na filosofia é o homem. Morreu em Salamanca em 31 de dezembro de 1936.

representada, aparece no enunciado de modo positivo através das palavras: “sonho”, “solução”, “caminho certo”. Há utilização de uma linguagem composta de palavras e expressões subjetivas e não-subjetivas, com predominância das primeiras, tornando o enunciado retoricamente persuasivo e não predominantemente lógico.

a) Subjetivas: “nunca é demais lembrar”, “a curto prazo”, “É necessário pensar o nordeste globalmente”, “sem paternalismo”, “sem favores”, “caminho certo”, “inundando-os”, “oferta”, “imenso”, “lançar”, “Caso algum dia”, “juntos”, “não envolve gastos”, “apenas”, “importantes”, “facilitando”, “papel”, “custo menor”, “perenemente”, “maiores”, “sonho”, “braço”, “acima”, “alto”, “médio”, “maiores”, “É bom sonhar” e “absurdo”.

b) Não subjetivas: “tese de derivação”, “irrigação”, “área irrigada”, “semi-árido”, “vales ou bacias hidrográficas”, “perenização”, “gravidade”, “transporte fluvial”, “investimento”, “agricultura”.

Vê-se que, apesar do enunciado objetivar fazer saber que “nunca é demais lembrar”, a tematização da irrigação para o Nordeste, na campanha eleitoral que se avizinha, verifica-se de caráter opinativo, revelado em seu funcionamento dialógico. A representação de outros discursos pelo enunciador revela não só discordância com outras vozes setoriais da política em relação ao nordeste e outras regiões, mas também uma estratégia de aliado e defensor.

Assim, o enunciado faz uma representação do projeto, sedimentado na irrigação e navegação, como *necessário* à primeira, como solução do problema da seca e à segunda, para a navegação, facilitando o comércio com o transporte fluvial entre os dois mais importantes rios do Rio Grande do Norte e do Ceará: Assu e Jaguaribe.

Quanto à representação do espaço nordestino, o enunciado apresenta uma região pensada de forma “negativa”, sedimentada em sua condição de marginalizada, fora de uma visão global da federação, co-existindo com paternalismo, favores e desemprego, uma região carente, pobre.

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Entonação (com letras garrafais)

Na minha vida pública este sonho sempre levarei comigo. Porque, como UNAMUNO, é bom sonhar com o absurdo, para conseguir o impossível.

O enunciador destaca a expressão “UNUMANO” não só para realçá-la, mas para assinalar um outro discurso, outra voz, a visão de mundo do filósofo e escritor espanhol Miguel de Unamuno (1864-1936), com a qual o enunciador diz se identificar. Essa forma explicita uma alteridade ao próprio enunciador, utilizando-a com a intenção de afirmar o que está na exterioridade, o ponto de vista do escritor da literatura hispânica.

2) Negação

(a) É necessário pensar o Nordeste globalmente. Sem paternalismos. Sem favores. Mas com tratamento diferenciado dentro da federação.

(b) A obra não envolve gastos com adutoras, recalques, bombeamento, usinas, barragens, energia elétrica. Será apenas um novo rio, artificial, canal ou, um braço do São Francisco.

O enunciador, em (a), utiliza a negação com a preposição “sem”, direcionando a forma do Nordeste ser pensado, ao estabelecer uma relação de heterogeneidade, na medida em que essa afirmação está se contrapondo à voz de outros políticos filiados a vários partidos, cuja visão dispensa à região um tratamento visto como paternalista e com favores; em (b), dialoga com o potencial de seu leitor. Sua fala, enquanto enunciador 2, é dialógica no sentido de que nela concorrem

também a sua fala e a de outro enunciador (enunciador 1), que “afirma” que a obra gastará muita verba. A função de enunciador 2 é contrapor-se a um pressuposto de enunciador 1 como uma “verdade”. Esta pode ser encontrada em muitos discursos contrários ao projeto de transposição que circulam em jornais do país. Em ambas as falas, o enunciador da *Gazeta do Oeste* responde às possíveis objeções do leitor.

3) Glosa do enunciador

(a) É necessário pensar o Nordeste globalmente. Sem paternalismos. Sem favores. Mas com tratamento diferenciado dentro da federação.

Neste trecho, há o uso da glosa, na medida em que o autor marca seu território circunscrevendo-o com possíveis discursos divergentes, ao descrever sobre o nordeste aspectos desta região, em que inexistem paternalismo e favores. Desse modo, dialoga com discursos falados por outros e alhures, outras vozes discordantes das demais esferas sócio-políticas.

(a) [...] tornará navegável os dois mais importantes rios do CE e RN, facilitando o comércio com o transporte fluvial. Fará o mesmo papel que desempenha o rio Reno no sul da Alemanha.

Tem-se, aqui, também, a presença da glosa. O autor, ao descrever o papel do rio Reno¹², no sul da Alemanha, mostrando efeitos da perenização dos rios Açu e Jaguaribe, no Rio Grande do Norte e Ceará, acaba estabelecendo seus limites com outros possíveis discursos do modo de utilização dos rios: comércio e transporte fluvial. Novamente, estabelece-se uma relação com possíveis outras vozes divergentes quanto ao uso dos rios. Têm-se, nos casos, fragmentos de alteridade, pois conforme Authier-Revuz (1990, p. 31):

¹² Duas funções, que de fato exerce o rio Reno, um rio longo de 1.320 km que atravessa toda a Europa de sul a norte, desaguando no Mar do Norte. Junto com o Danúbio, constituía a maior parte da fronteira setentrional do Império Romano. Os romanos chamavam o rio de *Rhenus*. Desde essa época o Reno é um curso de água muito usado para o *transporte* e o *comércio*.

[...] localizar um ponto de heterogeneidade é **circunscrever** este ponto, ou seja, opô-lo por diferença do resto da cadeia, à homogeneidade ou à unicidade da língua, do discurso, do sentido, etc.; corpo estranho delimitado, o fragmento marcado recebe nitidamente através das glosas de correção, reserva, hesitação... um caráter de particularidade acidental, de defeito local. Ao mesmo tempo, remete a um alhures, a um exterior explicitamente especificado ou dado a especificar, **determina** automaticamente pela diferença um **interior**, aquele do discurso; ou seja, a designação de um exterior específico é, através de cada marca de distância, uma operação de constituição de identidade para o discurso.

Foi o que o autor fez: circunscreveu tais elementos visando estabelecer diferença com os possíveis sentidos que poderiam ser produzidos pelos leitores. São palavras do autor a respeito de seu próprio enunciado. Esse movimento discursivo pode ser verificado no dizer de Mikhail Bakhtin em *Problemas da poética de Dostoiévsky* (2002, p.184):

[...] as relações dialógicas podem penetrar no âmago do enunciado, inclusive no íntimo de uma palavra isolada se nela se chocam dialogicamente duas vozes [...]

Por outro lado, as relações dialógicas são possíveis também entre os estilos de linguagem, os dialetos sociais, etc., desde que eles sejam entendidos como certas posições semânticas, como uma espécie de cosmovisão da linguagem, isto é, numa abordagem não mais lingüística.

Por último, *as relações dialógicas são possíveis também com a sua própria enunciação como um todo, com partes isoladas desse todo e com uma palavra isolada nele, se de algum modo nós nos separamos dessas relações, falamos com ressalva interna, mantemos distância face a elas, como que limitamos ou desdobramos a nossa autoridade.* (Grifo nosso)

É interessante essa fala interna, gerada pelo próprio enunciador, em relação ao seu enunciado, pois, sem dúvida, tal procedimento confirma o princípio dialógico.

4) o interlocutor

(a) Na hora em que a campanha eleitoral leva idéias ao debate nunca é demais lembrar a irrigação como única solução para o Nordeste.

Este trecho apresenta, explicitamente, uma alteridade em relação a si mesmo. Ao afirmar “nunca é demais lembrar”, o autor estabelece com seu interlocutor uma relação, sugerindo a lembrança da presença da idéia da irrigação

do nordeste na pauta da campanha eleitoral do ano em curso. Segundo Authier-Revuz (1990, p. 31), essa situação é uma “engrenagem do funcionamento normal da comunicação”.

Já Bakhtin (1992, p. 350), ao falar do caráter da interindividualidade da palavra em *Estética e criação verbal*, afirma

Tudo o que é dito, expresso, situa-se fora da “alma”, fora do locutor, não lhe pertence com exclusividade. Não se pode deixar a palavra o locutor apenas. O autor (o locutor) tem seus direitos imprescritíveis sobre a palavra, mas também o ouvinte tem seus direitos, e todos aqueles cujas vozes soam na palavra têm seus direitos (não existe palavra que não seja de alguém). A palavra é um drama com três personagens (não é um dueto, mas um trio). É representado fora do autor, e não se pode introjetá-lo (introjeção) no autor.

Aqui, o leitor é convocado a participar da comunicação verbal na condição de interlocutor, uma dimensão de sua alteridade.

– Formas não-marcadas

1) Catacrese

(a) Será apenas um novo rio, artificial, canal ou, um braço do São Francisco.

Em (a), relaciona-se diretamente a expressão “braço de São Francisco” (membro superior do corpo humano) à parte estreita do Rio São Francisco.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o da política de irrigação do semi-árido do Nordeste.

(a) [...] nunca é demais lembrar a irrigação como única solução para o Nordeste.

(b) Das discussões até agora realizadas o caminho certo é o de encaminhar as águas do São Francisco para os vales ou bacias hidrográficas dos rios secos da região, inundando-os.

Esses trechos, que veiculam a “solução do Nordeste” através da irrigação das terras dessa região do país, visando solucionar os problemas, efeitos do fenômeno da seca, constituem-se em enunciados produzidos desde o período colonial¹³, conforme Marco Antonio Villa (2005).

2) o político-econômico das regiões do Brasil

É necessário pensar o Nordeste globalmente. Sem paternalismos. Sem favores. Mas com tratamento diferenciado dentro da federação.

Esse enunciado sugere a existência de discursos produzidos, nos setores da política e da economia, que visualizam o Nordeste de forma excludente em relação a outras regiões: marginalizada, fora de um contexto sócio-político total, no qual imperam as formas de paternalismo e favores.

3) o filosófico

(a) Porque, como UNAMUNO, é bom sonhar com o absurdo, para conseguir o impossível.

Ao se referir ao UNAMUNO, o autor estabelece um diálogo com o discurso filosófico do escritor espanhol Miguel de Unamuno. Sua presença, na condição de outro, é interessante, na medida em que se encontra representado nas duas ordens diferentes: no processo real de constituição **dum** discurso e no processo de representação **num** discurso. No caso, tem-se a heterogeneidade constitutiva e a

¹³. De acordo com Villa, o jesuíta Fernão Cardim (1540-1625), um dos primeiros cronistas desse período, em seu *Tratado da terra e da gente*, publicado em 1625, relatava: "As fazendas de canaviais e mandioca muitas se secaram, por onde houve grande fome, principalmente no sertão de Pernambuco". Villa ainda afirma que só depois da abdicação de d. Pedro I, em 1831, o governo voltou a se interessar pelo problema com medidas paliativas. Em 1833, o governo regencial autorizou a abertura de fontes artesianas nos estados do Ceará, Pernambuco e Paraíba. Em 1832, com o padre José Martiniano de Alencar - pai do escritor José de Alencar - no governo do Ceará, tentou-se estabelecer uma política, ainda que na esfera da província, de incentivos para a construção de açudes e a perfuração de poços artesianos. Mas as medidas adotadas por Alencar não tiveram continuidade, pois saiu do governo depois da queda de Diogo Antonio Feijó, então regente, em 1837. Finalizando, Villa esclarece que “as constantes secas acabaram provocando os primeiros ensaios e livros sobre o tema”, por exemplo, o folheto *Aclimação do dromedário nos sertões do norte do Brasil e da cultura da tamareira*, traduzido do francês, em 1857, por Frederico Leopoldo César Burlamaque, de 29 páginas, apresentado à Sociedade Zoológica de Aclimação de Paris.

marcada mostrada, em que se estabeleceu a entonação por meio das letras garrafais. A situação dessas duas heterogeneidades lembra o que pensa Authier-Revuz (1990, p. 32):

Não se trata de assimilar um ao outro, nem de imaginar um relacionamento simples, de imagem, de tradução, nem de projeção de um no outro; essa relação de correspondência direta é interdita tanto porque ela faria supor uma transparência do dizer em suas condições reais de existência quanto pela irredutibilidade manifesta das duas heterogeneidades.

A presença desses outros discursos justifica-se pelo interesse do autor, ao evidenciar a presença da voz de Unamuno, não por acaso, mas como estratégias enunciativas, em buscar efeitos de credibilidade e aceitabilidade junto ao leitor.

Enunciado 02

Água do São Francisco para o semi-árido (Anexo 02)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Discurso indireto

(a) Li certa vez opinião de técnicos da Bahia, especialistas no assunto, [...] alegando que as reservas hídricas do rio estavam comprometidas com diversos projetos.

O outro que esse recurso assinala é o outro discurso, dos técnicos, a contrastar com o eu do autor. Conforme Bakhtin, essa forma é denominada “Discurso indireto analisador do conteúdo”, cuja apreensão do discurso do outro é feita quando se apreende a enunciação de outrem no plano do conteúdo, pois, conforme Bakhtin, esse discurso “[...] apreende a enunciação de outrem no *plano meramente temático* e *permanece* surda e indiferente a tudo que não tenha significação temática”. (1986, p. 161).

2) Glosa (modalização autonímica)

(a) No governo de D. João VI, houve uma recomendação, no sentido de se estudar a viabilidade daquele projeto.

O outro que a modalização autonímica assinala é o outro discurso, do governo imperial de D. João VI, a contrastar com o eu do autor.

3) o *mas* refutado

(a) Há quem considere tratar-se de uma obra mirabolante, faraônica, de custo elevadíssimo. Mas, se há recurso para tanto, que seja construída.

(b) Não diria ser uma utopia trazer a água do importante rio para a região semi-árida do Nordeste, mas um velho sonho, o qual desejaria ver realizado, inundando as terras do Vale e Chapada do Apodi.

Nesses trechos, há as refutações feitas pelo “mas” articulando dois argumentos com orientações diferentes, o que introduz um conflito de falas: Em (a), o enunciador deste enunciado contrapõe-se ao enunciador do primeiro argumento (enunciador 1), ou seja, aos outros discursos que comparam o projeto às grandes construções feitas pelos antigos faraós da civilização egípcia; em (b), novamente a função do segundo argumento do autor é contrapor-se a um pressuposto do discurso do outro – que considera a realização da obra como um desejo impossível de se realizar, um ideal. Essa afirmação é refutada pelo autor ao afirmar que a realização do projeto é possível.

– Formas não-marcadas

1) Metáfora

(a) Há quem considere tratar-se de uma obra mirabolante, faraônica, de custo elevadíssimo.

Em (a), o projeto de transposição está associado às enormes construções dos faraós do antigo Egito, assinalando o outro discurso, o histórico.

2) Prosopopéia ou personificação

(a) [...] é que, enquanto a barragem de Santa Cruz, em Apodi, grita por recursos, com suas obras paralisadas há mais de dois anos [...].

Em (a), tem-se a prosopopéia ou personificação, assinalando o outro discurso na medida em que o autor dá voz a um ser inanimado.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o técnico-científico

(a) Li certa vez opinião de técnicos da Bahia, especialistas no assunto, contrária à transposição das águas do São Francisco para outras regiões, alegando que as reservas hídricas do rio estavam comprometidas com diversos projetos.

2) o histórico

(a) Por volta de 1847, Marco Macedo lembrou a idéia de canalizar as águas do rio São Francisco em direção ao rio Salgado, formador do Jaguaribe, visando ao fornecimento d'água para outras regiões. É curioso notar que a idéia não era nova. No governo de D. João VI, houve uma recomendação, no sentido de se estudar a viabilidade daquele projeto.

3) o político-econômico

(a) Há quem considere tratar-se de uma obra mirabolante, faraônica, de custo elevadíssimo. Mas, se há recurso para tanto, que seja construída. E que o gravíssimo problema da seca, que nos parece insolúvel, seja pelo menos amenizado.

4) o da mídia (jornalístico)

(a) De qualquer maneira o assunto ressurge, volta à tona, ganha as manchetes dos jornais, do rádio e da televisão".

(b) E o povo acompanha, com muita curiosidade, as notícias garantindo a redenção do Nordeste, com as águas do generoso rio.

5) o político eleitoral

(a) É bom lembrar que estamos dentro de um ano político, cuja campanha se prenuncia acirrada, quando é comum surgirem promessas dessa natureza, que podem render, ou não, dividendos eleitorais.

Todos esses discursos fizeram parte constitutivamente do discurso do autor-enunciador como Outros, evidenciando, mais uma vez, a natureza

interdiscursiva de um enunciado. O que se observa, até o momento, é que os enunciados que visam opinar sobre o projeto têm uma constância maior na ordem da heterogeneidade constitutiva do que na mostrada, seja marcada ou não-marcada.

Enunciado 03

A transposição corre risco (Anexo 03)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Discurso indireto

(a) Toda ela está fazendo coro e veladas críticas à execução do referido projeto. São matérias que se repetem dedicadas à tentativa de demonstrar sua inviabilidade. Os argumentos são os mais variados, ora é de que o rio não tem água suficiente para ser desviada e, caso acontecesse, poderia prejudicar os projetos já existentes em seu curso. Essa tese ficou comprovadamente desprovida de valor técnico, já que menos de 3% de suas águas que são normalmente despejadas no oceano Atlântico é que seriam retiradas. Ou então alegam falta de recursos.

O outro que esse dispositivo discursivo revela é o outro discurso, o da imprensa situada da Bahia ao Rio Grande do Sul.

2) O interlocutor

(a) Não nos iludamos, a transposição do Velho Chico fere antigos e fortíssimos interesses localizados, principalmente na região Sudeste [...].

(b) A propósito, seria bom que aproveitássemos a oportunidade para cobrarmos uma posição firme e concreta dos nossos políticos que estão concorrendo às eleições em relação ao assunto, inclusive os presidenciais. Aqueles [...]. É a nossa vez de nos fazermos ouvidos.

Os trechos acima assinalam um discurso que expõe explicitamente uma alteridade em relação a si mesmo, pois o autor estabelece com o enunciatário uma comunicação, sugerindo a precaução em relação aos políticos.

3) Negação

(a) Essa política de subcolonização interna não vai ser fácil de se destruir.

(b) Portanto, é imprescindível a mobilização em defesa desse projeto para que ele seja imediatamente executado e não jogado para um futuro incerto, como tem acontecido de outras vezes.

Tem-se, aqui, a utilização da negação como marcas que testemunham a presença do discurso do outro. Em (a), o autor faz a negação do argumento do enunciador 1, (o outro) que “afirma” que não é tão difícil erradicar a situação política de subserviência administrativa a que está exposta a região do nordeste do país. Não é raro encontrar discursos que circulam com essa posição, por exemplo, em certos discursos demagógicos. Em entrevista à TV Rede Vida, a atual governadora do Rio Grande do Norte afirmou que, se os políticos desse estado se unissem, poderiam erradicar grande parte dos problemas da região. Tal afirmação é muito simplista, na medida em que o espaço político partidário-representativo não esgota os problemas, que também são da esfera econômica nos planos interno e externo; em (b), tem-se o autor (enunciador 2) estabelecendo um diálogo com o enunciador 1 que “afirma” que esse projeto terá um fim com os demais, em razão da falta de luta política por parte dos interessados. Essa é a voz do outro discurso potencial do leitor que dialoga com o autor.

– Formas não-marcadas

1) Antonomásia

(a) [...] a transposição do Velho Chico fere antigos e fortíssimos interesses localizados [...]

A expressão destacada está associada ao Rio São Francisco, portanto, assinala o outro do discurso, o da “sabedoria popular”, pois grande parte dos falantes associa diretamente essa expressão à que ela se refere.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o jornalístico (imprensa)

(a) [...] e principalmente da grande imprensa situada da Bahia ao Rio Grande do Sul. Toda ela está fazendo coro e veladas críticas à execução do referido projeto. São matérias que se repetem dedicadas à tentativa de demonstrar sua inviabilidade.

2) o técnico

(a) [...] ora é de que o rio não tem água suficiente para ser desviada e, caso acontecesse, poderia prejudicar os projetos já existentes em seu curso. Essa tese ficou comprovadamente desprovida de valor técnico, já que menos de 3% de suas águas que são normalmente despejadas no oceano Atlântico é que seriam retiradas.

3) o político e administrativo

(a) Ou então alegam falta de recursos. Outra balela, pois o Ministério da Integração Regional demonstrou que o Governo Federal gastou muito mais durante o atendimento aos emergenciados da seca, que consumiu em torno de dois bilhões de dólares em obras assistencialistas sem nenhum resultado definitivo.

(b) Essa política de subcolonização interna não vai ser fácil de se destruir. E a transposição do São Francisco, sem dúvida, é uma possibilidade de acontecer, da acabar com essa desigualdade cruel.

4) o político e econômico

(a) Não nos iludamos, a transposição do Velho Chico fere antigos e fortíssimos interesses localizados, principalmente na região Sudeste que sempre atuaram no sentido da manutenção hegemônica economicamente sobre as demais áreas do país e especialmente do Nordeste, tradicional fornecedor de matéria-prima e de mão-de-obra a preços aviltantes.

5) o desenvolvimento regional

(a) [...] por entendermos ser o mais importante projeto de desenvolvimento regional para o semi-árido nordestino e sua execução crucial para a redenção do seu povo da fome e da miséria que lhes têm castigado pelo tempo afora.

Enunciado 04

A transposição intransponível (Anexo 04)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) [...] como pela “intenção” de beneficiamento aos agricultores nordestinos em época pré-eleitoral [...]

(b) Ora, só em se tratando de existência desse projeto – se não me engano são mais de cem anos -, o “desconfiômetro” fica louco, aqui e alhures.

(c) Outro questionamento levantado é sobre a “pressa”, no tocante à realização da transposição.

Os outros que as aspas assinalam são outros discursos, em (a), o político (o do ministro da Integração Regional e do presidente, por exemplo); em (b), popular (expressão popularmente utilizada para designar a medição mental de desconfiança em torno de uma atitude de outrem); em (c), o político (referindo-se às palavras do responsável pelo projeto).

Este recurso faz parte da estratégia enunciativa visando manter distância de outros discursos sob as aspas. A propósito, ouçamos o que Bakhtin (1986, p. 160) tem a dizer sobre esse recurso da dinâmica da orientação recíproca entre o discurso citado e o discurso narrativo: “Se fôssemos ler o resultado em voz alta, leríamos as expressões entre aspas de maneira diferente, para dar a entender através de nossa entoação que elas são tomadas diretamente do discurso de outra pessoa e que nós queremos manter distância”.

2) Discurso indireto

(a) Não basta o ministro Aluizio Alves dizer que irá tocar adiante, e pronto.

Esse recurso do discurso indireto instala o outro, Aluizio Alves.

3) Modalização autonímica

(a) Não seria essa intenção face à execução do projeto? Ou seja: tirar dividendos políticos, oferecendo as águas [...] em troca de voto!?

Essa modalização autonímica assinala o desdobramento do próprio autor comentando sua própria fala. É um enunciado comentando outro enunciado.

4) O *mas* refutativo

(a) O Brasil se vangloria por ser um país democrático, mas países democráticos devem conversar com o seu povo, saber deles os prós e os contras [...].

Neste trecho, tem-se a refutação através do “mas” articulando dois argumentos com orientações distintas, o que introduz um conflito de falas. Em (a), o autor, responsável pelo segundo argumento, que vem posposto ao “mas”, contrapõe-se ao enunciador do primeiro argumento (enunciador 1), na posição de discurso do outro. Conforme o autor do segundo argumento, existem discursos que enaltecem o Brasil, qualificando-o de nação democrática. Aqui, o autor dialoga com o leitor em potencial.

– Formas não-marcadas

1) Provérbio

(a) Sem isso não há democracia. E mais: “de esmola grande, até santo desconfia”.

O provérbio assinala o outro discurso, a voz da “sabedoria popular”, à qual se atribui a responsabilidade do enunciado; não há explicitação de sua fonte, pois estrategicamente foi posicionado no fim do enunciado, visando: a) estabelecer com o leitor uma relação intersubjetiva; e b) a adesão do leitor-enunciatário face ao projeto.

2) Prosopopéia ou personificação

(a) [...] o “desconfiômetro” fica louco, aqui e alhures.

Em (a), tem-se a prosopopéia ou personificação, assinalando o outro discurso na medida em que o autor dá voz a um ser inanimado.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o discurso eleitoral

(a) Tanto sobre o montante a ser empregado – U\$ 2 bilhões -, como pela “intenção” de beneficiamento aos agricultores nordestinos em época pré-eleitoral.

(b) É de longe sabido que há anos a região Nordeste é um forte curral eleitoral, sendo que os detentores do poder se aproveitam dessa mazela para tirar dividendos políticos e deixando o povo pobre cada vez mais pobre.

(c) Não seria essa intenção face à execução do projeto? Ou seja: tirar dividendos políticos, oferecendo as águas do São Francisco em troca de voto!? Nitidamente, em primeira hipótese, poderíamos dizer que **sim** com chances remotas de ser um **não**.

2) o político administrativo

(a) É dever da União levar em consideração riscos ambientais, fatores prejudiciais aos estados que sobrevivem das águas do referido rio, condições econômicas e, ao meu ver, a principal, intenções políticas. Não basta o ministro Aluízio Alves dizer que irá tocar adiante, e pronto. Toda a sociedade tem que estar a par do assunto.

3) o ambientalista

(a) Noutro ponto de vista, poderia ser discutida a transposição das águas do Rio Amazonas, onde se verificaria, apenas, um possível impacto ambiental, já que cidades populosas talvez não fossem bastante prejudicadas com essa transposição.

4) o popular

(a) Sem isso não há. E mais: esmola grande, até santo desconfia.

– O Mossoroense

Enunciado 01

OPINIÃO (Anexo 05)

Circulado pelo *O Mossoroense*, em 13/05/1994, na página 2, Coluna Análise & Fatos, ocupando ¼ da folha, com a matéria constituída de uma foto do autor, que abre a rubrica ANÁLISE & FATOS, deslocada para o canto direito superior, em letras garrafais, que ocupa, da direita para a esquerda, a metade da primeira coluna da parte superior da segunda página, este enunciado fala sobre a visita do autor ao Ministério da Integração Regional. É um artigo opinativo, e encontra-se no meio da folha, sendo publicado diariamente, principalmente no interior do estado. O autor exercia o mandato de deputado federal/RN, sendo candidato à reeleição pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB/RN, ocupando o cargo de presidente da Comissão de seguridade Social da Câmara e proprietário do citado jornal e de uma emissora de rádio.

Sem título específico, é verbo-visual, construído por dois tipos de discursos, verbais e imagens. Levando-se em conta sua totalidade, o enunciado destaca dois elementos que se sobrepõem ao verbal: a foto do enunciadador e deputado, lado esquerdo, e a rubrica, do lado direito, escrita em letras garrafais, primeiro objeto visualizado, cujas posições são estratégicas no plano da informação, atraindo o olhar para si em primeiro lugar, de modo a tornar destacada a informação veiculada em que se estabelece a identificação entre autor e enunciado.

Os modos expressivos – verbal e visual – marcam o caráter sincrético do enunciado de Laíre Rosado que, no momento, exerce uma função pública. Não é um enunciadador qualquer, a foto tem uma função importante: garantir a relação direta de identidade entre o sujeito enunciadador e sua função. Pela diagramação da página,

percebe-se que a imagem veiculada pela fotografia é dada como uma informação prioritária. Essa estética, em que se observa uma relação de sobreposição entre o plano verbal e o plano visual, acaba gerando ao enunciado, em sua totalidade, uma simbiose.

Seu público alvo é constituído, principalmente, por leitores das cidades oestanas, a população em geral, interior do Rio Grande do Norte, embora sua circulação também se dê na capital e cidades circunvizinhas. Atualmente um dos quatro mais antigos do Brasil, fundado em 17 de outubro de 1872, em circulação, e o mais antigo do estado. Conforme seu histórico “**se dispunha a defender os interesses do Partido Liberal**”. (O Mossoroense, extraído em 09/05/2005, no site <http://www2.uol.com.br/omossoroense/mudanca/historico.htm>); tem 132 anos, com publicação diária, exceção da segunda-feira, com grande circulação na cidade de Mossoró, sendo propriedade de um grupo de família tradicional na política municipal e estadual.

O autor assume a posição de defensor do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco como redenção do Nordeste através de marcas da primeira pessoa, colocando-se como integrante de um grupo que fora falar com o Ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, nos trechos: “**Estive no Ministério da Integração Regional, ontem, em companhia do diretor da ESAM, professor Joaquim Amaro. Desde que tomei conhecimento do Projeto de Transposição das Águas do São Francisco que comecei a imaginar o que poderia ser trazido para a nossa região, relacionado à execução dessa obra**”; como defensor da aprovação de projeto de irrigação: “[...] **tínhamos procurado, junto à Secretaria Nacional de Irrigação, a aprovação de projetos de preparação de mão-de-obra especializada para o semi-árido**”; como anfitrião do ministro para a discussão do projeto: “**Fiz o convite para**

*que Aluizio venha a Mossoró. É importante discutir com os habitantes da região da Chapada do Apodi, a modificação em torno desse projeto, suas conseqüências e seus benefícios, o futuro das barragens de Santa Cruz e Oiticica e a repercussão na economia do Rio Grande do Norte”; e defensor de projetos similares: “[...] **estive** com o ex-ministro da irrigação, Vicente Fialho, com quem sempre discuto os projetos de interesse de uma mesma região, o Apodi, **defendendo** a criação de um “cinturão d’água” em torno da chapada. Como patrocinador do projeto técnico da barragem de Santa Cruz, e defensor do Projeto São Francisco, admitiu comparecer a esse encontro, respaldando ainda mais o acerto desse projeto, que será a redenção do nordeste”.*

O artigo não possui título específico, sua construção é feita em primeira pessoa e com seis parágrafos. Relata a visita do autor, na função de deputado, em companhia do diretor da Escola Superior de Agronomia de Mossoró-ESAM, ao Ministério da Integração e ao ex-ministro da irrigação. Utilizando-se de um pronome da primeira pessoa, que marca e expressa uma aproximação do autor com o leitor, o enunciador revela sua condição de representante público junto às instituições políticas de um estado, e faz valer sua posição de homem público, estabelecendo contato pessoal com uma instituição do nível político de um Ministério, juntamente com um diretor de uma escola superior.

Esse procedimento discursivo do autor, de marcar sua posição política no início do enunciado, é feito estrategicamente, pois o mesmo procedimento é repetido no final, relatando que também esteve com um ex-ministro do Ministério da Irrigação. Com isso, o autor marca: a) seu lugar social; e b) seu grau de adesão quanto ao projeto de irrigação, este se tornando mais evidente em sua progressão enunciativa.

Durante todo o enunciado, o autor, ao introduzir cada parágrafo, apresenta especificamente sua relação com espaços e pessoas que têm com o projeto uma relação de competência institucional e relevância na hierarquia sócio-política do país. Os trechos: “*Estive no Ministério da Integração Regional, ontem, em companhia do diretor da ESAM [...]*”; “*Em 1992, tínhamos procurado, junto à Secretaria Nacional de Irrigação [...]*”; “*Com o Ministro Aluizio Alves, a conversa foi diferente.*”; “*O escritório para a execução do projeto de transposição terá sua sede em Souza, na Paraíba.*”; “*Fiz o convite para que Aluizio venha a Mossoró*” e “*Depois desse encontro, estive com o ex-ministro da irrigação, Vicente Fialho, com quem sempre discuto os projetos de interesse de uma mesma região, [...]*” demonstram isso.

Em cada início de parágrafo, em que o autor desenvolve sua imagem pública e sua adesão à transposição, há o desenvolvimento de tais tópicos introdutórios com detalhamento face aos espaços políticos e pessoas que exercem cargos considerados legítimos e institucionalmente competentes. O autor apresenta, como argumentos para sustentar seu ponto de vista, suas visitas ao Ministério da Integração Regional, Secretaria Nacional de Irrigação, Ministro Aluizio Alves, ESAM (Escola Superior de Agricultura de Mossoró) e ao ex-ministro da irrigação, Vicente Fialho. Tais fatos são relatados e descritos visando produzir no leitor o sentido de comunicar sua adesão ao projeto.

Procurando evidenciar que sua adesão não é individual ou isolada, o autor apresenta as posições do Ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, e as do ex-ministro da Irrigação, Vicente Fialho, conferindo, àquela, maior legitimidade e credibilidade. Temos aqui, de forma explícita, a posição do Ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, conforme discurso relatado do autor: “*Com o Ministro Aluizio*

Alves, a conversa foi diferente. A perenização dos rios nordestinos, possibilitará a irrigação de 1.200.00 hectares, no período de 6 anos". A informação, no final do enunciado, do comparecimento do ex-ministro da Irrigação, Vicente Fialho, a um encontro para tratar da transposição, na condição de patrocinador do projeto técnico da barragem de Santa Cruz e defensor do Projeto São Francisco, serve para reforçar a posição do autor: "[...] *ex-ministro da irrigação, Vicente Fialho, com quem sempre discuto os projetos de interesse de uma mesma região, o Apodi, defendendo a criação de um "cinturão d'água" em torno da chapada*". Como patrocinador do projeto técnico da barragem de Santa Cruz, e defensor do Projeto São Francisco, admitiu comparecer a esse encontro, respaldando ainda mais o acerto desse projeto, que será a redenção do nordeste". A adesão do autor ao projeto também pode ser observada nas expressões: "*comecei a imaginar*", "[...] *tínhamos procurado [...] a aprovação [...]*", "*É importante discutir com os habitantes [...], suas conseqüências e seus benefícios [...]*".

O enunciado utiliza uma linguagem composta de palavras e expressões objetivas e subjetivas bastante utilizadas nos campos da agronomia e da agricultura.

1) Objetiva: a) Plano das Instituições, profissões e cargos: "Ministério da Integração Regional, ESAM – Escola Superior de Agronomia de Mossoró", "Secretaria Nacional de Irrigação", "Ministro", "Escritório", "Professor", "ex-ministro da Irrigação"; b) Área da técnica agrônômica: "transposição das águas", "região", "semi-árido", "perenização dos rios", "irrigação", "hectares", "agronomia", "técnicos em irrigação", "escritório para execução", "mão-de-obra", "barragens", "cinturão d'água"; c) Espaços geográficos: "nordeste", "São Francisco", "Paraíba", "Mossoró", "Apodi", "Souza", "Santa Cruz", "Chapada do Apodi".

2) Subjetivas: a) Verbo: “Estive” (primeira pessoa gerando um aproximação com o leitor), b) Verbos: “imaginar”, “tínhamos”, “Fiz”, “discuto”, “defendendo”, “respaldando”. c) Pronomes: “nossa”. d) Adjetivo: “importante”, e) substantivos: “patrocinador”, “defensor”, “redenção”.

Mesmo que faça uma narração e descrição da visita do autor, na condição de deputado federal, às instâncias competentes e legítimas, como o Ministério de Integração Regional, para tratar do projeto de transposição, o artigo tem caráter apreciativo, revelando a posição do autor face ao projeto de transposição.

A representação feita pelo autor em relação aos outros discursos revela tanto adesão ao gesto do Ministro da Integração Regional como a não adesão por parte da Secretaria Nacional de Irrigação. Com isso, o autor deu um enorme destaque, como estratégias discursivas e ideológicas, às representações que estavam a favor do projeto. Vale ressaltar que, apenas em um determinado momento desse enunciado, apresenta-se um interdito em relação à viabilização do projeto oriundo da Secretaria Nacional de Irrigação, no ano de 1992: “*A idéia não prosperou, por falta de recursos ou mesmo, de interesse dos seus dirigentes, àquela época*”.

O enunciador faz uma representação do projeto de transposição, sedimentada na irrigação de 1.200.00 (com a perenização dos rios nordestinos), no período de seis anos, nas conseqüências e benefícios e na repercussão na economia do Rio Grande do Norte, como *necessária*.

No que se refere à representação do espaço nordestino, o enunciado apresenta-o como uma região sem redenção e, portanto, excluída de liberdade de produção econômica, fruto da ausência de água para sua irrigação, uma visão “negativa”.

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) [...] “cinturão d’água”.

Este aspeamento indica a alteridade estabelecida pelo autor ao “outro” discursivo. A expressão é um termo técnico que significa uma zona geográfica onde passa a água de um rio chamado Apodi. Seu uso faz parte das estratégias enunciativas do autor em relação ao discurso do outro numa posição de distanciamento. Bakhtin (1985, p. 160) já assinala que as aspas têm essa função na dinâmica da relação do discurso citado e do discurso daquele que cita.

2) O interlocutor

(a) A ESAM, como todos sabem, é a única escola superior de agronomia localizada no semi-árido.

A expressão “como todos sabem” funciona como um discurso que põe explicitamente uma alteridade em relação a si mesmo. O autor está estabelecendo, com seu interlocutor, uma relação, sugerindo que este tem o conhecimento de que a Escola Superior de Agronomia de Mossoró-ESAM é a única instituição acadêmica de cunho agrônomo em terras semi-áridas. Tal procedimento acaba estabelecendo entre autor e leitor uma relação de interação em que este é o outro.

3) Glosa

(a) Fiz o convite para que Aluizio venha a Mossoró. É importante discutir com os habitantes da região da Chapada do Apodi, a modificação em torno desse projeto, suas conseqüências e seus benefícios, o futuro das barragens de Santa Cruz e Oiticica e a repercussão na economia do Rio Grande do Norte.

(b) A idéia não prosperou, por falta de recursos ou mesmo, de interesse dos seus dirigentes, àquela época.

Aqui, existe um enunciador que utiliza a glosa na medida em que marca seu território circunscrevendo as tarefas da visita do ministro Aluizio Alves a Mossoró, apresentando os limites da discussão em torno do projeto:

Em (a), com os habitantes da região indicada, modificações do projeto, conseqüências, benefícios, futuro das barragens de Santa Cruz e Oiticica e, por fim, os efeitos do projeto na economia do Rio Grande do Norte. O enunciador dialoga com discursos falados por outros e alhures, outras vozes discordantes das demais esferas sócio-políticas que podem surgir na visita do ministro a Mossoró.

Em (b), também há glosa. O autor circunscreve a não prosperidade da idéia de Irrigação, apresentando sua posição em relação à não aprovação de projetos de preparação de mão-de-obra especializada para o semi-árido por parte da Secretaria Nacional de Irrigação.

– Formas não-marcadas

1) Discurso indireto livre

(a) Com o Ministro Aluizio Alves, a conversa foi diferente. A perenização dos rios nordestinos, possibilitará a irrigação de 1.200.00 hectares, no período de 6 anos. A ESAM, como todos sabem, é a única escola superior de agronomia localizada no semi-árido. O que se discutiu foi a possibilidade de treinamento de técnicos em irrigação, por professores da ESAM. O escritório para a execução do projeto de transposição terá sua sede em Souza, na Paraíba. A preparação da mão-de-obra especializada em irrigação ficará em Mossoró. Isso ficou decidido de imediato pelo ministro Aluizio que, inclusive, recebeu estudos técnicos sobre o assunto das mãos do professor Joaquim Amaro.

Tem-se aqui o uso, por parte do autor, do discurso indireto livre. O que percebemos são as palavras do enunciador e do “outro”, no caso o Ministro Aluizio Alves. É a inserção do discurso-outro através do discurso relatado indireto livre. Não se podem dizer exatamente quais são as palavras pertencentes ao enunciador citado e que palavras pertencem ao enunciador que cita.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o da universidade ou academia.

(a) A ESAM, como todos sabem, é a única escola superior de agronomia localizada no semi-árido. O que se discutiu foi a possibilidade de treinamento de técnicos em irrigação, por professores da ESAM.

(b) A preparação da mão-de-obra especializada em irrigação ficará em Mossoró. Isso ficou decidido de imediato pelo ministro Aluizio que, inclusive, recebeu estudos técnicos sobre o assunto das mãos do professor Joaquim Amaro.

No discurso “outro”, em questão, reconhece-se a capacidade técnica da escola de agronomia, única em terreno semi-árido, na preparação de técnicos em irrigação junto ao quadro docente da escola de ensino superior.

2) o político-econômico

(a) É importante discutir com os habitantes da região da Chapada do Apodi, a modificação em torno desse projeto, suas conseqüências e seus benefícios, o futuro das barragens de Santa Cruz e Oiticica e a repercussão na economia do Rio Grande do Norte.

Esse discurso sugere que o projeto trará vários benefícios, dentre os quais divisas econômicas.

3) o da política de irrigação

(a) A perenização dos rios nordestinos, possibilitará a irrigação de 1.200.00 hectares, no período de 6 anos.

(b) [...] estive com o ex-ministro da irrigação, Vicente Fialho, com quem sempre discuto os projetos de interesse de uma mesma região, o Apodi, defendendo a criação de um “cinturão d’água” em torno da chapada. Como patrocinador do projeto técnico da barragem de Santa Cruz, e defensor do Projeto São Francisco, admitiu comparecer a esse encontro, respaldando ainda mais o acerto desse projeto, que será a redenção do nordeste.

Enunciado 02

OPINIÃO (Análise & Fatos) (Anexo 06)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Discurso indireto

(a) Com relação ao Santa Cruz, foi dito que a transposição das águas do São Francisco dispensaria esse projeto.

O outro que o discurso indireto assinala é o outro discurso, o político, especificamente as falas do Governador do Rio Grande do Norte, Vivaldo Costa, e a bancada federal.

2) Glosas

(a) Quanto à estrada, não há nem o que discutir. Quem viaja pelas BRs, principalmente as 405 e 110, pode constatar que elas estão piores a cada dia que passa. A recuperação é necessária, e o mais urgente possível.

Nesse mesmo trecho, podemos perceber a heterogeneidade da linguagem através dessa modalização autonímica em que há um desdobramento do discurso para o autor comentar sua própria fala.

– Formas não marcadas

1) Metonímia

(a) Na reunião da bancada federal com o governador Vivaldo Costa, no início desta semana ...[...]

A expressão marcada refere-se aos deputados federais e senadores do Rio Grande do Norte. Bancada federal é o continente, pois ela contém os parlamentares; estes são, portanto, o conteúdo. O outro que a metonímia assinala é o outro discurso: o político.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político e administrativo

(a) Fiquei surpreso com duas colocações. O governador e a bancada, a exceção dos senadores Lavoisier Maia e Garibaldi Filho, não quiseram incluir as obras da Barragem da Santa Cruz e a recuperação da BR-405.

2) o político de irrigação

(a) Com relação ao Santa Cruz, foi dito que a transposição das águas do São Francisco dispensaria esse projeto. Esse argumento não é válido pois, no semi-árido, quanto maior a quantidade de água armazenada, melhor será para a região.

3) o político parlamentar

(a) Discordando dessa colocação, inclui entre as minhas emendas, recursos destinados a essas duas importantes obras. Não posso entender como elas podem ser retiradas, quando os problemas ainda continuam existindo.

(b) Com limite de apenas 25 propostas de emenda ao orçamento, por parlamentar, ficou muito difícil o atendimento a todas as nossas necessidades. Depois, nem ao menos sabemos se elas serão integralmente aprovadas.

(c) Em relação às outras emendas, não houve dificuldades. Todas foram mantidas e serão encaminhadas, subscritas por cada um dos representantes do Rio Grande do Norte. Somente essas duas é que não receberam a aprovação de todos mas, assumi, a responsabilidade pela sua apresentação.

4) o político eleitoral

(a) [...] mesmo com a campanha eleitoral praticamente iniciada, os candidatos que irão se defrontar no próximo pleito preferiram esse último entendimento administrativo, para se conseguir melhores resultados para o Estado. [...] o resultado das urnas.

Enunciado 03

Aluízio não tem mais direito à perseguição política (Anexo 07)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Glosa

(a) Falo da perseguição que o ministro vem implementando contra o PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor. Um programa de grande importância para os pobres da agricultura nordestina.

(b) [...] os pobres da agricultura nordestina. Pobres estes que não têm qualquer culpa se José Agripino e seus cabras da peste, estão fazendo politicagem com o dinheiro, a partir do nome Vontade da Gente [...].

O autor utilizou tais glosas visando circunscrever e especificar o sentido dos temas abordados, em (a), o PAPP; em (b), os pobres.

2) O interlocutor

(a) [...] Agripino queria colocar e não foi aceito por nós do Movimento sindical [...].

(b) [...] Então que se tomem as providências se punam os culpados”.

(c) É bom que o Ministro saiba que seu governo é hoje mais [...].

O outro é assinalado pelo autor, através da interlocução que este estabelece com o leitor, utilizando-se dos termos, em (a), um pronome; em (b), um verbo; em (c), uma expressão avaliativa.

3) Negação

(a) Aluízio não tem mais direito à perseguição política.

(b) É elogiável a coragem do ministro. E por mais controvérsias que possam acontecer em relação à obra em si, não se pode deixar de aplaudir esta iniciativa.

(c) José Agripino não tem o direito de fazer uso político do programa.

(d) O que não se pode acontecer é o Ministro ficar retendo ilegal e injustamente o dinheiro dos municípios e das comunidades onde as coisas estão acontecendo com seriedade e totalmente de acordo com os objetivos da PAPP.

(e) O ministro Aluízio Alves, não tem mais idade para atitudes tão tacanhas.

A fala do jornalista e líder sindical rural, na posição de autor, contrapõe-se às falas de enunciadores 1, seus leitores em potencial, na medida em que estes “afirmam”: em (a), Aluízio Alves pode utilizar-se da lógica estatal, como ministro da Integração Regional do Brasil, para administrar sua política de irrigação frente às demandas do país; em (b), é desnecessário aplaudir Aluízio Alves, por este estar

apenas cumprindo seu dever de funcionário público e nordestino; em (c), o governador do Rio Grande do Norte está cumprindo sua função de senador do estado junto ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor; em (d), Aluízio Alves está administrando conforme a política administrativa determinada pelo Governo Federal, em sua função de ministro da Integração Regional; em (e), o ministro está seguindo a política administrativa do Governo Federal, independentemente de sua idade.

– Formas não marcadas

1) Metáfora

(a) [...] está querendo encerrar com chave de ouro a carreira política [...].

(b) [...] quer agora marcar sua passagem meteórica pelo Ministério da Integração Regional [...].

Em (a), a carreira política do Ministro Aluízio Alves está associada a um objeto de metal muito precioso, de cor amarela e de grande valor social e econômico: o ouro; em (b), a posição de Aluízio Alves, como ministro da Interação Regional, está associada a um fenômeno atmosférico, de carreira deslumbrante, mas de curta duração. O outro que essas metáforas assinalam é da química e da física.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político e administrativo

(a) O Ministro Aluízio Alves chega hoje a Mossoró para discutir com a sociedade local, um dos temas mais importantes deste final de século para o semi-árido nordestino, que é a transposição das águas do Rio São Francisco.

(b) Tendo sido ele que trouxe a energia de São Francisco para o Rio Grande do Norte, quer agora marcar sua passagem meteórica pelo Ministério da Integração Regional, como o homem que acabou com o flagelo das secas.

(c) José Agripino não tem o direito de fazer uso político do programa. Mas Aluízio Alves também não tem o direito de fazer uso político da suspensão do programa.

(d) É bom que o Ministro saiba que seu governo é hoje mais lembrado pelo povão, como o Governo da perseguição ferrenha aos adversários, [...] que procedeu, do que como governo que trouxe a energia de Paulo Afonso e introduziu o importantíssimo método de alfabetização de Paulo Freire, no Rio Grande do Norte.

2) o político de irrigação

(a) Falo da perseguição que o ministro vem implementando contra o PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor. Um programa de grande importância para os pobres da agricultura nordestina.

3) o político eleitoral

(a) Pobres estes que não têm qualquer culpa se José Agripino e seus cabras da peste, estão fazendo politicagem com o dinheiro, a partir do nome Vontade da Gente, que remete muito claramente ao slogan de campanha Vontade do Povo, que Agripino queria colocar e não foi aceito por nós do Movimento sindical e popular rural, numa reunião a que esteve presente em Natal.

Enunciado 04

Reflexões I: Chegando água do Rio São Francisco aos sertões (Anexo 08)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas.

1) Aspas

(a) Olha a terra “namorada” recebendo o tão úmido primeiro beijo de seu “amado”, o velho Chico.

O outro que as aspas assinalam é o outro discurso, o amoroso. Estabelece-se uma intersecção de sentido entre o amor de uma mulher por um homem quando aquela recebe um beijo deste e a terra inundada pelo Rio São Francisco.

2) Glosas

(a) [...] começando as festas; fogos de artifícios explodindo; os sinos das Igrejas esquentando de tanto bater; saciando a sede; trocando-se latas por torneiras borbulhantes; enchendo de alegria rostos tristes; cancioneiros e repentistas sem parar; forró dia e noite [...].

(b) [...] horizontes brilhando de esperança: adeus a pedra de sal, a tristes partidas e a vaquinha engordando para suportar o seu chocalho [...].

(c) [...] Por toda parte escutando-se gritos de alvoroço: Olha a terra “namorada” recebendo o tão úmido primeiro beijo de seu “amado”, o velho Chico.

(d) [...] Por toda parte escutando-se gritos de alvoroço: Olha a terra “namorada” recebendo o tão úmido primeiro beijo de seu “amado”, o velho Chico.

(e) O consumo deverá ficar limitado, estritamente à necessidade das plantas principalmente porque deve-se supor o pagamento de uma tarifa. Esta economia se traduzirá em duplicar a área, a produção, os empregos, renda, impostos e divisas.

O autor estabelece outra modalidade de consideração do sentido ao especificar vários elementos, em (a), festas; em (b), esperança; em (c), gritos de alvoroço; e em (d), consumo.

– Formas não marcadas

1) Catacrese

(a) [...] trocando-se latas por torneiras borbulhantes; enchendo de alegria rostos tristes;

Originalmente, esse verbo significa “tornar cheio, cumular objeto materiais”, mas na expressão é utilizado num sentido mais amplo: “encher” de sentimento, um estado emotivo: “alegria”.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o econômico

(a) Permitamos que falemos de rigorosa economia de água, não se poderá imitar o esbanjamento do vale do São Francisco e outros lugares. O consumo deverá ficar limitado, estritamente à necessidade das plantas principalmente porque deve-se supor o pagamento de uma tarifa. Esta economia se traduzirá em duplicar a área, a produção, os empregos, renda, impostos e divisas [...].

2) o popular (cultura popular)

(a) [...] começando as festas; fogos de artifícios explodindo; os sinos das Igrejas esquentando de tanto bater; saciando a sede; trocando-se latas por torneiras borbulhantes; enchendo de alegria rostos tristes; cancioneros e repentistas sem parar; forró dia e noite; horizontes brilhando de esperança; adeus a pedra de sal, a tristes partidas e a vaquinha engordando para suportar o seu chocalho [...].

3) o técnico

(a) Esta felicidade de alcance ilimitado não se restringirá somente a irrigação, além de beneficiar os centros urbanos, recuperará barragens salinizadas que não são poucas. Os aquíferos sob e sub placas tectônicas em perigo de salinização.

– Diário de Natal

Enunciado 01

AA define início da transposição (Anexo 09)

Circulado pelo *Diário de Natal*, em 12/08/1994, página 05, ocupando a coluna central, tendo ao seu redor mais quatro, este enunciado opinativo está na página com mais cinco outros enunciados com temas variados: à esquerda superior, com o tema “Reforço de vitamina A”; à esquerda inferior, “Liberação de gabarito de concurso público”; à direita superior, “Jornada Conjunta Norte-Nordeste de Cirurgia e Astroscopia do Joelho”; à direita inferior, “Primeira Jornada Internacional de Cirurgia do Joelho em Natal”. Apesar de ocupar a parte central da página com letras garrafais menores, a matéria do artigo aparece sem destaque, pois: a) está na página número cinco com mais quatro colunas com temas diversos; b) possui coluna muito estreita; c) existem duas fotos das notícias; d) não está nos editoriais ou mesmo nos suplementos especializados, seu formato e seu tema, com outros, será pouco notado.

Este enunciado está sem assinatura, cuja responsabilidade é do jornal *Diário de Natal*, que circula diariamente em todo o estado, pertencendo a um grupo político tradicional do estado, dissidente politicamente da família Alves, proprietária da Empresa Jornalística Tribuna do Norte, da qual faz parte o *Tribuna do Norte*, cujo diretor presidente é o deputado federal oito vezes pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro/PMDB do Rio Grande do Norte, Henrique Eduardo Alves;

tendo como Diretor Financeiro Agnelo Alves Filho, atual prefeito do município de Parnamirim/RN; Diretor Administrativo e Operacional, Ricardo Luiz de V. Alves. O primeiro, filho; o segundo, irmão; o terceiro, neto, respectivamente, de Aluizio Alves, atual ministro da Integração Regional, que ficara incumbido pelo presidente da República de viabilizar o projeto de transposição do rio.

O enunciado está construído em terceira pessoa, recurso discursivo que marca o distanciamento do enunciador em relação à fala do ministro da Integração Regional sobre o projeto de transposição. Tal recurso também é utilizado a partir do título “*AA define início da transposição*”, na medida em que apresenta o ministro como possuidor de competência institucional ao definir uma data para o início da construção de uma obra.

Há marcas que revelam esse mecanismo: uso do pronome demonstrativo “seu” em “*Aluizio Alves continua disposto a trazer as águas do São Francisco até seu Estado, o Rio Grande do Norte*”. Tal pronome revela também um distanciamento do autor a respeito da referida proposta; e, como tal, enseja que o autor não concorda com esse projeto pelo fato de pertencer a outro estado ou do projeto estar sob a ingerência do atual ministro e não de outra pessoa.

Esse procedimento encaminha o enunciador para um sentido com o qual vai ao encontro de outras vozes também contrárias ao projeto, indo de encontro ao interesse do ministro Aluizio Alves.

O primeiro trecho traz informações contrárias à viabilização da transposição, ao destacar a oposição e a condição financeira do Ministério da Fazenda, considerado o mais importante órgão por representar, no plano econômico, a instância que fornece as condições estruturais à viabilização de uma obra.

A posição de não viabilização do projeto aparece novamente nas expressões aspeadas “início de trabalho”, revelando o sentido da impossibilidade da transposição ser iniciada, e no uso informal “*sem nenhum centavo*” pontuando a posição política contrária do Ministério da Fazenda com o pretexto da falta de recursos. Assim, o fax enviado pelo ministro aos governadores de quatro estados nordestinos não tem validade, não tem credibilidade, não tem razão de ser.

Os parágrafos do enunciado, com exceção do primeiro, são iniciados com trechos que refletem os gestos de Aluízio Alves a favor da transposição. Os outros constituem o restante desses parágrafos veiculando sentidos contrários. Tem-se aqui uma estratégia discursiva: o autor apresenta, no início de uma fala, uma posição para, em seguida, contrariá-la no interior do mesmo parágrafo. Eis alguns enunciados que refletem a idéia positiva quanto ao projeto:

a) *“O Ministério da Integração Regional informou que em agosto os projetos de engenharia, os relatórios de impacto ambiental e os estudos sobre aproveitamento dos recursos hídricos estarão em andamento.”*

b) *“O entusiasmo do ministro aumentou depois que o presidente Itamar Franco baixou, segunda-feira (08), decreto classificando “de interesse da União” uma área de 915 mil hectares ao longo do canal hidrográfico de 116 quilômetros, projetado para ligar Cabrobó (PE) até Jati (CE).”*

c) *“A decisão de Alves [...]”*

d) *“Para rebater as críticas sobre a falta de dinheiro, Aluízio Alves diz que a primeira fase da obra, estimada em U\$ 600 milhões”.*

Os enunciados, utilizados como pretextos reveladores de oposição ao projeto de transposição, podem ser assim resumidos:

- a) a não disposição de recursos orçamentários na ordem de US\$ 2 bilhões;
- b) contestações na Justiça sobre o edital de licitação;
- c) a União não tem interesse;
- d) não tem verba e está na ilegalidade administrativa;
- e) o projeto é tecnicamente inviável;
- f) questionamento da iniciativa de buscar recurso no exterior.

Conforme se observa, os enunciados contrários ao projeto fundamentam-se, em última instância, nos domínios político e financeiro, exceção do enunciado “[...] *significa que a área estará, mais tarde, sujeita a desapropriações* [...]”, que se constrói no domínio habitação. No domínio político, inscreve-se o interesse, a vontade de querer fazer; no financeiro, a estrutura, a condição de poder. Observa-se, nos enunciados contrários ao projeto, a inexistência desses dois domínios: não existe a idéia de querer fazer nem tampouco a estrutura para viabilizar o projeto.

Já nos enunciados reveladores da posição de adesão ao projeto existe a idéia de querer-fazer, mas não há condição estrutural, apesar de apresentar uma proposta de que os recursos vêm de bancos internacionais.

Vale ressaltar que, dos enunciados contrários ao projeto, em apenas um o enunciador apresenta a posição do ministro para rebater os enunciados que tratam da falta de recursos. Tal procedimento ocorre no final do dizer, no instante em que o enunciador inscreve as palavras do ministro sobre a origem dos recursos para financiar o investimento da obra: “[...] *deverá ser financiada pelo Banco Mundial e por um consórcio de bancos europeus e japoneses*”, uma resposta que se refere ao trecho do início do enunciado sobre a posição do Ministério da Fazenda que alega não possuir condições.

Tem-se, novamente, o uso de uma estratégia discursiva: apenas um trecho, no fim do enunciado, na condição de contra-argumento, foi apresentado. Ao construir o sentido do enunciado, outros argumentos poderiam fazer parte como vozes que respondem a um chamado de uma outra voz. Os trechos revelam uma descrença no início dos trabalhos da transposição. O enunciador constrói essa revelação utilizando-se de outros discursos, como o do senador Josaphat Marinho, da bancada da Bahia no Congresso e do Conselho Estadual de Cultura da Bahia (envolvendo empresários, produtores rurais e trabalhadores). Não é somente com essas vozes que a revelação é feita. Já no primeiro trecho, verifica-se a primeira oposição do Ministério da Fazenda, em que são revelados, do começo ao fim do enunciado, os obstáculos ao projeto.

“Com a oposição do Ministério da Fazenda [...]” e “Esta iniciativa do governo está sendo questionada” são expressões que aparecem no começo e no fim do enunciado, respectivamente. A idéia de que não existem recursos financeiros para o projeto atravessa permanentemente todo o enunciado, e o uso de diferentes expressões e sua circularidade, do início ao fim, foram estratégias utilizadas pelo autor. Eis as formas de apresentação das citadas idéias: *“sem um centavo”, “não dispor de recursos orçamentários”, “sem verba”, “falta de dinheiro”,* nos seguintes trechos: *“Com a oposição do Ministério da Fazenda e sem um centavo para financiar o investimento”, “Apesar de não dispor de recursos orçamentários para a obra [...]”, “Se não tem verba, a obra não pode começar [...]”, “[...] sobre a falta de dinheiro [...].”*

Durante todo o progresso enunciativo, o autor estabelece uma relação direta entre a pessoa Aluizio Alves e seu cargo de ministro. Esse modo de apresentar outras vozes acaba produzindo um sentido de identificação entre a pessoa e o cargo. Um dos efeitos é o de achar que o interesse pelo projeto é mais

da pessoa “Aluízio Alves” do que do ministro da Integração Regional, tanto que nos parágrafos finais o enunciador abandona a expressão “ministro” e utiliza “Alves”, ou seja: nem “ministro”, nem “Aluízio Alves”. Esse procedimento acaba estabelecendo entre o projeto e o ministro uma relação pessoal, o projeto não seria do interesse do ministro, mas de Alves enquanto pessoa física.

No que diz respeito à terminologia utilizada pelo autor para desenvolver o enunciados, há uma linguagem composta de palavras e expressões que também são utilizadas em diversos domínios:

a) Instituições oficiais: “Ministério da Fazenda”, “ministro da Integração”, “regional”, “governadores”, “Justiça”, “Estado”, “Presidente”, “União”, “Senado”, “Congresso”, “Conselho Estadual de Cultura da Bahia”, “Ministério Público”, “Banco Mundial”, “Ministro do Planejamento”, “Governo”.

b) Jurídico: “contestação na Justiça”, “edital de licitação”, “decreto”, “desapropriações”, “oficialmente”, “legalidade”, “administrativa”, “representação”, “Ministério Público”.

c) Político: “Governadores”, “oportunismo eleitoral”, “bancada baiana”, “verba”, “iniciativa do governo”.

d) Econômico-financeiro: “financiar”, “investimento”, “recursos orçamentários”, “custo estimado”, “US\$ 2 bilhões”, “verba”, “dinheiro”, “estimada”, “US\$ 600 milhões”, “financiada”, “consórcio de bancos”, “empréstimos”.

Apesar da presença de expressões técnicas, existem algumas que revelam subjetividade, como “entusiasmo”, “interesse”, “oportunismo”, “entusiasta”, produzindo uma dimensão subjetiva, porém há predomínio das primeiras, fazendo deste enunciado um discurso predominantemente lógico.

Outro aspecto merecedor de uma ressalva é a forma do enunciador construir o sentido revelador da posição contrária ao projeto. Vale lembrar que o primeiro parágrafo da introdução é também ele muito significativo dessa intenção. Todas as posições consideradas contrárias são apresentadas através de diferentes instituições, conforme seus valores na escala da hierarquia institucional do poder político da federação brasileira. Em primeiro lugar, aparece o Ministério da Fazenda; em segundo lugar, a Justiça; em terceiro, o Senado (Congresso); e, em quarto, o Conselho Estadual da Cultura da Bahia. Todas apresentam basicamente os mesmos argumentos em relação ao projeto. A escolha dessas figuras, possuidoras de autoridade, como também o modo como foram dispostas no enunciado, representam procedimentos discursivos que dão ao enunciado um maior grau de legitimidade. Noutros termos, trata-se de recursos utilizados para fornecer um efeito de credibilidade. No último trecho, “*Esta iniciativa do governo está sendo questionada*”, o autor revela a existência de discursos que colocam o dizer de Aluizio Alves, de procurar recursos para financiamento do projeto em bancos internacionais, em questão. Existem vozes questionadoras, mas há também explicitação do lugar, da(s) fonte(s) dessa(s) voz(es). Em outras palavras, o autor enuncia um argumento colocando em evidência os efeitos da procura do governo, em bancos internacionais, de recursos para investimentos da obra, como: o governo poderá ser objeto de censura política por parte do senado, da câmara do deputado, do Supremo Tribunal Federal etc. A presença desses trechos anuncia prováveis conseqüências administrativas, visando criticar as pretensões dos responsáveis pelo projeto.

A representação do enunciador e de outros enunciadores, sedimentada na política e na economia, revela o projeto de transposição do Rio São Francisco como não *necessário*. A primeira, pela discordância do Ministério da Fazenda, políticos,

Secretarias; e a segunda, pela inexistência de verba para financiar o investimento do projeto. Deste modo, o enunciado revela a discordância do projeto defendida pelo discurso do ministro Aluízio Alves. Estrategicamente, o enunciador desenvolve, durante todo o enunciado, o conflito entre enunciadores que são contrários e a favor do projeto.

Quanto ao espaço nordestino, o enunciado apresenta-o como uma região que necessita de água. Em nenhum momento o enunciador revela que a transposição não é necessária ao Nordeste, mas preocupa-se em apresentar a idéia da impossibilidade da transposição não se viabilizar por questões políticas e econômico-financeira. Mesmo assim, entendemos que o enunciado faz uma representação “negativa” do Nordeste, sedimentada na carência de água da região para a irrigação de suas terras, pois, sem irrigação, a produção de alimentos será inviável, e as conseqüências serão desastrosas, senão nefastas, à região nordestina.

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) [...] “início dos trabalhos” [...].

(b) [...] “de interesse da União” [...].

(c) [...] “início das obras” [...].

(d) [...] “oportunismo eleitoral” [...].

As expressões aspeadas assinalam um outro discurso e marcam, em (a) e (c), a presença de Aluízio Alves na posição de Ministro; em (b), as palavras do presidente, quando baixou um decreto classificando uma área de 915 mil hectares entre Cabrobó (PE) e Jati (CE); em (d), as palavras dos adversários de Aluízio Alves, da esfera política e dos contrários ao projeto.

A utilização desse recurso faz parte das estratégias enunciativas do autor ao tomar distanciamento do discurso citado. Mikhail Bakhtin (1986, p.160) já evidencia os objetivos de seu uso para marcar a dinâmica do distanciamento da relação entre o discurso citado e discurso narrativo do autor. Assim, marcadas pelas aspas, as palavras desses enunciadores não se confundem com as do autor.

2) Discurso direto

(a) “Se não tem verba, a obra não pode começar porque estará fora da legalidade da administração”.

(b) [...] “deverá ser financiada pelo Banco Mundial e por um consórcio de bancos europeus e japoneses”.

Têm-se dois discursos diretos reportados, apontando o outro. O autor, em (a), introduz o discurso do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), ao tratar da falta de dinheiro para financiar o início do projeto, e que seu começo acarretaria efeitos legais na esfera da administração federal; em (b), apresenta a resposta do ministro Aluizio Alves, justificando o início da obra cujo financiamento será feito pelos bancos estrangeiros, no caso o Banco Mundial¹⁴, europeu e japonês.

3) Modalização em discurso segundo

(a) De acordo com o fax enviado ontem pelo ministro aos governadores de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – atingidos pelo desvio do rio – o projeto começa no dia 22.

(b) De acordo com o senador, o Conselho Estadual de Cultura da Bahia já encaminhou ao Ministério Público representação, assinada por dezenas de empresários, produtores rurais e trabalhadores, contra a obra.

Verifica-se que o autor utilizou a expressão “De acordo” como um procedimento para não se responsabilizar pelo que está sendo dito, tanto no que se refere ao início das obras de transposição no dia 22, tampouco quanto ao

¹⁴ O Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional) são instituições financeiras criadas no final da Segunda Guerra Mundial, por 44 países, inclusive o Brasil, nos Estados Unidos. O primeiro teria a função, inicialmente, de financiar a reconstrução dos países europeus que participaram desta guerra, enquanto o segundo deveria ser um fundo composto pelo dinheiro de seus países membros, cada um com uma cota específica. Caso algum país vivesse uma crise econômica poderia recorrer a empréstimos junto ao FMI.

encaminhamento de uma representação ao Ministério Público, assinada por empresários, produtores rurais e educadores, contrária à obra. Com tal estratégia, o autor procura não se comprometer com o teor do fax e da representação, mas marcar distanciamento das falas do Ministro de Integração Regional e do Conselho Estadual de Cultura da Bahia.

4) Discurso indireto

(a) Ministério da Integração Regional informou que em agosto os projetos de engenharia, os relatórios de impacto ambiental e os estudos sobre aproveitamento dos recursos hídricos estarão em andamento.

(b) Marinho sustenta que o projeto é tecnicamente inviável.

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin (1986), tratando do discurso indireto enquanto esquema de transmissão do discurso do outrem, afirma que o discurso indireto “ouve de forma diferente o discurso de outrem” (p. 159). Mais adiante se refere a este esquema, destacando sua forma de apresentar em relação a outros “[...] integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado”. (p. 159).

Tem-se o outro, em (a), o Ministério da Integração Regional referindo-se aos estudos feitos da transposição na esfera ambiental; em (b), o discurso do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) evidenciando a inviabilidade do projeto de transposição no plano técnico.

5) Glosa

(a) Isso significa que a área estará, mais tarde, sujeita a desapropriações.

Aqui, o enunciador circunscreve um sentido especificando-o.

– Formas não-marcadas

1) Ironia

(a) Com a oposição do Ministério da Fazenda e sem um centavo para financiar o investimento, o ministro da Integração Regional, Aluizio Alves,

marcou a data para “início dos trabalhos” de transposição das águas do rio São Francisco.

Tem-se um gesto enunciativo de ironia, em que o autor produz uma relação com leitor por meio da expressão “sem um centavo”, esperando que esta seja entendida como não há dinheiro em caixa suficiente para realizar uma obra dessa envergadura, até porque, na época, não havia, oficialmente, orçamento federal.

Essa estratégia discursiva está na configuração denominada por Authier-Revuz de “conotação autonímica” (1990, p. 29). Há uma dedução, por parte do autor, de que o leitor já sabe que ele está referindo, chamando a atenção para o dito e para a forma de dizer. Estamos diante da ironia, “uma citação, ou seja, o ironista convoca em seu enunciado, sob forma de ilusão ou de paródia, um universo axiológico (coletivo ou individual) estabelecido em outros discursos e com o qual ele não compartilha”. (BERTRAND¹⁵, apud BRAIT, 1996, 106). No caso, o autor não compartilha das idéias do projeto. Nesta mesma obra de Brait (1996, p.107), há uma passagem muito apropriada para caracterizar esta ironia do autor:

[...] as formas de recuperação do já-dito com objetivo irônico não assumem, como tal, a função de erudição, no sentido de invocação de autoridade e muito menos de simples ornamento. Ao contrário, são formas de *contestação da autoridade*, de subversão de valores estabelecidos que pela intersubjetividade instauram e qualificam o sujeito da enunciação, ao mesmo tempo em que desqualificam determinados elementos. (Grifo nosso).

É o que ocorre com essa ironia: o autor apresenta estrategicamente sua contestação da data do começo da construção do projeto, instala o outro circunscrevendo o sentido do efeito do decreto baixado pelo presidente, visando a reserva de uma área de 915 mil hectares entre Pernambuco e Bahia; ao especificar

¹⁵ BERTRAND, Denis (1988). “The creation of complicity. A semiotic analysis of an advertising campaign for Black and White whisky. *Internacional Journal of Research in Marketing* 4. North Holland, pp. 273-289. “Construire la connivence”. [Cop. xer. À paraître, en français, dans “Sémiotique et communication publicitaire”, Actes du Colloque de Fribourg, Suisse, etc, q987].

o sentido, o autor estabelece uma relação com outros sentidos que poderão ser produzidos.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político e administrativo

(a) [...] o presidente Itamar Franco baixou, segunda-feira (08), decreto classificando “de interesse da União” uma área de 915 mil hectares ao longo do canal hidrográfico de 116 quilômetros, projetado para ligar Cabrobó (PE) até Jati (CE).

(b) “Se não tem verba, a obra não pode começar porque estará fora da legalidade da administração”.

(c) De acordo com o fax enviado ontem pelo ministro aos governadores de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – atingidos pelo desvio do rio – o projeto começa no dia 22.

(d) Esta iniciativa do governo está sendo questionada.

2) o político interno

a) Como toda a bancada baiana no Congresso, Marinho sustenta que o projeto é tecnicamente inviável. De acordo com o senador, o Conselho Estadual de Cultura da Bahia já encaminhou ao Ministério Público representação, assinada por dezenas de empresários, produtores rurais e trabalhadores, contra a obra.

3) o político econômico externo

(a) Aluizio Alves diz que a primeira fase da obra, estimada em U\$ 600 milhões, “deverá ser financiada pelo Banco Mundial e por um consórcio de bancos europeus e japoneses”.

(b) Alves e o ministro do Planejamento, Beni Veras, outro entusiasta do projeto, pretendem enviar um grupo interministerial a Washington na próxima semana em busca de empréstimos.

4) o político da irrigação

(a) O Ministério da Integração Regional informou que em agosto os projetos de engenharia, os relatórios de impacto ambiental e os estudos sobre aproveitamento dos recursos hídricos estarão em andamento.

Todas essas vozes do outro, que podem ser percebidas, o político administrativo, o político interno, o político econômico externo e o político da irrigação, inseridas e que atravessam o *eu* no discurso em análise, procuram estabelecer uma unidade enunciativa, visando não somente fornecer um caráter de

coerência interna ao enunciado, mas, sobretudo, apresentar um maior grau de legitimidade de seus interesses ideológicos como autor. Eis a materialização do conceito de polifonia. É isso que acontece, tendo em vista que, nas citações inseridas no artigo do jornal, percebem-se as “vozes” do presidente, do senador, conselho estadual de cultura e do ministro.

Enunciado 02

Aluízio censura FHC sobre obra (Anexo 10)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Discurso direto

(a) [...] “O candidato governista vai despencar nas pesquisas de continuar falando mal da obra”, previu o ministro, [...]”.

(b) “Eu mantenho a informação de que a obra é eleitoreira, como é eleitoreira toda obra que o governo realiza. Só nas ditaduras é que o povo se manifesta através do plebiscito ou referendun, ou não se manifesta com medo do exílio, prisão ou um processo. Nas democracias, a manifestação do povo se dá através do voto. Os governos fazem pesquisas para saber se as obras têm aprovação ou se os seus programas são aprovados. Nesse sentido, o Real é eleitoreiro, o desvio da bacia do São Francisco é eleitoreiro”, afirmou.

(c) “Eu estaria colocando o presidente numa situação constrangedora se dissesse que tal obra estava sendo criada para eleger fulano de tal. Mas no caso da transposição, especificamente, isso não corre, porque eu não estou apoiando o candidato do Governo. Quanto ao Real, ele é eleitoreiro se formos analisá-lo dentro da ótica de um regime democrático, onde os programas e as obras são avaliadas junto à população por meio de pesquisas. E o Real está aprovado por manifestação da população. Num regime fechado, isso não ocorreria”, observou.

(d) “Não se pode trabalhar contra uma obra que é exigida pela população”, disse Alves, [...].

(e) “O candidato do Governo muda muito de opinião. Quando chega num Estado favorável ele diz que apóia mas quando chega na Bahia, onde temos a oposição de ACM, ele muda completamente de pensamento. Talvez ele esteja fazendo conciliações transitórias, que certamente irão acabar em 3 de outubro”, alfinetou o ministro da Integração Regional”.

(f) “Ao presidente do Banco do Brasil, com quem estive ontem, comuniquei que dois bancos americanos ofereceram propostas para financiar uma parte do projeto. E, já na próxima semana, ele (o presidente do BB) vai

receber em seu gabinete representantes desses bancos aqui no Brasil', disse o ministro".

(g) "Aqui e acolá a gente encontra alguma resistência ou uma má vontade, sobretudo de pessoas mais do Sul", afirmou.

O outro que o recurso discurso direto acima assinala é o outro discurso.

Em (a), (b), (c), (d), (e), (f) e (g): do ministro da Integração Regional, Aluizio Alves.

2) Discurso indireto

(a) [...] o ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, afirmou, ontem, que o Nordeste pode se rebelar contra FHC.

(b) [...] ao reafirmar suas declarações de que o desvio do rio é eleitoreiro. Alves informou que já começou a pinçar a defesa que irá encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), explicando as razões que o motivaram a afirmar que o projeto, por ele próprio defendido no Governo, é eleitoreiro.

(c) O ministro acha que não expõe o Governo Itamar, ao afirmar que até o Real é eleitoreiro.

(d) O ministro da Integração Regional, [...] disse que no Nordeste há um sentimento de que Fernando Henrique Cardoso venha a despencar nas pesquisas, da mesma forma como ocorreu agora com Lula, o candidato do PT.

(e) O ministro informou que estava ontem em Fortaleza, onde foi deflagrado um movimento em defesa da obra por uma rede de farmácias e que já conta com a assinatura de 650 mil pessoas. Adiantou que em Natal há documento contendo a assinatura de mais de 50 mil pessoas.

(f) "O ministro disse que os recursos para a obra estão mais próximos de serem viabilizados".

(g) "Ele contesta a versão de que esteja isolado dentro do Governo em defesa da transposição das águas do São Francisco, [...]".

O outro que o recurso discurso indireto assinala é o outro discurso. Em (a),

(b), (c), (d), (e), (f) e (g): do ministro da Integração Regional, Aluizio Alves.

3) Glosa

(a) [...] "Os governos fazem pesquisas para saber se as obras têm aprovação ou se os seus programas são aprovados. Nesse sentido, o Real é eleitoreiro, o desvio da bacia do São Francisco é eleitoreiro", afirmou.

Aqui, temos o recurso da modalização autonímica, em que autor faz uma enunciação sobre sua própria enunciação.

4) Modalização em discurso segundo

(a) [...] que ontem teve mais uma reunião na presidência do Banco do Brasil para, segundo ele, apresentar os recursos do projeto de transposição, [...].

O outro que essa modalização assinala é o outro discurso, o político, de Aluizio Alves.

5) Parênteses

(a) E, já na próxima semana, ele (o presidente do BB) vai receber [...].

O outro que os parênteses assinalam é o outro discurso, o administrativo-financeiro, do presidente do Banco do Brasil.

6) Negação

(a) O ministro acha que não expõe o Governo Itamar, ao afirmar que até o Real é eleitoreiro.

(b) "Não se pode trabalhar contra uma obra que é exigida pela população", disse Alves, referindo-se às manifestações do candidato tucano contra a transposição.

As duas falas do ministro da Integração Regional, que foram reportadas através das marcas de representação de discurso indireto e direto, são dialógicas. Vale ressaltar que essas falas que utilizam a negação pertencem ao mesmo enunciador, Aluizio Alves que: em (a), dialoga com um enunciador em potencial, por exemplo, com os políticos contrários ao projeto, que "afirmam" que as declarações de Aluizio Alves refletem negativamente junto ao governo em função do período eleitoral; em (b), o tucano Fernando Henrique Cardoso, candidato do governo, está preocupado em administrar sua campanha de outro modo, fazendo outras propostas.

A função enunciativa de Aluizio Alves, ao usar o recurso da negação, é contrapor-se aos pressupostos desses enunciadores em potencial que, em diversas

ocasiões, classificaram a obra, que o tem como Coordenador e principal interessado, de eleitoreira, no sentido pejorativo, contrário ao defendido pelo ministro.

– Formas não-marcadas

1) Catacrese

(a) [...], alfinetou o ministro da Integração Regional [...].

Originalmente, esse verbo significa “picar com alfinete”, mas na expressão é utilizado num sentido mais amplo: criticar satiricamente, ferir com palavras.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político eleitoral

(a) Irritado com a postura assumida pelo candidato tucano Fernando Henrique Cardoso, contrária à transposição do rio São Francisco, o ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, afirmou, ontem, que o Nordeste pode se rebelar contra FHC. “O candidato governista vai despencar nas pesquisas de continuar falando mal da obra”, previu o ministro, ao reafirmar suas declarações de que o desvio do rio é eleitoreiro.

(b) “Eu mantenho a informação de que a obra é eleitoreira, como é eleitoreira toda obra que o governo realiza. [...] Nas democracias, a manifestação do povo se dá através do voto”.

(c) O ministro acha que não expõe o Governo Itamar, ao afirmar que até o Real é eleitoreiro. [...] Quanto ao Real, ele é eleitoreiro se formos analisá-lo dentro da ótica de um regime democrático, onde os programas e as obras são avaliadas junto à população por meio de pesquisas.

(d) “O candidato do Governo muda muito de opinião. Quando chega num Estado favorável ele diz que apóia mas quando chega na Bahia, onde temos a oposição de ACM, ele muda completamente de pensamento”.

2) o jurídico eleitoral

(a) [...] Alves informou que já começou a pinçar a defesa que irá encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), explicando as razões que o motivaram a afirmar que o projeto, por ele próprio defendido no Governo, é eleitoreiro.

3) o político externo

(a) “[...] comuniquei que dois bancos americanos ofereceram propostas para financiar uma parte do projeto. E, já na próxima semana, ele (o presidente do BB) vai receber em seu gabinete representantes desses bancos aqui no Brasil”, disse o ministro.

Enunciado 03

Itamar cria projeto de transposição das águas (Anexo 11)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Discurso indireto

(a) O ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, diz que a primeira etapa do projeto começará dia 31 de outubro deste ano e deve estar concluída já em março de 1995. Nesta fase, está previsto o desvio de água do Cabrobó (PE) até Jati (CE), num percurso de cerca de 300 quilômetros.

(b) Aluizio Alves diz que só a primeira etapa do projeto gerará mil empregos. O custo desta fase será de 500 milhões de dólares, que serão beneficiados por agentes financeiros através de repasse ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste.

O outro que o recurso discurso indireto assinala é o outro discurso: em (a) e (b), o político e administrativo. É a fala do ministro da Integração Regional apontando datas do início e término do projeto, em sua primeira fase, lugares e percurso do desvio e, por fim, custo, política e fonte de seu financiamento.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político e administrativo

(a) O presidente Itamar Franco assinou oficialmente ontem o decreto de criação do projeto de transposição do Rio São Francisco, que levará água de seis afluentes do rio para o Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco.

(b) O texto também cria uma comissão interministerial para estudar aspectos de utilização de água e energia, e programa de educação nas áreas afetadas pelo projeto. O Ministério da Integração Regional presidirá a comissão.

2) o político e econômico

(a) Aluizio Alves diz que só a primeira etapa do projeto gerará mil empregos. O custo desta fase será de 500 milhões de dólares, [...].

3) o político externo

(a) [...] que serão beneficiados por agentes financeiros através de repasse ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste.

Enunciado 04

Itamar quer apressar empréstimo para obras de transposição de rio
(Anexo 12)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) [...] com um “pool” de bancos europeus [...].

O outro que as aspas assinalam é o outro discurso, outra língua, a inglesa, significando que Alcir Calliari, presidente do Banco do Brasil, estabelece contato com bancos estrangeiros.

2) Discurso direto

(a) “Somente com as frentes de trabalho e distribuição de cestas de alimentos o Governo aplicou em 15 meses o custo total do empreendimento”, disse Lucena, [...].

(b) “Todos vão acabar compreendendo que trata-se da solução de um problema histórico”.

O outro que o recurso discurso direto assinala é o outro discurso, em (a) e (b), o político, do presidente do Senado, Humberto Lucena, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Estado da Paraíba, na condição de representante da bancada nordestina; em (a), o deputado argumenta a pertinência da transposição em termos de custos comparando o da transposição com os gastos aplicados em 15 meses com outro sistema de resolução dos efeitos da seca: frentes de trabalho e distribuição de cestas; em (b), o deputado afirma que os demais, políticos e outros considerados contrários, vão aceitar essa proposta como solução para o problema dos efeitos do fenômeno da seca.

3) Discurso indireto

(a) [...] acrescentando que as reações contrárias dos governos da Bahia e de Sergipe, que temem prejuízos em seus projetos de irrigação com a transposição das águas, são infundadas.

Novamente, tem-se a utilização do discurso político, do deputado Humberto Lucena, mostrando que as alegações feitas pelos governos da Bahia e de Sergipe são improcedentes por não terem fundamento.

4) Modalização em discurso segundo

(a) Segundo Lucena, o projeto é “viável economicamente” porque reduzirá em até 80% os programas emergenciais de combate à seca nos quatro Estados.

(b) Segundo ele, em 15 dias o Presidente receberá também um relatório de impacto ambiental do projeto.

O outro que essa modalização em discurso segundo apresenta é o outro discurso, o político, em (a) e (b), do deputado Humberto Lucena defendendo a viabilidade econômica do projeto e, por fim, o recebimento do relatório sobre o impacto ambiental por parte do presidente.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político externo

(a) O presidente Itamar Franco determinou ontem ao presidente do Banco do Brasil (BB), Alcir Calliari, que conclua nos próximos 15 dias os contatos com um “pool” de bancos europeus para conseguir empréstimo externo de US\$ 600 milhões [...].

(b) O Governo pretende obter, inicialmente, US\$ 280 milhões do empréstimo externo para marcar o início das obras, que serão feitas, em sua maior parte, por batalhões de engenharia do Exército. O próximo governo receberá o restante do dinheiro para concluir a primeira etapa do projeto e só então o Brasil estará em condições de negociar o financiamento dos US\$ 1,4 bilhão restantes com o Banco Mundial.

2) o econômico e administrativo

(a) [...] (R\$ 552 milhões), que seria usado nas obras de transposição do Rio São Francisco, no Nordeste. O projeto, orçado em US\$ 2 bilhões (R\$ 1,84

bilhão), pretende reduzir os efeitos da seca em quatro Estados da região – Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

3) o político e administrativo

(a) A decisão foi tomada em reunião, no Palácio do Planalto, da qual participaram os ministros da Fazenda, Rubens Ricupero; da Integração Regional, Aluizio Alves, e do Planejamento, Beni Veras, além do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), na condição de representante da bancada nordestina.

4) o ambientalista

(a) [...] em 15 dias o Presidente receberá [...] relatório de impacto ambiental do projeto.

Essas vozes, constitutivas das estratégias enunciativas do autor, consciente ou inconsciente, visam à adesão do eleitor.

– Tribuna do Norte

Enunciado 01

O Projeto do São Francisco (Anexo 13)

O enunciado opinativo foi publicado no *Tribuna do Norte*, em 17/08/1994, página 02, Coluna Opinião “Espaço Livre”, ocupando a metade esquerda da folha, cuja matéria está inserida em colunas, com rubrica na parte superior, o título logo abaixo em letras garrafais e uma foto em preto e branco do autor do lado direito do primeiro parágrafo.

Com publicação diária, esta página tem grande circulação no interior e litoral. Em 1994, Aluizio Alves exercia o cargo de Ministro de Integração Regional do governo de Itamar Franco; ex-governador do Estado do Rio Grande do Norte, pelo Movimento Democrático Brasileiro, antigo MDB, que formava, na época do regime militar (1964-1985), juntamente com a ARENA, os dois únicos partidos do país. É sócio majoritário do *Tribuna do Norte*. Vale ressaltar que este enunciado foi publicado na *Folha de S. Paulo*, edição de 17/08/1994, com o título *O sonho do São*

Francisco, e republicado no *Tribuna do Norte*, com o título *Projeto do São Francisco*, desta vez sem foto e sem rubrica, numa página na qual contém: à esquerda, uma notícia sobre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB; embaixo: propaganda política de dois candidatos – um a deputado estadual e outro a governador do Rio Grande do Norte. O primeiro, neto e o segundo, sobrinho do Ministro Aluízio Alves, autor deste enunciado.

O autor assume a posição de defensor do projeto de transposição que preconiza solucionar a seca e seus efeitos no Nordeste, beneficiando Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, através de marcas da primeira pessoa, posicionando-se como interlocutor do projeto: “**Tenho evitado entrar em confronto com políticos desinformados ou interessados na manutenção da indústria da seca, com jornalistas e colunistas que repetem.**”; como cumpridor de uma função no trecho “**Acho que meu dever essencial é cumprir a tarefa que foi atribuída pelo presidente Itamar franco [...]**”; como estrategista em “**sugiro uma tática simples [...]**”; e como avaliador no trecho “**avaliemos o que ocorre em outros que são contrários porque são oposição ao governo [...]**”.

Construído em primeira pessoa, como recurso estratégico de se expor, o autor, de forma subjetiva, apresenta-se em cada momento através das locuções verbais ou verbos “Tenho evitado”, “Acho que meu dever”, “Sugiro”, “Lembro-me”, “sou capaz de pôr”, cuja personalidade está materializada numa única desinência: a desinência verbal do tipo número-pessoal. Com isso, o enunciador acaba criando um efeito de sentido em que a sua ação, veiculada pelo verbo, liga-se diretamente à sua pessoa, produzindo uma constante repetição do uso de pronome do caso reto, com forte grau de comprometimento, maior aproximação face aos objetos em pauta, embora, em alguns momentos, apresentem-se objetos de forma objetiva,

principalmente nos campos da Economia e da Geografia, revelados através de expressões objetivas, visando estabelecer uma maior aceitabilidade, pois, no modelo da sociedade atual, uma argumentação científica produz bastante legitimidade e credibilidade junto aos leitores.

O público alvo deste jornal são, principalmente, os leitores da capital e cidades do interior litorâneas e do sertão, sendo muito popular e pertencente a um dos grupos políticos mais tradicionais, a família Alves.

De natureza verbo-visual, o enunciado é construído por meio de seqüências verbais e imagens. Levando-se em consideração sua totalidade, constata-se que a presença da foto do autor como parte orgânica do primeiro parágrafo é uma estratégia de composição que dá maior legitimidade, por tratar-se de uma figura que reflete autoridade no imaginário social brasileiro, afinal, não é uma personalidade qualquer, mas um ministro, a maior autoridade na área de irrigação na escala hierárquica do país.

No primeiro trecho, verifica-se, de forma clara, a declaração de Aluízio Alves em não participar de um embate com políticos e jornalistas sobre o projeto de transposição do São Francisco, justificando com as condições: os primeiros são desinformados ou não interessados, e os segundos sem exames, com argumentos pueris e equivocados. Esse trecho revela várias particularidades da representação que o autor faz do citado projeto quanto às posições discursivas dos políticos e jornalistas. Constata-se uma separação entre esses dois tipos de atores: aos políticos, o autor mobiliza aspectos da informação e do interesse, e aos jornalistas aspectos do exame e dos argumentos. De um lado, têm-se os políticos, com discursos desinformados e com não-querer-fazer; do outro, os jornalistas, com a mobilização da análise no plano analítico e argumentativo.

De forma geral, poder-se-ia dividir tal situação discursiva em: discurso afetivo, que mobiliza sentimento, paixão e emoções por parte dos políticos e discurso analítico e racional, que mobiliza objetividade e razão por parte dos jornalistas, outra separação feita pelo enunciador quanto aos objetos específicos com interesses distintos dessas vozes. Os primeiros têm interesse na manutenção da “indústria da seca”, enquanto os segundos têm interesse de ordem técnica no projeto, enquanto proposta de solução para a região nordestina. Essa expressão “indústria da seca” tem sido largamente utilizada pelos que estão em adesão ao projeto de transposição para polemizar com aqueles que são contrários e que se beneficiam, diretamente e indiretamente, dos efeitos da seca na região nordestina (Alves, 1994; Seild, 1994; Barbosa, 1994; Folha de S. Paulo, 1994), no caso, o próprio autor do enunciado em análise.

O autor estabelece posições e valores diferentes de outros enunciadores, justificando sua atitude de evitar o embate com determinados políticos e jornalistas. Com tal justificativa, o autor revela outro fator da representação feita do projeto: existem posições contrárias, sejam por desinformação e/ou por interesse ou sem exames analíticos e posições de adesão ao projeto. Constata-se, então, que existem vozes, posições ideológicas distintas, diferentes, polêmicas, não-homogêneas, mas heterogêneas.

Isso quer dizer que existem enunciadores que abordam o projeto de pontos de vista divergentes, indicando sua entrada no campo da discussão social, enquanto signo, em que se observa um certo grau de legitimidade, como também as forças ideológicas (contrárias e a favor) envolvidas antagonicamente.

Durante toda a progressão enunciativa, o autor justifica sua posição em não efetivar o embate, ao demonstrar com um evento ocorrido numa conversa entre

duas pessoas, que uma delas, na condição de alta autoridade, afirmava ao seu interlocutor que era contrário ao projeto. Seu interlocutor indagava por qual razão e a autoridade justificava declarando desconhecer o projeto. Tal recurso enunciativo do autor, em exemplificar com um diálogo concreto, serve para evidenciar a veracidade de seu dizer, fornecendo crédito quanto às falas do ministro.

Esse recurso novamente é utilizado, no oitavo parágrafo, ao falar dos efeitos da seca sobre o meio ambiente e o número de atingidos por esse fenômeno: “[...] *efeitos da seca sobre o meio ambiente – a morte, pela fome, de pessoas e animais, a destruição da flora*”. A demonstração, enquanto recurso, acaba se impondo ao espírito do leitor, pois esta é compreendida por muitos como um critério bastante revelador da verdade, e sua utilização como procedimento do modo do dizer não é aleatória. Houve evocação de uma situação conversacional entre duas pessoas, Aluizio Alves e uma autoridade. Até mesmo a escolha do nível da autoridade interlocutora faz parte da estratégia enunciativa, visando fornecer maior credibilidade ao leitor quanto à adesão à tese do projeto.

Na metade do enunciado, o autor mostra cinco justificativas contrárias ao projeto, com seus respectivos contra-argumentos, em que existe a predominância de dois aspectos conotados ao discurso de determinados políticos: a desinformação e o desinteresse. O recurso da demonstração entra novamente em ação ao considerar a escolha temática: objetos tematizados e expostos no enunciado, escolha lexical, gramatical e fraseológica: seleção não-arbitrária das palavras, substantivos, verbos, adjetivos, para expressar, e sua construção proposicional, como os trechos serão postos para gerar sentidos pretendidos. Em cada discurso de outros enunciadores, apresentados pelo autor, faz-se uma réplica. Abaixo estão os pretextos utilizados como obstáculos ao projeto e seus respectivos contra-argumentos:

1) *“a obra é “faraônica”¹⁶ – a mesma despesa de ano de seca, com suas esmolas e carros de pipas – e, neste ano, menos da sexta parte desse gasto”.*

2) *“estamos no final de governo, como se, presa a esse prazo, a administração tivesse de cruzar os braços, e deixar, em dois exemplos, que a inflação continuasse em mais 7.000% ao ano, e o Nordeste tivesse de aguardar novo governo, com risco de uma nova seca, sua destruição e sua despesa assistencial”.*

3) *“O governo não deve fazer obras em ano de eleição, e então, neste período, o governo só poderia ter trabalhado em 1991 e 1993, pois, eleições tivemos em 90, 92 e 94”.*

4) *“É preciso defender a região do impacto sobre o meio ambiente, como se não tivéssemos, desde a primeira hora, e por especial recomendação do presidente Itamar Franco, tomado todas as providências junto aos órgãos competentes, e até, mais do que isto: determinamos ao Dnocs (Departamento nacional de Obras Contra as secas), por portaria, que realizasse estudo também do impacto da seca e seus efeitos sobre o meio ambiente”.*

5) *“a despesa deste ano (US\$ 300 milhões) – não tirados diretamente do Tesouro, mas obtido em empréstimo de longo prazo – vai derrubar o Plano Real quando, ainda há poucos dias, o governo liberou, por determinação do presidente, mais de US\$ 400 milhões para melhorar as condições de saúde e tentar regredir os 25% de aumento de mortalidade infantil na seca de 93, além de US\$ 500 milhões para conserto de estradas de rodagem”.*

¹⁶ Termo relativo aos Faraós, supremos chefes de uma das mais antigas civilizações da história da Antiguidade – o Egito, eram os responsáveis pelas mais arrebadoras obras arquitetônicas realizadas, como as pirâmides, gigantescas tumbas destinadas aos faraós, em razão dos grandes avanços tecnológicos alcançados por esta civilização, cuja construção deve ter iniciado por volta do ano de 2.700 a.C.

Por ordem, as posições, consideradas pretextos pelo autor, contrárias à transposição ficam nos domínios da *economia*, *política*, *jurídico*, *impacto ambiental* e, por último, *economia*, respectivamente. O enunciado começa apresentando os pretextos que estão no domínio econômico para finalizar neste mesmo domínio. Duas questões são constatadas quanto à ordem das estratégias: em primeiro lugar, o autor coloca dois enunciados pretextos concernentes à economia (1 e 5); em segundo lugar, inicia-se e finaliza-se com tais pretextos. O último tem duas finalidades: a) negar que o Plano real vai ser derrubado com a retirada de verbas para investimento da transposição; e b) evidenciar que as verbas virão através de empréstimo em bancos internacionais, a quantia não sairá dos cofres públicos do Brasil, conforme Aluizio Alves.

Todo esse modo de dispor os objetos, com seus respectivos valores fornecidos pelos enunciadores, tem o objetivo de dar maior credibilidade ao discurso e mostrar que existem tais posições sobre o projeto de transposição. Nota-se, claramente, o uso desse recurso no penúltimo parágrafo, dirigindo-se especificamente aos políticos. Antes de colocar em disponibilidade os exemplos para demonstração, o autor revela seu papel nesse projeto, na medida em que foi instituído por duas das maiores autoridades do país: o presidente Itamar Franco e o presidente da Câmara dos deputados, Inocêncio de Oliveira, na tarefa de colocar em ação um plano que erradicasse os efeitos da seca do Nordeste.

Com isso, o autor legitimou-se na defesa do projeto. Com esse recurso, Aluizio Alves revela o seguinte: os que estão contra ele estarão também contra os presidentes da República e da Câmara. Isso quer dizer que a transposição não é apenas do interesse de um indivíduo, mas de outros atores institucionalizados, inclusive do Presidente. Vale ressaltar que as três maiores autoridades do país são:

Presidente da República, Presidente do Senado e Presidente da Câmara. No caso, o autor mobilizou a primeira e terceira forças de natureza política da federação do Brasil. Assim, tem-se: “[...] *meu dever essencial é cumprir a tarefa que foi atribuída pelo presidente Itamar Franco ao receber, das mãos do presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira, a “Carta de Fortaleza”, preconizando, como solução contra os efeitos da seca, o sonho das águas do São Francisco para beneficiar os Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.*”

A declaração da posição oficial de Aluizio Alves, como ministro da Integração Regional, é feita com o uso de quatro verbos e três locuções verbais, por cinco vezes, “evitado entrar em confronto”, “dever”, “cumprir”, “foi atribuída”, “receber”, “não ficar discutindo”, “Convivendo”, entendidos como palavras e expressões que estão no mesmo campo semântico, revelador de uma representação que indica atitude de cumprimento funcional, dever de ofício do ministro.

No penúltimo parágrafo, o autor apresenta sua visão sobre os efeitos da seca a partir de dois atores da cena político-social do país: os políticos e os pseudo-cientistas e ecologistas, contrários ao projeto. Aos primeiros, retorna-se à questão da “indústria da seca do Nordeste”, revelando suas conseqüências na fabricação de votos e nas condições de vida da população nordestina. Aos segundos, apresentam-se os efeitos nas imagens destes nos jornais. Todos os opositores usufruem de suas vantagens com a seca, utilizando-a como moedas distintas: fome/desespero e meio-ambiente. Esse parágrafo praticamente utiliza o mesmo recurso estratégico em relação ao primeiro, colocando em pauta a existência de enunciados contrários ao projeto, repetindo a idéia da existência da polêmica em torno da transposição, revelando, com isso, a heterogeneidade enunciativa.

A finalização do enunciado é feita numa linguagem de cunho emocional, como recurso discursivo, visando persuadir o leitor, no momento em que inscreve o projeto na condição de uma grande obra no espaço dos sonhos, e reconhecendo a existência de outras vozes com interesses opostos, caracterizados como inferiores. Invoca-se novamente a figura do presidente, revelando-o na condição de maior autoridade do país e de um sonhador. O uso dessa estratégia discursiva é para dar legitimidade ao anseio de Aluízio Alves e da população.

O autor apresenta tanto uma representação *necessária* como *não necessária*. A primeira, como solução aos efeitos da seca, beneficiando Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, para evitar a morte, pela fome, de pessoas e animais, e a destruição da flora, como também a erradicação da fábrica de votos em nome da fome e do desespero. Essa representação é feita pelo autor e por outros, no caso, “A Carta de Fortaleza”. A segunda, pelo fato do projeto representar uma imagem de obra faraônica, final de governo, época de eleição, impacto ambiental e despesa de US\$ 300 milhões. Essa representação é feita por outros enunciados sobre cujos autores Aluízio Alves silencia.

Sobre a representação da região nordestina, o enunciado apresenta-a como carente de água, com a seca e seus efeitos: um meio-ambiente em que há morte de pessoas e animais, pela fome, e destruição da flora, que, em ciclos mais fortes, abate mais de 30 milhões de brasileiros e, como tal, é percebida também como objeto manipulado politicamente por uma “indústria da seca”, portanto, possuidora de um drama. Uma representação “negativa”.

O dito no enunciado tem uma relação direta com a situação do Nordeste em 1994 na medida em que se descrevem cenas da região, principalmente quanto à degradação das condições de vida da população, dos animais e da flora. Apesar de

apresentar um quadro descritivo de suas condições econômicas e naturais, com o objetivo de fazer conhecer alguns fatos, o enunciado também possui um caráter avaliativo e opinativo do projeto de transposição e do Nordeste. Na fala de Aluísio Alves, observa-se somente uma representação positiva, face à sua adesão da transposição, mas uma posição de aliado do governo federal nas dimensões política e ideológica.

Outrossim, não se pode perder de vista que o autor, em 1994, era Ministro da Integração Regional, estando à frente do projeto, visto como “patrono causa” (Queiroz, 1994); foi Governador do Estado do Rio Grande do Norte; seu sobrinho, o senador Garibaldi Alves Filho do PMDB, era candidato ao governo do estado; e Carlos Eduardo, do PMDB, seu neto, era candidato a deputado federal. Assim, sua posição não pode ser considerada neutra.

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) [...] Inocêncio de Oliveira, a “Carta de Fortaleza”, preconizando [...].

(b) [...] acham bonito e moderno falar “em meio ambiente”, sem jamais [...].

(c) [...] a destruição da flora, “um pesadelo de Deus”, que em ciclos [...]

(d) a obra é “faraônica” – a mesma despesa de ano de seca [...]

As aspas indicam a presença do outro que marca, em (a), a existência de um texto-projeto, apresentado pelo presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira, preconizando uma solução contra os efeitos da seca em Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; em (b), a expressão bastante utilizada no discurso da ecologia ou dos ambientalistas, um discurso existente em muitos países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento; em (c), um discurso bastante utilizado por

populares religiosos para justificar a crença de que a seca é um castigo de um ser superior – Deus; e, por fim, em (d), o discurso de políticos e da imprensa escrita, quando classificam a obra, considerada por estes de alto custo. Esse discurso pode ser observado, por exemplo, em artigos publicados nos *O Estado de S. Paulo* (12/06/1994) e *Jornal da Tarde* (27/06/1994), com os títulos “*Revivendo os projetos faraônicos*” e “*Projeto faraônico*”, respectivamente. O uso das aspas pelo enunciador, conforme Bakhtin (1986, p.160), objetiva estabelecer um distanciamento entre o seu discurso narrativo e o discurso citado, pois, marcadas pelas aspas, as palavras desses enunciadores não se confundem com as do autor d’*O sonho do São Francisco*.

2) Negrito

(a) – Porque não **conhecia** o projeto ... [...].

A forma em negrito, utilizada no verbo em (a), assinala a voz de uma alta autoridade que dialogava com o ministro em Natal perante alguns empresários, o outro.

3) Discurso direto

(a) Lembro-me de um diálogo recente com alta autoridade, em Natal, perante alguns empresários.
 – Até ontem, eu era contra o Projeto do São Francisco. Mas, ontem em Fortaleza, ouvi um amigo, que conhece bem o projeto, e hoje sou inteiramente favorável.
 – Mas, o sr. Era contra por que?
 – Porque não **conhecia** o projeto ...

Em (a), tem-se a voz de uma alta autoridade que dialogava com Aluizio Alves perante alguns empresários. Através do uso da forma tipográfica travessão tem-se o outro.

4) Refutação pelo *mas*

(a) – Até ontem, eu era contra o Projeto do São Francisco. Mas, ontem em Fortaleza, ouvi um amigo, que conhece bem o projeto, e hoje sou inteiramente favorável.

Esse período apresenta uma construção com um *mas* refutativo, articulando dois argumentos antiorientados, ou seja, com duas posições distintas em relação ao projeto, introduzindo um conflito de falas. Um dado interessante: toda essa fala pertence à alta autoridade – na posição de outro – que dialogava com Aluizio Alves que, na posição de autor, identifica-se com o segundo argumento.

5) Discurso direto livre

- (a) a obra é “faraônica” [...].
- (b) [...] estamos no final de governo [...].
- (c) O governo não deve fazer obras em ano de eleição.
- (d) É preciso defender a região do impacto sobre o meio ambiente.
- (e) [...] a despesa deste ano (US\$ 300 milhões) [...] derrubar o Plano Real.

Essas falas pertencem ao outro, veiculador de argumentos contrários ao projeto. O autor não especifica a fonte, apresenta-os como enunciadores genéricos, denominando-os de “**outros** que são contrários porque são oposição ao governo” (Grifo nosso).

6) Discurso indireto

(a) E o presidente Itamar Franco sabe que esta é a sua hora, é a hora do Nordeste.

O autor apresenta Itamar Franco como outro enunciador, na medida em que apresenta seu pensamento. O verbo *dicendi* foi substituído por um verbo de pensamento, pois, em vez de descrever o que o presidente diz saber, o autor escreve simplesmente que o presidente sabe.

7) Negação

(a) [...] despesa deste ano (US\$ 300 milhões) – não tirados diretamente do Tesouro, mas obtido em empréstimo de longo prazo – vai derrubar o Plano Real quando, ainda há poucos dias, o governo liberou, por determinação do presidente, mais de US\$ 400 milhões.

Tem-se em (a) uma negação, em que o autor afirma, introduzindo sua refutação com um “mas”, que o empréstimo será a longo prazo, até porque o governo federal liberou um montante na ordem de US\$ 400 milhões. Essa fala vai de encontro ao discurso de que a verba do projeto seria uma despesa do governo no ano em curso. Nessa construção, o autor do *Tribuna do Norte* responde às possíveis objeções do leitor.

– Formas não-marcadas

1) Máximas

(a) Mas os grandes sonhos e as grandes obras não se deixam vencer pela resistência de interesses menores.

A presença do Outro está dissimulada, ou seja, implícita. O enunciador não explicita a fonte: cabe ao co-enunciador identificar a máxima apoiando-se em sua memória, em seu saber, na “sabedoria popular”. O lugar desse trecho, no final do enunciado, é bastante relevante para o leitor aderir à opinião do Ministro da Integração Regional, articulador do projeto. O autor finaliza dialogando com o imaginário coletivo e individual dos leitores. Verifica-se, mais uma vez, que a ordem da construção dos tópicos utilizados, assim como as formas de representação de outras vozes, manifestam não somente o processo de construção do sentido de um enunciado, mas a posição do ministro, fornecendo um caráter subjetivo ao gênero.

2) Metáfora

(a) [...] “a obra é “faraônica” [...].

Em (a), o projeto de transposição está associado às grandes construções dos faraós ou ao seu tempo, assinalando o outro discurso, o histórico.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político administrativo

(a) Acho que meu dever essencial é cumprir a tarefa que foi atribuída pelo presidente Itamar franco ao receber, das mãos do presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira, a “Carta de Fortaleza”, preconizando, como solução contra os efeitos da seca, o sonho das águas do São Francisco para beneficiar os Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

(b) Lembro-me de um diálogo recente com alta autoridade, em Natal, perante alguns empresários.

– Até ontem, eu era contra o Projeto do São Francisco. Mas, ontem em Fortaleza, ouvi um amigo, que conhece bem o projeto, e hoje sou inteiramente favorável.

– Mas, o sr. Era contra por que?

– Porque não conhecia o projeto ...

Se isso acontece com uma autoridade pública, avaliemos o que ocorre em outros que são contrários porque são oposição ao governo; [...].

(c) [...] estamos no final de governo, como se, presa a esse prazo, a administração tivesse de cruzar os braços, e deixar, em dois exemplos, que a inflação continuasse em mais 7.000% ao ano, e o Nordeste tivesse de aguardar novo governo, com risco de uma nova seca, sua destruição e sua despesa assistencial; [...].

(d) [...] ainda há poucos dias, o governo liberou, por determinação do presidente, mais de US\$ 400 milhões para melhorar as condições de saúde e tentar regredir os 25% de aumento de mortalidade infantil na seca de 93, além de US\$ 500 milhões para conserto de estradas de rodagem.

e) E o presidente Itamar Franco sabe que esta é a sua hora, é a hora do Nordeste.

2) o político econômico

(a) [...] “a obra é “faraônica” – a mesma despesa de ano de seca, com suas esmolas e carros de pipas – e, neste ano, menos da sexta parte desse gasto.

(b) [...] despesa deste ano (US\$ 300 milhões) – não tirados diretamente do Tesouro, mas obtido em empréstimo de longo prazo – vai derrubar o Plano Real quando; [...].

3) o político eleitoral

(a) O governo não deve fazer obras em ano de eleição, e então, neste período, o governo só poderia ter trabalhado em 1991 e 1993, pois, eleições tivemos em 90, 92 e 94; [...].

4) o político ambiental e administrativo

(a) É preciso defender a região do impacto sobre o meio ambiente, como se não tivéssemos, desde a primeira hora, e por especial recomendação do presidente Itamar Franco, tomado [...] junto aos órgãos competentes, e até, mais do que isto: determinamos ao Dnocs (Departamento nacional de Obras Contra as secas), por portaria, que realizasse estudo também do impacto da seca e seus efeitos sobre o meio ambiente; [...].

(b) “Bom mesmo, para muitos desses opositores, políticos de máquinas viciadas, é o Nordeste dependente da indigência que fabrica votos em nome da fome e do desespero, ou dos pseudo-cientistas e ecologistas que fazem do meio-ambiente uma falsa bandeira, a fim de sair do anonimato para as manchetes dos jornais.

5) o coletivo popular

(a) Mas os grandes sonhos e as grandes obras não se deixam vencer pela resistência de interesses menores.

Segundo Authier-Revuz, a presença do outro em qualquer discurso é uma constância. Neste enunciado, o atravessamento de outros enunciados ocorre durante toda a sua progressão, como, por exemplo, quando o autor explicita as cinco posições contrárias ao projeto, do 10º ao 14º parágrafos, ao mesmo tempo em que apresenta seus argumentos para fundamentar sua representação a favor do projeto, mostra posições outras, divergentes, contrárias.

O que se observa é o valor do signo “projeto de transposição do Rio São Francisco” ser ideologicamente refratado. Mikhail Bakhtin, em *Marxismo e filosofia da linguagem* (1986, p. 46), ao se referir à refração do signo, em sua relação com o objeto, afirma que “O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se *refrata*. O que é que determina esta refração do no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica, ou seja: *a luta de classe*”. Conforme o autor, a refração do signo em sua relação com o objeto ocorre por causa do conflito de interesses de natureza social em uma comunidade semiótica, ou seja, numa comunidade que historicamente constrói seus sentidos, que se dão através da luta de classes sociais com valores

contraditórios em razão de suas posições sócio-históricas. Tal percepção leva Bakhtin a dizer que “[...] *em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios*. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes” (1986, p. 46). É o que ocorre neste enunciado – a transposição do Rio São Francisco para o Nordeste – na posição de tema, em que valores diferentes, contraditórios das classes sociais, apresentam-se postulando, efetiva e comprometidamente, seus interesses em face do projeto.

Enunciado 02

O velho Chico e as urnas (Anexo 14)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) [...] ao projeto de transposição [...] com sinceridade, que é “eleitoreiro”.

As aspas, utilizadas pelo enunciador, comunicam que o responsável pelo termo é o ministro Aluízio Alves. Com esse recurso, o autor procura estabelecer um distanciamento dos possíveis sentidos, inclusive políticos.

2) Discurso direto livre

(a) [...] como acrescentou, o projeto é eleitoreiro porque atende a velho anseio da região, e o povo, naturalmente, ficará satisfeito. A sua finalidade não é vencer as eleições, e, sim, transpor as águas, e o voto, se houver, será de reconhecimento.

O outro que o discurso direto livre demarca, em (a), é o outro discurso, de Aluízio Alves. O autor explicita o sentido de “eleitoreiro” do ministro, pois, no âmbito político, este teve um sentido negativo, o projeto tornar-se-ia um fator pró-governo importante nas eleições.

3) Discurso indireto

(a) Garante o ministro Aluizio Alves que apenas 3% da descarga do São Francisco, da água lançada ao mar, serão empregados na perenização de rios do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, os mais atingidos pela sec".

b) Outra afirmativa do ministro Aluizio Alves [...] é a de que o projeto de transposição custará, aproximadamente, R\$ 650 milhões.

O outro que o discurso indireto assinala, em (a) e (b), é o político, do ministro, ao descrever o percentual da descarga das águas do São Francisco nos rios dos estados previstos pelo projeto e apresentar seu custo.

4) Modalização em discurso segundo

(a) [...], de acordo com estudos oficiais, tem vários afluentes cuja finalidade maior, ainda não descoberta pelos ecologistas, é neles descarregar os dejetos de algumas cidades mineiras e baianas.

O outro que essa modalização assinala é o outro discurso, o técnico, quanto à política racional do destino dos dejetos, já que se trata de um tema bastante polêmico nas discussões ambientalistas.

5) Glosa

(a) A declaração, franca e infeliz, desviou a questão. Não se debate mais a viabilidade técnica do projeto, sua consequência sócio-econômica, mas a influência eleitoral, pequena em termos proporcionais.

Em (a), o autor especifica a questão da transposição na medida em que a delimita nos domínios da técnica e dos efeitos sócio-econômicos. Ao utilizar tal recurso, acaba falando de seu próprio enunciado anterior, especificamente da expressão "questão".

6) Mas (refutativo)

(a) Não se debate mais a viabilidade técnica do projeto, sua consequência sócio-econômica, mas a influência eleitoral, pequena em termos proporcionais.

(b) Para as usinas megalomaníacas encontraram R\$ 8 bilhões, mas não há R\$ 650 milhões para o Nordeste.

Há, aqui, as refutações feitas pelo “mas” articulando dois argumentos com orientações diferentes, introduzindo um conflito de vozes: a do autor (enunciador 2) e a voz em potencial (enunciador 1) na qual aquele refuta, através do *mas*. Em (a), o refutador contrapõe-se a um tipo de debate que exclui a tematização da viabilidade técnica do projeto, inclusive com seus efeitos nas esferas sócio-econômicas. O que esse enunciador não concorda é que o tema das discussões seja a influência do projeto nas intenções de voto; e em (b), o autor também refuta, estabelecendo duas orientações distintas. De um lado, existe financiamento para as usinas (Angra I e Angra 2) e, de outro, não há verba para o projeto.

Assim, a conjunção assinala a existência do diálogo entre duas vozes, ambas políticas. A primeira mostra a esfera econômica da transposição e a segunda, a influência do projeto nas próximas eleições, pois 1994 é um período eleitoral. Assim, o autor posiciona-se a favor da voz refutada.

7) Negação

(a) A sua finalidade não é vencer as eleições, e, sim, transpor as águas, e o voto, se houver, será de reconhecimento.

Essa fala, reportada de uma forma não direta pelo autor deste enunciado, pertence ao ministro Aluizio Alves. Na condição de autor, o citado ministro dialoga com outros enunciadores em potencial (os políticos que avaliam a proposta do projeto como instrumento eleitoral), visando contrapor-se a tais falas, que estão presentes em muitos jornais que circulam no país neste período.

– Formas não-marcadas

1) Autonomasia

(a) O velho Chico e as urnas.

A expressão está associada ao Rio São Francisco, na medida em que assinala o outro do discurso, o da “sabedoria popular”, já que parte dos falantes associa diretamente essa expressão ao que ela se refere.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o eleitoral

(a) [...] o projeto é eleitoreiro porque atende a velho anseio da região, e o povo, naturalmente, ficará satisfeito. A sua finalidade não é vencer as eleições, e, sim, transpor as águas, e o voto, se houver, será de reconhecimento.

(b) O ministro Aluizio Alves não é candidato, nem posso votar no Rio Grande do Norte, contudo seu projeto é realmente eleitoreiro. Ele ganhou o meu voto de nordestino.

2) o histórico

(a) A ligeireza com que sepultaram o projeto técnico prejudica o Nordeste, que, desde 1855, quando se discutiu inicialmente essa possibilidade, aguarda seu exame com profundidade.

3) o técnico

(a) Garante [...] que apenas 3% da descarga do São Francisco, da água lançada ao mar, serão empregados na perenização [...].

(b) [...] de acordo com estudos oficiais, tem vários afluentes cuja finalidade maior, ainda não descoberta pelos ecologistas, é neles descarregar os detritos de algumas cidades mineiras e baianas.

4) o político externo

(a) Admitido o total – R\$ 650 –, a quantia é irrisória, considerando-se que o Programa Nuclear custou R\$ 5 bilhões e, pelo menos até recentemente, pagávamos uma multa diária de R\$ 1 milhão para felicidade dos alemães [...].

5) o ambientalista

(a) Questiona-se, também, o risco da transposição prevista para o equilíbrio do regime do rio. Esse ponto, que deveria ser fundamental, pois não adianta perenizar quatro ou cinco rios por décadas ou séculos se matarmos o São Francisco [...].

(b) Os rios nacionais estão, quase todos, abandonados, poluídos, assoreados. Aqui e ali, no Guaíba e no Tietê, são, de vez em quando, tomados de algumas providências.

6) o político-econômico e administrativo

(a) [...] das conseqüências sociais e econômicas. Por que todas vezes [...] aparecem logo os preocupados com a escassez do Erário? Por que alguns preferem gastar R\$ 1 bilhão, como em 1993, no combate à seca – na indústria em vez de R\$ 650 milhões na perenização de vários rios? Itaipu, com R\$ 24 bilhões, era, sem dúvida, uma obra imprescindível e para construí-la tiraram recursos do Banco do Nordeste. Para as usinas megalomaniacas encontraram R\$ 8 bilhões, mas não há R\$ 650 milhões para o Nordeste.

7) o político eleitoral

(a) O ministro Aluizio Alves não é candidato, nem posso votar no Rio Grande do Norte, contudo seu projeto é realmente eleitoreiro. Ele ganhou o meu voto de nordestino.

Enunciado 03

Preconceito contra o Nordeste (Anexo 15)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

- (a) [...] O jornal “O Estado de São Paulo”, bravo na resistência [...].
- (b) [...] até medicamentos para “acabar” com a mortalidade [...].
- (c) [...] o bravo “Estadão” por esgotamento [...].
- (d) [...] passado, o “Estadão” defende a esmola [...].
- (e) “O Estadão”, intérprete, quase sempre, [...]
- (f) O “Estadão” fala que quem vai [...].
- (g) [...] pagar a obra “ciclópica” é o país, [...]
- (h) E quem pagou o “metrô” paulista? Tem dinheiro do Nordeste no pagamento. E quem pagou o “metrô” do Rio de Janeiro? O Nordeste também. E o “metrô” de Brasília? E quem paga [...].
- (i) Lamentavelmente, “O Estado de São Paulo” está enveredando [...]

O outro que as aspas assinalam é o outro discurso. Em (a), (c), (d), (e), (f) e (i), institucional; em (b) e (h), popular; e em (g), mitológico.

2) Discurso direto

(a) [...] o editorial já se manifestara contrário à transposição das águas do São Francisco para o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte [...].

(b) Fala em dois bilhões de dólares, quando serão apenas 600 milhões. Fala em dinheiro do Tesouro Nacional, quando é empréstimo do Exterior.

(c) No seu editorial de domingo passado, o “Estadão” defende a esmola da distribuição de alimentos entre os pobres do Nordeste, o financiamento da indústria paulista instalada no Nordeste, e até medicamentos para “acabar” com a mortalidade infantil no Nordeste, para repetir que é contra a transposição das águas do São Francisco que libertará os Estados nordestinos beneficiados das garras da miséria causadora da mortalidade infantil.

(d) [...] O “Estadão” fala que quem vai pagar a obra “ciclópica” é o país [...].

O outro que essas falas assinalam pelo discurso direto é o outro discurso, o jornalístico, em (a), (b), (c) e (d).

3) Negação

(a) “O Estadão”, intérprete, quase sempre, da aristocracia quatrocentona de São Paulo não tem o direito todavia de informar mal aos seus leitores ou informá-los deliberadamente errado.

A fala do autor é dialógica na medida em que nela concorrem duas vozes: a do autor (enunciador 2) e do enunciador 1, que “afirma”, em potencial, que O *Estado de S. Paulo* tem o direito, prerrogativas jornalísticas para se posicionar frente à política administrativa do país. A função do discurso do autor é contrapor-se a essa verdade validada, e de certa forma legitimada, por muitos jornais.

– Formas não-marcadas

1) Metáfora

(a) [...] mas terminou por evidenciar as unhas e dentes dos preconceitos contra o Nordeste.

Em (a), a atitude preconceituosa contra o Nordeste, especificamente ao projeto de transposição, do jornal *Estado de S. Paulo*, está associada ao animal irracional, assinalando o outro discurso, a agressividade irracional, escondida até então.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o jornalístico

(a) O jornal “O Estado de São Paulo”, [...], mas terminou por evidenciar as unhas e dentes dos preconceitos contra o Nordeste. É bem [...] num primeiro editorial já se manifestara contrário à transposição das águas do São Francisco para o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Mesclava, entretanto, a sua opinião os interesses do Estado da Bahia.

(b) “O Estadão”, intérprete, quase sempre, da aristocracia quatrocentona de São Paulo não tem o direito todavia de informar mal aos seus leitores ou informá-los deliberadamente errado.

2) o político externo

(a) “Fala em dois bilhões de dólares, quando serão apenas 600 milhões. Fala em dinheiro do Tesouro Nacional, quando é empréstimo do Exterior”.

3) econômico-financeiro

(a) E quem pagou o “metrô” paulista? Tem dinheiro do Nordeste no pagamento. E quem pagou o “metrô” do Rio de Janeiro? O Nordeste também. E o “metrô” de Brasília? E quem paga o prejuízo da Rede Ferroviária com as passagens por preço defasado dos cariocas e paulista, quando tivemos desativados os nossos trens? O Nordeste é quem está pagando.

4) o econômico-tributário

(a) [...] Mas o imposto é pago em São Paulo que não produz uma só gota. Lamentavelmente, “O Estado de São Paulo” está enveredando por um terreno que alarga mais do que a diferença econômica separando a opulência de São Paulo da miséria do Nordeste, para estimular [...], o colonialismo dos paulistas milionários contra os nordestinos miseráveis

5) o político e administrativo

(a) A transposição das águas do São Francisco é a primeira tomada de posição do Nordeste contra as causas da pobreza da região, [...] combatida as conseqüências na continuação do quadro de miséria até hoje estigmatizado por esmolas e acusações.

Enunciado 04

A utopia, o sonho, as águas ... (Anexo 16)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) [...] a coroa brasileira nos múltiplos “discursos” diários [...].

(b) [...] A única “acusação” contra Garibaldi é que é oligarca.

(c) E quem “acusa”?

As aspas assinalam o outro discurso, o político, referindo-se ao discurso em (a), dos candidatos à presidência sobre temas considerados importantes para o autor; em (b), de adversários candidatos ao governo do Rio Grande do Norte; e em (c), da candidata ao governo Wilma de Farias, que recentemente divorciou-se do ex-governador Lavoisier Maia. Por isso, o autor, contra argumentando a adjetivação de oligarca a Garibaldi Alves Filho, seu sobrinho, evidencia que, ao divorciar-se de Lavoisier Maia (família tradicional na política potiguar), Wilma de Farias sai de uma oligarquia para criar outra.

2) Interlocutor

(a) Quem terá ouvido dos quase dez candidatos presidenciais algum discurso de mais de um minuto? E quem tem ouvido desses [...]?

(b) Algum pejo por isso? Não.

O autor, utilizando-se das expressões, estabelece uma relação de interlocução com o leitor, o outro.

3) Glosa

(a) Não estou conseguindo me reencontrar com as esperanças do Lula de 1990. Questiono, às vezes, comigo mesmo, se é porque não há mais o risco de um Collor. O Quércio é um modelo superado. O FHC continua mais para blá-blá-blá de gosto duvidoso. O que ele diz pela TV, logo esqueço no minuto seguinte. O Brizola nem mais pela insistência vale. Talvez valesse pela desistência. O Espiridião está me parecendo com carisma, deslocado, sei lá, desassistido. Não pega. O voto em Flávio não seria de protesto contra a mediocridade do naipe de candidatos. Talvez como homenagem ao Rio Grande do Norte. Flávio é nosso conterrâneo. Os outros boto na vala comum.

(b) E a transposição das águas do São Francisco, heim? Fosse fácil, já teria sido feita há cem anos passados quando foi pensada pela primeira vez. Fosse o Metrô do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, já teria sido feito, como foram. Fosse a ponte Rio-Niterói, as águas já estariam rolando pelo Rio Grande do Norte, Paraíba e o Ceará. Fosse a Binacional hidroelétrica de Itaipu, lá no extremo Sul do país, qual a dúvida.

Em (a) e (b), o autor utiliza a modalização autonímica, pois, ao falar-se de suas esperança, especifica-a, ocorrendo, também, em (b), sobre o projeto.

4) Negação

(a) Não estou conseguindo me reencontrar com as esperanças do Lula de 1990.

Concorrem, neste trecho, as falas do autor e as de outro ao “afirmar” que, mesmo diante de tantos, o candidato do Partido dos Trabalhadores representa uma esperança. A função do discurso do autor é contrapor-se a um pressuposto do enunciador 1, como verdade presente em vários eleitores petistas de carteirinha ou não.

– Formas não-marcadas

1) Metáfora

(a) A cara do ministro Ricupero se não convence, comove. Parece um prior sem batina.

Em (a), o rosto, o semblante do ministro da Fazenda está associado a um pároco sem suas vestes.

2) Alusão

(a) Mas é uma opção como utopia. Estou sem passagem para Pasárgada, o sonho.

Em (a), é feita uma alusão ao poema de Manuel Bandeira “Vou-me Embora pra Pasárgada”, instituindo um outro universo discursivo: o poético.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o estético (fisionômico)

(a) A cara do ministro Ricupero se não convence, comove. Parece um prior sem batina.

2) o futebolístico

(a) A Copa/94 sem Maradona ficou nivelada ao futebol medíocre que está sendo chutado pela TV.

3) o político eleitoral

(a) A sucessão presidencial sem um estadista dá tédio.

(b) Não estou conseguindo [...] com as esperanças do Lula de 1990. Questiono, [...] se é porque não há mais o risco de um Collor. O Quércio é um modelo superado. O FHC continua mais para blá-blá-blá de gosto duvidoso. [...] O Brizola nem mais pela insistência vale. [...]. O Espiridião está me parecendo com carisma, deslocado, sei lá, desassistido. Não pega. O voto em Flávio não seria de protesto contra a mediocridade do naipe de candidatos.

(c) O diferencial é que, na política, o povo, pelo voto, é quem elege as oligarquias.

4) o político e econômico

(a) O Real chegou para ficar. Se veio para vencer, não sei ainda.

5) o poético

(a) Como estou sem passagem para Paságarda, o sonho. Será que vou ver as águas do São Francisco chegar? Pudesse, estaria de enxada na mão abrindo na terra crestada de desesperança, quase desespero, o sulco para o córrego.

6) o político-eleitoral e jornalístico

(a) Quem terá ouvido dos quase dez candidatos presidenciais algum discurso de mias de um minuto? E quem tem ouvido [...] nos múltiplos “discursos” diários uma opinião abalizada, [...] grandes problemas nacionais? [...] Brizola, passando pela média, os demais, sou mais a Cristiane Torlone na televisão.

7) o histórico

(a) E a transposição [...] já teria sido feita há cem anos passados quando foi pensada pela primeira vez.

– Folha de S. Paulo

Enunciado 01

Nordeste ganha obra faraônica contra a seca (Anexo 17)

Circulado pela *Folha de S. Paulo*, em 24/04/1994, entre as páginas 1 e 10,

setor Editorial, ocupando ¼ da folha, este enunciado opinativo fala da decisão do

governo Itamar Franco, anunciada pelo ministro da integração regional, Aluísio Alves, de realizar o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Paraíba.

Por ser de São Paulo, o público alvo desse jornal não se restringe somente aos leitores do Estado de São Paulo, mas de todo o Brasil. Trata-se de um dos jornais mais antigos, tendo publicação diária com grande circulação em todo o país. O autor não assume explicitamente sua posição diante do projeto de transposição, mas em seu enunciado existem elementos que permitem classificá-la como contrária.

Dois momentos podem ser considerados denunciadores dessa posição: a) no título e no início do primeiro parágrafo, quando qualifica de obra faraônica o projeto de transposição, comparando-o às construções dos faraós do antigo Egito; b) quando evoca as palavras, geradoras de polêmicas, ditas pelo ministro Aluísio Alves, sobre o caráter eleitoreiro do projeto de transposição.

A construção do enunciado é feita com três parágrafos e no impessoal. Nele, enuncia-se a decisão do governo em materializar o projeto de transposição, utilizando-se em grande parte das próprias palavras do ministro Aluísio Alves, ao se referir à data de inauguração, valor da obra, locais onde as águas serão desembocadas, etapas do projeto, efeitos eleitoreiros, bancos responsáveis pelos empréstimos, quantidade de quilômetros atingidos pelo projeto, formas de pagamento dos empréstimos, etc.

Esse procedimento discursivo marca sua posição estratégica de procurar colocar-se à distância do objeto em questão, mas, mesmo assim, ainda se percebe seu grau de rejeição ao projeto de irrigação proposto pelo Governo Federal.

A linguagem utilizada tem caráter predominantemente objetivo, principalmente sobre os domínios das instituições políticas, administrativas e financeiras (interna e externa) e das ciências agronômicas.

1) Objetiva: a) Institucional: “governo”, “Congresso Nacional”, “ministro”, “presidente”, “ministério da Integração Regional”, “Ministério da Fazenda”; b) financeira: “orçamento”, “empréstimos externos”, “bancos europeus e japoneses”, “US\$ 600 milhões”, “banco mundial”, “capacidade de pagamento”; c) administrativo: “decidiu pela realização da obra”, “empreendimento anunciado”, “trabalho”; d) ciências agronômicas: “canais”, “quatro estações elevatórias”, “projeto de transposição de água”, “50 cúbicos de água”, “irrigação”. 2) Subjetivas: “obra faraônica”, “entusiasmado”, “Não acredito”.

A representação feita pelo autor em relação aos outros discursos aponta, de forma destacada, o valor orçamentário da obra. Quase em sua totalidade enunciativa, o enunciador procura mostrar a ausência de orçamento para tal empreendimento, e como os interessados pelo projeto vão conseguir solucioná-lo.

Portanto, o enunciador faz uma representação do projeto de transposição na direção de não ser possível tal empreendimento, e, portanto, negativa.

No que se refere à representação do espaço nordestino, o autor o reconhece como uma região seca, carente; não afirma que o projeto é desnecessário aos estados apontados pelo projeto, mas questiona, sobretudo, seu custo.

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) [...] "entusiasmado" [...]

As aspas marcam o outro, na medida em que se referem à fala do ministro da Integração Regional sobre a emoção do presidente pela inauguração da primeira etapa do projeto. Bakhtin (1986, p. 160) assinala que as aspas fazem parte do procedimento de tornar um discurso citado distante do narrativo. Seu uso diz respeito ao procedimento enunciativo nas estratégias da dinâmica entre o discurso citado e o citante, distanciamento.

2) Discurso direto

(a) O empreendimento foi anunciado ontem pelo ministro Aluizio Alves, da Integração Regional, depois de audiência com o presidente Itamar Franco.

(b) "Não acredito que se use verbas em troca de votos, mas acredito que o trabalho vai trazer muito voto, apoio e aplauso de eleitores e não eleitores ao governo que vai realizá-lo", [...].

Essas falas pertencem ao ministro. Em (a), anunciando o empreendimento do projeto depois da audiência com o presidente; em (b), negando a troca de verba pelo voto do eleitor na campanha para presidente, reconhecendo os efeitos eleitorais da transposição. Discursivamente, esses “outros” atravessam o enunciado. Como procedimentos discursivos, caracterizam-se em dois pontos estratégicos: a) em discurso direto, essas falas dispensam uma maior credibilidade ao leitor; e b) o autor estabelece um maior distanciamento e responsabilidade da fala do outro, acreditando estar sendo isento ideologicamente.

3) Discurso indireto

(a) Ele disse que o presidente está "entusiasmado" com a inauguração da primeira etapa da obra, até 31 de dezembro.

(b) O ministro negou que a obra vise influenciar na sucessão presidencial.

(c) O ministro disse que espera concluir em três meses as negociações. Somente após esta etapa, a água chegaria a Pernambuco.

(d) O ministro Aluizio Alves disse que o governo Itamar não precisará destinar recursos. A contrapartida brasileira será assegurada pelos empréstimos do Banco do Nordeste, para a primeira etapa.

Tem-se a fala do ministro Aluísio Alves, enunciando aspectos do projeto, em (a), o comportamento emotivo do presidente; em (b), a relação do projeto com as eleições; em (c), das negociações junto ao Banco Mundial no montante de US\$ 1,5 bilhão; e em (d), sua fala com o presidente.

4) Discurso direto livre

(a) Para a primeira etapa, bancos europeus e japoneses já teriam assegurado US\$ 600 milhões. Com estes recursos, seriam construídos 240 quilômetros de canais e quatro estações elevatórias.

Essa fala ainda pertence ao ministro. É provável que não se trate de suas próprias palavras, mas de uma reformulação feita pelo autor para manter o sentido geral.

5) Modalização em discurso segundo

(a) Segundo Aluizio Alves, o projeto vai fornecer 50 metros cúbicos de água por segundo, na primeira etapa, e 250 metros cúbicos, na segunda. Em seis meses de obra da primeira etapa, empregaria 50 mil trabalhadores. A obra permitiria irrigação de 1,6 milhão de hectares.

O autor indica que não é o responsável por este enunciado. De fato, o autor está se apoiando em outro, o do ministro da Integração Regional, a respeito dos aspectos técnicos e operacionais do projeto: a) quantidade de água; b) geração de empregos; e c) tamanho do espaço que receberá irrigação.

6) Negação

(a) O governo Itamar ainda não enviou o Orçamento deste ano ao Congresso Nacional, mas já decidiu pela realização de uma obra faraônica contra a seca do Nordeste.

(b) "Não acredito que se use verbas em troca de votos, mas acredito que o trabalho vai trazer muito voto, apoio e aplauso de eleitores e não eleitores ao governo que vai realizá-lo", disse.

Existem duas construções com uma negação, em (a), o dizer do enunciador de que o orçamento não fora enviado pelo governo, e sim refutado com

a decisão deste de iniciar a obra. Essa posição vai de encontro à do enunciado refutado no qual o autor objeta; em (b), a fala pertence ao ministro, enquanto o autor do discurso citado refuta o potencial do leitor na negociação dos votos e a verba pública e/ou privada. Tais enunciadorez da *Folha de S. Paulo* respondem às possíveis objeções do leitor.

– Formas não-marcadas

1) Ironia

(a) O governo Itamar ainda não enviou o Orçamento deste ano ao Congresso Nacional, mas já decidiu pela realização de uma obra faraônica contra a seca do Nordeste.

O autor, em (a), afirma que o Governo Federal, mesmo sem orçamento, decidiu iniciar a construção de uma obra cuja realização pode ser comparada às grandes construções da civilização egípcia dos faraós, na Idade Antiga. Deve-se ressaltar que essa ironia já se apresenta no título: “Nordeste ganha obra faraônica contra a seca”. Para criar um espaço subjetivo, no plano do conteúdo, tanto o enunciadorez como os enunciatários teriam que compartilhar dessa relação comparativa entre a obra que o governo decidiu construir e as construções dos faraós egípcios. No plano da forma, o enunciatário teria que reconhecer o sinal lingüístico do autor; para que o efeito de sentido da ironia efetive-se é necessário que as informações sejam compartilhadas pelo eleitor. A propósito, são pertinentes as pontuações da autora Beth Brait em *Ironia em perspectiva polifônica* (1996), ao afirmar que o produtor do discurso irônico encontra formas de chamar a atenção de seu enunciatário, visando a adesão deste, ao utilizar esse procedimento discursivo sem o qual a ironia não seria realizada. Para tanto, teria que haver a participação não somente do autor, mas também do co-enunciadorez, e, no citado texto a autora aduz (p.105):

O conteúdo, portanto, estará subjetivamente assinalado por valores atribuídos pelo enunciador, mas apresentados de forma a exigir a participação do enunciatário, sua perspicácia para o enunciado e suas sinalizações, por vezes extremamente sutis. Essa participação é que instaura a intersubjetividade, pressupondo não apenas conhecimentos partilhados, mas também pontos de vista, valores pessoais ou cultural e socialmente comungados ou, ainda, constitutivos de um imaginário coletivo.

Assinala-se a exigência entre enunciador e enunciatários no conteúdo e na forma. No conteúdo, ambos têm que compartilhar valores comungados socialmente, que deverão ser materializados por sinalizações envolvendo a perspicácia do último por serem sutis, às vezes.

2) Metáfora

(a) Nordeste ganha “obra faraônica” contra a seca.

(b) [...] Orçamento deste ano ao Congresso Nacional, mas já decidiu pela realização de uma obra faraônica contra a seca do Nordeste.

Novamente, em (a) e (b), o projeto de transposição está associado às construções dos faraós, assinalando o outro discurso, o histórico.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político e administrativo

(a) O governo Itamar ainda não enviou o Orçamento deste ano ao Congresso Nacional, mas já decidiu pela realização de uma obra faraônica contra a seca do Nordeste. Até já marcou data para inaugurar.

(b) O empreendimento foi anunciado ontem pelo ministro Aluizio Alves, da Integração Regional, depois de audiência com o presidente Itamar Franco.

(c) O projeto de transposição de água do rio São Francisco ainda precisa de avaliação do Ministério da Fazenda sobre capacidade de pagamento.

2) o político econômico externo

(a) Com US\$ 2,1 bilhões de empréstimos externos, a obra vai levar água do rio São Francisco para o Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. O empreendimento foi anunciado ontem pelo ministro Aluizio Alves, da Integração Regional, depois de audiência com o presidente Itamar Franco.

(b) O restante da obra depende de US\$ 1,5 bilhão do Banco Mundial. O ministro disse que espera concluir em três meses as negociações.

(c) Para a primeira etapa, bancos europeus e japoneses já teriam assegurado US\$ 600 milhões.

3) o político econômico interno

(a) "O ministro Aluizio Alves disse que o governo Itamar não precisará destinar recursos. A contrapartida brasileira será assegurada pelos empréstimos do Banco do Nordeste, para a primeira etapa".

4) o político eleitoral

(a) "O ministro negou que a obra vise influenciar na sucessão presidencial".

5) o político de irrigação

(a) [...] a obra vai levar água do rio São Francisco para o Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. O empreendimento foi anunciado ontem pelo ministro Aluizio Alves, da Integração Regional, depois de audiência com o presidente Itamar Franco. Ele disse que o presidente está "entusiasmado" com a inauguração da primeira etapa da obra, até 31 de dezembro.

6) o engenheiro-agronômico

(a) Segundo Aluizio Alves, o projeto vai fornecer 50 metros cúbicos de água por segundo, na primeira etapa, e 250 metros cúbicos, na segunda. Em seis meses de obra da primeira etapa, empregaria 50 mil trabalhadores. A obra permitiria irrigação de 1,6 milhão de hectares.

Enunciado 02

A Bahia e o velho Chico (Anexo 18)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) O rio da integração nacional está com o seu potencial [...].

(b) [...] viável caso houvesse [...] rio Tocantins com o "Velho Chico",

(c) [...] que as águas do "Velho Chico" são [...].

(d) [...] concluíram que [...] "Velho Chico" são insuficientes [...].

(e) [...] a transposição das águas do rio Tocantins para o "Velho Chico".

(f) "[...] isolada das águas do "Velho Chico" para aqueles quatro [...]."

O outro que as aspas assinalam é o outro discurso. Em (a), político; em (b), (c), (d), (e) e (f), popular.

2) Discurso direto

(a) O presidente do Comitê de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco, engenheiro José Theodomiro, [...] "Fazer a transposição – afirmou o engenheiro – é o mesmo que se desativar a Usina de Itaparica.

O outro que esse discurso direto aponta é o outro discurso, o técnico. Essa voz é de um engenheiro que, na época, ocupava o cargo de presidente do Comitê de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

3) Discurso indireto

(a) Os especialistas sustentam que a atual capacidade do rio não autoriza a utilização de mais 300 metros cúbicos por segundo para garantir o êxito do projeto.

(b) Estudos técnicos realizados pelo Plano de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o Planvasf, [...] concluíram que as águas do "Velho Chico" são insuficientes para irrigar os solos férteis, aptos e irrigáveis, existentes no curso de toda a sua bacia.

O outro que esse discurso indireto assinala é o outro discurso, em (a) e (b), o técnico (especialistas e técnicos).

4) Modalização de discurso segundo

(a) Como foi oficialmente anunciado, a meta do projeto é abastecer 220 cidades do semi-árido daqueles quatro Estados, elevando a capacidade de irrigação na área de 175 mil para um milhão e 600 mil hectares.

O discurso oficial do Governo Federal, conforme esse recurso enunciativo, é o outro inscrito.

5) Glosa

(a) A integração de bacias de grandes rios é matéria hoje conhecida em todo o mundo. A interligação das bacias dos rios Volga e Don, na União Soviética, trouxe grandes benefícios para as populações que vivem às margens daqueles grandes cursos d'água e ainda permitiu a extensão de seus benefícios para populações de outras regiões.

Nesta glosa, há o outro a partir do próprio autor, que especifica seu enunciado em relação ao tema da integração das bacias no mundo.

– Formas não-marcadas

1) Personificação ou antropomorfização

(a) [...] que o rio São Francisco está enfermo, sofrendo [...].

Em (a), tem-se uma personificação, na medida em que o rio, um ser inanimado, está representado como uma entidade que sente e tem vida como os seres humanos.

2) Perífrase

(a) O “rio da integração nacional” está com o seu potencial hídrico [...].

Em (a), constata-se uma substituição de termo “São Francisco” por uma expressão que o descreva.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político e administrativo

(a) Acaba de ser anunciada a aprovação do megaprojeto de transposição das águas do Rio São Francisco para quatro estados do semi-árido nordestino: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

2) o político externo

(a) O governo estimou o custo desse programa gigantesco em US\$ 2,1 bilhões, sendo que 50% [...] empréstimo junto ao Banco Mundial.

3) o financeiro

(a) O atual governo pretende concluir [...] com custos estimados em US\$ 550 milhões, no final de dezembro, quando serão construídos 240 quilômetros de canais e mais quatro elevatórias.

4) o técnico

(a) Como foi oficialmente anunciado, a meta do projeto é abastecer 220 cidades do semi-árido daqueles quatro Estados, elevando a capacidade de irrigação na área de 175 mil para um milhão e 600 mil hectares.

(b) [...] o projeto prevê a construção de um canal de 240 quilômetros para dar vazão a 50 metros cúbicos de água por segundo, beneficiando todo o Estado do Ceará e parte da Paraíba e Rio Grande do Norte. [...] será construído um canal de 2.000 quilômetros, que transportará 250 metros cúbicos por segundo de água para beneficiar o restante da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

(c) Os especialistas sustentam que a atual capacidade do rio não autoriza a utilização de mais 300 metros cúbicos por segundo para garantir o êxito do projeto.

(d) [...] a viabilidade técnica desse projeto antes, hoje há pareceres de especialistas de grande conceito condenando a sua realização sem o socorro das águas do rio Tocantins. O presidente do Comitê de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco, engenheiro José Theodomiro, já apontou os prejuízos que o megaprojeto [...].

(e) Estudos técnicos realizados pelo Plano de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o Planvasf, [...] concluíram que as águas do "Velho Chico" são insuficientes para irrigar os solos férteis, aptos e irrigáveis [...].

(f) [...] partindo-se para obras de dragagem do leito do rio, paralelamente ao reflorestamento de suas margens com a indispensável mata ciliar, de lá criminosamente arrancada nos últimos anos [...].

(g) Está tecnicamente demonstrada a viabilidade da transposição das águas do rio São Francisco, desde que se garanta, antes, a transposição das águas do rio Tocantins para o "Velho Chico".

(h) Que o presidente Itamar Franco [...] ouvindo, antes, os especialistas na matéria sobre os seus gravíssimos inconvenientes.

5) o ambientalista

(a) [...] São Francisco está enfermo, sofrendo os efeitos de criminoso desmatamento de suas margens, que intensificou o processo de assoreamento de seu leito, já degradado por várias fontes poluidoras.

6) o político externo

(a) Aí está a dívida internacional do Brasil que todos nós nordestinos pagamos sem pestanejar. Mas a transposição das águas do São Francisco no Nordeste?.

(b) A interligação das bacias dos rios Volga e Don, na União Soviética, trouxe grandes benefícios para as populações que vivem às margens daqueles grandes cursos d'água [...].

7) o racional e ético

(a) O racional e correto seria promover a integração das Bacias do Tocantins e do São Francisco, antes de partir para a transposição isolada das águas do "Velho Chico" para aqueles quatro Estados do Nordeste.

Enunciado 03

Projeto do São Francisco opõe Ricupero a Itamar (Anexo 19)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Discurso direto

(a) “Se fosse assim, não teria feito o Plano Real”, reagiu o presidente diante do raciocínio de Ricupero.

O outro que o discurso direto assinala é o outro discurso, o político, em que Itamar Franco contra-argumenta Ricupero da viabilidade do projeto.

2) discurso indireto

(a) O ministro afirmou que as rodovias brasileiras precisam mais dos recursos do que o programa de irrigação.

(b) [...] considera que é possível compatibilizar o projeto com o Plano Real.

O outro que o discurso indireto assinala é o outro discurso, o político. Em (a), Ricúpero explica ao presidente a prioridade dos recursos que deveriam ser destinados ao programa das rodovias e não ao projeto de irrigação no Nordeste; e em (b), Beni Veras, do PSDB-CE, considera que é possível compatibilizar o projeto com o Plano Real.

– Formas não-marcadas

1) Personificação ou antropomorfização

(a) O BNB lançaria bônus no mercado externo e [...] Integração Regional.

(b) Como o BNB [...] para a operação, Itamar autorizou [...].

(c) No prazo máximo de 15 dias, o BB já estará com o esquema definido.

Em (a), (b) e (c), tem-se uma personificação, na medida em que o BNB, um ser inanimado, está representado como uma entidade que age e sente como os

seres humanos, lançando, planejando, operando, programando e deliberando propostas.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político e administrativo

(a) O presidente Itamar Franco aprovou ontem o projeto de irrigação do Nordeste através da transposição das águas do rio São Francisco. O ministro da Fazenda, Rubens Ricupero se opõe ao projeto. O custo total da obra é de US\$ 2 bilhões.

(b) Participaram [...] os ministros do Planejamento, Beni Veras, e da Integração Regional, Aluizio Alves. Também [...] o presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari. Ricupero foi o único que se opôs ao programa.

2) o político e financeiro

(a) Do total de US\$ 2 bilhões, equivalentes ao custo de construção da usina nuclear de Angra 2, a Integração Regional prevê que US\$ 600 milhões serão gastos ainda em 94.

3) o político-econômico

(a) Beni Veras, senador (PSDB-CE) licenciado para assumir o Planejamento, considera que é possível compatibilizar o projeto com o Plano Real.

4) o político eleitoral (irrigação)

(a) O candidato da aliança do PSDB-PFL-PTB à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, [...] irrigação. FHC já se comprometeu a incluí-lo no seu programa de governo.

5) o técnico

(a) O projeto é uma iniciativa de Aluizio Alves. Ele disse [...] utilizando batalhões de engenharia do Exército.

6) o jurídico-formal

(a) [...] realizada licitação para contratação de empreiteiras [...] do projeto.

7) o administrativo-financeiro

(a) A idéia [...] o projeto fosse financiado pelo BNB (Banco do Nordeste do Brasil S.A.). O BNB lançaria bônus no mercado externo e repassaria os recursos para a Integração Regional. Como o BNB não tem reservas técnicas suficientes para a operação, Itamar autorizou o Banco do Brasil a captar os recursos. No prazo máximo [...] o BB já estará com o esquema definido.

Enunciado 04

Eleição e irrigação (Anexo 20)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Discurso direto

(a) [...] Aluísio Alves revela um dado impressionante. O custo total do projeto – o que consiste na elevação do São Francisco até nivelá-lo com os leitos naturais de rios quase secos que atravessam o semi-árido de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – é de US\$ 2 bilhões.

O outro que o discurso direto assinala é o outro discurso, político, em que Aluísio Alves se refere ao custo do projeto.

2) Glosa

(a) [...] Nordeste em medidas apenas paliativas. [...] gastos US\$ 1,1 bilhão no pagamento de meio salário mínimo para famílias com no mínimo dez membros; US\$ 600 milhões em comida; e US\$ 300 milhões na distribuição de água (carro-pipa) [...].

A glosa é utilizada na medida em que especifica os gastos e valores concernentes às medidas paliativas, utilizadas pelo governo federal para amenizar a situação dos nordestinos, vítimas dos efeitos da seca.

– Formas não-marcadas

1) Personificação ou antropomorfização

(a) É uma maneira de baixar um pouco o tom demagógico dos programas de governo e de confrontar estes programas com a realidade.

Em (a), tem-se uma personificação, na medida em que os programas de governo, seres inanimados, estão representados como entidades que sentem e agem como os humanos, capazes de produzir sentido, elevando ou abaixando, com um valor peculiar.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político-administrativo e financeiro

(a) Na defesa que faz do projeto de transposição de águas do rio São Francisco para quatro Estados do Nordeste, o ministro Aluísio Alves revela um dado impressionante. O custo total do projeto [...] semi-árido de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – é de US\$ 2 bilhões.

2) o financeiro

(a) [...] foram gastos US\$ 1,1 bilhão no pagamento de meio salário mínimo para famílias com no mínimo dez membros; US\$ 600 milhões em comida; e US\$ 300 milhões na distribuição de água (carro-pipa). O dinheiro gasto anualmente nos programas assistenciais [...].

3) o político de irrigação

(a) [...] além do abastecimento regular de água nas cidades da região, a multiplicação de novos projetos de irrigação. Já há oásis produtores e exportadores de frutas bem-sucedidos em Pernambuco e no Rio Grande do Norte [...].

4) o político-eleitoral

(a) Os candidatos à Presidência deveriam se pronunciar sobre propostas concretas como esta. É uma maneira de baixar um pouco o tom demagógico dos programas de governo e de confrontar estes programas com a realidade.

– Estado de S. Paulo

Enunciado 01

Desvio do São Francisco causa polêmica (Anexo 21)

Circulado pelo *Estado de S. Paulo*, jornal também paulista com circulação não somente no estado de São Paulo, mas em todo o país, em 10/06/1994, ocupando ¼ da folha, este enunciado aborda a questão dos efeitos da determinação do Governo Federal em iniciar a execução do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para a região semi-árida do Nordeste, qualificado pelo autor de projeto bilionário, com efeitos nos domínios político, processo eleitoral, Congresso, ministérios, orçamentário e no sistema ecológico da região.

O autor não assume explicitamente sua posição diante da viabilização do projeto, mas existem elementos enunciativos que permitem apontar sua posição como contrária ao empreendimento do Governo Federal, como, por exemplo, na escolha do título do enunciado, ao destacar que o projeto de transposição gera polêmica até no próprio governo, tanto que a sua defesa é feita somente por dois ministérios, informação essa repassada no subtítulo do enunciado. Em outro momento, logo no início do primeiro parágrafo, o projeto recebe uma classificação de “bilionário”. Tais manifestações enunciativas levam ao entendimento da existência de uma posição contrária do autor.

A construção desse enunciado é feita com sete parágrafos e em terceira pessoa. Tematicamente, o autor mostra que a determinação do Presidente da República em desviar as águas do Rio São Francisco para alguns estados nordestinos pode gerar uma série de conseqüências para o país, desde a esfera política até a ecológica. A progressão enunciativa do autor, em cada um dos seus sete parágrafos constitutivos, é feita seguindo essa lógica, em que o autor utiliza-se de outras vozes: a do presidente da república, Itamar Franco, do ministério de Minas e Energia, do líder do PFL, Marco Marciel e do deputado do PFL-BA, José Carlos Aleluia, etc.

A escolha da impessoalidade como uma das estratégias de construção discursiva do autor reflete sua posição em relação à obra de transposição, significando que esse procedimento deve produzir um efeito de sentido, distanciamento. Assim mesmo, ainda se percebe sua relação de não adesão ao projeto.

Em relação à linguagem, verifica-se a utilização de uma linguagem predominantemente objetiva nos domínios políticos, financeiro, administrativo, eleitoral, ambiental.

1) Objetiva: a) político: “presidente”, “Congresso”, “ministério”, “aliança”; administrativo: “determinação”, “execução”, “liberação de verbas”, “lançar”, “campanha”, “publicação”, “projeto”; financeiro: “financiamento”, “liberação de verbas”, “recursos”, “cofres públicos”, “US\$ 550 milhões”; eleitoral: “eleitoreiro”; ambiental: “irrigar”, “riscos ecológicos”. 2) Subjetivas: a) “impacto”, “satisfatório”, “irresponsável”.

A representação feita pelo autor em relação aos discursos de outros enunciadores aponta para o destaque de vários objetos específicos colocados em seu enunciado, visando demonstrar, em vários setores da sociedade, a existência da polêmica em torno do projeto de transposição. Nestes termos, compreende-se que o produtor desse enunciado não faz uma representação positiva do projeto, mas negativa.

Quanto ao espaço nordestino, o enunciado o reconhece como uma região carente na medida em que o autor não nega sua necessidade, e questiona explicitamente seu valor orçamentário, seu custo.

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Negrito

a) [...] **Estado** [...]

Essa expressão em negrito assinala o outro, o do próprio jornal.

2) Discurso direto

(a) “Do jeito que está sendo feita, pode atrapalhar mais do que ajudar o candidato”, alertou o líder do PFL no senado, Marcos Marciel (PE).

(b) “Não sou contra o projeto, mas acho que ele precisa ser muito melhor discutido”.

(c) “O projeto é eleitoreiro”, fulminou o deputado José Carlos [...] (PFL-BA).

(d) “O projeto é magalômano, irresponsável e desastroso, pois o custo da água será tão grande que tornará inviável a agricultura irrigada”.

Verifica-se que a representação das quatro falas é feita pela citação direta com o uso das aspas. Essas não pertencem ao autor, mas a outros enunciadores. Em (a) e (b), ao senador e líder do PFL, Marcus Marciel que, juntamente com Auriliano Chaves e Antônio Carlos Magalhães, criaram o PFL a partir do PDS (Partido Democrático Social), partido que apoiava o regime militar no período do golpe e ditadura civil-militar (1964-1985); em (c) e (d), ao deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), ex-presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Tais falas pertencem a dois políticos de estados diferentes: um senador e um deputado do PFL.

3) Discurso direto livre

(a) A determinação do presidente Itamar Franco de começar, já em julho, a execução do [...] projeto de desvio das águas do Rio São Francisco para a região semi-árida do Nordeste.

b) José Carlos Aleluia (PFL-BA). Ex-presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), ele ameaça ignorar a aliança com Cardoso e promover uma rebelião no Congresso contra a tentativa do governo de aprovar emendas destinando recursos para a obra.

(c) O relatório preparado pela Coordenação de Recursos Hídricos do Ministério de Minas e Energia, sob encomenda do ministro Aléxis Stepanenko, aponta vários problemas no projeto. Demonstra a temeridade de se iniciar a transposição das águas por 800 mil hectares sem um amplo debate com todos os setores da sociedade e sem um planejamento global. Mostra também os riscos ecológicos que imporá à região e as enormes perdas de recursos aos cofre públicos.

As falas pertencem ao presidente Itamar Franco, ao deputado federal do PFL, José Carlos Aleluia e à Coordenação de Recursos Hídricos do Ministério de

Minas e Energia. Esse recurso não apresenta o outro literalmente, mas com os termos do autor, reproduz-se o conteúdo; em (a), existe um cruzamento entre a fala do presidente e do autor quanto à avaliação do projeto, no momento em que este é adjetivado de “bilionário” por causa do montante de US\$ 2 milhões.

4) Modalização em discurso segundo

(a) Segundo publicação do Banco do Nordeste, as águas do São Francisco desaguariam no Canal do Trabalhador, construído por Ciro, e assegurariam o abastecimento de Fortaleza.

O autor utiliza um modo simples e discreto para não se responsabilizar pelo enunciado sobre o lugar onde desaguariam as águas do São Francisco e seu objetivo em Fortaleza.

5) Parênteses

(a) [...] que é defendido pelos ministros Beni veras (Planejamento) e Aluizio Alves (Integração Regional), mediante futuro financiamento do Banco do Nordeste.

(b) [...] onde o desempenho do candidato do Planalto à sucessão presidencial, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), [...].

(c) [...] alertou o líder do PFL no senado, Marcos Marcial (PE).

(d) [...] fulminou o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). Ex-presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) [...].

O parêntese abre espaço com o enunciatário, enquanto outro, em que o autor busca preencher, junto ao leitor, o possível desconhecimento das instâncias institucionais: em (a), ministérios; em (b), partido; em (c), estado; em (d), partido, lugar e instituição pública. O autor dialoga com a memória dos leitores na possibilidade destes não conhecerem tais elementos ou mesmo os conhecerem de outra forma.

6) o *mas* refutativo

(a) “Não sou contra o projeto, mas acho que ele precisa [...]”.

Trata-se de um trecho da segunda fala do senador e líder do PFL/PE, Marcus Marciel, em que o autor apresenta a relação entre o quadro da intenção de votos, no Nordeste, ao candidato à presidência Fernando Henrique Cardoso, e o projeto como proposta de irrigação desta região. Utilizando-se do recurso da citação direta, o autor fala do senador, que constrói sua resposta com uma negação. Esta se inicia com a negação do pressuposto de que “existem pessoas a favor do projeto”: “Não sou contra o projeto”. Esta pode ser atribuída à figura de outros enunciadores, por exemplo, o ministro da Integração Regional e o Presidente da República. A seguir, um enunciado do trecho introduzido com *mas se contrapõe* a “não sou contra o projeto”, enunciado que o antecede. Essa contraposição é muito complexa no sentido de que: ele está falando sobre qual projeto? O que ele conhece? Ou o que ele idealiza? De toda forma, o senador posiciona-se contrário ao projeto.

– Formas não-marcadas

1) Catacrese

(a) “‘O projeto é eleitoreiro’, fulminou o deputado José Carlos [...]”.

Esse verbo, originalmente, significa “ferir com o raio, destruir”, mas na expressão é utilizado num sentido mais amplo: criticar satiricamente, ferir com palavras.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político administrativo

(a) A determinação do presidente Itamar Franco de começar, já em julho, a execução do bilionário projeto de desvio das águas do Rio São Francisco para a região semi-árida do Nordeste provocou polêmica no Congresso e nos ministérios.

(b) “Um relatório técnico do projeto sigiloso do Ministério das Minas e Energia, obtido pelo **Estado**, condena o projeto, que é defendido pelos ministros Beni veras (Planejamento) e Aluízio Alves (Integração Regional), mediante futuro financiamento do Banco do Nordeste.”

(c) O governo também quer lançar na semana que vem uma campanha contra a fome e a miséria no Nordeste [...].

(d) O documento é datado de maio e, ao invés de por uma pá de cal sobre o assunto, foi cuidadosamente guardado pelo governo.

2) o político eleitoral

(a) A idéia de desviar o São Francisco para por fim à seca é apenas uma das ofertas de Itamar para a região este ano. O governo também quer lançar na semana que vem uma campanha contra a fome e a miséria no Nordeste, onde o desempenho do candidato do Planalto à sucessão presidencial, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), não tem sido satisfatório.

(b) De olho nos efeitos da liberação de verbas em período eleitoral, os políticos querem discutir a destinação de US\$ 550 milhões previstos para a primeira etapa do projeto.

(c) Mas a proposta de irrigar o sertão assustou até integrantes da cúpula da campanha de Cardoso. “Do jeito que está sendo feita, pode atrapalhar mais do que ajudar o candidato”, alertou o líder do PFL no senado, Marcos Marcial (PE). “Não sou contra o projeto, mas acho que ele precisa ser muito melhor discutido”.

(d) Do outro lado da trincheira, além do tucano Beni Vera, estão o ex-governador do Ceará Tasso Jereissati e o atual, Ciro Gomes. Segundo publicação do Banco do Nordeste, as águas do São Francisco desaguiariam no Canal do Trabalhador, construído por Ciro, e assegurariam o abastecimento de Fortaleza. Apesar de adversários do PSDB no Ceará, os senadores peemedebistas Mauro Benevides e Cid Sabóia também defenderem o projeto em discursos no Senado na quarta-feira. E Aluizio Alves buscou o apoio da bancada de seu Estado, o Rio Grande do Norte.

3) o ambientalista

(a) Mostra também os riscos ecológicos que imporá à região e as enormes perdas de recursos aos cofres públicos.

4) o político financeiro

(a) Mostra também os riscos ecológicos que imporá à região e as enormes perdas de recursos aos cofres públicos.

(b) A proposta causou impacto pelo volume de dinheiro envolvido: para levar as águas do São Francisco aos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte serão gastos US\$ 2 bilhões.

5) o técnico¹⁷

(a) O relatório preparado pela Coordenação de Recursos Hídricos do Ministério de Minas e Energia, sob encomenda do ministro Aléxis Stepanenko, aponta vários problemas no projeto. Demonstra a temeridade

¹⁷ Logo Abaixo desse mesmo texto, os autores elencam algumas críticas existentes no Relatório técnico do Ministério das Minas e Energia sobre o desvio de água do São Francisco que se baseou em estudos da Eletrobrás, Departamento Nacional de Águas e Energia, Departamento Nacional de Obras contra a Seca, do Engenheiro agrônomo Alberto Daker e do Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale.

de se iniciar a transposição das águas por 800 mil hectares sem um amplo debate com todos os setores da sociedade e sem um planejamento global.

Enunciado 02

Recúpero rejeita projeto de irrigação (Anexo 22)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) [...] no Congresso, numa disputa já apelidada de “guerra das águas”.

As aspas assinalam o outro discurso, o político, mostra que este não pertence ao autor, mas aos congressistas na polêmica do tema do projeto.

2) Negrito

(a) [...] transposição do leito do Rio São Francisco, revelado pelo **Estado**”.

O outro que o negrito assinala é o outro discurso, institucional, o jornal *O Estado de S. Paulo* contrastando com a noção de sentido institucional, sociedade, nação politicamente organizada.

3) Discurso direto

(a) “Temo ter que fazer uma CPI sobre este assunto quando for senador”, ameaçou o ex-governador,

(b) “O governador da Bahia, Antônio Imbassahy [...]. “O senhor foi elegante ao comentar o projeto, ministro”, opinou”.

(c) “Por que nós aqui da Bahia o consideramos um absurdo”, reagiu.

(d) “Só o Rio Grande do Norte e a Paraíba defendem esse projeto”, afirmou.

(e) “Aqui na Bahia as estradas estão emburacadas, em péssimas condições, e não há dinheiro para a recuperação”, informou o governador.

(f) “Imagine o governo federal liberar US\$ 100 milhões para o projeto do São Francisco e deixar as estradas ruins, com as pessoas sendo assaltadas” insistiu.

(g) “Não tenho competência para julgar o projeto e pedir um parecer do projetista, o senhor João José Cândido Pessoa”, explicou.

O outro que o discurso direto assinala é o outro discurso, em (a), o político. Aqui, o ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, faz uma ameaça de colocar o projeto na CPI. Em (b), (c), (d), (e), (f) e (g), o político; em (b), o governador da Bahia, Antônio Imbassahy, avalia as palavras proferidas pelo ministro da Fazenda, Ricúpero, sobre a impossibilidade orçamentária do projeto; em (c), Antônio Imbassahy faz uma apreciação negativa do projeto; em (d), o governador da Bahia afirma que o Rio Grande do Norte e a Paraíba são os únicos favoráveis ao projeto; em (e) e (f), o governador da Bahia informa as péssimas condições, e seus efeitos, das estradas de seu Estado e, em (g), o governador evidencia a falta de competência, juridicamente falando, em face do parecer de João José Cândido Pessoa.

4) Discurso indireto

(a) Ministro avisa que não há recursos no Orçamento para desviar Rio São Francisco.

(b) Ricúpero afirmou apenas que não há dinheiro no Orçamento.

O outro assinado pelo discurso indireto é o outro, em (a) e (b), o político, as palavras do Ministro da Fazenda, apontado a inexistência de verbas no Orçamento da União destinadas ao desvio.

5) Modalização em discurso segundo

(a) Segundo ele, as verbas para o início das obras, estimadas em cerca de US\$ 500 milhões, não estão incluídas no Orçamento da União, o que dificulta a possibilidade de sua execução a partir deste ano.

(b) Segundo Imbassahy, durante a última reunião da Sudene, o governo baiano deixou clara sua posição contrária à proposta de desviar o Rio São Francisco, a partir da Bahia, para irrigar 800 mil hectares no sertão de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

O outro que o discurso assinala é o outro, o político, em (a), administrativo, pronunciado pelo ministro da Fazenda à falta de verbas, para o início dos trabalhos;

em (b), em que o governador da Bahia, Antônio Imbassahy, apresenta-se contrário ao projeto.

– Formas não-marcadas

1) Personificação ou antropomorfização

(a) [...] numa disputa já apelidada de “guerra das águas”.

Em (a), tem-se uma personificação, na medida em que as águas estão representadas como entidades que agem como os humanos, capazes de produzir uma luta armada por motivos territoriais, econômicos ou ideológicos. O outro que esse recurso assinala é o outro discurso, o militar.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político e administrativo

(a) O ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, descartou ontem a possibilidade de o governo financiar as obras do projeto de transposição do leito do Rio São Francisco, revelado pelo **Estado**”.

2) o político e econômico

(a) Segundo ele, as verbas para o início das obras, estimadas em cerca de US\$ 500 milhões, não estão incluídas no Orçamento da União, o que dificulta a possibilidade de sua execução a partir deste ano [...].

(b) O custo total do projeto, previsto para ter sua primeira etapa financiada pelo Banco do Nordeste, está orçado em US\$ 2 bilhões.

3) o político e eleitoral

(a) Ricupero ouviu em silêncio o comentário do ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, [...] Ignorando a possibilidade de a obra vir a favorecer a campanha do candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB-PFL-PTB) no Nordeste, Antônio Carlos Magalhães fulminou a idéia.

(b) Por causa do projeto, o candidato tucano à Presidência, Fernando Henrique Cardoso será cobrado hoje durante sua visita à Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro e Canudos, na Bahia. O desvio do rio divide a bancada nordestina no Congresso, numa disputa já apelidada de “guerra das águas”.

(c) Até agora, por causa da polêmica entre os aliados, o candidato evitou o assunto.

4) o político de irrigação

(a) Segundo Imbassahy, durante a última reunião da Sudene, o governo baiano deixou clara sua posição contrária à proposta de desviar o Rio São Francisco, a partir da Bahia, para irrigar 800 mil hectares no sertão de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

(b) Na visita à região que concentra os principais projetos de irrigação, Cardoso terá encontros com colonos e proprietários de fazendas irrigadas e será cobrado a respeito da sua opinião sobre a transposição das águas".

5) o jurídico-administrativo

(a) [...] não há dinheiro no Orçamento. "Não tenho competência para julgar o projeto e pedir um parecer do projetista, o senhor João José Cândido Pessoa", explicou.

Enunciado 03

Revivendo os projetos faraônicos (Anexo 23)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) [...] militares, mas pelos projetos ditos "faraônicos" do regime militar.

(b) [...] para investimento, será essa a solução mais "econômica" [...].

O outro aspeado é o outro discurso, em (a), o histórico, alusão à civilização dos faraós; em (b), econômico, ao campo das ciências econômicas.

2) Parênteses

(a) [...] poder na região (remodelando Sudene e outros órgãos), [...].

O outro dos parênteses é o interlocutor, significando uma explicação específica do autor dirigindo-se ao leitor sobre o poder político na região.

3) Discurso direto

(a) [...] disse [...] Aluízio Alves, não haverá trocas de verbas por votos [...].

O outro assinalado pelo discurso direto é o outro discurso, o político, de Aluizio Alves argumentando que nesse processo eleitoral não haverá troca de votos por verbas, entre o projeto e as próximas eleições.

4) Discurso indireto

(a) [...] o relatório elaborado no Ministério de Minas e Energia deixe claro que, quando concluída a transferência dos recursos hídricos, haverá queda na geração nas usinas da Chesf, o que obrigará o Executivo, havendo desenvolvimento na região, a trazer energia de Tucuruí para o Nordeste.

O outro que o discurso indireto assinala é o outro discurso, o técnico, na medida em que o documento do Ministério de Minas e Energia abriga conclusão contrária ao projeto em face do déficit dos recursos hídricos, de água insuficiente para a produção de energia.

5) Glosa

(a) [...] cuida de trazer militares para seu governo, seja em posições de ministro, seja de membros de comissão incumbida de apurar a corrupção no Executivo, [...].

(b) [...] sonhos do ministro Mário Andreazza: levar as águas do Rio São Francisco, o da unidade nacional, até Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

(c) [...] os problemas que irá criar. A provável queda na geração das usinas da Chesf é um deles; outro é a má alocação dos recursos numa época de crise, investindo de maneira desordenada, o que daria pequena contribuição para diminuir a vulnerabilidade da região às secas.

O outro que a glosa assinala é o outro discurso, especificando, em (a), a relação do governo com os militares; em (b), o sonho de Mário Andreazza; e em (c), os prováveis problemas efeitos do projeto.

6) Interlocutor (exclamação)

(a) O custo da obra, tendo em vista as estimativas de quanto se irá despender numa campanha para a Presidência da República, até que não é tão alto demais: apenas US \$ 2,1 bilhões!.

(b) Emprego de dinheiro público para fins eleitorais tão descaradamente confessado, raras vezes se viu. Na República de Itamar, vê-se!.

O ponto de exclamação pode ser atribuído a um enunciador crítico a evidenciar sua indignação do absurdo da situação. No caso, o fato do governo propor desviar as águas do Rio São Francisco para os estados nordestinos por razões eleitorais, pois não existe a mínima condição para isso. Com esse recurso, o autor estabelece com o leitor uma relação de aproximação, ocorrendo isso também em (b).

– Formas não-marcadas

1) Metáfora

(a) O temperamento do presidente do Brasil não é apenas mercurial.

(b) [...] num governo dirigido por variações mercuriais de temperamento.

Em (a) e (b), tem-se uma intersecção, uma comparação entre as variadas atitudes políticas do presidente Itamar Franco e as mudanças de temperatura de um ambiente medidas pela alteração do mercúrio.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político e administrativo

(a) [...] Sua Exa. não está disposto a concluir a Transamazônica, que seria demais e sem efeitos eleitorais, mas está firmemente empenhado em analisar outro dos sonhos do ministro Mário Andreazza: levar as águas do Rio São Francisco, o da unidade nacional, até Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

(b) [...] outro é a má alocação dos recursos numa época de crise, investindo de maneira desordenada, o que daria pequena contribuição para diminuir a vulnerabilidade da região às secas.

2) o financeiro-econômico

(a) O custo da obra, tendo em vista as estimativas de quanto se irá despende numa campanha para a Presidência da República, até que não é tão alto demais: apenas US\$ 2,1 bilhões!

(b) [...] o custo da água não conta, pois sempre se pode vendê-la com subsídio que sairá do Tesouro, que buscará o dinheiro no Sul.

3) o político eleitoral

(a) [...] como disse o ministro Aluizio Alves, não haverá trocas de verbas por votos, mas o governo espera que o trabalho traga muitos votos, apoio e aplausos dos eleitores e não-eleitores ao governo. Emprego de dinheiro público para fins eleitorais tão descaradamente confessado, raras vezes se viu. Na República de Itamar, vê-se!

4) o técnico

(a) Pouco importa que o relatório elaborado no Ministério de Minas e Energia deixe claro que, quando concluída a transferência dos recursos hídricos, haverá queda na geração nas usinas da Chesf, o que obrigará o Executivo, havendo desenvolvimento na região, a trazer energia de Tucuruí para o Nordeste.

(b) A provável queda na geração das usinas da Chesf é um deles.

5) o histórico

(a) O projeto é antigo [...] no governo de Figueiredo. Em 1981, já se suscitavam dúvidas sobre sua viabilidade econômica e a racionalidade dele em função da idéia do aproveitamento integrado dos recursos hídricos.

(b) A idéia era mais que antiga: em 1920, o engenheiro José Antônio Fonseca Rodrigues, da Politécnica de São Paulo, propunha a elevação das águas do São Francisco para lançá-las nas Bacias do Paraíba, no Estado da Paraíba. Ora, em 1981 já se punha em dúvida a possibilidade de aproveitar durante todo o ano as águas do rio da unidade nacional [...].

6) o político de irrigação

(a) O projeto de levar as águas do São Francisco para os Estados citados é a maneira de o governo federal fugir dos problemas sociais que a seca coloca todos os anos, ligados à estrutura fundiária e de poder do Nordeste.

(b) [...] nesta crise de recursos para investimento, será essa a solução mais "econômica", ou se deveria privilegiar, atacando fundo os problemas fundiários e a distribuição de poder na região (remodelando Sudene e outros órgãos), a implantação de pequenos e médios projetos de irrigação?

Enunciado 04

Ministro lança obra sem verba orçamentária (Anexo 24)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Discurso direto

(a) O ministério confirma sua intenção de "realizar 55% a 60% da obra até o final deste ano".

O outro assinalado pelo discurso direto é o outro discurso, o político-administrativo, do ministro sobre o percentual da intenção da realização do projeto.

2) Discurso indireto

(a) [...] o líder do PFL [...] tem repetido que o destino dessa obra é acabar virando tema de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no Congresso.

(b) A Chesf analisou o projeto e concluiu que será obrigada a antecipar a construção de novas usinas hidrelétricas “para substituir a energia” a ser perdida na transposição de águas para o Rio Jaguaribe, além de reservatórios adicionais para suprir sua necessidade “de 170 metros de recalque” – diz documento técnico assinado por Júlio Moreira, presidente da empresa.

O outro que o discurso indireto assinala é o outro discurso, em (a), o político, de Antônio Carlos Magalhães quando levanta a possibilidade do projeto ser questionado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito; e em (b), o técnico, do presidente da Chesf, quando aponta efeitos do projeto, como a construção de novas usinas.

3) Modalização em discurso segundo

(a) Foi assim que o Tesouro nacional financiou, através do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs), 98 projetos de irrigação e abastecimento de água no sertão que estão totalmente abandonados, conforme constataram auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), em dezembro.

(b) Parte das duas centenas de obras contra a seca – especialmente reservatórios de água – realizadas na área com recursos federais nos 84 anos de existência do Dnocs já foi transformada em propriedade privada, segundo o TCU.

As palavras dos auditores são apresentadas sobre o financiamento de 98 do projeto de irrigação e abastecimento de água e a privatização de parte das duas centenas de obras como a seca.

4) Glosa

(a) Alves tem problemas com os cofres públicos: não há dinheiro. O Ministério da Fazenda confirma a inexistência de previsão para esse projeto no Orçamento deste ano, que está no Congresso.

O outro que a modalização glosa assinala é o outro discurso, em (a), o autor faz uma especificação dos problemas com os cofres públicos, especificação essa que estabelece um outro sentido considerado.

– Formas não-marcadas

1) Metonímia

(a) Saiu do papel o maior e mais controvertido projeto de obras do governo Itamar Franco.

A expressão marcada refere-se ao projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste. O outro que a metonímia assinala é o outro discurso: o político.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político e administrativo

(a) Saiu do papel o maior e mais controvertido projeto de obras do governo Itamar Franco. O ministro Aluizio Alves, da Integração Regional, fez o edital e 28 empresas já estão na disputa do plano de engenharia básica de uma obra de US\$ 2 bilhões com o objetivo de retirar água do Rio São Francisco para abastecer 220 cidades do Nordeste, habitualmente afetadas pela seca.

2) o político-econômico

(a) Alves tem problemas com os cofres públicos: não há dinheiro. O Ministério da Fazenda confirma a inexistência de previsão para esse projeto no Orçamento deste ano, que está no Congresso.

3) o político externo

(a) O ministro da Integração Regional [...] nomeou o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) como intermediário para conseguir empréstimos na Europa na Europa e no Japão.

(b) Forte reação está sendo produzida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da holding estatal Eletrobrás, que tem investidos US\$ 18 bilhões em cinco usinas no Rio São Francisco, para produção de 9.974 megawatts.

4) o político e financeiro

(a) Já é o maior negócio do ano na área de engenharia civil. As empresas projetistas, em geral, cobram entre 2% e 3% do valor da obra. Nesse caso,

o projeto básico deverá resultar em uma despesa de US\$ 40 milhões a US\$ 60 milhões para os cofres públicos entre agosto e novembro [...].

5) o técnico

(a) Prevê-se a retirada de 50 metros cúbicos de água por segundo do Rio São Francisco, na etapa inicial, para transposição ao Rio Jaguaribe. Na fase final, a vazão do São Francisco seria reduzida em 260 metros cúbicos por segundo, um volume de água equivalente ao que hoje é consumido pela usina hidrelétrica de Sobradinho, com potência de 1.050 megawatts.

6) o político de irrigação

(a) Foi assim que o Tesouro nacional financiou, através do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs), 98 projetos de irrigação e abastecimento de água no sertão que estão totalmente abandonados, conforme constataram auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), em dezembro.

(b) Parte das duas centenas de obras contra a seca – especialmente reservatórios de água – realizadas na área com recursos federais nos 84 anos de existência do Dnocs já foi transformada em propriedade privada, segundo o TCU.

(c) “O projeto de desvio de água do São Francisco para o Jaguaribe começou a ser formulado, no governo federal, em 1983”.

– *Jornal da Tarde*

Enunciado 01

Projeto faraônico (Anexo 25)

Circulado pelo *Jornal da Tarde*, em 27/06/1994, setor Opinião, ocupando $\frac{1}{4}$ da folha, o enunciado *Projeto faraônico* fala da iniciativa do governo Itamar Franco, classificada pelo autor de “irresponsável”, de executar o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para quatro estados nordestinos: Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Paraíba.

De São Paulo, o *Jornal da Tarde* possui uma circulação bem menor que a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, haja vista que sua circulação ocorre somente no turno vespertino, portanto, uma circulação mais restrita ao citado estado.

O autor assume explicitamente, no enunciado, sua posição contrária ao projeto de transposição, em vários momentos:

a) no título, classificando-o de faraônico em alusão às construções dos faraós na antiga civilização egípcia;

b) no primeiro parágrafo, ao adjetivar a iniciativa do Governo Federal de irresponsável;

c) no segundo parágrafo, ao afirmar que o projeto tem duvidosa utilidade, sofrendo restrições de toda ordem;

d) no sexto e último parágrafos, quando critica o projeto pelo seu custo, considerado muito alto aos cofres do Governo Federal.

A construção do enunciado é feita com seis parágrafos, em que o autor utiliza a primeira pessoa do plural. De início, o autor declara sua insatisfação, considerada surpresa, pela iniciativa do Governo Federal em executar a transposição das águas do Rio São Francisco para quatro estados da região nordestina, para, em sua progressão enunciativa, levantar uma série de argumentos evidenciando sua oposição a esse projeto de transposição, com base no alto orçamento do empreendimento, na não existência de verbas para sua execução, no seu caráter eleitoreiro, nas suas complicações técnicas e econômicas, na ausência de estudos sérios na compreensão dos efeitos do projeto, na redução da produção das hidrelétricas instaladas na área, nos empregos perdidos, na falta de eletricidade etc.

Esse procedimento discursivo, como o uso da primeira pessoa do plural, marca a posição estratégica do autor em procurar colocar-se politicamente próximo à questão, produzindo um sentido de proximidade, de inserir-se de forma direta ao proposto pelo governo.

A linguagem utilizada está mesclada de termos e expressões objetivas e subjetivas em relação às dimensões da política administrativa federal, ciências agrônômicas, financeira, processo eleitoral, econômico-tributário.

1) Objetiva: a) política-administrativa: “iniciar um projeto de transposição”; b) ciências agrônômicas: “perenizar”, “Nordeste”, “irrigação de terras”, “1,2 milhão de hectares de terras”, “hidrelétricas”; c) financeiro: “US\$ 2 bilhões”, “orçamento”, “verbas”; d) processo eleitoral: “eleitoral”, “políticos”, “mandato”; e) econômico-tributário: “concorrências”, “licitações”, “aditamentos de contratos”, “compras”.

2) Subjetivas: “sinceramente”, “irresponsável”, “absolutamente”, “duvidosa”, “certos”, “redondamente enganados”, “subestimamos”, “irresponsabilidade”, “menos nobres”, “enseja discursos demagógicos”, “delícias”, “verdadeira”, “grande projeto”, “melhorar”, “complicam”, “sérios”, “demasiadamente”, “fantasiosos”.

Portanto, o enunciador produz uma representação negativa do projeto de transposição. Sobre o espaço nordestino, o autor aponta para uma representação em que reconhece a sua carência, principalmente em relação aos efeitos da seca.

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Negrito

(a) O problema é que esses miniprojetos não rendem votos e outras **cositas mas** para os políticos do Nordeste.

O outro que o negrito assinala é o outro discurso, outra língua (como dizem os espanhóis), a contrastar com “outras coisas”.

2) Discurso direto

(a) Não atentamos para a atração eleitoral – e outras menos nobres – que exerce um projeto que enseja discursos demagógicos, do tipo “vamos salvar os nordestinos definitivamente da seca e da fome”.

O outro que o discurso direto assinala entre aspas é o outro, o político.

3) Discurso indireto

(a) [...] políticos nordestinos em época eleitoral quando o ministro Ricupero declarou que não estão previstas verbas para o projeto nem no Orçamento deste ano nem no do próximo ano.

(b) Estudos técnicos de que o governo dispõe indicam que, com muito menos dinheiro, será possível irrigar até mais terras, com projetos mais realistas, menos fantasiosos.

O outro aqui assinalado é o outro, em (a) o ministro da Fazenda, em 1994, Rubens Ricúpero; em (b), o Governo Federal.

4) Modalização em discurso segundo

(a) Segundo o ministro da Integração Regional, nordestino do Rio Grande do Norte, [...] as obras serão iniciadas em agosto e deverão estar prontas até o final de 1995.

O outro que a modalização em discurso segundo assinala é o outro, o ministro Aluizio Alves.

– Formas não-marcadas

1) Metáfora

(a) Além do mais, o alto custo de um projeto faraônico [...].

Em (a), o projeto de transposição está associado às construções dos faraós, assinalando o outro discurso, o histórico.

2) Provérbio

(a) Para esses governos vai-se se vestir um santo e desvestir outro: algumas áreas ganham mais águas e outras ficam sem energia para o comércio e a indústria.

Esse anunciado está contido na memória de muitos leitores, portanto pertence ao outro assinalado pela expressão: “sabedoria popular”.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político e administrativo (irrigação)

(a) Quando, há cerca de um mês, surgiram nos jornais as primeiras notícias sobre a intenção do governo Itamar Franco de iniciar um projeto de transposição das águas do rio São Francisco para perenizar outros rios do Nordeste e permitir a irrigação de terras da região, [...].

(b) Os governos de Minas e da Bahia, por exemplo, condenam veementemente o projeto. Para esses governos vai-se se vestir um santo e desvestir outro: algumas áreas ganham mais águas e outras ficam sem energia para o comércio e a indústria. Os empregos eventualmente criados pelas águas serão perdidos com a falta de eletricidade.

2) o político eleitoral

(a) Ficamos ainda mais certos de que a notícia não passava de expediente propagandístico de políticos nordestinos em época eleitoral quando o ministro Ricupero declarou que não estão previstas verbas para o projeto nem no Orçamento deste ano nem no do próximo ano.

(b) Não atentamos para a atração eleitoral – e outras menos nobres – que exerce um projeto que enseja discursos demagógicos, do tipo “vamos salvar os nordestinos definitivamente da seca e da fome”.

3) o político econômico

(a) [...] quando o ministro Ricupero declarou que não estão previstas verbas para o projeto nem no Orçamento deste ano [...]

4) o jurídico administrativo-tributário

(a) [...] essas obras acabam sempre custando muito mais –, a dezenas de concorrências, licitações, aditamentos de contratos, compras, coisas que fazem as delícias de muitos burocratas e políticos.

(b) O edital de concorrência para a realização de sua primeira fase já foi divulgado e 28 empresas já se apresentaram para preparar o plano de engenharia básica.

5) o engenheiro-agronômico

(a) As águas do São Francisco serão elevadas, em determinados pontos, a uma altura de 160 metros para serem despejadas em alguns rios nordestinos que ficam secos durante um período do ano, permitindo a irrigação de 1,2 milhão de hectares de terras hoje pouco aproveitáveis.

6) o político da irrigação

(a) Aparentemente, [...] trata-se de um grande projeto que irá incentivar a agricultura nordestina, criar empregos e melhorar a renda da região.

7) o técnico-engenharia (ciência)

(a) Estudos técnicos de que o governo dispõe indicam que, com muito menos dinheiro, será possível irrigar até mais terras, com projetos mais realistas, menos fantasiosos.

8) o ambientalista

(a) Não há estudos sérios do impacto ambiental que a diminuição da vazão da água em determinadas áreas e o aumento em outras provocará. Mas é certo que a redução da vazão prejudicará o funcionamento de algumas hidrelétricas instaladas na área hoje percorrida pelo São Francisco.

Enunciado 02

S. Francisco: Alves ataca políticos (Anexo 26)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Discurso direto

(a) “A seca é uma boa marca política, e esse pessoal ganha votos em troca do transporte de água para os eleitores em carros-pipas”, disse o ministro, ao menosprezar o cerrado bombardeio [...]”.

(b) “Os baianos pensam que são donos do São Francisco”, ironizou o ministro, afirmando que as áreas mais beneficiadas com a irrigação de terras são as mais afetadas pela seca no Nordeste, ou seja, o semi-árido do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

(c) “Todo programa que se fizer no País em ano de eleições vai ser acusado de eleitoreio”, afirmou Alves, comparando [...] às feitas ao Plano Real [...].

(d) “O projeto vai reduzir em 80% os efeitos da seca no Nordeste”, disse o ministro, afirmando que o custo total da obra, em torno de US\$ 2 bilhões, representa o mesmo valor gasto pelo governo federal no ano passado com programas emergenciais de assistência aos flagelados pela seca.

(e) “Será uma nova Transamazônica”, afirmou o presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco, José Teodomiro Araújo.

(f) Segundo ele, o projeto não vai acabar com a seca: “Temos 300 mil hectares irrigados na bacia do São Francisco e assim mesmo sofremos com a seca.

(g) Técnicos do próprio governo calculam que com a retirada de cada metro cúbico de água do rio, abaixo de Sobradinho, as hidrelétricas de Xingó, Itaparica, Moxotó e Paulo Afonso deixariam de gerar 2,6 megawatts por hora.

O outro que este discurso assinala é o outro discurso. Em (a), (b), (c) e (d), o político, de Aluizio Alves, quando, em (a), mostra a relação dos efeitos da seca com os votos em período de eleições no Nordeste; em (b), ironiza os baianos por serem contrários ao projeto; em (c), contra-argumenta a tese de que a obra tem caráter eleitoreiro, pois esta existe por necessidade e não como moeda para troca de votos; em (d), mostra o percentual da redução dos efeitos da seca;

Em (e), (f) e (g), o técnico, o presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco; em (e), (f) e (g) apresenta-se contrário ao projeto, tendo em vista os seus efeitos, como a redução da produção hidrelétrica da região e por não erradicar a seca.

2) discurso indireto

(a) Ministro da Integração Regional diz que críticos do projeto bilionário de transposição de águas ganham com a seca.

(b) Aluizio Alves disse que a disposição do presidente Itamar Franco de levar adiante a transposição das águas, no prazo mais curto, é "inarredável", mesmo com todas as críticas e contestações judiciais à licitação para escolha das empresas que farão o projeto de engenharia.

O outro que este discurso indireto assinala é o outro discurso, o político, de Aluizio Alves, ao afirmar, em (a), que os políticos contrários ao projeto ganham com a seca, tiram proveito junto aos leitores nordestinos e vantagens pela falta d'água; em (b), reafirma a vontade política do presidente em realizar a obra, sob as mais diversas críticas e representações jurídicas.

3) Modalização em discurso segundo

(a) Até o final do governo, segundo a previsão de Alves, entre 50% e 60% do projeto estará concluído.

O outro que esta modalização em discurso segundo assinala é o outro discurso, em (a), o político, feita por Aluizio Alves quando se refere ao percentual da

conclusão da obra tomando como parâmetro o período do governo de Itamar Franco.

– Formas não-marcadas

1) Metáfora

(a) [...] ao menosprezar o cerrado bombardeio [...]"

Em (a), o autor faz uma relação entre uma guerra militar e a recepção adversa do projeto de transposição no Congresso Nacional. O outro assinalado é o discurso militar.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político e eleitoral

(a) O ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, acusou ontem os políticos que estão atacando o projeto de transposição das águas do rio São Francisco de dependerem da seca do Nordeste para ganharem votos. "A seca é uma boa marca política, e esse pessoal ganha votos em troca do transporte de água para os eleitores em carros-pipas", disse o ministro, ao menosprezar o cerrado bombardeio que a bilionária obra está sofrendo no Congresso e em setores do governo.

(b) Na Bahia, todas as correntes políticas se uniram contra a transposição das águas, desde o ex-governador Antônio Carlos Magalhães até o deputado Waldir Pires (PSDB). Técnicos do governo também se opõem à obra.

(c) Alves criticou também as alianças políticas forjadas pelo projeto, na Bahia. "Os baianos pensam que são donos do São Francisco", ironizou o ministro, afirmando que as áreas mais beneficiadas com a irrigação de terras são as mais afetadas pela seca no Nordeste, ou seja, o semi-árido do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

(d) Alves rebateu, ainda, as acusações de que o projeto é meramente eleitoreiro e está sendo executado a toque de caixa. "Todo programa que se fizer no País em ano de eleições vai ser acusado de eleitoreiro", afirmou Alves, comparando essas críticas às feitas ao Plano Real por ter sido concebido pelo candidato à Presidência pela coligação PSDB-PFL-PTB, senador Fernando Henrique Cardoso.

2) o político e jurídico

(a) Aluizio Alves disse que a disposição do presidente [...] é "inarredável", mesmo com todas as críticas e contestações judiciais à licitação para escolha das empresas que farão o projeto de engenharia.

3) o técnico e financeiro

(a) “O projeto vai reduzir em 80% os efeitos da seca no Nordeste”, disse o ministro, afirmando que o custo total da obra, em torno de US\$ 2 bilhões, representa o mesmo valor gasto pelo governo federal no ano passado com programas emergenciais de assistência aos flagelados pela seca.

4) o técnico

(a) [...] um relatório preparado pela Coordenação de Recursos Hídricos do Ministério de Minas e Energia, sob encomenda do ministro do Planejamento, Aléxis Stepanenko, alerta para a temeridade de se iniciar a transposição das águas do São Francisco sem um amplo debate e sem planejamento. Técnicos do próprio governo calculam que com a retirada de cada metro cúbico de água do rio, abaixo de Sobradinho, as hidrelétricas de Xingó, Itaparica, Moxotó e Paulo Afonso deixariam de gerar 2,6 megawatts por hora.

(b) “Será uma nova Transamazônica”, afirmou o presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco, José Teodomiro Araújo. Segundo ele, o projeto não vai acabar com a seca: “Temos 300 mil hectares irrigados na bacia do São Francisco e assim mesmo sofremos com a seca”.

Enunciado 03

S. Francisco: ministro lança obra (Anexo 27)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) Mossoró [...] que lhe valeu o título de “cidade insatisfeita”, do qual se orgulham os mossoroenses.

As aspas, utilizadas pelo autor na expressão ‘cidade insatisfeita’, relativa à cidade de Mossoró/RN, assinalam o discurso do outro, o popular. A expressão é mantida pelos populares da cidade, significando resistência ao que não lhes compeza. Alguns historiadores admitem que seu uso deu-se a partir da resistência ao cangaceiro Lampião, em 13 de junho de 1927, quando o rei do cangaço fora derrotado pelos seus habitantes, com significativa baixa em suas fileiras.

2) Discurso direto

(a) “Nesse sentido, o projeto é eleitoreiro sim”, afirmou o ministro.

(b) “Eles agem como se o São Francisco fosse propriedade privada deles”, alfinetou o ministro, alegando que a Bahia contribui com apenas 16% do volume d’água do “velho Chico”, enquanto Minas Gerais “que não está reclamando do projeto”, contribui com 76%”.

(c) O ministro dividiu os inimigos do projeto em três categorias: a dos “reacionários do sul”, que na sua opinião consideram o Nordeste como caso perdido; a dos políticos tradicionais do Nordeste, “que fazem carreira com a indústria da seca e não querem vê-la resolvida”; e a dos desinformados. Segundo o ministro, os políticos clientelistas do Nordeste estão, desde já, “com saudade da indústria da seca, da troca de votos por alistados de trabalhadores nas frentes de emergência, dos negócios com carros-pipa e da corrupção de eleitores aliciados por esmolas”.

(d) Alves inclui Fernando Henrique Cardoso na categoria dos desinformados por ter-se colocado inicialmente contrário ao projeto. “Depois de uma conversa comigo e com o presidente Itamar Franco, ele mudou de opinião”, disse.

O outro que o discurso direto assinala é o outro discurso. Em (a), (b), (c) e (d), o político, de Aluizio Alves, contendo, em (a), justificativa do seu entendimento da expressão “projeto eleitoreiro”, anteriormente explicitada; em (b), o estabelecimento de uma diferença entre os posicionamentos dos políticos baianos e mineiros do projeto, em que os primeiros são contrários e os segundos, a favor; em (c), classificando os políticos contrários ao projeto em três grupos: 1) os reacionários do sul; 2) os políticos tradicionais do nordeste; e 3) os desinformados; em (d), Aluizio classifica o candidato à presidente Fernando Henrique no terceiro grupo: desinformado.

3) Discurso indireto

(a) Aluizio Alves admite que em retribuição, espera votos para os candidatos do Governo.

(b) O ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, admitiu ontem publicamente que o projeto de transposição de águas do rio São Francisco para o semi-árido nordestino é eleitoreiro.

(c) Durante solenidade realizada em Mossoró (RN) de instalação simbólica dos escritórios [...], Alves disse que o governo trabalha para obter aplausos, não vaias. “Se a obra é boa e os aplausos se traduzem em votos, tanto melhor”, disse.

(d) Alves disse que ficará muito satisfeito se o povo, em retribuição, votar em massa nos candidatos do governo e nos políticos comprometidos com a obra.

(e) Alves disse que derrotará todos os inimigos do projeto e desdenhou dos políticos baianos que estão contra a transposição de águas do São Francisco, como o ex-governador Antônio Carlos Magalhães, e o atual, Antônio Imbassahy.

O outro que o discurso indireto assinala é o outro discurso, o político, de Aluizio Alves, em (a) e (b), que admite os votos quando significam reconhecimento dos eleitores aos feitos do governo, e que isso é normal em uma democracia; e o caráter eleitoral do projeto; em (c), (d) e (e), ao afirmar que as obras boas devem ser traduzidas em votos e aplausos, e que isso não ocorre quando não são boas ou não existem; ficaria bastante satisfeito se o povo, através do voto, reconhecesse as obras, pois todos aqueles que são contrários ao projeto sofrerão derrota.

4) Glosa

(a) “Nesse sentido, o projeto é eleitoreiro sim”, afirmou o ministro. Alves disse que ficará muito satisfeito se o povo, em retribuição, votar em massa nos candidatos do governo e nos políticos comprometidos com a obra.

O outro que a glosa assinala é o outro discurso. O autor apresenta uma outra modalidade de considerar o sentido do projeto eleitoral, tanto com a expressão “sim”, quanto pela especificação do que se denomina “projeto eleitoreiro”.

– Formas não-marcadas

1) Metonímia (do abstrato pelo concreto)

(a) Segundo maior reduto eleitoral do Rio Grande do Norte [...]

A expressão marcada refere-se aos eleitores de Mossoró. Reduto é o abstrato e eleitores, o concreto. O outro assinalado é o político.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político eleitoral

(a) O ministro da Integração Regional [...] admitiu ontem publicamente que o projeto de transposição de águas do rio São Francisco para o semi-árido nordestino é eleitoreiro.

(b) “[...] o projeto é eleitoreiro sim”, afirmou o ministro. Alves disse que ficará muito satisfeito se o povo, em retribuição, votar em massa nos

candidatos do governo e nos políticos comprometidos com a obra. Entre esses estão seu sobrinho Garibaldi Alves, candidato a governador pelo PMDB, o filho Henrique Alves, candidato a deputado federal, a filha Ana Catarina, candidata a deputada estadual, e dezenas de aliados. Na visita a Mossoró, Alves esteve acompanhado por Henrique.

(c) Os clãs mais tradicionais que dominam a política no Estado (Alves e Maias) costumam não ser bem votados no município. Garibaldi, por exemplo, que lidera as pesquisas com 49% das intenções de voto, tem em Mossoró a sua pior performance. No horário eleitoral gratuito o candidato a governador dividiu o seu programa em dois blocos – um exclusivamente para a região de Mossoró.

(d) Desta vez, apesar da virada nacional em favor do candidato tucano, Fernando Henrique Cardoso, o candidato do PT permanece na frente, segundo as últimas intenções de voto.

(e) Nas ruas não houve sequer uma manifestação de apoio, embora a população seja entusiasta do projeto. Adversário político de Alves, o prefeito do município Dix-Huit Rosado, mandou um representante de terceiro escalão para recepcioná-lo.

2) o histórico-eleitoral

a) Segundo maior reduto eleitoral do Rio Grande do Norte, com cerca de 100 mil votos, Mossoró tem uma tradição oposicionista arraigada que lhe valeu o título de “cidade insatisfeita”, do qual se orgulham os mossoroenses. Em 1989, foi o único reduto do sertão nordestino onde Lula ganhou no primeiro e segundo turnos.

3) o político-ideológico

(a) O ministro dividiu os inimigos do projeto em três categorias: a dos “reacionários do sul”, que na sua opinião consideram o Nordeste como caso perdido; a dos políticos tradicionais do Nordeste, “que fazem carreira com a indústria da seca e não querem vê-la resolvida”; e a dos desinformados. Segundo o ministro, os políticos clientelistas do Nordeste estão, desde já, “com saudade da indústria da seca, da troca de votos por alistados de trabalhadores nas frentes de emergência, dos negócios com carros-pipa e da corrupção de eleitores aliciados por esmolas”. Alves inclui Fernando Henrique Cardoso na categoria dos desinformados por ter-se colocado inicialmente contrário ao projeto. “Depois de uma conversa comigo e com o presidente Itamar Franco, ele mudou de opinião”, disse.

Enunciado 04

S. FRANCISCO

ALVES: ‘REFLEXO ELEITOREIRO’ (Anexo 28)

1. Heterogeneidade mostrada

– Formas marcadas

1) Aspas

(a) [...] acusa a imprensa e os “velhos inimigos” do projeto [...]

(b) [...] “apenas” R\$ 600 milhões [...] execução do projeto” e “tão somente”.

(c) Alves disse que considera “engraçado” seu envolvimento [...].

O outro que as aspas assinalam é o outro discurso, o político, em (a), tem-se a expressão utilizada pelos políticos aos adversários em que “velho” e “inimigos” contrastam com outro discurso, familiar e militar. O primeiro, significando pai ou marido; o segundo hostil, adverso; em (b), o ministro Aluizio Alves refere-se ao valor do projeto em sua primeira fase; em (c), tem-se o termo dito por Aluizio Alves.

2) Negrito

(a) [...] em entrevista ao **Jornal de Tarde**, na solenidade de instalação [...].

O outro que o negrito assinala é o outro discurso, em (a), o popular, a contrastar com o empresarial (empresa jornalística).

3) Discurso direto

(a) Ele próprio, porém, reconhece na defesa que “toda e qualquer iniciativa do governo, quer queira que não, tem reflexo eleitoreiro, porque representa o compromisso assumido pelo governante quando candidato”.

(b) “O governo não pode se dar ao luxo de paralisar suas atividades a cada dois anos, cruzar os braços, omitir-se, dispensar seus ministros e auxiliares, apenas para não ser acusado de eleitoreiro”, afirma o ministro.

(c) Alves foi notificado pela Justiça Eleitoral para esclarecer o que quis ao afirmar, em entrevista ao **Jornal de Tarde**, na solenidade de instalação dos escritórios do projeto, que “se a obra é boa e os aplausos se traduzem em votos, tanto melhor; nesse sentido, o projeto é eleitoreiro”.

(d) “O candidato não é o meu”, afirmou, garantindo que vai votar no candidato de seu partido, o PMDB, Orestes Quércia.

(e) “O próprio Fernando Henrique já falou que tem gente que pensa que ajuda, mas só atrapalha”, resumiu ontem um dos dirigentes da campanha.

(f) “O ministro Aléxis Stepanenko precisa usar o bom senso e ver que sua intervenção é muito prejudicial”, avaliou o dirigente tucano.

O outro que o dispositivo discurso direto assinala é o outro discurso, o político, de Aluizio Alves, em (a), referindo-se à relação reflexológica entre obras feitas e administradas pelo governo e eleições; em (b), ao defender a tese de que

por causa de eleições os governantes não podem deixar de construir, sob pena de obstaculizar a administração; em (c), ao explicar a relação de causa e efeito entre votos e construção de obras boas e aplausos; em (d), ao afirmar que seu candidato é Orestes Quércia e não Fernando Henrique; em (e), ao retomar as palavras do candidato Fernando Henrique de recusa de certas ajudas políticas; e por Fernando Henrique, em (f), ao se referir à ajuda política do ministro Aléxis Stepanenko.

4) Discurso Indireto

(a) Alves argumenta que a suspeita de que ele teria cometido crime eleitoral caberia contra a iniciativa do ex-presidente Juscelino Kubistchek de construir Brasília e contra “os governantes” que criaram o Plano Real.

(b) Em entrevista, Alves disse que considera “engraçado” seu envolvimento em denúncias da utilização da máquina federal em favor da campanha do candidato Henrique Cardoso, do PSDB.

(c) Ele tem esperança de que a reprimenda do presidente Itamar Franco, recomendando que seus ministros não interferiram na sucessão presidencial, surta o efeito necessário.

O outro que o dispositivo discurso indireto assinala é o outro discurso, o político, em que o ministro, em (a) e (b), contra-argumenta a relação entre o voto e a construção de obras em período eleitoral e ironiza com críticas feitas sobre sua relação com a candidatura de Fernando Henrique; em (c), aponta sua insatisfação quanto às interferências de alguns ministros em sua campanha a presidente.

5) Modalização em discurso segundo

(a) Segundo ele, serão necessários “apenas” R\$ 600 milhões para a execução do projeto e “tão somente” R\$ 100 milhões para o exercício financeiro deste ano”.

O outro que a modalização em discurso segundo refere-se é o outro discurso, em (a), do ministro sobre o custo do projeto.

– Formas não-marcadas

1) Catacrese

(a) “O governo não pode se dar ao luxo de paralisar suas atividades a cada dois anos, cruzar os braços, omitir-se [...]”.

Originalmente, esse verbo significa “dispor em cruz”, mas na expressão é utilizado num sentido mais amplo: “indispor-se de alguma atividade”.

2. Heterogeneidade constitutiva

1) o político

(a) Ministro se defende acusando “velhos inimigos”.

2) o jurídico-eleitoral

(a) Na defesa que encaminhou ontem ao corregedor-geral Eleitoral, Flaquer Scartezzini, o ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, acusa a imprensa e os “velhos inimigos” do projeto de transposição das águas do rio São Francisco de terem deturpado suas palavras, ao lhe atribuir a declaração de que a obra é eleitoreira.

(b) Alves foi notificado pela Justiça Eleitoral para esclarecer o que quis ao afirmar, em entrevista ao **Jornal da Tarde**, na solenidade de instalação dos escritórios do projeto, que “se a obra é boa e os aplausos se traduzem em votos, tanto melhor; nesse sentido, o projeto é eleitoreiro.

(c) Alves argumenta que a suspeita de que ele teria cometido crime eleitoral caberia contra a iniciativa do ex-presidente Juscelino Kubistchek de construir Brasília e contra “os governantes” que criaram o Plano Real. Ele faz uma ampla defesa do projeto, dizendo tratar-se de uma iniciativa “bastante amadurecida”, proposta desde os tempos do Império.

3) o político-eleitoral

(a) Alves disse que considera “engraçado” seu envolvimento em denúncias da utilização da máquina federal em favor da campanha do candidato Henrique Cardoso, do PSDB. “O candidato não é o meu”, afirmou, garantindo que vai votar no candidato de seu partido, o PMDB, Orestes Quércia.

(b) A disposição de Stepanenko de emprestar solidariedade à campanha de Fernando Henrique está irritando o comando da campanha. No fim de semana, o ministro voltou a surpreender: encerrada a solenidade de inauguração do sistema de eletrificação de Sinop (MT), o ministro despediu-se com a mão espalmada, símbolo da campanha tucana.

(c) Ele tem esperança de que a reprimenda do presidente Itamar Franco, recomendando que seus ministros não interferiram na sucessão presidencial, surta o efeito necessário.

3.3. Formas de representação e de heterogeneidades enunciativas nos jornais do Rio Grande do Norte e São Paulo: transposição do São Francisco para o Nordeste

Os enunciado dos jornais do Rio Grande do Norte e São Paulo utilizam as formas de representação e heterogeneidades enunciativas sobre o projeto de transposição do Rio São Francisco para o Nordeste e do espaço nordestino, na medida em que:

1) *Sonho nordestino* (GO¹⁸/RN)

a) propõe a tematização da irrigação na região nordestina na pauta das eleições de outubro de 1994;

b) constrói uma representação positiva do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste ao apontá-lo como única solução para o Nordeste, com os seus efeitos positivos, na medida em que se criam empregos, abastecem-se açudes e represas nas terras mais atingidas do Ceará e Rio Grande do Norte, tornando-se navegáveis os dois mais importantes rios destas regiões e facilitando o comércio com o transporte fluvial;

c) constrói uma representação do espaço nordestino não só como uma região seca, mas também desprovida de empregos, carente (tem-se, conseqüentemente, uma política de favores), uma terra semi-árida sem irrigação, sem água nos vales, rios sem perenização, sem condições de se navegar comercialmente, enfim, uma imagem de uma região cheia de problemas, nas diversas esferas;

d) aponta para a tensão e confronto existentes entre as políticas de irrigação e a forma do Nordeste ser representado pelas forças ideológicas contrárias

¹⁸ *Gazeta do Oeste.*

ao projeto. Nota-se isso em *“É necessário pensar o Nordeste globalmente. Sem paternalismos. Sem favores. Mas com tratamento diferenciado dentro da federação”*.

Para tanto, o autor coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada: (1) entonação, (2) negação, (3) glosa do enunciador, (4) o interlocutor, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político de irrigação do semi-árido, (2) o político-econômico, (3) o filosófico.

2) *Água do São Francisco para o semi-árido (GO/RN)*

a) aponta para uma representação positiva do projeto na medida em que pode trazer soluções para reduzir os desastrosos efeitos da seca, inundação das terras semi-áridas com águas do São Francisco, resolução do gravíssimo problema da seca, que parece insolúvel, e seja pelo menos amenizado. Aponta para as motivações que o cercam, insinuando uma relação entre projeto e as eleições. Essa insinuação direciona o discurso para uma posição de tensão entre o projeto e seus interesses político-eleitorais. Isto pode ser observado em *“O que nos surpreende, diante dessa fantástica e quase inesperada decisão, é que, enquanto a barragem de Santa Cruz, em Apodi, grita por recursos, com suas obras paralisadas há mais de dois anos, de repente milhões de dólares são conseguidos para canalizar as águas do São Francisco”* e *“É bom lembrar que estamos dentro de um ano político, cuja campanha se prenuncia acirrada, quando é comum surgirem promessas dessa natureza, que podem render, ou não, dividendos eleitorais”*.

b) constrói uma imagem do Nordeste em que as terras deste são semi-áridas, sem água e sem irrigação, em que seus habitantes estão submetidos a uma

ordem sócio-econômica hegemônica de outras regiões, conseqüência dos efeitos da seca, um povo submetido (sem liberdade), carente e vivendo preso a um desejo intemporal de liberdade.

O enunciador coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) discurso indireto, (2) glosa (modalização autonímica), (3) o *mas* refutado, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o técnico-científico, (2) o histórico, (3) o político-econômico, (4) o da mídia (jornalístico), (5) o político eleitoral. Portanto, neste texto, o sujeito enunciador utiliza-se desses recursos enunciativos, principalmente históricos, técnicos e jornalísticos.

3) *A transposição corre risco (GO/RN)*

a) aponta para as posturas contrárias ao projeto, principalmente de forças político-econômicas de outras regiões, principalmente do Sudeste e da imprensa escrita da Bahia e Sul.

b) constrói uma representação positiva do projeto na medida em que passa a ser compreendido como solução para o secular problema da seca no semi-árido nordestino, uma possibilidade de acabar com essa desigualdade cruel e, por fim, a redenção do seu povo da fome e da miséria que lhes tem castigado pelo tempo afora.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região sem recursos para financiar o projeto de transposição, com uma população com necessidades, submetida a uma forte hegemonia econômica, principalmente do Sudeste; região de fornecimento de matéria-prima e de mão-de-obra a preços

aviltantes, razão da hegemonia do Sudeste; vítima da desigualdade cruel, com povo submetido à fome, miséria, desde há muito, e sem voz, sem representação política suficiente.

O autor de *A transposição corre risco* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) discurso indireto, (2) o interlocutor, (3) negação, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o jornalístico (imprensa), (2) o técnico, (3) o político e administrativo, (4) o político e econômico, (5) o desenvolvimento regional.

4) *A transposição intransponível* (GO/RN)

a) levanta a tese da legitimidade e validade do projeto, em que se apresentam elementos das esferas econômica, política e eleitoral, evidenciando os efeitos dos moldes em que essa transposição está sendo proposta ao Nordeste.

b) constrói uma representação não positiva do projeto, na medida em que o projeto passa a ser compreendido como uma encenação política em razão do período eleitoral em que foi inscrita sua proposta, embora reconhecendo que os problemas acarretados pela seca só podem ser resolvidos com água.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região em que os agricultores necessitam de água para erradicar a estiagem e irrigar suas terras, pois sem água é impossível solucionar os problemas; há anos a região Nordeste é um forte curral eleitoral, em que os detentores do poder aproveitam-se dessa mazela para tirar dividendos políticos e deixar o povo cada vez mais pobre numa região em que sua população, além de ser sofrida, não tem conhecimento do projeto.

O autor de *A transposição intransponível* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) discurso indireto, (3) modalização autonímica, (4) o *mas* refutativo; e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) provérbio, (2) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o discurso eleitoral, (2) o político administrativo, (3) o ambientalista, (4) o popular.

5) *Análise & Fatos* (Texto 01: OM¹⁹/RN)

a) o autor descreve seu encontro no Ministério de Integração Regional, enquanto deputado federal-PMDB/RN, com o ministro Aluízio Alves para falar sobre o projeto, evidenciando a existência de forças políticas contrárias.

b) constrói uma representação positiva do projeto na medida em que este possibilitará a perenização dos rios nordestinos e a irrigação de 1.200.00 hectares, no período de 6 anos, repercussões na economia do Rio Grande do Norte e a redenção do Nordeste.

c) constrói uma representação do espaço nordestino como uma região carente de água para irrigar suas terras semi-áridas, uma região sem recursos para financiar o projeto, sem representação política suficiente diante das instâncias federais e, por fim, submetida a uma política sócio-econômica de outras regiões para poder sobreviver, uma região carente de recursos para fazer frente às suas condições.

O autor da seção *Análise & Fatos* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de

¹⁹ *O Mossoroense*.

heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) o interlocutor, (3) glosa, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) discurso indireto livre; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o acadêmico-universitário, (2) o político-econômico, (3) o da política de irrigação.

6) *Análise & Fatos* (Texto 02: OM/RN)

a) mostra seu descontentamento da não inclusão das obras da Barragem da Santa Cruz e recuperação da BR-405 nas discussões das emendas orçamentárias federais para o Estado do Rio Grande do Norte, em reunião dos deputados federais do estado com o governador Vivaldo Costa em que o enunciador isenta os senadores Lavoisier Maia e Garibaldi Filho.

b) constrói uma representação positiva do projeto, na medida em que o mesmo pode sanar a região da falta d'água em suas barragens.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região com problemas em suas barragem por falta d'água e suas BRs 405 e 101 necessitando de recuperação; uma região carente em que, no campo político, os discursos não são homogêneos quanto ao modo de enfrentar os problemas, mas heterogêneos.

O sujeito enunciador na seção *Análise & Fatos* (texto 01), segundo enunciado do deputado federal potiguar, coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) discurso indireto, (2) glosa, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político e administrativo, (2) o político de irrigação, (3) o político parlamentar, (4) o político eleitoral.

7) *Aluízio não tem mais direito à perseguição política* (OM/RN)

a) orienta seu discurso para denunciar a perseguição que Aluízio Alves está fazendo a seus adversários políticos, na condição de ministro de demandas políticas e administrativas do governo federal.

O autor mostra que Aluízio Alves, quando ex-governador do Rio Grande do Norte, utilizou várias vezes a máquina estatal para perseguir adversários políticos, mas que pela idade e obras produzidas não tinha mais razão de tais atitudes.

b) constrói uma representação positiva do projeto, na medida em que este é um dos temas mais importantes, significativos do final século para o semi-árido nordestino.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região possuidora do flagelo da seca, habitada por pessoas pobres da agricultura, com terras de tipo semi-árido, difícil de desenvolver, com necessidade das águas do São Francisco, enfim, uma região carente.

O autor de *Aluízio não tem mais direito à perseguição política* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) glosa, (2) o interlocutor, (3) negação, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político e administrativo, (2) o político de irrigação, (3) o político eleitoral.

8) *Reflexões I: Chegando água do Rio São Francisco aos sertões* (OM/RN)

a) descreve prováveis momentos de uma população em júbilo, manifestações de grande alegria pela chegada das águas do São Francisco ao Nordeste, mas, ao mesmo tempo, o autor propõe uma racionalidade na forma de lidar com as águas.

b) constrói uma representação bastante positiva do projeto, na medida em que este inaugura canais de irrigação, sacia a sede, amplia escolas e universidades, inaugura cooperativas e agências bancárias, recicla-se o plástico para confeccionar centenas e mais centenas de quilômetros de mangueiras, reuniões com técnicos discutindo programas de trabalho; preparação da terra (com sementes e mudas), além de beneficiamento dos centros urbanos e recuperação de barragens salinizadas, que não são poucas.

c) constrói uma imagem do Nordeste como uma região constituída de sertões secos e canais para irrigação, com população sedenta, orientada por superstições, com carência de empregos, renda e barragens a serem dessalinizadas, enfim, uma região carente, pobre.

O autor de *Reflexões I: Chegando água do Rio São Francisco aos sertões* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) glosa, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o econômico, (2) o popular (cultura popular), (3) o técnico.

9) *AA define início e transposição (DN²⁰/RN)*

a) o enunciador mostra a existência de duas idéias diferentes do projeto: a primeira colocada é a do Ministério da Fazenda, contrária ao projeto para, em seguida, mostrar a favorável ao projeto. Durante toda a produção enunciativa, verifica-se o destaque das formas de discursos direto e indireto, visando um efeito de sentido maior de legitimidade e de distanciamento ao seu enunciado, principalmente às contrárias.

b) entendemos que o enunciador constrói uma imagem positiva desse projeto, e podemos verificar isso em vários momentos de sua enunciação; dois desses momentos nos remetem a essa conclusão: na introdução, em *“Com a oposição do Ministério da Fazenda e sem um centavo para financiar o investimento, o ministro da Integração Regional, Aluízio Alves, marcou a data para “início dos trabalhos” de transposição das águas do rio São Francisco.”*; ao referir a posição do Ministério da Fazenda cuja competência diz respeito à questão do orçamento, ou seja, sem verba não há condição de materialização do projeto; e, no término no inal em *“Esta iniciativa do governo está sendo questionada”*; e ao colocar em crise a política administrativa externa dos responsáveis pelo projeto em buscar recursos junto aos bancos estrangeiros.

c) o enunciado não tematiza o Nordeste, silencia sobre suas condições, os motivos levantados contrários à transposição surgem como argumentos não favoráveis. O autor não nega suas necessidades objetivas e reais, leva a questão para as políticas administrativa e jurídica por parte do governo. Não se constata diretamente essa negação objetiva. De seu silêncio, pode-se compreender que

²⁰ *Diário de Natal.*

reconhece a região carente d'água, sem possibilidade de desenvolvimento econômico etc.

O autor de *AA define início e transposição* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) discurso direto, (3) modalização do discurso segundo, (4) discurso indireto e (5) glosa, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) ironia; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político administrativo, (2) o político interno, (3) o político econômico externo, (4) o político da irrigação.

10) *Aluízio censura FHC sobre obra (DN/RN)*

a) o enunciador focaliza dois aspectos: a avaliação do ministro da Integração Regional, posição contrária ao projeto de Fernando Henrique, e os recursos para a obra, mas principalmente o primeiro aspecto, evidenciando as justificativas de Aluízio Alves de sua declaração de que a obra de transposição tem caráter eleitoreiro. Como se observa, coloca-se em ação, nesta construção de sentido, dois recursos, duas formas fortes para o autor distanciar-se de seu dizer: formas do discurso direto e discurso indireto.

Usa-se um procedimento interessante: grande parte da fala de Aluízio Alves, na defesa do projeto, está na forma direta, mas as vozes contrárias ao projeto estão em discurso indireto, e partem por meio da voz de Aluízio Alves. Quer dizer, o autor procura colocar as vozes frente a frente, mantendo um distanciamento dessas vozes. Isso acaba acarretando um efeito de não sabermos de forma direta qual a posição do autor quando se busca sua posição. Porém, as escolhas feitas através das formas estratégicas pelo autor, tipo discurso direto e indireto modalização, em

discurso segundo, orientam-nos para entendermos que o autor é favorável do projeto.

b) o enunciado tem uma tendência para uma imagem positiva do projeto. Um dos indícios é a direção do sentido em que se procura apresentar os contra-argumentos de Aluízio Alves e não os contrários.

c) o enunciador, quando materializa as vozes em relação a alguns aspectos envolvidos na discussão da transposição, como a política, recursos etc., verifica-se que não aparecem elementos visíveis da situação objetiva do Nordeste. Constatam-se elementos sobre comportamento político do eleitor nordestino frente à posição de Fernando Henrique como candidato a presidente, prevista por Aluízio Alves de que Fernando Henrique pode “despencar” nas eleições, caso continue a se posicionar contrário.

O autor de *Aluízio censura FHC sobre obra* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) discurso direto, (2) discurso indireto, (3) glosa, (4) modalização em discurso segundo, (5) parênteses, (6) negação, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político eleitoral, (2) o jurídico eleitoral, (3) o político externo.

11) *Itamar cria projeto de transposição das águas (DN/RN)*

a) o autor informa a criação oficial, através de decreto, do projeto para Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, mostrando que foram criados órgãos para administrar questões inerentes à transposição.

b) embora buscando objetividade, o autor direciona-se para uma representação positiva da transposição, colocando apenas vozes que são favoráveis ao projeto, desde o ato formal, no caso o decreto, até as explicações do ministro da Integração Regional, ao apresentar efeitos do projeto quanto à política de empregos.

c) o enunciador, quando apenas informa sobre o ato formal de criação, através do decreto do projeto, não se posiciona explicitamente sobre o Nordeste. Esse silêncio pode ser entendido como forma de não somente acatar o projeto, mas também de reconhecer sua necessidade.

O autor de *Itamar cria projeto de transposição das águas*, na seção Opinião, coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) discurso indireto, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político e administrativo, (2) o político e econômico, (3) o político externo.

12) *Itamar quer apressar empréstimo para obras de transposição de rio*
(DN/RN)

a) o autor descreve ações de política externa e administrativa, por parte do Governo Federal, em relação ao projeto. Tais descrições demonstram o interesse dessas instâncias governamentais em garantir a viabilidade via contato com bancos estrangeiros para garantir empréstimos junto a tais entidades internacionais.

b) embora com elementos evidenciando vozes contrárias ao projeto, como as dos governadores da Bahia e de Sergipe, o autor aponta para uma representação positiva da transposição, na medida em que apresenta e insiste nas

posições ideológicas de vozes favoráveis, tanto com as marcas do discurso direto como também com discurso indireto e discursos políticos das altas autoridades da esfera administrativa do país.

Os trechos que fornecem pistas referem-se aos efeitos do projeto, tipo: a) reduzir os efeitos da seca em Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte; b) viabilidade econômica, em que reduzirá em até 80% os programas emergenciais de combate à seca nesses estados, e que “*trata-se da solução de um problema histórico*”.

c) ao escolher estrategicamente as formas de representação na ordem da seqüência do discurso (heterogeneidade mostrada marcada) e na ordem do discurso (heterogeneidade constitutiva), o autor apresenta, constitutivamente, discursos que mostram o Nordeste como uma região cujos efeitos negativos da seca são problemas históricos. A imagem do Nordeste é construída de forma negativa, pois a existência de um problema natural – a seca – transformou-se em um sintoma regional histórico.

O autor de *Itamar quer apressar empréstimo para obras de transposição de rio*, na seção Opinião, coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) discurso direto, (3) discurso indireto, (4) modalização em discurso segundo, atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político externo, (2) o econômico e administrativo, (3) o político e administrativo, (4) o ambientalista.

13) *O sonho do São Francisco* (TN²¹/RN)

a) apresenta e reflete, contra-argumentando, as diversas posições, na avaliação do ministro “sem exame, argumentos pueris e equivocados”, contrários ao projeto, não somente como seu defensor, mas como executor, à medida que procura cumprir uma determinação do presidente.

b) constrói uma representação positiva do projeto como solução dos efeitos da seca, beneficiando Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; impedindo os efeitos da seca sobre o meio ambiente, evitando a morte, pela fome, de pessoas e animais, a destruição da flora, “um pesadelo de Deus” que, em ciclos cada vez mais freqüentes, abate-se sobre mais de 30 milhões de brasileiros; não haverá gastos com esmolas e carros de pipas; e o Nordeste deixará de ser dependente da indigência que fabrica votos em nome da fome e do desespero, ou dos pseudo-cientistas e ecologistas que fazem do meio-ambiente uma falsa bandeira, a fim de sair do anonimato para as manchetes dos jornais.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região: vítima da indústria da seca, sonhadora com a transposição das águas do Rio São Francisco para resolver seus problemas, uma região com drama, com morte, pela fome, de pessoas e animais, destruição da flora, efeitos da seca, enfim, uma região pobre, carente.

O autor de *O sonho do São Francisco* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) negrito, (3) discurso direto, (4) refutação pelo *mas*, (5) discurso direto livre, (6) discurso indireto, (7) negação, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) máximas, (2) metáfora; atravessando seu

²¹ *Tribuna do Norte.*

enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político administrativo, (2) o político econômico, (3) o político eleitoral, (4) o político ambiental e administrativo, (5) Coletivo popular.

14) *O velho Chico e as urnas* (TN/RN)

a) reflete o enunciado de Aluizio Alves de que o projeto é eleitoreiro, como também apresenta posições contrárias ao projeto, como os recursos e percentual de descarga d'água do São Francisco ao Nordeste.

b) constrói uma representação positiva do projeto ao afirmar que o mesmo é necessário à perenização e irrigação de suas terras, com conseqüências sociais e econômicas, e, portanto, representa possibilidade de transformar o Nordeste.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região que tem a transposição como um velho sonho; uma região prejudicada pela ausência do projeto, por fim, uma região pobre e carente.

O autor do enunciado d'*O velho Chico e as urnas* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) discurso direto livre, (3) discurso indireto, (4) modalização em discurso segundo, (5) glosa, (6) mas (refutativo), (7) negação, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o discurso eleitoral, (2) o histórico, (3) o técnico, (4) o político externo, (5) o ambientalista, (6) o político-econômico e administrativo, (7) o político eleitoral.

15) *Preconceito contra o Nordeste* (TN/RN)

a) faz uma reflexão da posição política do jornal *Estado de S.Paulo*, denominando-a de preconceituosa, apresentando elementos, considerados demonstrativos, em que aponta o preconceito, a começar do modo como o jornal posiciona-se contrário ao projeto, lavra do Governo Federal.

b) constrói uma representação positiva do projeto em que é a primeira tomada de posição do Nordeste contra as causas de sua pobreza, visando combater suas conseqüências na continuação do quadro de miséria, até hoje estigmatizado por esmolas e acusações.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região vítima de preconceito regional; recebedora de esmola, de distribuição de alimentos; com grande mortalidade infantil; de muita miséria; e uma região subordinada à opulência das condições econômicas do estado de São Paulo. Essa representação pode ser denominada de uma imagem negativa, porém, nesse existem elementos que fornecem uma imagem positiva ao se falar que a região é produtora de petróleo nos mares e terras, e responsável pelo pagamento dos “metrôs” de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília e pagadora do prejuízo da Rede Ferroviária com as passagens por preço defasado dos cariocas e paulistas, quando os trens foram desativados.

Neste sentido, pode-se perceber a existência de duas formas de representação dessa região: uma negativa e outra positiva, fazendo com que o enunciado torne-se possuidor de um discurso que revele não somente uma face do Nordeste, a negativa, mas também outra face, a positiva.

O autor de *Preconceito contra o Nordeste* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) discurso direto, (3) negação, e da forma

não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o jornalístico (2) o político externo, (3) o econômico-financeiro, (4) o econômico-tributário, (5) o político e administrativo.

16) *A utopia, o sonho, as águas...* (TN/RN)

a) mostra o desinteresse dos políticos para resolver os efeitos da seca do Nordeste através do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. A partir dessa tese, procura justificar sua posição sobre os candidatos das próximas eleições a presidente e a governador do Rio Grande do Norte. O primeiro pelo fato do candidato Flávio ser potiguar e o segundo pelo de que a única acusação feita a Garibaldi Alves Filho (seu sobrinho) é ser oligarca, fato que a outra candidata (Wilma de Farias) também o é.

b) constrói uma representação positiva do projeto como impulsionador da abertura da terra crestada de desesperança, quase desespero, o sulco para o córrego, solucionando os problemas efeitos da seca.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região vítima do desinteresse dos políticos de solucionar a questão da irrigação, com oligarquias políticas; como discriminada em relação às outras regiões do país, na medida em que grandes projetos foram materializados em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, cidades pertencentes às regiões do Sudeste e Centro-Oeste. Portanto, tem-se uma imagem de uma região discriminada, marginalizada, carente de condições para sobreviver somente com seus recursos.

O autor de A utopia, o sonho, as águas... coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro através das formas marcadas de

heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) o interlocutor, (3) glosa, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o estético, (2) o futebolístico, (3) o político eleitoral, (4) o político e econômico, (5) o poético, (6) o político-eleitoral/ jornalístico, (7) o histórico.

17) *Nordeste ganha obra faraônica contra a seca (FSP²²/SP)*

a) informa a decisão do governo em construir a obra de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste, descrevendo elementos de ordem interna da construção, tais como orçamento, verba e formas de pagamento e, de forma sutil, um sentido de indisponibilidade quanto à sua materialização.

b) constrói uma representação não tão clara do projeto em termos de sua necessidade ou não, porém, fornece pistas, através do uso da expressão “obra faraônica”, a partir de seu próprio título, em “*O projeto de transposição de água do rio São Francisco ainda precisa de avaliação do Ministério da Fazenda sobre capacidade de pagamento*”. Dois momentos em que aparece a posição do autor. O aspeamento de “entusiasmado”, dita por Aluízio Alves, que avalia o comportamento do presidente a respeito da transposição, evidencia que o autor não quer compartilhar dessa responsabilidade enunciativa do ministro, distanciando-se através desse recurso. Diante do exposto, classificamos essa posição como contrária à transposição.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região carente, portanto com necessidade das águas do São Francisco. Tanto o autor como outras

²² *Folha de S. Paulo.*

vozes, que participam do enunciado, reconhecem essa carência nociva à irrigação, ao desenvolvimento.

O autor de *Nordeste ganha obra faraônica contra a seca* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) discurso direto, (3) discurso indireto, (4) discurso direto livre, (5) modalização em discurso segundo, (6) negação, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) ironia, (2) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político e administrativo, (2) o político econômico externo, (3) o político econômico interno, (4) o político eleitoral, (5) o político de irrigação, (6) o engenheiro-agronômico.

18) *A Bahia e o velho Chico* (FSP/SP)

a) informa a aprovação do governo em construir a obra de transposição das águas do Rio São Francisco para quatro estados nordestinos. Avalia como precipitada essa decisão do Governo Federal, apontando uma série de obstáculos, desde o valor do projeto, que o autor classifica como gigante e faraônico, até a insuficiência de água do Velho Chico.

b) constrói uma representação não positiva do projeto na medida em que o considera um megaprojeto: com custo gigantesco em US\$ 2,1 bilhões; fruto de uma decisão precipitada, que não leva em conta estudos técnicos abalizados, mostrando que o Rio São Francisco está enfermo, sofrendo os efeitos de criminoso desmatamento de suas margens, que intensificou o processo de assoreamento de seu leito, já degradado por várias fontes poluidoras; o "rio da integração nacional" está com o seu potencial hídrico quase todo comprometido, com as usinas

hidrelétricas; os projetos de irrigação já implantados estão em curso; os especialistas sustentam que a atual capacidade do rio não autoriza a utilização de mais 300 metros cúbicos por segundo para garantir o êxito do projeto; o projeto só seria viável caso houvesse, também, a interligação do rio Tocantins com o "Velho Chico"; o engenheiro José Theodomiro apontou os prejuízos que o megaprojeto provocará na Bahia, pois haverá a desativação da Usina de Itaparica."; as águas do "Velho Chico" são insuficientes para irrigar os solos férteis, aptos e irrigáveis, existentes no curso de toda a sua bacia. Diante dessas justificativas, apontadas pelo enunciador, consideramos que o projeto proposto pelo governo é visto como não viável.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região carente, com poucas condições, em que se tem a seca como um crucial problema e um terreno semi-árido de capacidade insuficiente à irrigação.

O autor de *A Bahia e o velho Chico*, da seção *Opinião* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) discurso direto, (3) discurso indireto, (4) modalização de discurso segundo, (5) glosa, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político e administrativo, (2) o político externo, (3) o financeiro, (4) o técnico, (5) o ambientalista, (6) o político externo, (7) o racional e ético.

19) *Projeto do São Francisco opõe Ricupero a Itamar (FSP/SP)*

a) mostra a posição contrária do ministro da Fazenda ao projeto, proposto pelo Governo Federal, apontando inclusive com argumentos de ordem orçamentária e de prioridade em face às outras obras, como as rodovias do país.

b) constrói uma representação tanto positiva como negativa do projeto de transposição. De um lado, tem-se a voz de Rubens Ricupero, discordando; de outro, as vozes do presidente e dos ministros do Planejamento, Beni Veras, e da Integração Regional, Aluizio Alves, a favor.

Compreende-se que o autor desse enunciado identifica-se com a primeira voz, isto é, a contrária. Alguns trechos nos fornecem elementos para essa conclusão: a escolha, no título, da expressão “opõe”, apontando para um confronto direto entre o ministro e o presidente, e a expressão “inoportunidade”, no subtítulo, também aponta para uma interpretação do autor quanto à avaliação do projeto. Observa-se que a entrada do enunciado do ministro, discordando do projeto, não se deu pelo recurso do discurso direto, mas pelo discurso indireto, procedimento em que o discurso do outro, antes de ser inserido no discurso do um, passa pela interpretação do autor.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região que tem necessidade do projeto em face da carência de água para a irrigação de suas terras ao plantio.

O autor de *Projeto do São Francisco opõe Ricupero a Itamar* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) discurso direto, (2) discurso indireto, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político e administrativo, (2) o político e financeiro, (3) o político-econômico, (4) o político eleitoral (irrigação), (5) o técnico, (6) o jurídico-formal, (7) o administrativo-financeiro.

20) *Eleição e irrigação* (FSP/SP)

a) mostra a posição favorável ao projeto, reflete sobre sua possibilidade de solucionar os efeitos da seca, e finaliza colocando em evidência o tema da transposição do São Francisco e o momento eleitoral.

b) constrói uma representação positiva do projeto, na medida em que levanta a questão dos gastos do governo como medidas paliativas: não existiriam os carros-pipa, cesta básica ou emprego temporário como instrumento de barganha eleitoral e de dominação política; e o beneficiamento dessa política assistencialista, a distribuição de recursos para diminuir os efeitos da seca sem extingui-los dá força às modernas formas de coronelismo.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região cuja população é vítima da política interna e externa de assistencialismo, de soluções paliativas para seus problemas (como seca e miséria); uma região submetida às formas tradicionais do coronelismo e, por fim, um espaço político-social submetido aos programas demagógicos de governos. Portanto, uma região, sofrida, pobre e carente.

O autor de *Eleição e irrigação*, escrito pelo jornalista *Marcelo Beraba* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) discurso direto, (2) glosa, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político-administrativo e financeiro, (2) o financeiro, (3) o político de irrigação, (4) o político-eleitoral.

21) *Desvio do São Francisco causa polêmica (ESP²³/SP)*

a) faz uma reflexão do projeto, levantando elementos que contrariam a viabilidade de sua construção, desde o valor orçamentário até os riscos ambientais.

b) constrói uma representação não positiva do projeto na medida em que é: condenada pelos técnicos, pois envolve um volume muito grande de dinheiro; eleitoreira (já que Fernando Henrique, candidato do governo a presidente, está em baixa cotação na intenção de voto no Nordeste); divisor das bancadas políticas da própria região; o relatório do Ministério das Minas e Energia mostra os problemas e efeitos dessa transposição, além dos riscos ecológicos. Apenas um trecho indica uma posição positiva, em que a transposição é vista como uma necessidade: *“Segundo publicação do Banco do Nordeste, as águas do São Francisco desaguariam no Canal do Trabalhador, construído por Ciro, e assegurariam o abastecimento de Fortaleza”*.

Diante do exposto, classificamos essa posição como contrária ao projeto. Isso pode ser indicado, também, nas expressões utilizadas pelo autor, em sua avaliação: “[...] a execução do bilionário projeto de desvio [...]”, “[...] Nordeste provocou polêmica no Congresso e nos ministérios [...]”, “[...] A proposta causou impacto pelo volume [...]”, “[...] irrigar o sertão assustou até integrantes [...]”, “[...] Do outro lado da trincheira, além do tucano Beni Vera, [...]”, “[...] O documento é datado de maio e, ao invés de por uma pá de cal sobre o assunto, foi cuidadosamente [...]”.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região semi-árida, com a seca e seus efeitos, com uma população faminta, miserável e sem água para o abastecimento do Canal do Trabalhador, construído pelo então governador do Ceará, Ciro Gomes. Portanto, uma imagem negativa.

²³ *Estado de S. Paulo.*

O autor de *Desvio do São Francisco causa polêmica*, com o subtítulo *Relatório técnico condena projeto defendido por dois ministros*, coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada: (1) negrito, (2) discurso direto, (3) discurso direto livre, (4) modalização em discurso segundo, (5) parênteses, (6) mas, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político administrativo, (2) o político eleitoral, (3) o ambientalista, (4) o político financeiro, (5) o técnico.

22) *Recúpero rejeita projeto de irrigação (ESP/SP)*

a) mostra a posição contrária do ministro da Fazenda sob a alegação de que os cofres públicos não têm verba para o projeto. Ou seja, não há orçamento da União para um empreendimento de tamanho volume orçamentário. O próprio autor classificou o projeto de “polêmico e bilionário”.

b) constrói uma representação não positiva do projeto, na medida em que desperta polêmica, pois é financeiramente bilionário aos cofres públicos; pode vir a favorecer a campanha do candidato Fernando Henrique no Nordeste; o desvio do rio divide a bancada nordestina no Congresso, numa disputa já apelidada de “guerra das águas”. Outras expressões também indicam o lugar político do autor contrário à transposição. As vozes escolhidas pelo autor, visando constituir seu enunciado, em grande parte pertencem às posições contrárias: Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero; ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães; o governador da Bahia, Antônio Imbassahy.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região semi-árida, com a seca e seus efeitos. Mesmo se colocando contrário ao projeto, o autor não nega a necessidade dessa região das águas do São Francisco. Nestes termos, tem-se um enunciador que constrói uma imagem do Nordeste como uma região carente.

O autor de *Recúpero rejeita projeto de irrigação* e com subtítulo *Ministro avisa que não há recursos no Orçamento para desviar Rio São Francisco* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) negrito, (3) discurso direto, (4) discurso indireto, (5) modalização em discurso segundo, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político e administrativo, (2) o político e econômico, (3) o político e eleitoral, (4) o político de irrigação, (5) o jurídico-administrativo.

23) *Revivendo os projetos faraônicos* (ESP/SP)

a) faz uma relação entre o projeto, adjetivado de obra faraônica, e as construções feitas pelos antigos faraós. Tais construções gigantescas exigiam não apenas tempo e energia dos escravos, mas muito recurso financeiro. Feita através da ironia, tal relação é feita a partir do título, e isso serve de espaço enunciativo ao autor para mostrar sua posição contrária ao projeto.

b) constrói uma representação não favorável, não positiva da transposição, na medida em que esta possui relatórios técnicos que apontam: inconvenientes da obra e a falta de planejamento; comprometimento do dinheiro público, tão escasso para outras coisas mais urgentes; o relatório elaborado no Ministério de Minas e Energia mostra que a transferência dos recursos hídricos

gerará queda na geração nas usinas da Chesf, o que obrigará o Executivo a trazer energia de Tucuruí para o Nordeste; a água disponível para irrigação será muito cara e o que se produzir na região será economicamente sem sentido; existem dúvidas sobre sua viabilidade econômica e a racionalidade dele em função da idéia do aproveitamento; e serve de propaganda eleitoral, de manifestação de desvelo com as populações mais carentes, que com a irrigação terão empregos e não sofrerão mais com a seca, *mas a rigor não resolve os problemas que irá criar.*

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região possuidora de um sonho: água para sua irrigação. Uma região com problema de pobreza; com rios sem perenização; sem fertilização e, portanto, com várias extensões de terras sujeitas periodicamente ao flagelo das secas; uma região com problemas sociais, com efeitos da seca ligados à estrutura fundiária e de poder do Nordeste; enfim, com profundos problemas fundiários, sem falar na distribuição de poder. Nestes termos, tem-se um enunciador que constrói uma imagem do Nordeste como uma região carente.

O autor de *Revivendo os projetos faraônicos* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) aspas, (2) parênteses, (3) discurso direto, (4) discurso indireto, (5) glosa, (6) interlocutor (exclamação) e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político e administrativo, (2) o financeiro-econômico, (3) o político eleitoral, (4) o técnico, (5) o histórico, (6) o político de irrigação.

24) *Ministro lança obra sem verba orçamentária (ESP/SP)*

a) mostra que houve, através do Governo Federal, a oficialização do projeto para 220 cidades nordestinas, habitualmente afetadas pelo fenômeno da seca. Destaca duas situações: falta de orçamento e seus efeitos nas esferas: econômica do Vale de São Francisco, do impacto ambiental, política externa, dentre outras.

b) constrói uma representação não favorável, não positiva do projeto, na medida em que apresenta uma série de dificuldades: não há dinheiro no orçamento da União; o Ministro da Fazenda recusa-se a autorizar aval do Tesouro ou do Banco do Brasil para tais operações de financiamento; o projeto é controvertido por ter custo muito alto; tem grande impacto ambiental e econômico no Vale do São Francisco; está sob forte oposição dos governos e de diferentes facções políticas da Bahia e de Minas, que o relacionam a objetivos meramente eleitorais; o projeto básico deverá resultar em uma despesa de US\$ 40 milhões a US\$ 60 milhões para os cofres públicos entre agosto e novembro – exatamente no período que vai da reta final da campanha até o segundo turno eleitoral; prevê-se a retirada de 50 metros cúbicos de água por segundo do Rio São Francisco, na etapa inicial, para transposição ao Rio Jaguaribe. Haveria uma redução de 260 metros cúbicos por segundo, um volume de água equivalente ao que hoje é consumido pela usina hidrelétrica de Sobra; os empreiteiros consideram o prazo tecnicamente inviável para uma obra desse porte; existe uma forte reação produzida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da holding estatal Eletrobrás; a Chesf analisou o projeto e concluiu que será obrigada a antecipar a construção de novas usinas hidrelétricas “para substituir a energia” a ser perdida na transposição de águas para o Rio Jaguaribe, além de reservatórios adicionais para suprir sua

necessidade “de 170 metros de recalque”. Todos esses elementos enunciativos indicam a posição não favorável do projeto.

c) constrói uma representação do Nordeste como uma região que tem: 220 cidades habitualmente afetadas pela seca; regiões afetadas pelos efeitos da seca na área mais pobre do país; projetos de irrigação e abastecimento de água totalmente abandonados. Assim, tem-se uma imagem não muito negativa do Nordeste, a partir do momento em que o enunciado divide a região em pobre e não-pobre.

O autor de *Ministro lança obra sem verba orçamentária*, com subtítulo *Equipe procura empréstimo no Exterior para desviar curso do Rio São Francisco*, coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada: (1) discurso direto, (2) discurso indireto, (3) modalização em discurso segundo, (4) glosa, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político e administrativo, (2) o político-econômico, (3) o político externo, (4) o político e financeiro, (5) o técnico, (6) o político de irrigação.

25) *Projeto faraônico* (JT²⁴/SP)

a) faz uma reflexão crítica do projeto, na medida em que questiona não só a legitimidade, a política administrativa do governo federal, mas a viabilidade técnica e econômica, seus efeitos nos ambiente em que as águas do São Francisco irão passar, em conformidade ao projeto oficial. Essa crítica feita ao projeto é avaliada como irresponsabilidade gestora por parte do Governo Federal.

²⁴ *Jornal da Tarde*.

b) constrói uma representação não positiva do projeto, na medida em que: o projeto é uma iniciativa irresponsável de certos homens públicos brasileiros; é um programa orçado de duvidosa utilidade, que sofre restrições de todos os tipos; o ministro da Fazenda declara que não estão previstas verbas para o projeto nem no Orçamento deste ano nem no do próximo ano; essas obras acabam sempre custando muito mais; técnica e economicamente, as coisas se complicam; não existem estudos sérios do impacto ambiental que a diminuição da vazão da água em determinadas áreas e o aumento em outras provocará; é certo que a redução da vazão prejudicará o funcionamento de algumas hidrelétricas instaladas na área hoje percorrida pelo São Francisco; os governadores de Minas e da Bahia condenam veementemente o projeto; algumas áreas ganham mais águas e outras ficam sem energia para o comércio e a indústria; os empregos eventualmente criados pelas águas serão perdidos com a falta de eletricidade; o alto custo de um projeto faraônico como esse encarecerá demasiadamente o metro quadrado de área irrigada, tornando os produtos colhidos nas áreas beneficiadas tão caros que não terão condições de competir no mercado; estudos técnicos de que o governo dispõe indicam que, com muito menos dinheiro, será possível irrigar até mais terras, com projetos mais realistas, menos fantasiosos.

Vale ressaltar que esse enunciador, além de apontar posições contrárias ao projeto, coloca também em cena outra voz que aponta uma outra visão sobre o projeto, quando afirma: “Aparentemente, portanto, trata-se de um grande projeto que irá incentivar a agricultura nordestina, criar empregos e melhorar a renda da região”. O enunciador engaja-se na primeira direção, ou seja, contrário ao projeto, inclusive classificando-o de irresponsável e demagógico, politicamente falando.

c) constrói uma representação não positiva do Nordeste, pois, nessa região semi-árida existem: rios que precisam ser perenizados para permitir sua irrigação em terras normalmente atingidas pela seca; políticos capazes de efetivar expediente propagandístico em época eleitoral; políticos irresponsáveis na condição de homens públicos capazes de proferir discursos demagógicos; a seca e a fome (embora esse discurso tenha sido aspeado pelo enunciador para responsabilizar essa fala aos políticos os quais ele está criticando, o fato é que esse discurso entrou em cena e, de uma maneira ou de outra, faz parte do imaginário social dos políticos, pertença ao enunciador ou não); alguns rios nordestinos ficam secos durante um período do ano; a região nordeste possui uma agricultura que precisa ser incentivada, naturalmente por outras regiões do país, para solucionar o problema do desemprego e, conseqüentemente, melhorar a renda da região; e por último: os empregos eventualmente criados pelas águas serão perdidos com a falta de eletricidade. Portanto, constrói-se uma imagem de uma região bastante carente.

O autor coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada: (1) negrito, (2) discurso direto, (3) discurso indireto, (4) modalização em discurso segundo, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora, (2) provérbio; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político e administrativo (irrigação), (2) o político eleitoral, (3) o político econômico, (4) o jurídico administrativo-tributário, (5) o engenheiro-agronômico, (6) o político da irrigação, (7) o técnico-engenharia (ciência), (8) o ambientalista.

26) S. Francisco: Alves ataca políticos (JT/SP)

a) o enunciador apresenta vozes que falam sobre o projeto: as que são favor e as contrárias. Tem-se, nas primeiras, as dos ministros da Integração Regional, Aluizio Alves, do ministro do Planejamento, Beni Veras, e a do presidente, Itamar Franco; nas segundas, as do ex-governador Antônio Carlos Magalhães, do deputado Waldir Pires (PSDB), dos técnicos do governo e o presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco, José Teodomiro Araújo.

b) constrói uma representação tanto positiva como negativa da transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste, na medida em que apresenta vozes a favor e contra o projeto.

Podem-se verificar as primeiras em “*O projeto vai reduzir em 80% os efeitos da seca no Nordeste*”, [...] afirmando que o custo total da obra, em torno de US\$ 2 bilhões, representa o mesmo valor gasto pelo governo federal no ano passado com programas emergenciais de assistência aos flagelados pela seca, afirmações do ministro da Integração Regional, Aluizio Alves. Nas segundas: 1) [...] com a retirada de cada metro cúbico de água do rio, abaixo de Sobradinho, as hidrelétricas de Xingó, Itaparica, Moxotó e Paulo Afonso deixariam de gerar 2,6 megawatts por hora. Essa afirmação foi feita pelos técnicos do governo federal; 2) “Será uma nova Transamazônica”, afirmação do presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco, José Teodomiro Araújo; e conforme ainda com o presidente desse Comitê o projeto não vai acabar com a seca.

c) constrói uma representação não positiva do Nordeste, na medida em que existem enunciados que apontam a região como possuidora de terreno semi-

árido; em que a seca é um fenômeno constante e com necessidade de programas emergenciais de assistência aos flagelados pela seca. Portanto, tem-se imagem de uma região carente de recursos, sobretudo.

O autor de *S. Francisco: Alves ataca políticos* e subtítulo *Ministro da Integração Regional diz que críticos do projeto bilionário de transposição de águas ganham com a seca* coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada (1) discurso direto, (2) discurso indireto, (3) modalização em discurso segundo, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político e eleitoral, (2) o político e jurídico, (3) o técnico e financeiro, (4) o técnico.

27) *S. Francisco: ministro lança obra (JT/SP)*

a) o autor mostra e reflete o efeito de sentido produzido pelas palavras do ministro da Integração Regional ao afirmar a natureza eleitoreira do projeto de transposição. O autor, composicionalmente, inicia, antes mesmo do título, com o discurso do ministro, utilizando as aspas, uma forma de representação mostrada marcada que indica o distanciamento que o autor estabelece com o discurso daquele.

b) constrói uma representação tanto positiva como negativa do projeto, na medida em que apresenta vozes a favor e contra.

Eis as vozes favoráveis: acabará com a carreira da indústria da seca e com o clientelismo, as frentes de emergências, dos negócios com carros-pipa e da corrupção de eleitores aliciados por esmolas. Essa posição é do ministro da Integração, Aluizio Alves. Eis as contrárias, através do discurso de Aluizio Alves: a

dos “reacionários do sul” que, na sua opinião, consideram o Nordeste como caso perdido; a dos políticos tradicionais do Nordeste, “que fazem carreira com a indústria da seca e não querem vê-la resolvida”; e a dos desinformados. Nestes termos, entendemos que o enunciador está engajado na primeira posição.

c) constrói uma representação não positiva do Nordeste, na medida em que essa região é vista como carente.

O autor de *S. Francisco: ministro lança obra*, e que tem como subtítulo *Aluízio Alves admite que em retribuição, espera votos para os candidatos do Governo*, coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada: (1) aspas, (2) discurso direto, (3) discurso indireto, (4) glosa, e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político eleitoral, (2) o histórico-eleitoral, (3) o político-ideológico.

28) *Alves: ‘Reflexo eleitoreiro’ (JT/SP)*

a) o autor destaca os efeitos jurídicos (a Justiça Eleitoral) e políticos do pronunciamento do ministro da Integração Regional ao classificar sua proposta de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste de eleitoreiro. Conforme o autor, o ministro faz crítica à forma como suas palavras foram interpretadas pela imprensa e antigos adversários políticos.

b) constrói uma representação tanto positiva como negativa do projeto, na medida em que apresenta vozes a favor e contra o projeto.

A favor, tem a voz do ministro da Integração Regional, ao afirmar que a obra refere-se a um projeto de muita maturidade e que, desde a época do império, já

fazia parte das propostas administrativas do governo daquele período histórico. Contra o projeto, há as vozes da imprensa e dos adversários políticos de Aluízio Alves. Tais vozes chegam por meio do ministro da Integração Regional, onde o autor utiliza a forma de representação aspeada, num procedimento em que se distancia das palavras do ministro. Nestes termos, entende-se que o autor está engajado na primeira posição.

c) constrói uma representação não positiva do Nordeste, na medida em que essa região é vista como carente.

O autor de *ALVES: 'REFLEXO ELEITOREIRO'*, com subtítulo *Ministro se defende acusando "velhos inimigos"*, coloca em funcionamento marcas lingüísticas de inserção do discurso-outro, através das formas marcadas de heterogeneidade mostrada: (1) aspas, (2) negrito, (3) discurso direto, (4) discurso indireto, (5) modalização em discurso segundo), e da forma não-marcada de heterogeneidade mostrada (1) metáfora; atravessando seu enunciado na ordem da heterogeneidade constitutiva com os discursos (1) o político, (2) o jurídico-eleitoral, (3) o político-eleitoral.

Conclusão

Vimos que, em Mikhail Bakhtin, todo e qualquer enunciado é dialógico, e que o tempo, o espaço e a situação delimitam o momento de uma enunciação. Isso traz conseqüências à compreensão das noções de tema e significado, pois o sentido de um enunciado está delimitado na relação com tais dimensões. Já a teoria das heterogeneidades enunciativas, desenvolvida por Authier-Revuz, mostrou-nos que o *outro* está necessariamente presente no modo de organização e constituição do discurso em duas ordens, mostradas e constitutivas.

Com a utilização dessas duas perspectivas teóricas, que nos ajudam a refletir a questão da alteridade da linguagem e a relação da significação com as situações históricas, efetivamos uma análise dos enunciados circulados em 1994 nos jornais *Gazeta do Oeste*, *O Mossoroense*, *Diário de Natal* e *Tribuna do Norte* do Rio Grande do Norte e *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde* de São Paulo, que falam do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Paraíba.

A análise persegue dois objetivos básicos: a) detectar a representação que os jornais potiguares e paulistas fazem do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste; e b) verificar como essa representação é feita discursivamente.

Após a análise de vinte e oito enunciados, constatamos que os discursos político-administrativo, político-econômico, político eleitoral, político de irrigação e o político externo são os mais utilizados nos jornais do Rio Grande do Norte e o

político-administrativo, político econômico, político eleitoral, político de irrigação, técnico e o político-financeiro são os mais utilizados nos de São Paulo.

A existência desses discursos deve-se: a) ao próprio tema, por tratar-se de uma questão polêmica da época envolvendo interesses regionais e nacional; b) ao quadro histórico de 1994. Este ano é um período de crise na conjuntura econômica do país, sobretudo no Nordeste: péssimas condições de vida, motivadas não somente pelos efeitos da seca em seus estados, mas também pela má distribuição de renda em um país com mais de 32 milhões de brasileiros na indigência; e, finalmente, este é um ano marcado por eleições para presidente e vice-presidente, senador, governador, deputado federal e estadual. Tal situação gera intensos debates na imprensa falada e escrita de todo o país, invocando aspectos que se materializaram em vários tipos de discurso. Tais elementos dominavam a configuração histórica deste período, que confirmam a existência, nos jornais potiguares e paulistas, de enunciados que falam a respeito do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste.

Tem-se uma representação positiva do projeto nos jornais do Nordeste, na medida em que o constroem enunciativamente como necessário na solução de inúmeros problemas, como os efeitos da seca no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará. Em contrapartida, os jornais de São Paulo constroem uma imagem negativa do projeto, na medida em que o classificam como eleitoreiro, não viável, com ausência de condições técnicas para sua execução, ou seja, não é necessário. Vale ressaltar que tais posições não se presentificam nos jornais dessas regiões, em maioria absoluta. Assim, tanto os jornais potiguares como os paulistas constroem representações distintas do projeto de transposição.

Constatamos também que nos jornais do Nordeste predomina uma linguagem mais subjetiva e mais política, haja vista seus enunciadores, em sua grande maioria, participarem efetivamente da vida política partidária ou mesmo já terem ocupado cargos políticos em diversas esferas do poder. Vale ressaltar que tais enunciados, em grande maioria, são assinados. Por sua vez, os jornais de São Paulo utilizam uma linguagem predominantemente não-subjetiva e menos política, haja vista seus enunciadores não pertencerem diretamente à esfera política, os enunciados são mais informativos, mais técnicos; alguns dos enunciadores não tomam uma posição explícita sobre o projeto de transposição, mas grande parte dos enunciados recebe assinaturas.

Os discursos que dialogam com os enunciados dos jornais do Nordeste e de São Paulo, na construção da representação do projeto de transposição, basicamente são os mesmos, havendo uma forte incidência, nos enunciados dos jornais paulistas, de diálogos com os discursos técnico e eleitoral.

No que concerne aos principais procedimentos enunciativos da ordem das heterogeneidades mostradas marcadas e não-marcadas, constatamos que a negação, glosa, aspas, discurso direto, discurso indireto e a metáfora foram as mais utilizadas nos jornais potiguares, enquanto a glosa, aspas, discurso direto, discurso indireto, modalização em discurso segundo e a metáfora e personificação presentes nos jornais paulistas foram os recursos mais utilizados na construção dessa representação, respectivamente.

Um fato considerado interessante constatamos nesta reflexão. Trata-se da representação do Nordeste feita pelos jornais do Nordeste e São Paulo. Os primeiros o vêem como uma região carente, pobre, submetida às condições de outras regiões e sem recursos; os segundos, uma região também carente,

população com miséria, pobre, sofrida e com necessidades. O que observamos é que tanto os jornais potiguares como os paulistas promovem uma imagem que consideramos negativa dessa região, ambos têm uma posição homogênea a respeito do espaço nordestino.

Finalmente, podemos concluir que os enunciados desenvolvidos nos jornais do Nordeste e São Paulo, na medida em que constroem diferentes formas de representação do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco para quatro estados do Nordeste, permitem-nos classificá-los de posições enunciativas heterogêneas.

Referências bibliográficas

AA define início da transposição. *Diário de Natal*, Natal, p. 5, 12 ago. 1994.

ALVES, Agnelo. A utopia, o sonho, as águas.. *Tribuna do Norte*, Natal, Opinião, Espaço Livre, 03 jul. 1994, p. 2.

ALVES, Aluizio. O Projeto do São Francisco. *Tribuna do Norte*, Natal, Opinião, Espaço Livre, p. 2, 1994.

ALVES, Aluizio. O sonho do São Francisco. *Tribuna do Norte*, Natal, 17 ago. 1994. Opinião, p. 4.

Alves: 'Reflexo eleitoreiro'. *Jornal da Tarde*, Natal, 30 ago. 1994.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Tradução: Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. ORLANDI, Eni Pulcinelle e GERALDI, João Wanderley. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, n. 19, 1990, p. 25-42.

_____. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. Tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. In: *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*: Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. ISBN 85-7430-440-9.

BACILAR, Bacelar. A Bahia e o velho Chico. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 Jun. 1994, Dinheiro, p. 2.

BAKHTIN, Mikhail. (V. N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do Modelo Sociológico na Ciência da Linguagem*. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. Prefácio: Roman Jakobson. Apresentação: Marina Yaguello. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 197p.

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Hucitec, 1988. 440p. ISBN 85-271-0073-8.

_____. *Estética da criação verbal*. Tradução: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira; revisão da tradução: Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 421 p. ISBN 85-336-0075-5.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévsky*. Tradução: Paulo Bezerra. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 275 p. ISBN 85 218 0309 5.

BARBOSA, A. Projeto deverá atender a quatro Estados. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jul de 1994. Editoria, p. 1-4.

BARROS, Diana Luz Pessoa. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, Carlos Alberto, TEZZA, Cristóvão e CASTRO, Gilberto (Orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 1999, 365p. ISBN 85-7335-008-3.

_____. Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: BARROS, D. L. P. e FIORIN, J. L. (Orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. 2. ed. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2003, 81p. ISBN 85-314-0261-1.

BERABA, Marcelo Beraba. Eleição e irrigação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 18 jul. 1994, Opinião, p. 2.

BIANCHETTI, Lucídio (Org.). *Trama & Texto: leitura crítica, escrita criativa*. São Paulo: Plexus, 1996, v. 1, 192 p. ISBN 85-85689-10-2.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas/SP; Editora da UNICAMP, 1996, 266p. (Coleção Viagens da Voz). ISBN 85-268-0365-4.

_____. (Org.). *Bakhtin: conceitos chaves*. São Paulo: Contexto, 2005. 223p. ISBN 85-7244-290-1.

BRASÍLIA (AE/DN). Itamar quer apressar empréstimo para obras de transposição do rio. *Diário de Natal*, Natal, p. 4, 07 jul. 1994.

BRASÍLIA (Meridional). Itamar cria projeto de transposição das águas. *Diário de Natal*, Natal, p. 3, 07 jul. 1994.

CASADO, José. Ministro lança obra sem verba orçamentária. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 18 jun. 1994.

COELHO, Rubens. A transposição corre risco. *Gazeta do Oeste*, Mossoró, 06 agos. 1994. Opinião, p. 2.

EDITORIA BRASIL. Projeto do São Francisco opõe Ricupero a Itamar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 jul. 1994, Irrigação, p. 12.

EDITORIA. Nordeste ganha obra faraônica contra a seca. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 abr. 1994. Brasil, p. 10.

EVELIN, Guilherme. Ricupero rejeita projeto de irrigação. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 11 jun. 1994.

FALCÃO, João Emílio. O velho Chico e as urnas. *Tribuna do Norte*, Natal, 1994.

FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 26 jul 1994. Painel do leitor, Editoria, p. 1-3.

GUERRA dos Canudos. Direção de Sérgio Rezende. Produção de Mariza Leão. Roteiro de Jorge Rezende e Paulo Pain. São Paulo: ICI, 1997. 1 videocassete (187m), NTSC/VHS, son., color. (História).

GUERRA, V. B. Água do São Francisco para o semi-árido. *Gazeta do Oeste*, Mossoró, 22 de mai. de 1994. s/p.

GUERRA, Valter de Brito. Água do São Francisco para o semi-árido. *Gazeta do Oeste*, Mossoró, 22 mai. 1994. Artigos, Opinião, p. 6.

LINHARES, Emerson. A transposição intransponível. *Gazeta do Oeste*, Mossoró, 19 agos. 1994. Opinião, p. 2.

MARTINS, Magno. Aluísio censura FHC sobre obra. *Diário de Natal*, Natal, p. 3, 26 ago. 1994.

MARTINS, Manuel L. Reflexões I: Chegando água do R. S. Francisco aos sertões *O Mossoroense*, Mossoró, 17 jun. 1994. Opinião, p. 2.

MENDES, Vannildo. S. Francisco: ministro lança obra. *Jornal da Tarde*, Natal, 23 agos. 1994.

MORAIS, Márcio de e BERGAMASCHI, Mara. Desvio do São Francisco cauda polêmica. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 1994.

NETO, Crispiniano. Aluízio não tem mais direito a perseguição política. *O Mossoroense*, Mossoró, 16 jun. 1994. Prosa & Verso, p. 5.

NETO, João Cabral de Melo. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, S. A., 1994.

Preconceito contra o Nordeste. *Tribuna do Norte*, Natal, Política, 1994.

Projeto faraônico. *Jornal da Tarde*, Natal, 27 jun. 1994.

QUEIROZ, C. Transposição. *Gazeta do Oeste*, Mossoró, 18 de ago. de 1994. Penso, Logo ..., p. 5.

Revivendo os projetos faraônicos. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 1994.

ROSADO, Laíre. Análise & Fatos. *O Mossoroense*, Mossoró, 13 mai. 1994. Opinião, p.2.

ROSADO, Laíre. Análise & Fatos. *O Mossoroense*, Mossoró, 26 mai. 1994. Opinião, p.2.

S. Francisco: Alves ataca políticos. *Jornal da Tarde*, Natal, 25 jul. 1994.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye, com a colaboração de Alberto Riedlinger. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SEIDL, A. C. PT quer safra de 100 milhões de toneladas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 6 jul. 1994. Editoria, p. 1-5.

SOUZA, N. L. Sonho nordestino. *Gazeta do Oeste*, Mossoró, 20 fev. 1994, Opinião. p.17.

SOUZA, Ney Lopes. Sonho nordestino. *Gazeta do Oeste*, Mossoró, 20 fev. 1994. Cidades, Opinião, p. 6.

TEIXEIRA, Marlene. Discurso e trabalho: uma proposta de intervenção. In: *Letras Hoje*. Porto Alegre, v. 36, nº 4, p. 183-202, dezembro, 2001.

VILLA, Marco Antonio. *Que braseiro, que fornalha*. Extraído da Revista Nossa História - Abril de 2005. Site: <http://www.nossahistoria.net/Default.aspx?PortalId=-1&TabId=-1&MenuId=-1&pagId=HMJCTLPM>.

Anexo 01

– *Gazeta do Oeste*

Enunciado 01

OPINIÃO

SONHO NORDESTINO

Por *Ney Lopes de Souza*

Na hora em que a campanha eleitoral leva idéias ao debate nunca é demais lembrar a irrigação como única solução para o Nordeste. Com US\$ 3.000 dólares de investimento cria-se um emprego, com retorno desse investimento a curto prazo, para uso em outros setores. Isto está sendo provado no Baixo Assu. É necessário pensar o Nordeste globalmente. Sem paternalismos. Sem favores. Mas com tratamento diferenciado dentro da federação. E aí surge a tese de derivação das águas do São Francisco para irrigar o semi-árido regional.

Das discussões até agora realizadas o caminho certo é o de encaminhar as águas do São Francisco para os vales ou bacias hidrográficas dos rios secos da região, inundando-os. E tudo tem início na perenização dos rios Assu e Jaguaribe com a oferta de 600 quilômetros de área irrigada, formando imenso vale úmido para a agricultura, em pleno período de seca. Essa primeira etapa já permitiria lançar água por gravidade para abastecer açudes e represas nas terras mais atingidas do Ceará e RN.

Caso algum dia venha a ser candidato ao Governo do RN, pregarei um acordo, já em campanha, com o governador do Ceará para juntos fazermos essa perenização do Assu e Jaguaribe. A obra não envolve gastos com adutoras, recalques, bombeamento, usinas, barragens, energia elétrica. Será apenas um novo rio, artificial, canal ou, um braço do São Francisco. E mais: tornará navegável os dois mais importantes rios do CE e RN, facilitando o comércio com o transporte fluvial. Fará o mesmo papel que desempenha o rio Reno no sul da Alemanha. Tudo pode ser obtido por gravidade (custo menor), já que o nível do leito de São Francisco em Cabrobó está na cota de 350 metros acima do nível do mar e, portanto, mais alto do que o curso médio dos rios Assu e Jaguaribe, permitindo a descida das águas, enchendo perenemente os dois maiores rios secos do Nordeste.

Na minha vida pública este sonho sempre levarei comigo. Porque, como UNAMUNO, é bom sonhar com o absurdo, para conseguir o impossível.

Anexo 02

Enunciado 02

OPINIÃO

Água do São Francisco para o semi-árido

Por *Válter de Brito Guerra*

O estudo das secas do Nordeste não é coisa nova. Governos, parlamentares, estudiosos e técnicos, há bastante tempo vêm se preocupando com o assunto, apontando soluções para reduzir os desastrosos efeitos do fenômeno.

Por volta de 1847, Marco Macedo lembrou a idéia de canalizar as águas do rio São Francisco em direção ao rio Salgado, formador do Jaguaribe, visando ao fornecimento d'água para outras regiões. É curioso notar que a idéia não era nova. No governo de D. João VI, houve uma recomendação, no sentido de se estudar a viabilidade daquele projeto.

E agora, decorridos mais de cem anos, depois da recomendação de D. João VI e da idéia de Marco Macedo, vem o senhor ministro da Integração Regional, finalmente, anunciar o milagre da inundação de semi-árido, com águas do São Francisco.

Há quem considere tratar-se de uma obra mirabolante, faraônica, de custo elevadíssimo. Mas, se há recurso para tanto, que seja construída. E que o gravíssimo problema da seca, que nos parece insolúvel, seja pelo menos amenizado.

O que nos surpreende, diante dessa fantástica e quase inesperada decisão, é que, enquanto a barragem de Santa Cruz, em Apodi, grita por recursos, com suas obras paralisadas há mais de dois anos, de repente milhões de dólares são conseguidos para canalizar as águas do São Francisco. A barragem de Santa Cruz tem duas finalidades vitais: o abastecimento d'água de Mossoró e a irrigação do vale do Apodi.

Li certa vez opinião de técnicos da Bahia, especialistas no assunto, contrária à transposição das águas do São Francisco para outras regiões, alegando que as reservas hídricas do rio estavam comprometidas com diversos projetos. Não disponho de elementos para discutir este aspecto. É apenas um registro do que tive a oportunidade de ler, faz algum tempo.

De qualquer maneira o assunto ressurgiu, volta à tona, ganha as manchetes dos jornais, do rádio e da televisão. E o povo acompanha, com muita curiosidade, as notícias garantindo a redenção do Nordeste, com as águas do generoso rio.

É bom lembrar que estamos dentro de um ano político, cuja campanha se prenuncia acirrada, quando é comum surgirem promessas dessa natureza, que podem render, ou não, dividendos eleitorais.

Não diria ser uma utopia trazer a água do importante rio para a região semi-árida do Nordeste, mas um velho sonho, o qual desejaria ver realizado, inundando as terras do Vale e Chapada do Apodi.

Anexo 03

Enunciado 03

OPINIÃO

A transposição corre risco

Rubens Coelho

O projeto de transposição do Rio São Francisco como solução para o secular problema da seca no semi-árido nordestino tem sofrido acirrada oposição de significativos setores: econômicos, políticos e principalmente da grande imprensa situada da Bahia ao Rio Grande do Sul. Toda ela está fazendo coro e veladas críticas à execução do referido projeto. São matérias que se repetem dedicadas à tentativa de demonstrar sua inviabilidade. Os argumentos são os mais variados, ora é o de que o rio não tem água suficiente para ser desviada e, caso acontecesse, poderia prejudicar os projetos já existentes em seu curso. Essa tese ficou comprovadamente desprovida de valor técnico, já que menos de 3% de suas águas que são normalmente despejadas no oceano Atlântico é que seriam retiradas. Ou então alegam falta de recursos. Outra balela, pois o Ministério da Integração Regional demonstrou que o Governo Federal gastou muito mais durante o atendimento aos emergenciados da seca, que consumiu em torno de dois bilhões de dólares em obras assistencialistas sem nenhum resultado definitivo. Enquanto a primeira etapa do projeto não consumirá nem a metade desse dinheiro e sendo um investimento que tem o custo-benefício infinitamente superior a qualquer emergência que se faça.

Não nos iludamos, a transposição do Velho Chico fere antigos e fortíssimos interesses localizados, principalmente na região Sudeste que sempre atuaram no sentido da manutenção hegemônica economicamente sobre as demais áreas do país e especialmente do Nordeste, tradicional fornecedor de matéria-prima e de mão-de-obra a preços aviltantes. Essa política de subcolonização interna não vai ser fácil de se destruir. E a transposição do São Francisco, sem dúvida, é uma possibilidade de acontecer, de acabar com essa desigualdade cruel.

As pressões contrárias têm sido imensas e não podemos, em absoluto, ficar passíveis diante delas, por entendermos ser o mais importante projeto de desenvolvimento regional para o semi-árido nordestino e sua execução crucial para a redenção do seu povo da fome e da miséria que lhes têm castigado pelo tempo afora. Portanto, é imprescindível a mobilização em defesa desse projeto para que ele seja imediatamente executado e não jogado para um futuro incerto, como tem acontecido de outras vezes. Não deixemos passar esse momento.

A propósito, seria bom que aproveitássemos a oportunidade para cobrarmos uma posição firme e concreta dos nossos políticos que estão concorrendo às eleições em relação ao assunto, inclusive os presidenciáveis. Aqueles que se colocam contrários ao projeto não devem, de forma alguma, merecer os votos dos conterrâneos. É a nossa vez de nos fazermos ouvidos.

Anexo 04

Enunciado 04

OPINIÃO

A transposição intransponível

Por *Emerson Linhares*

O projeto de transposição das águas do Rio São Francisco coloca-nos em dúvida quanto à sua validade. Tanto sobre o montante a ser empregado – U\$ 2 bilhões -, como pela “intenção” de beneficiamento aos agricultores nordestinos em época pré-eleitoral. É de longe sabido que há anos a região Nordeste é um forte curral eleitoral, sendo que os detentores do poder se aproveitam dessa mazela para tirar dividendos políticos e deixando o povo pobre cada vez mais pobre.

Não seria essa intenção face à execução do projeto? Ou seja: tirar dividendos políticos, oferecendo as águas do São Francisco em troca de voto!? Nitidamente, em primeira hipótese, poderíamos dizer que **sim** com chances remotas de ser um **não**. Ora, só em se tratando de existência desse projeto – se não me engano são mais de cem anos -, o “desconfiômetro” fica louco, aqui e alhures. Não é segredo afirmar que uma das principais saídas para se acabar com a estiagem é a irrigação, mas a irrigação sem água é impossível.

Outro questionamento levantado é sobre a “pressa”, no tocante à realização da transposição. É dever da União levar em consideração riscos ambientais, fatores prejudiciais aos estados que sobrevivem das águas do referido rio, condições econômicas e, ao meu ver, a principal, **intenções políticas**. Não basta o ministro Aluizio Alves dizer que irá tocar adiante, e pronto. Toda a sociedade tem que estar a par do assunto. De onde vai se tirar dinheiro? Claro que do bolso do contribuinte. O que não é nenhuma novidade.

Ademais, o que deixa a desejar é justamente a falta de conversação com a sociedade. O Brasil se vangloria por ser um país democrático, mas países democráticos devem conversar com o seu povo, saber deles os prós e os contras, deixar respondida a mais simples dúvida, porém, nada disso acontece. Gastar o dinheiro do contribuinte e arrebatando o voto do sofrido povo é bem mais fácil.

Noutro ponto de vista, poderia ser discutida a transposição das águas do Rio Amazonas, onde se verificaria, apenas, um possível impacto ambiental, já que cidades populosas talvez não fossem bastante prejudicadas com essa transposição. Trata-se de uma alternativa que deve ser, de fato e de direito, estudada nos mínimos detalhes.

Sintetizamos: esse projeto de transposição das águas do São Francisco tem que ser reavaliado e amplamente discutido, com os mais variados setores sociais. Sem isso não há democracia. E mais: “de esmola grande, até santo desconfia”.

Anexo 05

– O Mossoroense

Enunciado 01

OPINIÃO

Por *Laíre Rosado*

Estive no Ministério da Integração Regional, ontem, em companhia do diretor da ESAM, professor Joaquim Amaro. Desde que tomei conhecimento do Projeto de Transposição das Águas do São Francisco que comecei a imaginar o que poderia ser trazido para a nossa região, relacionado à execução dessa obra.

Em 1992, tínhamos procurado, junto à Secretaria Nacional de Irrigação, a aprovação de projetos de preparação de mão-de-obra especializada para o semi-árido. A idéia não prosperou, por falta de recursos ou mesmo, de interesse dos seus dirigentes, àquela época.

Com o Ministro Aluízio Alves, a conversa foi diferente. A perenização dos rios nordestinos, possibilitará a irrigação de 1.200.00 hectares, no período de 6 anos. A ESAM, como todos sabem, é a única escola superior de agronomia localizada no semi-árido. O que se discutiu foi a possibilidade de treinamento de técnicos em irrigação, por professores da ESAM.

O escritório para a execução do projeto de transposição terá sua sede em Souza, na Paraíba. A preparação da mão-de-obra especializada em irrigação ficará em Mossoró. Isso ficou decidido de imediato pelo ministro Aluízio que, inclusive, recebeu estudos técnicos sobre o assunto das mãos do professor Joaquim Amaro.

Fiz o convite para que Aluízio venha a Mossoró. É importante discutir com os habitantes da região da Chapada do Apodi, a modificação em torno desse projeto, suas conseqüências e seus benefícios, o futuro das barragens de Santa Cruz e Oiticica e a repercussão na economia do Rio Grande do Norte.

Depois desse encontro, estive com o ex-ministro da irrigação, Vicente Fialho, com quem sempre discuto os projetos de interesse de uma mesma região, o Apodi, defendendo a criação de um “cinturão d’água” em torno da chapada. Como patrocinador do projeto técnico da barragem de Santa Cruz, e defensor do Projeto São Francisco, admitiu comparecer a esse encontro, respaldando ainda mais o acerto desse projeto, que será a redenção do nordeste.

Anexo 06

Enunciado 02

OPINIÃO

(Análise & Fatos)

Por *Laíre Rosado*

Na reunião da bancada federal com o governador Vivaldo Costa, no início desta semana, foram discutidas as emendas orçamentárias, prioritárias para o Rio Grande do Norte. A exemplo do que acontecera no governo José Agripino, os parlamentares voltaram a se unir, defendendo os interesses do nosso Estado.

Fiquei surpreso com duas colocações. O governador e a bancada, a exceção dos senadores Lavoisier Maia e Garibaldi Filho, não quiseram incluir as obras da Barragem da Santa Cruz e a recuperação da BR-405.

Discordando dessa colocação, incluí entre as minhas emendas, recursos destinados a essas duas importantes obras. Não posso entender como elas podem ser retiradas, quando os problemas ainda continuam existindo.

Com relação ao Santa Cruz, foi dito que a transposição das águas do São Francisco dispensaria esse projeto. Esse argumento não é válido pois, no semi-árido, quanto maior a quantidade de água armazenada, melhor será para a região.

Deve-se considerar ainda que 12% dessas obras já foram construídas, e que não se pode manipular a coisa pública dessa maneira. Além de armazenar a água, a barragem estará disciplinando as águas do rio Apodi/Mossoró, prevenindo contra as cheias.

Quanto à estrada, não há nem o que discutir. Quem viaja pelas BRs, principalmente as 405 e 110, pode constatar que elas estão piores a cada dia que passa. A recuperação é necessária, e o mais urgente possível.

Com o limite de apenas 25 propostas de emenda ao orçamento, por parlamentar, ficou muito difícil o atendimento a todas as nossas necessidades. Depois, nem ao menos sabemos se elas serão integralmente aprovadas.

Em relação às outras emendas, não houve dificuldades. Todas foram mantidas e serão encaminhadas, subscritas por cada um dos representantes do Rio Grande do Norte. Somente essas duas é que não receberam a aprovação de todos mas, assumi, a responsabilidade pela sua apresentação.

O que deve ser ressaltado é que, mesmo com a campanha eleitoral praticamente iniciada, os candidatos que irão se defrontar no próximo pleito preferiram esse último entendimento administrativo, para se conseguir melhores resultados para o Estado. Esse fato, no meu entendimento, deverá ser uma constante, daqui por diante, qualquer que seja o resultado das urnas.

Anexo 07

Enunciado 03

OPINIÃO

Aluízio não tem mais direito à perseguição política

Por *Crispiniano Neto*

O Ministro Aluízio Alves chega hoje a Mossoró para discutir com a sociedade local, um dos temas mais importantes deste final de século para o semi-árido nordestino, que é a transposição das águas do Rio São Francisco.

Entendemos que o Ministro está querendo encerrar com chave de ouro a carreira política edificando uma obra tão importante para a região onde nasceu. Tendo sido ele que trouxe a energia de São Francisco para o Rio Grande do Norte, quer agora marcar sua passagem meteórica pelo Ministério da Integração Regional, como o homem que acabou com o flagelo das secas.

É elogiável a coragem do ministro. E por mais controvérsias que possam acontecer em relação à obra em si, não se pode deixar de aplaudir esta iniciativa.

O que não está dando para entender é que um Ministro de Estado, preocupado com um projeto de tanta significação esteja encontrando tempo para uma pinimba, uma picuinha, uma briguinta de comadres que rebaixa sua postura ministerial, avilta a sua biografia e prejudica gravemente os pequenos produtores rurais do Rio Grande do Norte.

Falo da perseguição que o ministro vem implementando contra o PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor. Um programa de grande importância para os pobres da agricultura nordestina. Pobres estes que não têm qualquer culpa se José Agripino e seus cabras da peste, estão fazendo politicagem com o dinheiro, a partir do nome Vontade da Gente, que remete muito claramente ao slogan de campanha Vontade do Povo, que Agripino queria colocar e não foi aceito por nós do Movimento sindical e popular rural, numa reunião a que esteve presente em Natal.

José Agripino não tem o direito de fazer uso político do programa. Mas Aluízio Alves também não tem o direito de fazer uso político da suspensão do programa.

Existe desvio em alguns municípios. A FETARN já constatou isto, o gabinete do deputado Júnior Souto também já constatou e denunciou aos quatro ventos. A SUDENE constatou quais são as irregularidades, onde elas estão acontecendo e quanto custam. Então que se tomem as providências se punam os culpados.

O que não se pode acontecer é o Ministro ficar retendo ilegal e injustamente o dinheiro dos municípios e das comunidades onde as coisas estão acontecendo com seriedade e totalmente de acordo com os objetivos da PAPP.

O ministro Aluízio Alves, não tem mais idade para atitudes tão tacanhas. Quem chega ao fim do século construindo o canal São Francisco, não tem o direito de resgatar a politiquice do ódio praticada no início dos anos 60. É bom que o Ministro saiba que seu governo é hoje mais lembrado pelo povão, como o Governo da perseguição ferrenha aos adversários, com as famosas transferências ridículas, estúpidas e inválidas que procedeu, do que como governo que trouxe a energia de Paulo Afonso e introduziu o importantíssimo método de alfabetização de Paulo Freire, no Rio Grande do Norte.

Anexo 08

Enunciado 04

OPINIÃO

Reflexões I: Chegando água do Rio São Francisco aos sertões

Por Manuel Lopez Martins

Nos sentimos extremamente felizes (como Nordestinos de coração) pela tão grata, suprema e ansiada notícia de que, em breve chegará água do Rio São Francisco aos sertões do Nordeste.

Imaginemos que já estão inaugurando canais; começando as festas; fogos de artifícios explodindo; os sinos das Igrejas esquentando de tanto bater; saciando a sede; trocando-se latas por torneiras borbulhantes; enchendo de alegria rostos tristes; cancioneiros e repentistas sem parar; forró dia e noite; horizontes brilhando de esperança: adeus a pedra de sal, a tristes partidas e a vaquinha engordando para suportar o seu chocalho; escolas e universidades ampliando-se; inaugurando-se cooperativas e agências bancárias; reciclando-se o plástico para confeccionar centenas e mais centenas de quilômetros de mangueiras; reuniões com técnicos discutindo programas de trabalho; preparando-se a terra, a semente e mudas. Por toda parte escutando-se gritos de alvoroço: Olha a terra “namorada” recebendo o tão úmido primeiro beijo de seu “amado”, o velho Chico.

Chegou a hora das reflexões. Permitamos que falemos de rigorosa economia de água, não se poderá imitar o esbanjamento do vale do São Francisco e outros lugares. O consumo deverá ficar limitado, estritamente à necessidade das plantas principalmente porque deve-se supor o pagamento de uma tarifa. Esta economia se traduzirá em duplicar a área, a produção, os empregos, renda, impostos e divisas.

Esta felicidade de alcance ilimitado não se restringirá somente a irrigação, além de beneficiar os centros urbanos, recuperará barragens salinizadas que não são poucas. Os aquíferos sob e sub placas tectônicas em perigo de salinização.

Anexo 09

– *Diário de Natal*

Enunciado 01

OPINIÃO

AA define início da transposição

Com a oposição do Ministério da Fazenda e sem um centavo para financiar o investimento, o ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, marcou a data para “início dos trabalhos” de transposição das águas do rio São Francisco. De acordo com o fax enviado ontem pelo ministro aos governadores de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – atingidos pelo desvio do rio – o projeto começa no dia 22.

O Ministério da Integração Regional informou que em agosto os projetos de engenharia, os relatórios de impacto ambiental e os estudos sobre aproveitamento dos recursos hídricos estarão em andamento. Apesar de não dispor de recursos orçamentários para a obra, com custo estimado em US\$ 2 bilhões, e já enfrentar contestações na Justiça sobre o edital de licitação, Aluizio Alves continua disposto a trazer as águas do São Francisco até seu Estado, o Rio Grande do Norte.

O entusiasmo do ministro aumentou depois que o presidente Itamar Franco baixou, segunda-feira (08), decreto classificando “de interesse da União” uma área de 915 mil hectares ao longo do canal hidrográfico de 116 quilômetros, projetado para ligar Cabrobó (PE) até Jati (CE). Isso significa que a área estará, mais tarde, sujeita a desapropriações. Aluizio Alves pretende visitar, dia 22, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará para lançar oficialmente o “início das obras”.

A decisão de Alves, classificada pelos adversários de “oportunisto eleitoral”, recebeu críticas no Senado. “Se não tem verba, a obra não pode começar porque estará fora da legalidade da administração”, argumentou o senador Josaphat Marinho (PFL-BA). Como toda a bancada baiana no Congresso, Marinho sustenta que o projeto é tecnicamente inviável. De acordo com o senador, o Conselho Estadual de Cultura da Bahia já encaminhou ao Ministério Público representação, assinada por dezenas de empresários, produtores rurais e trabalhadores, contra a obra.

Para rebater as críticas sobre a falta de dinheiro, Aluizio Alves diz que a primeira fase da obra, estimada em US\$ 600 milhões, “deverá ser financiada pelo Banco Mundial e por um consórcio de bancos europeus e japoneses”. Alves e o ministro do Planejamento, Beni Veras, outro entusiasta do projeto, pretendem enviar um grupo interministerial a Washington na próxima semana em busca de empréstimos. Esta iniciativa do governo está sendo questionada.

Anexo 10

Enunciado 02

OPINIÃO

Aluizio censura FHC sobre obra

Por *Magno Martins*
Ag. Meridional

Irritado com a postura assumida pelo candidato tucano Fernando Henrique Cardoso, contrária à transposição do rio São Francisco, o ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, afirmou, ontem, que o Nordeste pode se rebelar contra FHC. “O candidato governista vai despencar nas pesquisas de continuar falando mal da obra”, preveu o ministro, ao reafirmar suas declarações de que o desvio do rio é eleitoreiro. Alves informou que já começou a pinçar a defesa que irá encaminhar ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), explicando as razões que o motivaram a afirmar que o projeto, por ele próprio defendido no Governo, é eleitoreiro.

“Eu mantenho a informação de que a obra é eleitoreira, como é eleitoreira toda obra que o governo realiza. Só nas ditaduras é que o povo se manifesta através do plebiscito ou referendun, ou não se manifesta com medo do exílio, prisão ou um processo. Nas democracias, a manifestação do povo se dá através do voto. Os governos fazem pesquisas para saber se as obras têm aprovação ou se os seus programas são aprovados. Nesse sentido, o Real é eleitoreiro, o desvio da bacia do São Francisco é eleitoreiro”, afirmou.

O ministro acha que não expõe o Governo Itamar, ao afirmar que até o Real é eleitoreiro. “Eu estaria colocando o presidente numa situação constrangedora se dissesse que tal obra estava sendo criada para eleger fulano de tal. Mas no caso da transposição, especificamente, isso não corre, porque eu não estou apoiando o candidato do Governo. Quanto ao Real, ele é eleitoreiro se formos analisá-lo dentro da ótica de um regime democrático, onde os programas e as obras são avaliadas junto à população por meio de pesquisas. E o Real está aprovado por manifestação da população. Num regime fechado, isso não ocorreria”, observou.

Recursos – O ministro da Integração Regional, que ontem teve mais uma reunião na presidência do Banco do Brasil para, segundo ele, apresentar os recursos do projeto de transposição, disse que no Nordeste há um sentimento de que Fernando Henrique Cardoso venha a despencar nas pesquisas, da mesma forma como ocorreu agora com Lula, o candidato do PT.

“Não se pode trabalhar contra uma obra que é exigida pela população”, disse Alves, referindo-se às manifestações do candidato tucano contra a transposição. O ministro informou que estava ontem em Fortaleza, onde foi deflagrado um movimento em defesa da obra por uma rede de farmácias e que já conta com a assinatura de 650 mil pessoas. Adiantou que em Natal há documento contendo a assinatura de mais de 50 mil pessoas.

“O candidato do Governo muda muito de opinião. Quando chega num Estado favorável ele diz que apóia mas quando chega na Bahia, onde temos a oposição de ACM, ele muda completamente de pensamento. Talvez ele esteja fazendo conciliações transitórias, que certamente irão acabar em 3 de outubro”, alfinetou o ministro da Integração Regional.

Ele contesta a versão de que esteja isolado dentro do Governo em defesa da transposição das águas do São Francisco, mas admitiu resistências: “Aqui e acolá a gente encontra alguma resistência ou uma má vontade, sobretudo de pessoas mais do Sul”, afirmou. O ministro disse que os recursos para a obra estão mais próximos de serem viabilizados. “Ao presidente do Banco do Brasil, com quem estive ontem, comuniquei que dois bancos americanos ofereceram propostas para financiar uma parte do projeto. E, já na próxima semana, ele (o presidente do BB) vai receber em seu gabinete representantes desses bancos aqui no Brasil”, disse o ministro.

Anexo 11

Enunciado 03

Reportagem

Itamar cria projeto de transposição das águas

BRASÍLIA (Meridional) – O presidente Itamar Franco assinou oficialmente ontem o decreto de criação do projeto de transposição do Rio São Francisco, que levará água de seis afluentes do rio para o Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco.

O texto também cria uma comissão interministerial para estudar aspectos de utilização de água e energia, e programa de educação nas áreas afetadas pelo projeto. O Ministério da Integração Regional presidirá a comissão.

O ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, diz que a primeira etapa do projeto começará dia 31 de outubro deste ano e deve estar concluída já em março de 1995. Nesta fase, está previsto o desvio de água do Cabrobó (PE) até Jati (CE), num percurso de cerca de 300 quilômetros.

Aluizio Alves diz que só a primeira etapa do projeto gerará mil empregos. O custo desta fase será de 500 milhões de dólares, que serão financiadas por agentes financeiros através de repasse ao Banco do Brasil e ao Banco do Nordeste.

Anexo 12

Enunciado 04

Reportagem

Itamar quer apressar empréstimo para obras de transposição de rio

BRASÍLIA (AE/DN) – O presidente Itamar Franco determinou ontem ao presidente do Banco do Brasil (BB), Alcir Calliari, que conclua nos próximos 15 dias os contatos com um “pool” de bancos europeus para conseguir empréstimo externo de US\$ 600 milhões (R\$ 552 milhões), que seria usado nas obras de transposição do Rio São Francisco, no Nordeste. O projeto, orçado em US\$ 2 bilhões (R\$ 1,84 bilhão), pretende reduzir os efeitos da seca em quatro Estados da região – Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

A decisão foi tomada em reunião, no Palácio do Planalto, da qual participaram os ministros da Fazenda, Rubens Ricuperro; da Integração Regional, Aluizio Alves; e do Planejamento, Beni Veras, além do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), na condição de representante da bancada nordestina. Segundo Lucena, o projeto é “viável economicamente” porque reduzirá em até 80% os programas emergenciais de combate à seca nos quatro Estados.

“Somente com as frentes de trabalho e distribuição de cestas de alimentos o Governo aplicou em 15 meses o custo total do empreendimento”, disse Lucena, acrescentando que as reações contrárias dos governos da Bahia e de Sergipe, que temem prejuízos em seus projetos de irrigação com a transposição das águas, são infundadas. Segundo ele, em 15 dias o Presidente receberá também um relatório de impacto ambiental do projeto. “Todos vão acabar compreendendo que trata-se da solução de um problema histórico”.

O Governo pretende obter, inicialmente, US\$ 280 milhões do empréstimo externo para marcar o início das obras, que serão feitas, em sua maior parte, por batalhões de engenharia do Exército. O próximo governo receberá o restante do dinheiro para concluir a primeira etapa do projeto e só então o Brasil estará em condições de negociar o financiamento dos US\$ 1,4 bilhão restantes com o Banco Mundial.

Anexo 13

– *Tribuna do Norte*

Enunciado 01

OPINIÃO

O Projeto do São Francisco

Por Aluizio Alves

Tenho evitado entrar em confronto com políticos desinformados ou interessados na manutenção da indústria da seca, com jornalistas e colunistas que repetem, sem exame, argumentos pueris e equivocados, sobre o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco.

Acho que meu dever essencial é cumprir a tarefa que me foi atribuída pelo presidente Itamar Franco ao receber, das mãos do presidente da Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira, a “Carta de Fortaleza”, preconizando, como solução contra os efeitos da seca, o sonho das águas do São Francisco para beneficiar os Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

E não ficar discutindo com quem está interessado em combater o projeto, por múltiplos interesses, e sem conhecê-lo.

Aos que queiram comprovar essa verdade, sugiro uma tática simples: quando alguém escrever ou falar sobre o projeto, e se a esse alguém tiver acesso, simplesmente perguntar: mas, como é o projeto? 99% dos interpelados terão de confessar que não o conhecem.

Lembro-me de um diálogo recente com alta autoridade, em Natal, perante alguns empresários.

– Até ontem, eu era contra o Projeto do São Francisco. Mas, ontem em Fortaleza, ouvi um amigo, que conhece bem o projeto, e hoje sou inteiramente favorável.

– Mas, o sr. Era contra por que?

– Porque não **conhecia** o projeto ...

Se isso acontece com uma autoridade pública, avaliemos o que ocorre em outros que são contrários porque são oposição ao governo; são contrários porque insensíveis ao drama do Nordeste; são contrários porque preferiam que a solução fosse executada por outro ministro, filiado ao seu partido; são contrários porque acham bonito e moderno falar “em meio ambiente”, sem jamais terem se lembrado dos efeitos da seca sobre o meio ambiente – a morte, pela fome, de pessoas e animais, a destruição da fauna e da flora, “um pesadelo de Deus”, que em ciclos cada vez mais frequentes se abate sobre mais de 30 milhões de brasileiros.

Convivendo há décadas com esta realidade, sou capaz de pôr, em cada uma dessas pobres molduras, o retrato dos que são contrários sob os mais variados pretextos:

1) a obra é “faraônica” – a mesma despesa de ano de seca, com suas esmolas e carros de pipas – e, neste ano, menos da sexta parte desse gasto.

2) estamos no final de governo, como se, presa a esse prazo, a administração tivesse de cruzar os braços, e deixar, em dois exemplos, que a inflação continuasse em mais 7.000% ao ano, e o Nordeste tivesse de aguardar novo governo, com risco de uma nova seca, sua destruição e sua despesa assistencial;

3) O governo não deve fazer obras em ano de eleição, e então, neste período, o governo só poderia ter trabalhado em 1991 e 1993, pois, eleições tivemos em 90, 92 e 94;

4) É preciso defender a região do impacto sobre o meio ambiente, como se não tivéssemos, desde a primeira hora, e por especial recomendação do presidente Itamar Franco, tomado todas as providências junto aos órgãos competentes, e até, mais do que isto: determinamos ao Dnocs (Departamento nacional de Obras Contra as secas), por portaria, que realizasse estudo também do impacto da seca e seus efeitos sobre o meio ambiente;

5) a despesa deste ano (US\$ 300 milhões) – não tirados diretamente do Tesouro, mas obtido em empréstimo de longo prazo – vai derrubar o Plano Real quando, ainda há poucos dias, o

governo liberou, por determinação do presidente, mais de US\$ 400 milhões para melhorar as condições de saúde e tentar regredir os 25% de aumento de mortalidade infantil na seca de 93, além de US\$ 500 milhões para conserto de estradas de rodagem.

Bom mesmo, para muitos desses opositores, políticos de máquinas viciadas, é o Nordeste dependente da indigência que fabrica votos em nome da fome e do desespero, ou dos pseudo-cientistas e ecologistas que fazem do meio-ambiente uma falsa bandeira, a fim de sair do anonimato para as manchetes dos jornais

Mas os grandes sonhos e as grandes obras não se deixam vencer pela resistência de interesses menores. E o presidente Itamar Franco sabe que esta é a sua hora, é a hora do Nordeste.

Anexo 14

Enunciado 02

OPINIÃO

O velho Chico e as urnas

Por João Emídio Falcão

O ministro Aluísio Alves, da Integração, criou grave obstáculo ao projeto de transposição das águas do São Francisco, ao reconhecer, com sinceridade, que é “eleitoreiro”. Na verdade, como acrescentou, o projeto é eleitoreiro porque atende a velho anseio da região, e o povo, naturalmente, ficará satisfeito. A sua finalidade não é vencer as eleições, e, sim, transpor as águas, e o voto, se houver, será de reconhecimento.

A declaração, franca e infeliz, desviou a questão. Não se debate mais a viabilidade técnica do projeto, sua consequência sócio-econômica, mas a influência eleitoral, pequena em termos proporcionais. Depois, o Ministro, antiga expressão do PMDB, sequer apóia o candidato pessoal do presidente da República. A ligeireza com que sepultaram o projeto técnico prejudica o Nordeste, que, desde 1855, quando se discutiu inicialmente essa possibilidade, aguarda seu exame com profundidade.

Garante o ministro Aluísio Alves que apenas 3% da descarga do São Francisco, da água lançada ao mar, serão empregados na perenização de rios do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, os mais atingidos pela seca. Esse percentual é muito inferior ao utilizado em projetos de irrigação da Bahia e Minas Gerais, onde começou a reação contra o projeto. O São Francisco é o rio de integração nacional e não privativo desses estados, e, mesmo se o fosse, não se justificariam os protestos.

Outra afirmativa do ministro Aluísio Alves, desprezada de propósito, é a de que o projeto de transposição custará, aproximadamente, R\$ 650 milhões. Pode ser que seja mas, todavia cabe aos opositores contestar e provar o equívoco. Admitido o total – R\$ 650 –, a quantia é irrisória, considerando-se que o Programa Nuclear custou R\$ 5 bilhões e, pelo menos até recentemente, pagávamos uma multa diária de R\$ 1 milhão para felicidade dos alemães. As usinas nucleares, uma piada sobre a megalomania, para não levantar outras suspeitas, são conhecidas como vaga-lumes.

Questiona-se, também, o risco da transposição prevista para o equilíbrio do regime do rio. Esse ponto, que deveria ser fundamental, pois não adianta perenizar quatro ou cinco rios por décadas ou séculos se matarmos o São Francisco, tem sido, infelizmente, deixado de lado.

A Nação ainda não recebeu um esclarecimento definitivo. Se houver esse risco, é claro que o projeto torna-se inviável.

Fala-se muito na preservação ecológica. É uma preocupação admirável, que tem, no entanto, o defeito da hipocrisia. Os rios nacionais estão, quase todos, abandonados, poluídos, assoreados. Aqui e ali, no Guaíba e no Tietê, são, de vez em quando, tomados de algumas providências. O próprio São Francisco, de acordo com estudos oficiais, tem vários afluentes cuja finalidade maior, ainda não descoberta pelos ecologistas, é neles descarregar os dejetos de algumas cidades mineiras e baianas.

Pouco se fala, no entanto, das consequências sociais e econômicas. Por que todas vezes em que há possibilidade de transformar o Nordeste aparecem logo os preocupados com a escassez do Erário? Por que alguns preferem gastar R\$ 1 bilhão, como em 1993, no combate à seca – na indústria em vez de R\$ 650 milhões na perenização de vários rios? Itaipu, com R\$ 25 bilhões, era, sem dúvida, uma obra imprescindível e para construí-la tiraram recursos do Banco do Nordeste. Para as usinas megalomânicas encontraram R\$ 8 bilhões, mas não há R\$ 650 milhões para o Nordeste.

O ministro Aluízio Alves não é candidato, nem posso votar no Rio Grande do Norte, contudo seu projeto é realmente eleitoreiro. Ele ganhou o meu voto de nordestino.

Anexo 15

Enunciado 03

OPINIÃO

Preconceito contra o Nordeste

O jornal “O Estado de São Paulo”, bravo na resistência democrática, demorou algum tempo, mas terminou por evidenciar as unhas e dentes dos preconceitos contra o Nordeste. É bem verdade que num primeiro editorial já se manifestara contrário à transposição das águas do São Francisco para o Ceará, a Paraíba e o Rio Grande do Norte. Mesclava, entretanto, a sua opinião os interesses do Estado da Bahia.

Domingo passado, entretanto, o bravo “Estadão” por esgotamento dos protestos contrários ou porque o preconceito é, na sua potencialidade um sentimento isopitável, difícil de ser escondido por muito tempo, terminou transbordando, numa transposição do íntimo para o exterior, toda carga de preconceito contra o Nordeste.

No seu editorial de domingo passado, o “Estadão” defende a esmola da distribuição de alimentos entre os pobres do Nordeste, o financiamento da indústria paulista instalada no Nordeste, e até medicamentos para “acabar” com a mortalidade infantil no Nordeste, para repetir que é contra a transposição das águas do São Francisco que libertará os Estados nordestinos beneficiados das garras da miséria causadora da mortalidade infantil. “O Estadão”, intérprete, quase sempre, da aristocracia quatrocentona de São Paulo não tem o direito todavia de informar mal aos seus leitores ou informá-los deliberadamente errado. Fala em dois bilhões de dólares, quando serão apenas 600 milhões. Fala em dinheiro do Tesouro Nacional, quando é empréstimo do Exterior.

“O Estadão” fala que quem vai pagar a obra “ciclópica” é o país, numa referência de que quem vai se beneficiar é o Nordeste apenas. E quem pagou o “metrô” paulista? Tem dinheiro do Nordeste no pagamento. E quem pagou o “metrô” do Rio de Janeiro? O Nordeste também. E o “Metropolitano” de Brasília? E quem paga o prejuízo da Rede Ferroviária com as passagens por preço defasado dos cariocas e paulista, quando tivemos desativados os nossos trens? O Nordeste é quem está pagando. E a ponte Rio-Niterói foi construída com dinheiro de quem? Dos nordestinos também.

O petróleo é produzido nos mares e terras do Nordeste. Mas o imposto é pago em São Paulo que não produz uma só gota. Lamentavelmente, “O Estado de São Paulo” está enveredando por um terreno que alarga mais do que a diferença econômica separando a opulência de São Paulo da miséria do Nordeste, para estimular o que de todo é insuportável que continue, o colonialismo dos paulistas milionários contra os nordestinos miseráveis.

A transposição das águas do São Francisco é a primeira tomada de posição do Nordeste contra as causas da pobreza da região, exauridos que estamos todos nós, nordestinos, de vermos combatida as conseqüências na continuação do quadro de miséria até hoje estigmatizado por esmolas e acusações.

Anexo 16

Enunciado 04

OPINIÃO

A utopia, o sonho, as águas ...

Por Agnelo Alves

A cara do ministro Ricupero se não convence, comove. Parece um prior sem batina. A Copa/94 sem Maradona ficou nivelada ao futebol medíocre que está sendo chutado pela TV. A sucessão presidencial sem um estadista dá tédio. O Real chegou para ficar. Se veio para vencer, não sei ainda. Mas é uma opção como utopia. Estou sem passagem para Paságarda, o sonho. Será que vou ver as águas do São Francisco chegar? Pudessem, estaria de enxada na mão abrindo na terra crestada de desesperança, quase desespero, o sulco para o córrego.

Quem terá ouvido dos quase dez candidatos presidenciais algum discurso de mais de um minuto? E quem tem ouvido desses quase dez cidadãos que disputam a coroa brasileira nos múltiplos “discursos” diários uma opinião abalizada, ao menos sensata, sobre qualquer dos grandes problemas nacionais? Do mais jovem, Flávio, ao mais velho, Brizola, passando pela média, os demais, sou mais a Cristiane Torlone na televisão. Não estou acompanhando nenhuma novela, mas quando a Torlone aparece no vídeo não mudo de canal.

Não estou conseguindo me reencontrar com as esperanças do Lula de 1990. Questiono, às vezes, comigo mesmo, se é porque não há mais o risco de um Collor. O Quéricia é um modelo superado. O FHC continua mais para blá-blá-blá de gosto duvidoso. O que ele diz pela TV, logo esqueço no minuto seguinte. O Brizola nem mais pela insistência vale. Talvez valesse pela desistência. O Espiridião está me parecendo com carisma, deslocado, sei lá, desassistido. Não pega. O voto em Flávio não seria de protesto contra a mediocridade do naipe de candidatos. Talvez como homenagem ao Rio Grande do Norte. Flávio é nosso conterrâneo. Os outros boto na vala comum.

Quanto à sucessão estadual, tenho dito que elogio em boca própria é vitupério. Mas não tenho como esconder que Garibaldi faz o diferencial entre os quatro candidatos. A única “acusação” contra Garibaldi é que é oligarca. E quem “acusa”? Divorciou-se de uma e criou outra, a própria. Algum pejo por isso? Não. Filho de médico, geralmente segue a carreira do pai, médico também. Filho de engenheiro, idem. O diferencial é que, na política, o povo, pelo voto, é quem elege as oligarquias.

E a transposição das águas do São Francisco, heim? Fosse fácil, já teria sido feita há cem anos passados quando foi pensada pela primeira vez. Fosse o Metrô do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, já teria sido feito, como foram. Fosse a ponte Rio-Niterói, as águas já estariam rolando pelo Rio Grande do Norte, Paraíba e o Ceará. Fosse a Binacional hidroelétrica de Itaipu, lá no extremo Sul do país, qual a dúvida. Aí está a dívida internacional do Brasil que todos nós nordestinos pagamos sem pestanejar. Mas a Transposição das águas do São Francisco no Nordeste? de quem se atrever.

Para a energia elétrica chegar aqui foi preciso que as grandes cachoeiras do São Francisco ficassem roucas de tanto gritar pelos engenheiros e os políticos do Brasil. Mas chegou, como as águas também vão chegar ...

Anexo 17

– *Folha de S. Paulo*

Enunciado 01

OPINIÃO

Nordeste ganha obra faraônica contra a seca

Editorial

O governo Itamar ainda não enviou o Orçamento deste ano ao Congresso Nacional, mas já decidiu pela realização de uma obra faraônica contra a seca do Nordeste. Até já marcou data para inaugurar. Com US\$ 2,1 bilhões de empréstimos externos, a obra vai levar água do rio São Francisco para o Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. O empreendimento foi anunciado ontem pelo ministro Aluizio Alves, da Integração Regional, depois de audiência com o presidente Itamar Franco. Ele disse que o presidente está "entusiasmado" com a inauguração da primeira etapa da obra, até 31 de dezembro.

O ministro negou que a obra vise influenciar na sucessão presidencial. "Não acredito que se use verbas em troca de votos, mas acredito que o trabalho vai trazer muito voto, apoio e aplauso de eleitores e não eleitores ao governo que vai realizá-lo", disse. Para a primeira etapa, bancos europeus e japoneses já teriam assegurado US\$ 600 milhões. Com estes recursos, seriam construídos 240 quilômetros de canais e quatro estações elevatórias.

O restante da obra depende de US\$ 1,5 bilhão do Banco Mundial. O ministro disse que espera concluir em três meses as negociações. Somente após esta etapa, a água chegaria a Pernambuco. O projeto de transposição de água do rio São Francisco ainda precisa de avaliação do Ministério da Fazenda sobre capacidade de pagamento. Os empréstimos terão três anos de carência e sete anos de prazo para pagar. O ministro Aluizio Alves disse que o governo Itamar não precisará destinar recursos. A contrapartida brasileira será assegurada pelos empréstimos do Banco do Nordeste, para a primeira etapa. Segundo Aluizio Alves, o projeto vai fornecer 50 metros cúbicos de água por segundo, na primeira etapa, e 250 metros cúbicos, na segunda. Em seis meses de obra da primeira etapa, empregaria 50 mil trabalhadores. A obra permitiria irrigação de 1,6 milhão de hectares.

Anexo 18

Enunciado 02
OPINIÃO

A Bahia e o velho Chico

Ruy Bacelar

Acaba de ser anunciada a aprovação do megaprojeto de transposição das águas do Rio São Francisco para quatro estados do semi-árido nordestino: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O governo estimou o custo desse programa gigantesco em US\$ 2,1 bilhões, sendo que 50% desse total deverá ser obtido através de empréstimo junto ao Banco Mundial.

O atual governo pretende concluir a primeira etapa, com custos estimados em US\$ 550 milhões, no final de dezembro, quando serão construídos 240 quilômetros de canais e mais quatro elevatórias. Como foi oficialmente anunciado, a meta do projeto é abastecer 220 cidades do semi-árido daqueles quatro Estados, elevando a capacidade de irrigação na área de 175 mil para um milhão e 600 mil hectares.

Na primeira etapa, o projeto prevê a construção de um canal de 240 quilômetros para dar vazão a 50 metros cúbicos de água por segundo, beneficiando todo o Estado do Ceará e parte da Paraíba e Rio Grande do Norte. Na segunda etapa, será construído um canal de 2.000 quilômetros, que transportará 250 metros cúbicos por segundo de água para beneficiar o restante da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Pode parecer meritório o esforço do governo federal para solucionar definitivamente o crucial problema da seca do Nordeste. Trata-se, porém, como é fácil verificar, de uma decisão precipitada, que não leva em conta estudos técnicos abalizados, mostrando que o rio São Francisco está enfermo, sofrendo os efeitos de criminoso desmatamento de suas margens, que intensificou o processo de assoreamento de seu leito, já degradado por várias fontes poluidoras.

O "rio da integração nacional" está com o seu potencial hídrico quase todo comprometido com a utilização de suas águas para as usinas hidrelétricas, na maior parte, e os projetos de irrigação já implantados ou em curso. Os especialistas sustentam que a atual capacidade do rio não autoriza a utilização de mais 300 metros cúbicos por segundo para garantir o êxito do projeto.

Foi demonstrado que a transposição das águas do rio São Francisco para aqueles quatro Estados irmãos do Nordeste só seria viável caso houvesse, também, a interligação do rio Tocantins com o "Velho Chico", nos termos de projeto concebido, na década de 70, por especialistas convocados pelo então ministro do Interior, o Coronel Mário Andreazza. Nestas condições, o rio São Francisco seria utilizado, de fato, apenas como meio para a passagem das águas do rio Tocantins.

Se já havia sérias dúvidas sobre a viabilidade técnica desse projeto antes, hoje há pareceres de especialistas de grande conceito condenando a sua realização sem o socorro das águas do rio Tocantins. O presidente do Comitê de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco, engenheiro José Theodomiro, já apontou os prejuízos que o megaprojeto provocará na Bahia, "Fazer a transposição – afirmou o engenheiro – é o mesmo que se desativar a Usina de Itaparica".

Estudos técnicos realizados pelo Plano de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, o Planvasf, ao longo de um período superior a dez anos, concluíram que as águas do "Velho Chico" são insuficientes para irrigar os solos férteis, aptos e irrigáveis, existentes no curso de toda a sua bacia. Parece ser muito mais sensato garantir o sucesso dos projetos implantados e em execução, partindo-se para obras de dragagem do leito do rio, paralelamente ao reflorestamento de suas margens com a indispensável mata ciliar, de lá criminosamente arrancada nos últimos anos.

Está tecnicamente demonstrada a viabilidade da transposição das águas do rio São Francisco, desde que se garanta, antes, a transposição das águas do rio Tocantins para o "Velho Chico". Que o presidente Itamar Franco reexamine este projeto faraônico, ouvindo, antes, os especialistas na matéria sobre os seus gravíssimos inconvenientes. A integração de bacias de grandes rios é matéria hoje conhecida em todo o mundo. A interligação das bacias dos rios Volga e Don, na União Soviética, trouxe grandes benefícios para as populações que vivem às margens daqueles grandes cursos d'água e ainda permitiu a extensão de seus benefícios para populações de outras regiões. O racional e correto seria promover a integração das Bacias do Tocantins e do São Francisco, antes de partir para a transposição isolada das águas do "Velho Chico" para aqueles quatro Estados do Nordeste.

Anexo 19

Enunciado 03

OPINIÃO

Projeto do São Francisco opõe Ricupero a Itamar

Ministro da Fazenda alerta presidente para inoportunidade de projeto, é voto vencido, e obras vão começar

O presidente Itamar Franco aprovou ontem o projeto de irrigação do Nordeste através da transposição das águas do rio São Francisco. O ministro da Fazenda, Rubens Ricupero se opõe ao projeto. O custo total da obra é de US\$ 2 bilhões.

Em reunião ontem no Palácio do Planalto, Ricupero questionou a prioridade do projeto e o considerou inadequado para ser iniciado no fim do governo. O ministro afirmou que as rodovias brasileiras precisam mais dos recursos do que o programa de irrigação. Esses argumentos não convenceram Itamar. "Se fosse assim, não teria feito o Plano Real", reagiu o presidente diante do raciocínio de Ricupero.

Participaram também da reunião os ministros do Planejamento, Beni Veras, e da Integração Regional, Aluizio Alves. Também estava presente o presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari. Ricupero foi o único que se opôs ao programa. Do total de US\$ 2 bilhões, equivalentes ao custo de construção da usina nuclear de Angra 2, a Integração Regional prevê que US\$ 600 milhões serão gastos ainda em 94.

Beni Veras, senador (PSDB-CE) licenciado para assumir o Planejamento, considera que é possível compatibilizar o projeto com o Plano Real. O candidato da aliança do PSDB-PFL-PTB à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, também defende o programa de irrigação. FHC já se comprometeu a incluí-lo no seu programa de governo.

O projeto é uma iniciativa de Aluizio Alves. Ele disse à Folha que as obras começarão ainda em julho, utilizando batalhões de engenharia do Exército.

Em agosto, deve ser realizada licitação para contratação de empreiteiras que participarão do projeto. A idéia inicial da Integração Regional é a de que o projeto fosse financiado pelo BNB (Banco do Nordeste do Brasil S.A.). O BNB lançaria bônus no mercado externo e repassaria os recursos para a Integração Regional. Como o BNB não tem reservas técnicas suficientes para a operação, Itamar autorizou o Banco do Brasil a captar os recursos. No prazo máximo de 15 dias, o BB já estará com o esquema definido.

Anexo 20

Enunciado 04

OPINIÃO

Eleição e irrigação

Por Marcelo Beraba

SÃO PAULO – Na defesa que faz do projeto de transposição de águas do rio São Francisco para quatro Estados do Nordeste, o ministro Aluísio Alves revela um dado impressionante. O custo total do projeto – o que consiste na elevação do São Francisco até nivelá-lo com os leitos naturais de rios quase secos que atravessam o semi-árido de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará – é de US\$ 2 bilhões.

É muito ou é pouco? Para quem acha, como eu, que é muito, o dado do ministro que impressiona: entre março de 93 e março de 94 o governo federal gastou exatamente a mesma quantia no Nordeste em medidas apenas paliativas.

Para se ter uma idéia, foram gastos US\$ 1,1 bilhão no pagamento de meio salário mínimo para famílias com no mínimo dez membros; US\$ 600 milhões em comida; e US\$ 300 milhões na distribuição de água (carro-pipa). O dinheiro gasto anualmente nos programas assistenciais não resolve o problema da seca e mal atenua a miséria. Quem se beneficia desta política exclusivamente assistencialista? A distribuição de recursos para diminuir os efeitos da seca sem extingui-los dá força às modernas formas de coronelismo.

Cada carro-pipa, cesta básica ou emprego temporário em frente de trabalho é instrumento de barganha eleitoral e de dominação política. O projeto do ministro resolve o problema da seca nordestina? Não tenho como avaliar. Ele acha que resolve parcialmente nos quatro Estados citados.

Está convencido de que vai permitir, além do abastecimento regular de água nas cidades da região, a multiplicação de novos projetos de irrigação. Já há oásis produtores e exportadores de frutas bem-sucedidos em Pernambuco e no Rio Grande do Norte que servem de sustentação para a tese.

O projeto do governo abre duas frentes de discussão: o projeto em si (é necessário? oportuno? caro? eleitoreiro? está sendo tocado sem irregularidades?) e a solução para a seca nordestina. Os candidatos à Presidência deveriam se pronunciar sobre propostas concretas como esta. É uma maneira de baixar um pouco o tom demagógico dos programas de governo e de confrontar estes programas com a realidade.

Anexo 21

– *Estado de S. Paulo*

Enunciado 01

OPINIÃO

Desvio do São Francisco causa polêmica
Relatório técnico condena projeto defendido por dois ministros

Por Márcio de Moraes e Mara

Bergamaschi

A determinação do presidente Itamar Franco de começar, já em julho, a execução do bilionário projeto de desvio das águas do Rio São Francisco para a região semi-árida do Nordeste provocou polêmica no Congresso e nos ministérios. De olho nos efeitos da liberação de verbas em período eleitoral, os políticos querem discutir a destinação dos US\$ 550 milhões previstos para a primeira etapa do projeto.

Um relatório técnico sigiloso do Ministério das Minas e Energia, obtido pelo **Estado**, condena o projeto, que é defendido pelos ministros Beni Veras (Planejamento) e Aluizio Alves (Integração Regional), mediante futuro financiamento do Banco do Nordeste. A proposta causou impacto pelo volume de dinheiro envolvido: para levar as águas do São Francisco aos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte serão gastos US\$ 2 bilhões.

A idéia de desviar o São Francisco para por fim à seca é apenas uma das ofertas de Itamar para a região este ano. O governo também quer lançar na semana que vem uma campanha contra a fome e a miséria no Nordeste, onde o desempenho do candidato do Planalto à sucessão presidencial, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), não tem sido satisfatório.

Mas a proposta de irrigar o sertão assustou até integrantes da cúpula da campanha de Cardoso. “Do jeito que está sendo feita, pode atrapalhar mais do que ajudar o candidato”, alertou o líder do PFL no senado, Marco Marciel (PE). “Não sou contra o projeto, mas acho que ele precisa ser muito melhor discutido”.

O projeto também divide a bancada nordestina. Os parlamentares do Ceará, primeiro beneficiário da obra, a defendem, enquanto os da Bahia, onde começaria o desvio do rio, não querem nem ouvir falar no programa. “O projeto é eleitoreiro”, fulminou o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). Ex-presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), ele ameaça ignorar a aliança com Cardoso e promover uma rebelião no Congresso contra a tentativa do governo de aprovar emendas destinando recursos para a obra. “O projeto é magalômano, irresponsável e desastroso, pois o custo da água será tão grande que tornará inviável a agricultura irrigada”.

Do outro lado da trincheira, além do tucano Beni Veras, estão o ex-governador do Ceará Tasso Jereissati e o atual, Ciro Gomes. Segundo publicação do Banco do Nordeste, as águas do São Francisco desaguiariam no Canal do Trabalhador, construído por Ciro, e assegurariam o abastecimento de Fortaleza. Apesar de adversários do PSDB no Ceará, os senadores peemedebistas Mauro Benevides e Cid Sabóia também defenderam o projeto em discursos no Senado na quarta-feira. E Aluizio Alves buscou o apoio da bancada de seu Estado, o Rio Grande do Norte.

O relatório preparado pela Coordenação de Recursos Hídricos do Ministério de Minas e Energia, sob encomenda do ministro Aléxis Stepanenko, aponta vários problemas no projeto. Demonstra a temeridade de se iniciar a transposição das águas por 800 mil hectares sem um amplo debate com todos os setores da sociedade e sem um planejamento global. Mostra também os riscos ecológicos que imporá à região e as enormes perdas de recursos que acarretará aos cofres públicos. O documento é datado de maio e, ao invés de por uma pá de cal sobre o assunto, foi cuidadosamente guardado pelo governo.

Anexo 22

Enunciado 02

OPINIÃO

Recúpero rejeita projeto de irrigação

Ministro avisa que não há recursos no Orçamento para desviar Rio São Francisco

Salvador – O ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, descartou ontem a possibilidade de o governo financiar as obras do projeto de transposição do leito do Rio São Francisco, revelado pelo **Estado**. Segundo ele, as verbas para o início das obras, estimadas em cerca de US\$ 500 milhões, não estão incluídas no Orçamento da União, o que dificulta a possibilidade de sua execução a partir deste ano. Ricúpero evitou críticas diretas ao projeto, bem visto pelo presidente Itamar Franco, e defendido pelos ministros da Integração Regional, Aluísio Alves, e do Planejamento, Beni Veras.

Ricupero ouviu em silêncio o comentário do ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães, sobre o polêmico e bilionário projeto. Ignorando a possibilidade de a obra vir a favorecer a campanha do candidato Fernando Henrique Cardoso (PSDB-PFL-PTB) no Nordeste, Antônio Carlos Magalhães fulminou a idéia. “Temo ter que fazer uma CPI sobre este assunto quando for senador”, ameaçou o ex-governador, que concorre a uma vaga no Senado nas eleições. O governador da Bahia, Antônio Imbassahy, também não poupou críticas. “O senhor foi elegante ao comentar o projeto, ministro”, opinou. “Por que nós aqui da Bahia o consideramos um absurdo”, reagiu.

Segundo Imbassahy, durante a última reunião da Sudene, o governo baiano deixou clara sua posição contrária à proposta de desviar o Rio São Francisco, a partir da Bahia, para irrigar 800 mil hectares no sertão de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. O custo total do projeto, previsto para ter sua primeira etapa financiada pelo Banco do Nordeste, está orçado em US\$ 2 bilhões. “Só o Rio Grande do Norte e a Paraíba defendem esse projeto”, afirmou. Além destes dois Estados, o Ceará, que seria o primeiro beneficiário, apóia o programa.

Imbassahy aproveitou a presença de Ricupero para reivindicar liberação de recursos para o Estado. “Aqui na Bahia as estradas estão esburacadas, em péssimas condições, e não há dinheiro para a recuperação”, informou o governador. “Imagine o governo federal liberar US\$ 100 milhões para o projeto do São Francisco e deixar as estradas ruins, com as pessoas sendo assaltadas” insistiu. Ricúpero afirmou apenas que não há dinheiro no Orçamento. “Não tenho competência para julgar o projeto e pedir um parecer do projetista, o senhor João José Cândido Pessoa”, explicou.

Por causa do projeto, o candidato tucano à Presidência, Fernando Henrique Cardoso será cobrado hoje durante sua visita à Petrolina, em Pernambuco, e Juazeiro e Canudos, na Bahia. O desvio do rio divide a bancada nordestina no Congresso, numa disputa já apelidada de “guerra das águas”.

Na visita à região que concentra os principais projetos de irrigação, Cardoso terá encontros com colonos e proprietários de fazendas irrigadas e será cobrado a respeito da sua opinião sobre a transposição das águas. Até agora, por causa da polêmica entre os aliados, o candidato evitou o assunto.

Anexo 23

Enunciado 03

OPINIÃO

Revivendo os projetos faraônicos

O temperamento do presidente do Brasil não é apenas mercurial. É incompreensível – se é que temperamento seja coisa de compreender. Histórico do MDB, histórico no PMDB, vice-presidente de Collor de Mello, como presidente tem causado espanto a muitos pelo empenho com que cuida de trazer militares para seu governo, seja em posições de ministro, seja de membros de comissão incumbida de apurar a corrupção no Executivo, comissão essa que trabalha sem muito alarde a ponto de não se saber se existe. Talvez seja como aquela comissão criada para apressar a extinção dos Ministérios de Ação Social e Integração Regional, a qual morreu de morte morrida. Agora, o presidente dá outra demonstração do apreço que tem não só pelos militares, mas pelos projetos ditos “faraônicos” do regime militar. Sua Exa. não está disposto a concluir a Transamazônica, que seria demais e sem efeitos eleitorais, mas está firmemente empenhado em analisar outro dos sonhos do ministro Mário Andreazza: levar as águas do Rio São Francisco, o da unidade nacional, até Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. O custo da obra, tendo em vista as estimativas de quanto se irá despende numa campanha para a Presidência da República, até que não é tão alto demais: apenas US\$ 2,1 bilhões!

O presidente não estava apenas empenhado em dar vida ao último sonho de Andreazza; decidiu-se a realizá-lo. Tão decidido está que despreza todos os relatórios técnicos que apontam os inconvenientes da obra e a falta de planejamento com que se está comprometendo não dinheiro o público, tão escasso para outras coisas mais urgentes, mas o futuro do Rio São Francisco. Pouco importa que o relatório elaborado no Ministério de Minas e Energia deixe claro que, quando concluída a transferência dos recursos hídricos, haverá queda na geração nas usinas da Chesf, o que obrigará o Executivo, havendo desenvolvimento na região, a trazer energia de Tucuruí para o Nordeste.

Para o presidente e os ministros empenhados na realização da obra, pouco importa não haver planejamento; que a água disponível então para irrigação seja tão cara que o que se produzir ali será economicamente sem sentido. Planejamento é palavra desconhecida num governo dirigido por variações mercuriais de temperamento; o custo da água não conta, pois sempre se pode vendê-la com subsídio que sairá do Tesouro, que buscará o dinheiro no Sul. O importante é fazer a obra, como se fez a Transamazônica: para resolver o problema dos pobres do Nordeste. Evidentemente, como disse o ministro Aluísio Alves, não haverá troca de verbas por votos, mas o governo espera que o trabalho traga muitos votos, apoio e aplausos dos eleitores e não-eleitores ao governo. Emprego de dinheiro público para fins eleitorais tão descaradamente confessado, raras vezes se viu. Na República de Itamar, vê-se!

O projeto é antigo – como dissemos, do ministro Mário David Andreazza, no governo de Figueiredo. Em 1981, já se suscitavam dúvidas sobre sua viabilidade econômica e a racionalidade dele em função da idéia do aproveitamento integrado dos recursos hídricos. O projeto de Andreazza era tornar perenes os rios do Nordeste, usando águas do São Francisco, que seriam elevadas 160 m, fertilizando vastas extensões de terra sujeitas periodicamente ao flagelo das secas. A idéia era mais que antiga: em 1920, o engenheiro José Antônio Fonseca Rodrigues, da Politécnica de São Paulo, propunha a elevação das águas do São Francisco para lançá-las nas Bacias do Jaguaribe e do Assu, no Ceará, e na Bacia da Paraíba, no Estado da Paraíba. Ora, em 1981 já se punha em dúvida a possibilidade de aproveitar durante todo o ano as águas do rio da unidade nacional: estimava-se que esse aproveitamento só se faria durante seis ou sete meses do ano.

O projeto de levar as águas do São Francisco para os Estados citados é a maneira de o governo federal fugir dos problemas sociais que a seca coloca todos os anos, ligados à estrutura fundiária e de poder do Nordeste. Serve de propaganda eleitoral, de manifestação de desvelo com as populações mais carentes, que com a irrigação terão empregos e não sofrerão mais com a seca, *mas a*

rigor não resolve os problemas que irá criar. A provável queda na geração das usinas da Chesf é um deles; outro é a má alocação dos recursos numa época de crise, investindo de maneira desordenada, o que daria pequena contribuição para diminuir a vulnerabilidade da região às secas. Afora não se ter respondido, de antemão, a esta pergunta que é chave: nesta crise de recursos para investimento, será essa a solução mais “econômica”, ou se deveria privilegiar, atacando fundo os problemas fundiários e a distribuição de poder na região (remodelando Sudene e outros órgãos), a implantação de pequenos e médios projetos de irrigação? A resposta positiva talvez aliviasse as agruras de mais brasileiros, mas não produziria os efeitos eleitorais que se buscam.

Anexo 24

Enunciado 04

OPINIÃO

Ministro lança obra sem verba orçamentária
Equipe procura empréstimo no Exterior para desviar curso do Rio São Francisco

Por José Casado

Saiu do papel o maior e mais controvertido projeto de obras do governo Itamar Franco. O ministro Aluísio Alves, da Integração Regional, fez o edital e 28 empresas já estão na disputa do plano de engenharia básica de uma obra de US\$ 2 bilhões com o objetivo de retirar água do Rio São Francisco para abastecer 220 cidades do Nordeste, habitualmente afetadas pela seca.

Alves tem problemas com os cofres públicos: não há dinheiro. O Ministério da Fazenda confirma a inexistência de previsão para esse projeto no Orçamento deste ano, que está no Congresso.

O ministro da Integração Regional aliado a Beni Veras, ministro do Planejamento, nomeou o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) como intermediário para conseguir empréstimos na Europa e no Japão. Contatos iniciais foram feitos pelo presidente do BNB, João Melo.

A Fazenda, porém, recusa-se a autorizar aval do Tesouro ou do Banco do Brasil para tais operações de financiamento. Com o edital para o projeto básico de engenharia, Alves procura criar uma situação irreversível.

O ministro prevê o início das obras em setembro, a um custo de cerca de US\$ 600 milhões na primeira etapa. Seria a construção de um canal de 120 quilômetros, túneis e estações elevatórias para ligar o Rio São Francisco, na sua passagem pelo município de Cabrobó, em Pernambuco, ao Rio Jaguaribe, no Ceará.

O projeto é controvertido por ter custo muito alto, grande impacto ambiental e econômico no Vale do São Francisco. Está sob forte oposição dos governos e de diferentes facções políticas da Bahia e de Minas, que o relacionam a objetivos meramente eleitorais.

Por exemplo: o líder do PFL, na Bahia, Antônio Carlos Magalhães, tem repetido que o destino dessa obra é acabar virando tema de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no Congresso.

Já é o maior negócio do ano na área de engenharia civil. As empresas projetistas, em geral, cobram entre 2% e 3% do valor da obra. Nesse caso, o projeto básico deverá resultar em uma despesa de US\$ 40 milhões a US\$ 60 milhões para os cofres públicos entre agosto e novembro – exatamente no período que vai da reta final da campanha até o segundo turno eleitoral.

Prevê-se a retirada de 50 metros cúbicos de água por segundo do Rio São Francisco, na etapa inicial, para transposição ao Rio Jaguaribe. Na fase final, a vazão do São Francisco seria reduzida em 260 metros cúbicos por segundo, um volume de água equivalente ao que hoje é consumido pela usina hidrelétrica de Sobradinho, com potência de 1.050 megawatts.

Em tese, o desvio de água do Rio São Francisco, por um canal, para o Rio Jaguaribe atenuaria os efeitos da seca na área mais pobre do país. É o argumento mais freqüente na aplicação de recursos federais na região.

Foi assim que o Tesouro nacional financiou, através do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs), 98 projetos de irrigação e abastecimento de água no sertão que estão totalmente abandonados, conforme constataram auditores do Tribunal de Contas da União (TCU), em dezembro.

Parte das duas centenas de obras contra a seca – especialmente reservatórios de água – realizadas na área com recursos federais nos 84 anos de existência do Dnocs já foi transformada em propriedade privada, segundo o TCU.

O projeto de desvio de água do São Francisco para o Jaguaribe começou a ser formulado, no governo federal, em 1983. Ele parece exercer encanto sobre os aliados do senador e ex-presidente José Sarney, de quem Alves é amigo antigo.

Nasceu no Departamento Nacional de Obras e Saneamento, na época comandado por José Reinaldo Tavares, hoje deputado federal pelo PFL do Maranhão. José Reinaldo, depois, foi ministro de Sarney e responsável pelo maior e mais controvertido projeto daquele governo: a ferrovia Norte-Sul.

O departamento acabou sendo absorvido pelo Ministério da Integração Regional. Quando Itamar Franco assumiu o poder, Sarney indicou para esse ministério um de seus principais aliados, o senador Alexandre Costa, que gastou a gestão se defendendo de acusações na CPI do Orçamento.

Alves assumiu o ministério que era de Costa em março. Retirou da gaveta o projeto formulado por José Reinaldo e, em menos de 90 dias, produziu o edital para engenharia básica.

O ministério confirma sua intenção de “realizar 55% a 60% da obra até o final deste ano” – prazo que empreiteiros consideram tecnicamente inviável para uma obra desse porte.

Forte reação está sendo produzida pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), subsidiária da holding estatal Eletrobrás, que tem investidos US\$ 18 bilhões em cinco usinas no Rio São Francisco, para produção de 9.974 megawatts.

A Chesf analisou o projeto e concluiu que será obrigada a antecipar a construção de novas usinas hidrelétricas “para substituir a energia” a ser perdida na transposição de águas para o Rio Jaguaribe, além de reservatórios adicionais para suprir sua necessidade “de 170 metros de recalque” – diz documento técnico assinado por Júlio Moreira, presidente da empresa.

Anexo 25

– *Jornal da Tarde*

Enunciado 01

OPINIÃO

Projeto faraônico

Quando, há cerca de um mês, surgiram nos jornais as primeiras notícias sobre a intenção do governo Itamar Franco de iniciar um projeto de transposição das águas do rio São Francisco para perenizar outros rios do Nordeste e permitir a irrigação de terras da região, normalmente atingidas pela seca, nos escusamos de fazer qualquer comentário sobre o assunto porque não acreditávamos, sinceramente, que uma iniciativa tão irresponsável pudesse ser levada adiante neste momento em que a prioridade máxima do governo é o plano de estabilização.

Recusávamo-nos a acreditar que um governo em final de mandato, comandando um Estado absolutamente falido, fosse investir num programa orçado, inicialmente, em US\$ 2 bilhões, de duvidosa utilidade, que sofre restrições de todos os tipos. Ficamos ainda mais certos de que a notícia não passava de expediente propagandístico de políticos nordestinos em época eleitoral quando o ministro Ricupero declarou que não estão previstas verbas para o projeto nem no Orçamento deste ano nem no do próximo ano.

Agora vemos que estávamos redondamente enganados. Mais uma vez subestimamos o grau de irresponsabilidade de certos homens públicos brasileiros. Não atentamos para a atração eleitoral – e outras menos nobres – que exerce um projeto que enseja discursos demagógicos, do tipo “vamos salvar os nordestinos definitivamente da seca e da fome”, e dá margem, com seus US\$ 2 bilhões de custo inicialmente previstos – essas obras acabam sempre custando muito mais –, a dezenas de concorrências, licitações, aditamentos de contratos, compras, coisas que fazem as delícias de muitos burocratas e políticos.

Não somente a notícia era verdadeira como o governo pretende executar o projeto a toque de caixa. O edital de concorrência para a realização de sua primeira fase já foi divulgado e 28 empresas já se apresentaram para preparar o plano de engenharia básica. Segundo o ministro da Integração Regional, nordestino do Rio Grande do Norte, político profissional e responsável pelo projeto, as obras serão iniciadas em agosto e deverão estar prontas até o final de 1995. As águas do São Francisco serão elevadas, em determinados pontos, a uma altura de 160 metros para serem despejadas em alguns rios nordestinos que ficam secos durante um período do ano, permitindo a irrigação de 1,2 milhão de hectares de terras hoje pouco aproveitáveis.

Aparentemente, portanto, trata-se de um grande projeto que irá incentivar a agricultura nordestina, criar empregos e melhorar a renda da região. Mas, técnica e economicamente, as coisas se complicam. Não há estudos sérios do impacto ambiental que a diminuição da vazão da água em determinadas áreas e o aumento em outras provocará. Mas é certo que a redução da vazão prejudicará o funcionamento de algumas hidrelétricas instaladas na área hoje percorrida pelo São Francisco. Os governos de Minas e da Bahia, por exemplo, condenam veementemente o projeto. Para esses governos vai-se se vestir um santo e desvestir outro: algumas áreas ganham mais águas e outras ficam sem energia para o comércio e a indústria. Os empregos eventualmente criados pelas águas serão perdidos com a falta de eletricidade.

Além do mais, o alto custo de um projeto faraônico como esse encarecerá demasiadamente o metro quadrado de área irrigada, tornando os produtos colhidos nas áreas beneficiadas tão caros que não terão condições de competir no mercado. Estudos técnicos de que o governo dispõe indicam que, com muito menos dinheiro, será possível irrigar até mais terras, com projetos mais realistas, menos fantasiosos. O problema é que esses miniprojetos não rendem votos e outras **cositas mas** para os políticos do Nordeste.

Anexo 26

Enunciado 02

OPINIÃO

S. Francisco: Alves ataca políticos.

Ministro da Integração Regional diz que críticos do projeto bilionário de transposição de águas ganham com a seca

Por *Guilherme Evelin*

O ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, acusou ontem os políticos que estão atacando o projeto de transposição das águas do rio São Francisco de dependerem da seca do Nordeste para ganharem votos. “A seca é uma boa marca política, e esse pessoal ganha votos em troca do transporte de água para os eleitores em carros-pipas”, disse o ministro, ao menosprezar o cerrado bombardeio que a bilionária obra está sofrendo no Congresso e em setores do governo. Na Bahia, todas as correntes políticas se uniram contra a transposição das águas, desde o ex-governador Antônio Carlos Magalhães até o deputado Waldir Pires (PSDB). Técnicos do governo também se opõem à obra.

Aluizio Alves disse que a disposição do presidente Itamar Franco de levar adiante a transposição das águas, no prazo mais curto, é “inarredável”, mesmo com todas as críticas e contestações judiciais à licitação para escolha das empresas que farão o projeto de engenharia. O ministro é o inspirador do projeto e seu principal defensor no governo, ao lado do ministro do Planejamento, Beni Veras. Até o final do governo, segundo a previsão de Alves, entre 50% e 60% do projeto estará concluído. O ministro já está até programando uma viagem pelo São Francisco para acompanhar o andamento das obras.

Alves criticou também as alianças políticas forjadas pelo projeto, na Bahia. “Os baianos pensam que são donos do São Francisco”, ironizou o ministro, afirmando que as áreas mais beneficiadas com a irrigação de terras são as mais afetadas pela seca no Nordeste, ou seja, o semi-árido do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Alves rebateu, ainda, as acusações de que o projeto é meramente eleitoreiro e está sendo executado a toque de caixa. “Todo programa que se fizer no País em ano de eleições vai ser acusado de eleitoreiro”, afirmou Alves, comparando essas críticas às feitas ao Plano Real por ter sido concebido pelo candidato à Presidência pela coligação PSDB-PFL-PTB, senador Fernando Henrique Cardoso. “O projeto vai reduzir em 80% os efeitos da seca no Nordeste”, disse o ministro, afirmando que o custo total da obra, em torno de US\$ 2 bilhões, representa o mesmo valor gasto pelo governo federal no ano passado com programas emergenciais de assistência aos flagelados pela seca.

Contudo, um relatório preparado pela Coordenação de Recursos Hídricos do Ministério de Minas e Energia, sob encomenda do ministro do Planejamento, Aléxis Stepanenko, alerta para a temeridade de se iniciar a transposição das águas do São Francisco sem um amplo debate e sem planejamento. Técnicos do próprio governo calculam que com a retirada de cada metro cúbico de água do rio, abaixo de Sobradinho, as hidrelétricas de Xingó, Itaparica, Moxotó e Paulo Afonso deixariam de gerar 2,6 megawatts por hora.

“Será uma nova Transamazônica”, afirmou o presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do São Francisco, José Teodomiro Araújo. Segundo ele, o projeto não vai acabar com a seca: “Temos 300 mil hectares irrigados na bacia do São Francisco e assim mesmo sofremos com a seca”.

Anexo 27

Enunciado 03

OPINIÃO

‘O PROJETO É ELEITOREIRO’

(Do ministro Aluísio Alves)

S. Francisco: ministro lança obra

Aluísio Alves admite que em retribuição, espera votos para os candidatos do Governo

Por *Vannildo Mendes*

O ministro da Integração Regional, Aluísio Alves, admitiu ontem publicamente que o projeto de transposição de águas do rio São Francisco para o semi-árido nordestino é eleitoreiro. Durante solenidade realizada em Mossoró (RN) de instalação simbólica dos escritórios que vão coordenar a implantação do projeto nos quatro Estados beneficiados (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco), Alves disse que o governo trabalha para obter aplausos, não vaias. “Se a obra é boa e os aplausos se traduzem em votos, tanto melhor”, disse.

“Nesse sentido, o projeto é eleitoreiro sim”, afirmou o ministro. Alves disse que ficará muito satisfeito se o povo, em retribuição, votar em massa nos candidatos do governo e nos políticos comprometidos com a obra. Entre esses estão seu sobrinho Garibaldi Alves, candidato a governador pelo PMDB, o filho Henrique Alves, candidato a deputado federal, a filha Ana Catarina, candidata a deputada estadual, e dezenas de aliados. Na visita a Mossoró, Alves esteve acompanhado por Henrique. Na véspera, Garibaldi fez comícios na região apresentando-se como um dos mentores da obra.

Último município a ser beneficiado pela transposição das águas do São Francisco, Mossoró não foi escolhido por acaso para o lançamento da pedra fundamental da obra. Os clãs mais tradicionais que dominam a política no Estado (Alves e Maias) costumam não ser bem votados no município. Garibaldi, por exemplo, que lidera as pesquisas com 49% das intenções de voto, tem em Mossoró a sua pior performance. No horário eleitoral gratuito o candidato a governador dividiu o seu programa em dois blocos – um exclusivamente para a região de Mossoró.

Segundo maior reduto eleitoral do Rio Grande do Norte, com cerca de 100 mil votos, Mossoró tem uma tradição oposicionista arraigada que lhe valeu o título de “cidade insatisfeita”, do qual se orgulham os mossoroenses. Em 1989, foi o único reduto do sertão nordestino onde Lula ganhou no primeiro e segundo turnos. Desta vez, apesar da virada nacional em favor do candidato tucano, Fernando Henrique Cardoso, o candidato do PT permanece na frente, segundo as últimas intenções de voto.

A tentativa de transformar a solenidade de ontem num grande ato político, no entanto, fracassou. Os governadores dos quatro Estados beneficiados não compareceram nem mandaram representantes, embora a assessoria do ministro tivesse anunciado com antecedência a presença deles na solenidade. Nas ruas não houve sequer uma manifestação de apoio, embora a população seja entusiasta do projeto. Adversário político de Alves, o prefeito do município Dix-Huit Rosado, mandou um representante de terceiro escalão para recepcioná-lo.

Alves disse que derrotará todos os inimigos do projeto e desdenhou dos políticos baianos que estão contra a transposição de águas do São Francisco, como o ex-governador Antônio Carlos Magalhães, e o atual, Antônio Imbassahy. “Eles agem como se o São Francisco fosse propriedade privada deles”, alfinetou o ministro, alegando que a Bahia contribui com apenas 16% do volume d’água do “velho Chico”, enquanto Minas Gerais “que não está reclamando do projeto”, contribui com 76%.

O ministro dividiu os inimigos do projeto em três categorias: a dos “reacionários do sul”, que na sua opinião consideram o Nordeste como caso perdido; a dos políticos tradicionais do Nordeste, “que fazem carreira com a indústria da seca e não querem vê-la resolvida”; e a dos

desinformados. Segundo o ministro, os políticos clientelistas do Nordeste estão, desde já, “com saudade da indústria da seca, da troca de votos por alistados de trabalhadores nas frentes de emergência, dos negócios com carros-pipa e da corrupção de eleitores aliciados por esmolas”. Alves inclui Fernando Henrique Cardoso na categoria dos desinformados por ter-se colocado inicialmente contrário ao projeto. “Depois de uma conversa comigo e com o presidente Itamar Franco, ele mudou de opinião”, disse.

Anexo 28

Enunciado 04

OPINIÃO

S. FRANCISCO

ALVES: 'REFLEXO ELEITOREIRO'

Ministro se defende acusando “velhos inimigos”

Na defesa que encaminhou ontem ao corregedor-geral Eleitoral, Flaquer Scartezzini, o ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, acusa a imprensa e os “velhos inimigos” do projeto de transposição das águas do rio São Francisco de terem deturpado suas palavras, ao lhe atribuir a declaração de que a obra é eleitoreira. Ele próprio, porém, reconhece na defesa que “toda e qualquer iniciativa do governo, quer queira que não, tem reflexo eleitoreiro, porque representa o compromisso assumido pelo governante quando candidato”.

“O governo não pode se dar ao luxo de paralisar suas atividades a cada dois anos, cruzar os braços, omitir-se, dispensar seus ministros e auxiliares, apenas para não ser acusado de eleitoreiro”, afirma o ministro. Alves foi notificado pela Justiça Eleitoral para esclarecer o que quis ao afirmar, em entrevista ao **Jornal da Tarde**, na solenidade de instalação dos escritórios do projeto, que “se a obra é boa e os aplausos se traduzem em votos, tanto melhor; nesse sentido, o projeto é eleitoreiro”.

Alves argumenta que a suspeita de que ele teria cometido crime eleitoral caberia contra a iniciativa do ex-presidente Juscelino Kubistchek de construir Brasília e contra “os governantes” que criaram o Plano Real. Ele faz uma ampla defesa do projeto, dizendo tratar-se de uma iniciativa “bastante amadurecida”, proposta desde os tempos do Império. Segundo ele, serão necessários “apenas” R\$ 600 milhões para a execução do projeto e “tão somente” R\$ 100 milhões para o exercício financeiro deste ano.

Em entrevista, Alves disse que considera “engraçado” seu envolvimento em denúncias da utilização da máquina federal em favor da campanha do candidato Henrique Cardoso, do PSDB. “O candidato não é o meu”, afirmou, garantindo que vai votar no candidato de seu partido, o PMDB, Orestes Quéricia.

O ministro do Planejamento, Aléxis Stepanenko²⁵, protocolou ontem as explicações sobre sua atuação para inaugurar a hidrelétrica de Xingó antes das eleições. A disposição de Stepanenko de emprestar solidariedade à campanha de Fernando Henrique está irritando o comando da campanha. No fim de semana, o ministro voltou a surpreender: encerrada a solenidade de inauguração do sistema de eletrificação de Sinop (MT), o ministro despediu-se com a mão espalmada, símbolo da campanha tucana. “O próprio Fernando Henrique já falou que tem gente que pensa que ajuda, mas só atrapalha”, resumiu ontem um dos dirigentes da campanha. Ele tem esperança de que a reprimenda do presidente Itamar Franco, recomendando que seus ministros não interferiram na sucessão presidencial, surta o efeito necessário. “O ministro Aléxis Stepanenko precisa usar o bom senso e ver que sua intervenção é muito prejudicial”, avaliou o dirigente tucano.

²⁵ Em 1994, Alexis Stepanenko ocupa o cargo de ministro das Minas e Energia e não ministro do Planejamento.